

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

PAOLA NATALIA LAUX

**LOGÍSTICA PARA O COMBATE:**

**As relações político-militares no âmbito do Arsenal de Guerra de Porto Alegre durante a  
Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870)**

PORTO ALEGRE

2020

PAOLA NATALIA LAUX

**LOGÍSTICA PARA O COMBATE:**

**As relações político-militares no âmbito do Arsenal de Guerra de Porto Alegre durante a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História. Linha de Pesquisa: Relações de poder político-institucionais.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Kühn

PORTO ALEGRE  
2020

### CIP - Catalogação na Publicação

Laux, Paola Natalia  
LOGÍSTICA PARA O COMBATE: As relações  
político-militares no âmbito do Arsenal de Guerra de  
Porto Alegre durante a Guerra da Tríplice Aliança  
(1864-1870) / Paola Natalia Laux. -- 2020.  
190 f.  
Orientador: Fábio Kühn.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto  
Alegre, BR-RS, 2020.

1. Arsenal de Guerra de Porto Alegre. 2. Guerra da  
Tríplice Aliança. 3. Logística. 4. Relações  
político-militares. 5. Presidente de Província. I.  
Kühn, Fábio, orient. II. Título.

PAOLA NATALIA LAUX

**LOGÍSTICA PARA O COMBATE:**

**As relações político-militares no âmbito do Arsenal de Guerra de Porto Alegre durante a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em: 08 de julho de 2020

Conceito: A

---

Prof. Dr. Fábio Kühn – PPGH/UFRGS (Orientador)

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Adriana Barreto de Souza – PPGH/UFRRJ

---

Prof. Dr. José Iran Ribeiro – PPGH/UFMS

---

Prof. Dr. Cesar Augusto Barcellos Guazzelli – PPGH/UFRGS



**ATA PARA ASSINATURA Nº \_\_\_\_\_**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em História  
HISTÓRIA - Mestrado Acadêmico  
Ata de defesa de Dissertação

Aluno: Paola Natalia Laux, com ingresso em 01/03/2018

Título: **LOGÍSTICA PARA O COMBATE: As relações político-militares no âmbito do Arsenal de Guerra de Porto Alegre durante a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870)** Orientador:  
Prof. Dr. Fabio Kuhn

Data: 08/07/2020

Horário: 14:00

Local: IFCH

Banca Examinadora	Origem
Adriana Barreto de Souza	UFRRJ
José Iran Ribeiro	UFSM
Cesar Augusto Barcellos Guazzelli	UFRGS

Porto Alegre, 08 de julho de 2020

Membros	Assinatura	Conceito
Adriana Barreto de Souza	por videoconferência	A
José Iran Ribeiro	por videoconferência	A
Cesar Augusto Barcellos Guazzelli	por videoconferência	A

Conceito Geral da Banca: (A) Correções solicitadas: ( ) Sim ( X ) Não

**Observação:** Esta Ata não pode ser considerada como instrumento final do processo de concessão de título ao aluno.

\_\_\_\_\_  
Aluno

\_\_\_\_\_  
  
Orientador

Programa de Pós-Graduação em História  
Av. Bento Gonçalves, 9500 Prédio 43322 - 205D - Bairro Agronomia - Telefone 33088220 Porto Alegre - RS

## AGRADECIMENTOS

Escrever agradecimentos é uma tarefa injusta. Ao mesmo tempo em que nos oportuniza lembrar as pessoas que compartilharam as alegrias, desafios e angústias dessa caminhada, é difícil fazer justiça à todo o suporte recebido, afinal, nenhuma conquista é atingida sozinha. Por isso, inicio por quem esteve presente em todos os processos que levaram à conclusão desta pesquisa: meu companheiro Daniel Priebe. A sensibilidade e atenção com que lidou com meu “mundo acadêmico”, além do incentivo e admiração sempre expressos em ações e palavras, trouxe tranquilidade e força para dar conta dessa empreitada. Você e nossos bichinhos tornaram tudo muito mais leve.

À minha mãe e meu pai, Lúcia e Elimar, minha irmã Cíntia, meu irmão Luca e minha sobrinha Laura. Não poderia deixar de agradecer pela compreensão por todas as ausências nos últimos anos. À maneira de vocês, apoiaram minhas decisões e vibraram com cada conquista alcançada. Agradeço por acreditarem em mim e por sempre esperarem pela minha visita com cuca e chimarrão.

Muitas foram as pessoas que se fizeram presentes ao longo do mestrado, mesmo que da forma distante que a vida adulta (e a geografia) nos impõe. Todas merecem meu reconhecimento e gratidão. Às amigas incríveis que me acompanham há muitos anos: Andressa Malhão, Eduarda Ferreira, Flávia Lopes, Luizane Ramos, Mara Marques, Paulo Salim e Taís Reichert. Às amigas que construí ao longo do mestrado: Márcia Moraes, Patrícia Sanches e Paulo Alves. Todas vocês, nos assuntos acadêmicos ou não, trouxeram muita alegria à minha vida.

À todas as professoras e professores do PPGH, em especial ao meu orientador, professor Fábio Kühn. Obrigada por toda a seriedade e paciência despendida comigo, bem como todos os apontamentos e correções desta pesquisa. Entretanto, qualquer falta, é de minha inteira responsabilidade. Agradeço aos professores José Iran Ribeiro e César Guazzelli por estarem presentes na banca de qualificação, arguindo com sabedoria e dando indicações importantes para o seguimento do meu trabalho. Aos mesmos professores e à professora Adriana Barreto, meu sincero agradecimento por aceitarem compor a banca final.

Agradeço ao Ianko Bett, ao Guilherme Masi e ao Bruno Ribeiro que, sentados comigo

em uma mesa de bar, aceitaram criar o Grupo de Estudos em História Militar. Às pesquisadoras e pesquisadores que, nos quatros anos de existência do GEHM por ali passaram, agradeço pelas discussões, trocas, eventos e confraternizações. Esses momentos certamente ajudaram a pensar e desenvolver este trabalho. Agradeço à todas as(os) integrantes do grupo, mas devo uma menção especial ao Ianko. De supervisor do estágio obrigatório da graduação à parceiro em diversos projetos, tornou-se grande amigo e o maior incentivador desta pesquisa. Muito obrigada!

Agradeço aos espaços de memória que me acolheram durante a pesquisa. À Ananda Simões e Patrícia Coser, antigas colegas de trabalho no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, obrigada por toda a atenção e carinho nas minhas idas ao AHRS. Também é preciso agradecer ao Arquivo Histórico do Exército e ao Museu Militar do Comando Militar do Sul, onde fui muito bem recebida e auxiliada. Por fim, agradeço à universidade pública e ao CNPq/CAPES por possibilitar e fomentar pesquisadoras e pesquisadores de todo o país. Torço para que as “ciências” e a cultura, em todas as suas áreas, voltem a ser encaradas com respeito e com o devido reconhecimento do papel que desempenham na sociedade.

## RESUMO

Este trabalho se propõe a discutir a atuação do Arsenal de Guerra de Porto Alegre como instituição responsável por parte da logística da Guerra da Tríplice Aliança (1864 a 1870). Através, sobretudo, do estudo de correspondências de autoridades militares e políticas, na província e na Corte, analisa-se as relações político-militares entre diretores do estabelecimento militar, Presidência da província e Ministério da Guerra. A partir disso, evidencia-se aspectos administrativo-burocráticos, as rotinas fiscalizadoras do Arsenal e a subordinação da instituição militar ao poder executivo provincial. Nesse sentido, enfoca-se no papel decisório e de mediação dos presidentes e nas articulações e flexibilizações necessárias para dar conta do trabalho de prover para a guerra. Aborda-se as relações do Arsenal com negociantes, costureiras, associações religiosas, comerciantes, etc. Com isso, salienta-se como grupos e indivíduos se serviram da instituição e participando da logística da guerra contra o Paraguai.

**Palavras-chave:** Arsenal de Guerra de Porto Alegre; Guerra da Tríplice Aliança; Logística; Presidente de província; Relações político-militares.

## **ABSTRACT**

This work aims to discuss the performance of the Porto Alegre's War Arsenal as the institution responsible for part of the logistics of the War of the Triple Alliance (1864-1870). Through, above all, the study of correspondences of military and political authorities, in the province and in the Court, political-military relations between directors of the military establishment, Presidency of the province and Ministry of War are analyzed. From this, administrative-bureaucratic aspects, Arsenal's inspection routines and the subordination of the military institution to the provincial executive power are evident. In this sense, the focus on the decision-making and mediation role of the presidents and on the necessary articulations and flexibilities to provide the service of providing for the war. Arsenal's relationships with traders, dressmakers, religious associations, tradespeople, etc. are addressed. With that, it is highlighted how groups and individuals used the institution and participated in the logistics of the war against Paraguay.

**Keywords:** Porto Alegre War Arsenal; War of the Triple Alliance; Logistics; Provincial President; Political-military relations.

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1: Cargos e funções dos Arsenais de Guerra provinciais.....	35
Tabela 2: Empregados administrativo-burocráticos e das companhias adidas ao Arsenal de Guerra de Porto Alegre no ano de 1867.....	41

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1: Organograma da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra (1860-1866).....32

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

AGC - Arsenal de Guerra da Corte

AGPA - Arsenal de Guerra de Porto Alegre

AHEX - Arquivo Histórico do Exército

AN - Arquivo Nacional

AHPAMV - Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho

AHRS - Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

GTA - Guerra da Tríplice Aliança

MMCMS - Museu Militar do Comando Militar do Sul

## **APOIO DE FINANCIAMENTO CNPq**

O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>16</b>
<b>A LOGÍSTICA NO EXÉRCITO IMPERIAL: MINISTÉRIO DA GUERRA E O ARSENAL DE GUERRA DE PORTO ALEGRE</b>	<b>34</b>
<b>2.1 Características institucionais do Exército Imperial</b>	<b>34</b>
<b>2.2 Processo de profissionalização dos membros do Exército em meados do século XIX</b>	<b>39</b>
<b>2.3 Burocratização da logística militar: o Ministério da Guerra e sua organização</b>	<b>41</b>
<b>2.4 Arsenais de Guerra e logística na Guerra da Tríplice Aliança: uma revisão bibliográfica</b>	<b>45</b>
2.5 O Arsenal de Guerra de Porto Alegre: práticas administrativo-burocráticas durante a década de 1860	49
2.5.1 Secretaria da Diretoria	60
2.5.2 Almoxarifado e armazéns	60
2.5.3 Oficinas	63
2.5.4 Aquisição, compra e recebimentos de matérias-primas e artigos militares	67
2.5.5 Distribuição dos artigos militares	70
2.5.6 Arsenal de Guerra de Porto Alegre e setores adjuntos	71
<b>ARSENAL DE GUERRA DE PORTO ALEGRE: DIREÇÃO MILITAR E ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA</b>	<b>75</b>
3.1 Práticas relacionais entre militares e elites políticas no Império do Brasil	75
3.2 A autoridade do Presidente da província frente ao estabelecimento militar	82
3.3 O Ministério da Guerra e o Arsenal: esferas militares mediadas pelo poder executivo provincial	95
3.3.1 Tratamento e controle de empregados do Arsenal	104
3.3.3 O poder executivo provincial como mediador das demandas do Arsenal	114
<b>INDIVÍDUOS, ASSOCIAÇÕES E PRÁTICAS COMERCIAIS: O ARSENAL PARA ALÉM DAS RELAÇÕES DE SUBORDINAÇÃO E DEPENDÊNCIA</b>	<b>119</b>
4.1 O Arsenal de Guerra e demais esferas militares e políticas	119
4.2 “Com o mais sincero patriotismo”: oferecimento e uso de doações	123
4.3 Distribuição de costuras: trabalho fora das dependências da instituição	128
4.4 Comissão de compras: o estabelecimento de práticas extraordinárias para atendimento das demandas	132
4.5 Negociantes e fornecedores: dinâmicas institucionais e usos particulares	137
4.5.1 A instituição militar e seus fornecedores: impasses e resolução de conflitos.	143
4.5.2 A instituição militar e os indivíduos: o Arsenal como instrumento para a dispensa militar	147

4. 6 Presidência da província e a logística para a Guerra da Tríplice Aliança: uma atuação para além do Arsenal de Guerra	151
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>158</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>174</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa propõe, em seu escopo mais amplo, uma análise da atuação do Arsenal de Guerra de Porto Alegre (AGPA), durante o período marcado pela Guerra da Tríplice Aliança (GTA).<sup>1</sup> A partir do estudo das relações político-militares, identificaremos as atividades do AGPA no contexto do conflito, examinando seus aspectos organizacionais, suas funções, as relações de subordinação e dependência com esferas militares e políticas, na província e na Corte. Além disso, buscaremos explorar como a instituição se relacionou com outros âmbitos da sociedade, como comerciantes, operários e fornecedores, mas também com setores religiosos-assistenciais e com âmbitos militares e políticos com os quais não possuía dependência e/ou subordinação, como a Câmara Municipal de Porto Alegre, por exemplo.

A hipótese inicial deste trabalho apontou para o aumento das necessidades do Exército Imperial Brasileiro durante o conflito e a consequente excedência da capacidade produtiva do AGPA, fazendo com que sua dinâmica fosse revista e modificada. Esta hipótese foi baseada em estudos que apontam para a precariedade das Forças Armadas no início da guerra<sup>2</sup>, para a existência de um esforço de guerra<sup>3</sup> e para os efeitos que a guerra, ou a preparação para a mesma, tem em uma sociedade.<sup>4</sup>

De modo geral, o Arsenal de Guerra pode ser entendido como uma instituição cuja função era “fornecer para o Exército armamento, todas as munições de guerra, fardamentos e equipamentos ali fabricados ou vindos do exterior. Era, portanto, fábrica e depósito”<sup>5</sup>. Os

---

<sup>1</sup> Optou-se pelo uso do termo “Guerra da Tríplice Aliança” em detrimento de “Guerra do Paraguai” por entendermos que o último carrega consigo uma ideia de culpabilizar o Paraguai pelo conflito.

<sup>2</sup> Cf.: IZECKSOHN, V. *O cerne da discórdia: A Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2002.

SALLES, R. *Guerra do Paraguai: escravidão e liberdade na formação do Exército*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1990.

FERRER, F. A (re)organização do Exército Brasileiro na Guerra do Paraguai. *Biblos*, Rio Grande. n. 17. pp. 121-130, 2005.

<sup>3</sup> É comum encontrar nos trabalhos que tratam do conflito contra o Paraguai de forma mais abrangente, menções ao esforço de guerra, seja com a incorporação dos Voluntários da Pátria ou através de doações de imóveis, dinheiro e indivíduos escravizados. Acerca do esforço de guerra no que concerne às doações, dedicaremos uma parte do terceiro capítulo para apresentar como essa prática se desenrolou no AGPA durante o período abordado.

<sup>4</sup> CASTRO, A. H. F. *A Pré-indústria e governo no Brasil: iniciativa de industrialização a partir do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, 1808-1864*. 633 f. Tese. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Comparada. Rio de Janeiro, 2017. p. 552.

<sup>5</sup> FIGUEIRA, D. G. *Soldados e negociantes na Guerra do Paraguai*. São Paulo: Humanitas / FFLCH-USP – FAPESP, 2001. p. 90.

primórdios do Arsenal remontam a meados do século XVIII,<sup>6</sup> servindo, até a chegada da família real portuguesa, basicamente como um depósito. Após 1808, uma série de órgãos foram criados com o objetivo de suprir as necessidades do Exército e da Marinha, como os arsenais e as fábricas de ferro e pólvora.<sup>7</sup> Diversas expansões e melhoramentos foram realizados no Arsenal de Guerra da Corte (AGC), possibilitando, assim, a manutenção e o feitiço de alguns artigos bélicos em solo nacional, como a fundição de canhões (1820) e a utilização de máquinas a vapor (1847).<sup>8</sup>

No caso da província do Rio Grande do Sul, se considerarmos a documentação contida no *Fundo Arsenal de Guerra*,<sup>9</sup> sob guarda do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS), a correspondência mais antiga remonta ao ano de 1811, apontando para a existência do Trem de Guerra em Porto Alegre.<sup>10</sup> O viajante Auguste de Saint-Hilaire em visita à cidade, no início da década de 1820, escreveu acerca de um depósito de armas e de um local onde seriam instaladas oficinas, devido a necessidade da tropa.<sup>11</sup> Esta instituição, posteriormente denominada "Arsenal de Guerra de Porto Alegre" ou "Arsenal de Guerra da província de São Pedro do Rio Grande do Sul", esteve localizada em posição estratégica na cidade, na Rua da Praia, tendo o Rio Guaíba como uma considerável opção de escoamento de sua produção.

Todavia, somente com um decreto sem número, datado de 21 de fevereiro de 1832, ficou estabelecida a existência da instituição militar Arsenal de Guerra do Rio Grande do Sul enquanto tal. Além desse, o dispositivo também instituiu e regulamentou os arsenais nas províncias da Bahia, do Pará, Pernambuco e do Mato Grosso e a criação de depósitos nas demais províncias, com abastecimento a cargo do arsenal mais próximo.<sup>12</sup> O regulamento contido no decreto determinou quais seriam os empregados dos arsenais, suas respectivas funções e vencimentos, estabeleceu a implementação de oficinas, regulou o ingresso de menores aprendizes na instituição, bem como suas aulas e seus professores, entre outras

---

<sup>6</sup> Primeiramente, o Arsenal de Guerra da Corte foi chamado de Casa do Trem ou, no caso do Rio Grande do Sul, chamado de Trem de Guerra.

<sup>7</sup> CASTRO, A. H. F. O Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro. In: BRASIL. *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro. v. 28, 1996. p. 164.

<sup>8</sup> *Idem*.

<sup>9</sup> É importante salientar que este fundo documental não possui numeração para além de caixas e maços. A organização do acervo consiste em uma separação apenas temporal, com a caixa e maço número 1 correspondendo aos documentos mais antigos do conjunto.

<sup>10</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL (AHRS). *Fundo Arsenal de Guerra*. Caixa 1, maço 1.

<sup>11</sup> SAINT-HILAIRE, A. *August de Saint-Hilaire em Porto Alegre, 1820-21*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre/SMEC, 1979. p. 63.

<sup>12</sup> AHRS. Fundo Legislação Códice 53. *Coleção das Leis do Imperio do Brazil*. Decreto de 21 de fevereiro de 1832. Actos do Poder Executivo, Rio de Janeiro: Typ Imperial e Constitucional de Seignot-Plancher, 1832.

questões.

As chamadas Companhias de Aprendizes Menores do Arsenal de Guerra eram uma outra esfera da instituição militar e funcionou nas dependências de pelo menos três arsenais: Corte, Mato Grosso e Rio Grande do Sul. Este é um aspecto importante da instituição pois é através de estudos dessas companhias que os arsenais de guerra comumente têm aparecido na historiografia, como veremos no primeiro capítulo.

Os objetivos deste trabalho são fruto de uma leitura preliminar das fontes do *Fundo Arsenal de Guerra*, mencionado anteriormente, que corresponde aos documentos recebidos e acumulados pela presidência da província, oriundos do AGPA. Atentando para os cuidados no uso de correspondências enviadas e recebidas pelo poder executivo, como nos previne Carlos Bacellar, buscamos seguir o rastro dessas comunicações à procura de suas respostas, os seus anexos ou os originais, que por vezes eram enviados para outras autoridades após o seu recebimento, restando, quando muito, suas cópias.<sup>13</sup>

É importante salientar que existem lacunas nessas fontes, talvez de difícil recuperação, porém, as que foram possíveis preencher, dependeram da busca em diversos acervos localizados em Porto Alegre e no Rio de Janeiro. No Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, consultamos, além do fundo mencionado acima, os livros de registro de correspondências enviadas pelo Presidente da província para as autoridades militares e para o Ministério da Guerra. Já no Museu Militar do Comando Militar do Sul (MMCMS), foram consultados os ofícios recebidos pelo AGPA, na sua maioria provenientes da presidência da província.<sup>14</sup>

De modo a completar parte das lacunas, acessamos o acervo do Arquivo Histórico do Exército (AHEx), no fundo documental denominado *Códices do Rio Grande do Sul*, que corresponde ao registro de correspondências enviadas do Ministério da Guerra para diversos destinatários na província. Além disso, mais especificamente para as questões organizacionais e operacionais, pesquisamos os *Relatórios dos Presidentes da província de São Pedro do Rio Grande do Sul* e os *Relatórios do Ministério da Guerra*, disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional.

---

<sup>13</sup> BACELLAR, C. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, C. B. (org.). *Fontes Históricas*. 3a ed. São Paulo: Editora Contexto, 2014. p. 27.

<sup>14</sup> O edifício onde hoje se localiza o Museu Militar do Comando Militar do Sul foi inaugurado em 1867, sendo a última sede do Arsenal de Guerra de Porto Alegre antes da transferência para General Câmara/RS, onde se encontra até hoje. O acervo de documentação histórica acessado no museu foi recolhido no atual Arsenal de Guerra, no ano de 2017.

Também empreendemos pesquisas nos fundos documentais do Arquivo Nacional (AN), onde foi possível preencher um pouco mais o circuito de troca de informações e emissão de ordens entre as esferas políticas e militares, na província e na Corte. No AN acessamos o registro de correspondências enviadas pelo Comandante em Armas para várias autoridades,<sup>15</sup> como as presidências de província, por exemplo, além das correspondências acumuladas pelo Ministério da Guerra, provenientes do poder executivo da província de São Pedro do Rio Grande do Sul.<sup>16</sup>

Os conjuntos documentais referidos até aqui representam o montante essencial desta pesquisa. Entretanto, com a intenção de examinar outras esferas políticas que estiveram envolvidas com questões do AGPA ou dos fornecimentos militares feitos pela instituição durante a guerra, conveio a análise do livro de registro das consultas feitas ao Conselho de Estado (AN)<sup>17</sup> e as atas das assembleias da Câmara Municipal de Porto Alegre, sob guarda do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho (AHPAMV).

A metodologia empreendida no uso dessas fontes foi determinada pelo seu caráter incompleto e pela dispersão entre as diversas instituições de salvaguarda. Para os objetivos do primeiro capítulo - examinar o funcionamento do AGPA durante o conflito -, utilizamos sobretudo os dados contidos nas correspondências e nos relatórios: quais artigos, quais empregados, quais valores. Também nessa perspectiva, utilizamos os gráficos, mapas e tabelas anexos aos relatórios presidenciais e ministeriais. Contudo, para atender aos propósitos do segundo e terceiro capítulos, foi necessário atentar para outros aspectos, como as formas de tratamento entre os indivíduos, quais os assuntos que eram tratados com cada esfera, se as correspondências eram enviadas em caráter de ordem ou de pedido, etc. Tudo isso com o intuito de identificar a dinâmica das relações de dependência e subordinação existentes entre a instituição militar e as esferas políticas e militares à ela relacionadas, bem como o modo de conexão do estabelecimento com outros âmbitos civis, públicos ou não.

A escolha do recorte temporal deste trabalho, a Guerra da Tríplice Aliança, conversa diretamente com as lacunas historiográficas e com a base empírica da pesquisa. Contudo, parece importante pormenorizar a nossa delimitação, uma vez que o início da contenda pode variar conforme o viés interpretativo. Devido a nossa preferência pelo uso do termo Guerra da

---

<sup>15</sup> ARQUIVO NACIONAL (AN). Coleção Ministério da Guerra. Códice 932.

<sup>16</sup> AN. Série Guerra – Gabinete do Ministro. IG<sup>1</sup> 192-197.

<sup>17</sup> AN. Série Guerra – Gabinete do Ministro. IG<sup>1</sup> 611.

Tríplice Aliança, poderíamos ter escolhido como ponto de partida o momento da assinatura do Tratado, em maio de 1865, por exemplo. Também seria possível anteceder temporalmente a análise se considerarmos a sequência de conflitos que ocorreram na região da Bacia do Prata. E questões parecidas se colocam quando pensamos o encerramento do conflito.

Porém, optamos por iniciar nosso espaço temporal com a tomada do Marquês de Olinda, em novembro de 1864, e seu encerramento com a morte de Solano López, em março de 1870. Esta escolha está pautada nas correspondências trocadas entre a direção do AGPA e a presidência da província, e desta com o Ministério da Guerra. Foi possível perceber uma quase inexistência de grandes alterações na rotina administrativa e burocrática da instituição nos meses anteriores a novembro de 1864. Já em 16 de dezembro, João Marcellino de Souza Gonzaga, presidente da província de São Pedro, se comunica através de correspondência reservada com o ministro da Guerra, Visconde de Beaurepaire-Rohan. Gonzaga avisa que mandou admitir grande número de operários no Arsenal de Guerra de Porto Alegre, para que brevemente se pudesse aprontar lanças e cartuxas.<sup>18</sup> Poucas semanas após o episódio com o Vapor Marquês de Olinda, Gonzaga, "à vista da gravidade da situação"<sup>19</sup>, escrevia uma correspondência para o ministro Rohan, contendo entre outras informações de caráter reservado, as providências tomadas com relação ao Arsenal de Guerra de Porto Alegre.

Ao contrário dos pequenos avisos, contendo informações de remessas e pedidos, esta correspondência é ilustrativa da relativa autonomia decisória da presidência da província com relação ao AGPA. É também, possivelmente, a primeira mudança nas questões produtivas, ainda que pequena, de tantas que a instituição seria submetida ao longo do conflito. Estendemos nossa pesquisa até o fim formal da guerra de modo a tentar perceber possíveis alterações na atuação do AGPA, à medida que as campanhas na província diminuem ou cessam.

A província de São Pedro, palco de uma série de disputas bélicas nos séculos XVIII e XIX, poderia proporcionar pesquisas semelhantes a esta para outros contextos. Porém, a escolha pela Guerra da Tríplice Aliança está baseada no entendimento de que este foi um momento atípico não só para os arsenais, mas para todo o Império. Segundo Francisco

---

<sup>18</sup> AHRS. A-2.43. Registro de correspondências reservadas enviadas da Presidência da província para o Ministério da Guerra. Reservado N° 22, de 16 de dezembro de 1864.

<sup>19</sup> *Idem*.

Doratioto, este foi “o conflito externo de maior repercussão para os países envolvidos, quer quanto à mobilização e perda de homens, quer quanto aos aspectos políticos e financeiros”.<sup>20</sup>

Outro aspecto que demonstra a preponderância do conflito, se refere a quantidade de obras produzidas sobre o assunto ou cuja guerra esteja servindo de contexto. Esses escritos iniciaram-se ainda durante o período da guerra, com publicações de indivíduos que ali estiveram presentes e, de alguma forma, inseridos em ações da disputa bélica entre os aliados e o Paraguai. Exemplo disso é *The War in Paraguay*, escrita pelo inglês George Thompson, que serviu como tenente-coronel de engenharia no Exército paraguaio.<sup>21</sup>

Essa e outras obras escritas durante ou nas décadas seguintes ao conflito, dedicaram-se à descrever manobras e batalhas, relatar as ações dos grandes heróis, reunir informações de forma factual.<sup>22</sup> Estes primeiros escritos, comumente de cunho memorialista, com um olhar nacionalista (e civilizatório, no caso das escritas por brasileiros) acerca da guerra, estão inseridos em um contexto de consolidação do Estado nacional e de institucionalização e modernização do Exército.<sup>23</sup> Atualmente, esta primeira leva de publicações sobre o conflito também pode ser entendida como uma história militar “tradicional” e oficialista, sobretudo para realizar uma contraposição às pesquisas que se desenvolveram na segunda metade do século XX.

A partir da década de 1960, publicações como as de León Pomer (1968), na Argentina, e de Julio Chiavenatto (1979), no Brasil, marcam um novo momento da historiografia sobre a guerra.<sup>24</sup> Para esses autores, a Guerra do Paraguai foi motivada, entre outras coisas, pelo interesse do capital inglês em manter sua dominância econômica sobre a América do Sul, frente à um país com possibilidades de autonomia, como supostamente seria o caso do Paraguai. Além disso, o jornalista Julio Chiavenatto em sua dezena de publicações sobre o

---

<sup>20</sup> DORATIOTO, F. F. M. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 17.

<sup>21</sup> Um dos aspectos mais disseminados desta obra é a visão de Francisco Solano López como um tirano governante que, com sua vilania, foi capaz iniciar uma guerra que não poderia vencer. Utilizamos a versão em português traduzida por Homero de Castro Jobim: THOMPSON, G. *A Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1968.

<sup>22</sup> FRAGOSO, A. T. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960, 5 vols.

CERQUEIRA, D. *Reminiscências da Campanha do Paraguai, 1865-1870*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

<sup>23</sup> CASTRO, C.; KRAAY, H.; IZECKSOHN, V. (Orgs.) *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 14.

<sup>24</sup> POMER, L. *A Guerra do Paraguai: a grande tragédia rioplatense*. São Paulo: Global Editora, 1981.

CHIAVENATTO, J. J. *Genocídio Americano: A Guerra do Paraguai*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

assunto, “denuncia”, de forma bastante sensacionalista, o que ele considera serem calúnias e mentiras sobre a guerra, sobre o Paraguai e seu governante, Francisco Solano López.<sup>25</sup> Atualmente, “essas teses são consideradas simplistas e podem ser facilmente relativizadas a partir de uma pesquisa mais profunda, pois não apresentam sustentação empírica”.<sup>26</sup>

Pertencente ao que podemos considerar um terceiro momento das pesquisas produzidas sobre o conflito, o estudo de Francisco Doratioto, publicado em 2002, critica tanto a historiografia brasileira tradicional, como o “revisionismo populista” que se seguiu.<sup>27</sup> Para o autor, ambas as interpretações “substituíram a metodologia do trabalho histórico pelo emocionismo fácil e pela denúncia indignada”.<sup>28</sup> Não seria possível apresentar todas as questões discutidas por Doratioto neste trabalho, mas cabe destacar a ampla gama de fontes consultadas em todos os países envolvidos na contenda, possibilitando que seu entendimento das causas da guerra não fosse reducionista. Nesse sentido, o historiador concebe que este combate armado é consequência de um complexo conjunto de questões diplomáticas e políticas com relação às fronteiras e às disputas entre *blancos* e *colorados* no Uruguai, além dos interesses econômicos dos países beligerantes e da Inglaterra.

Este breve apanhado das correntes interpretativas do conflito nos permite discutir os diferentes momentos da produção de história militar mais abrangente. Seria possível dizer que os escritos históricos surgiram como uma forma de registro e investigação das guerras do período clássico, com Heródoto, Tucídides e Xenofonte, para citar alguns. Passando pela Idade Média e chegando ao período moderno, a disciplina histórica emergiu como campo científico e desempenhou, sobretudo no século XIX, uma importante função política e social no contexto dos processos de consolidação dos Estados-Nacionais.<sup>29</sup>

Até o início do processo de renovação historiográfico proporcionado pela *Escola dos Annales*, a disciplina histórica baseava-se na concepção teórica de que os acontecimentos possuíam origens individuais, merecendo registro os eventos memoráveis e simbólicos, com o uso de fontes oficiais e a busca de uma “verdade”. Nesse sentido, a história militar, até então dedicada aos escritos factuais acerca dos aspectos políticos e diplomáticos das guerras, com

---

<sup>25</sup> CHIAVENATTO, J. J. *Ibidem.* p. 69-71.

<sup>26</sup> VARGAS, J. M. O Rio Grande do Sul e a Guerra do Paraguai. In: NEUMANN, E. S.; GRIJÓ, L. A. (orgs.). *O Continente em armas: uma historiografia da guerra no sul do Brasil*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010. p. 124.

<sup>27</sup> DORATIOTO, F. F. M. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 18.

<sup>28</sup> DORATIOTO, F. F. M. *Ibidem.* p. 20.

<sup>29</sup> TEIXEIRA, N. S. 1995, p. 21 *apud* MORAIS, R. Q. Esboço crítico da historiografia militar brasileira. *Escritas*. v. 5, n. 1. pp. 3-30, 2013. p. 11.

detalhamento de batalhas, manobras, estratégias e destacando os grandes vultos, perde espaço na academia, frente a concepção de uma *história total*. No entendimento de Soares e Vainfas, essa marginalização da temática militar na história deixou a cargo dos militares escreverem uma segunda versão da velha história militar.<sup>30</sup>

As produções de membros das Forças Armadas, sobretudo aquela realizada de forma institucionalizada após a Segunda Guerra Mundial, foram pensadas para servir de objeto pedagógico na formação profissional de soldados e no aprimoramento dos chefes militares. De acordo com Russel F. Weigley, a “história militar é um substituto indispensável da experiência direta”, para que os oficiais possam se preparar para os momentos críticos da liderança.<sup>31</sup> No entendimento do autor, a história deve ensinar lições e guiar as ações do presente, algo que, segundo ele, é um compromisso do qual os historiadores fogem. Para o caso brasileiro não é diferente, como demonstrado pelo historiador Ronaldo Moraes, diversas publicações da Editora Biblioteca do Exército (BIBLIEX) trazem esta visão pedagógica da história.<sup>32</sup>

Por outro lado, os paradigmas da chamada “nova história” proporcionaram mudanças na produção historiográfica de forma geral, possibilitando aos temas políticos e militares da chamada história tradicional, uma renovação de suas pesquisas através da interdisciplinaridade com outras ciências sociais e humanas e com a apuração e ampliação dos objetos, fontes e abordagens, como bem aponta René Rémond ao tratar dos caminhos de renovação da história política.<sup>33</sup> Entretanto, como aponta Moraes, a “nova história militar” não se apresenta propriamente como uma novidade em termos teóricos e metodológicos, mas em contraposição e como uma considerável ruptura com a história militar produzida na caserna (ou para ela).<sup>34</sup>

Nesse sentido, a renovação historiográfica trouxe outras possibilidades à história militar enquanto campo temático, contudo, não foi capaz de construir um arcabouço teórico que ensejasse uma leitura militar do real passado. Em outras palavras, uma história militar pensada a partir da questão militar, e não a partir da economia ou da política, por exemplo.

---

<sup>30</sup> SOARES, L. C.; VAINFAS, R. Nova história militar. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (orgs.) *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2012. pp. 119-120.

<sup>31</sup> WEIGLEY, R. F. (org.) *Novas Dimensões da História Militar*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981-82. vols 1 e 2. p. 15.

<sup>32</sup> MORAIS, R. Q. Esboço crítico da historiografia militar brasileira. *Escritas*. v. 5, n. 1. pp. 3-30, 2013, *passim*.

<sup>33</sup> RÉMOND, R. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 6.

<sup>34</sup> MORAIS, R. Q. *op. cit.* p. 14.

Não pretendemos dar conta dessas elaborações, mas atentar para essa lacuna é essencial, uma vez que foi alvo de muitas reflexões ao longo da execução dessa pesquisa. Pesquisa essa que, ao fim e ao cabo, está realizando uma leitura político-institucional do Arsenal de Guerra de Porto Alegre em sua atuação nas atividades logística para a Guerra da Tríplice Aliança, ainda que busque não perder de vista as questões militares e de que forma elas aparecem expressas nas relações analisadas.

Em certa medida, é possível dizer que pretendemos resgatar um tema tradicional como a logística militar, através de uma abordagem que possibilite vislumbrar, além da dinâmica utilizada no abastecimento das tropas, a forma como diversos âmbitos da sociedade se serviram e se relacionaram com a instituição militar em seu trabalho de prover as forças em combate. Como aponta Jean-Pierre Azéma, estudar história política na guerra pode apresentar algumas dificuldades pois,

em tempo de guerra, diluem-se os pontos de referência que habitualmente permitem balizar a vida política. [...] Em consequência, é lícito temer que os instrumentos clássicos de medida ou de apreciação da vida política nos faltem de maneira irremediável.<sup>35</sup>

Ou seja, a alteração dos balizadores habituais da vida política em tempo de conflitos armados, como as eleições e as atividades parlamentares, por exemplo, podem trazer dificuldades para o estudo de uma história política *na* guerra.

Todavia, acreditamos que as dificuldades são aqui contornadas na medida em que buscou-se realizar uma história política *da* guerra. Mais especificamente da logística da guerra contra o Paraguai, através da análise das relações entre as esferas políticas, militares, religiosas que estiveram envolvidas com o abastecimento das tropas a partir do Arsenal de Guerra de Porto Alegre. Um tema que tende a ser “bruto” e engessado como a logística da guerra, pensada e analisada a partir das articulações político-militares, nos permite ver mais do que a quantidade de artigos, os valores gastos ou os trajetos e distâncias percorridas. Porém, para que isso se torne possível, é necessário discutir, ainda que de forma breve, quais os entendimentos acerca da guerra enquanto fenômeno e de logística encontrados tanto na historiografia como em algumas teorias militares.

\*\*\*

---

<sup>35</sup> AZÉMA, J. A guerra. In.: RÉMOND, R. (org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 407-408.

Quando iniciamos uma busca por trabalhos que tem como objetivo pensar a guerra e suas implicações, a obra *Da Guerra*, escrita pelo general prussiano Carl von Clausewitz, desponta como um dos principais escritos ocidentais modernos acerca do assunto.<sup>36</sup> Além de uma teoria para o campo de batalha, com análises dos processos militares, o autor também disserta sobre o lugar da guerra na vida social e política, baseando-se, principalmente, nas suas experiências militares enquanto comandante e parte do grupo de reformadores do exército da Prússia.

A divisão da guerra feita pelo estrategista militar diz respeito aos seus propósitos, variando entre

*abater o adversário* – seja para aniquilá-lo politicamente, seja para desarmá-lo apenas, obrigando-o a aceitar a paz a qualquer preço, [ou] *bastam algumas conquistas nas fronteiras do país*, quer se queira conservá-las, quer se queira utilizá-las como moeda de troca no momento da paz.<sup>37</sup> [grifos no original]

As duas motivações possíveis apresentadas pelo autor no excerto acima podem ser resumidas com a frase “a guerra é pois um ato de violência destinado a forçar o adversário a submeter-se à nossa vontade”.<sup>38</sup> No que diz respeito ao caráter político da guerra, a obra de Clausewitz é reconhecida pela máxima “a guerra é uma simples continuação da política por outros meios”.<sup>39</sup> A partir dessa perspectiva, Clausewitz destaca que os motivos para uma guerra são sempre alguma situação política, e que os seus propósitos – derrotar o inimigo ou ocupar suas regiões fronteiriças - sempre são políticos. Esta visão do autor coloca a guerra enquanto um fenômeno cujas ações estão impregnadas pela política, exercendo sua influência sobre as operações militares de forma contínua, tanto quanto a própria natureza da guerra permitir. De forma resumida, a teoria clausewitziana coloca a guerra como um meio para atingir uma meta/propósito, sendo estes sempre de cunho político.

Diferente da teoria construída por Clausewitz, a obra do historiador John Keegan, *Uma História da Guerra*, aponta, logo no primeiro parágrafo, que é errôneo entender a guerra

<sup>36</sup> CLAUSEWITZ, C. *Da Guerra*. Tradução Maria Teresa Ramos. Preparação do original Maurício Balthazar Leal. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

<sup>37</sup> CLAUSEWITZ, C. *Ibidem*. Três notas de Clausewitz sobre Da Guerra. Nota II, de 10 de julho de 1827. p. XCIII

<sup>38</sup> CLAUSEWITZ, C. *Ibidem*. p. 7

<sup>39</sup> CLAUSEWITZ, C. *Ibidem*. p. 27.

como sendo tão somente a “política por outros meios”.<sup>40</sup> O autor não discorda da relação que a política e a diplomacia tem com a guerra, mas ressalta que a visão clausewitziana implica na existência dos Estados, enquanto as guerras os antecedem em milhares de anos. Entretanto, Keegan parece entender a política, na análise de Clausewitz, como tão somente a relação entre Estados, ou deles com seus indivíduos, quando ela também pode ser entendida como todas as formas relacionais entre grupos ou sujeitos. Desse modo, a guerra/conflito, assim como a política, independem da existência do Estado.

Outro ponto levantado por Keegan diz respeito aos cálculos racionais (tática e estratégia) que são defendidos por Clausewitz no emprego da guerra, mas que não são as únicas premissas que influenciam no curso dos conflitos. Nesse sentido, Keegan alerta para a questão da natureza violenta do homem, seus atos de impulsos, de contar com sorte ou azar, atos de coragem e ousadia, por exemplo, que, segundo ele, são desconsiderados por Clausewitz para o curso da guerra. Em *Da Guerra*, o autor reconhece e destaca até mesmo a importância desses aspectos “naturais” para o curso dos conflitos, mas reforça a premissa de que as ações de uma guerra devem ser anteriormente estudadas e seguir os objetivos propostos, dando pouco espaço para operações que estejam distantes daquilo que foi definido pela tática e pela estratégia e, principalmente, que se distancie do propósito político almejado.

<sup>41</sup> Contudo, como Keegan afirma, Clausewitz trabalhou para compor uma teoria universal acerca do que a guerra deveria ser, ao invés de formular o que a guerra era ou fora.

É possível afirmar que a grande crítica que Keegan lança contra a teoria clausewitziana está calcada na ideia de que somos culturais, sendo necessário, assim, estudar o fenômeno da guerra levando em consideração o plano cultural. Ainda que as críticas de Keegan sejam incisivas, o autor entende os limites da obra de Clausewitz, apontando que

todos nós achamos difícil tomar distância suficiente da nossa própria cultura para perceber como ela faz de nós, como indivíduos, o que somos. [E segue] A guerra abarca muito mais que a política, que é sempre uma expressão da cultura, com frequência um determinante de formas culturais e, em algumas sociedades, é a própria cultura.<sup>42</sup>

A partir desse excerto é possível perceber que Keegan não nega a relação política-guerra, mas entende que o próprio plano político, assim como a guerra, são expressões culturais. Contudo,

<sup>40</sup> KEEGAN, J. *Uma História da Guerra*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006. p. 7.

<sup>41</sup> CLAUSEWITZ, C. *op. cit.* p. 25.

<sup>42</sup> KEEGAN, J. *op. cit.* p. 14.

parece importante salientar que, embora Clausewitz tenha alicerçado a relação política-guerra, isso não exclui o entendimento de Keegan acerca das dimensões culturais dos conflitos armados. Isso porque, entender que as guerras possuem motivações e objetivos políticos não exclui o aspecto cultural no que diz respeito a forma escolhida para colocar em prática esses objetivos. Ou seja, os conflitos são políticos, mas a escolha pelo emprego da violência pode ser entendida como uma manifestação cultural das sociedades.

Após comentarmos a visão de alguns estudiosos, encontramos subsídios para pensar o fenômeno da guerra em suas motivações e implicações políticas, mas também enquanto um processo que deve ser historicizado e analisado levando em consideração, por exemplo, seus aspectos culturais e sociais que, de forma alguma podem ser entendidos como universais. Essa questão nos ajuda a pensar as nuances que podem provocar variações não somente no campo de batalha, mas também no emprego da logística.

Este ramo das atividades bélicas não recebeu a devida atenção dos(as) profissionais das ciências humanas, resultando em trabalhos escassos e que, de modo geral, acabam por colocar a logística enquanto uma peça importante para as táticas e estratégias de guerra, mas sem dar conta de propor uma definição de seu conceito.<sup>43</sup> O que ocorre no lugar disso, é uma visão de logística de caso por caso, sem uma elucidação acerca do que é ou da forma como a logística se relaciona com a estratégia e a tática. Atualmente a palavra está no uso cotidiano por pertencer ao vocabulário da área da administração, sobretudo nas atividades relacionadas ao transporte e distribuição de mercadorias. Entretanto, quando buscamos por estudos dedicados à pensar logística de guerra, nos deparamos com uma considerável escassez de material.

De qualquer forma, para que seja possível apresentar nosso entendimento acerca das atividades que englobam a logística da guerra, algumas obras de cunho teórico-militar precisam ser mencionadas. É o caso dos escritos do Barão Antonie-Henri Jomini, teórico militar que, assim como seu contemporâneo Clausewitz, foi veterano das guerras napoleônicas. Jomini pode ser considerado o primeiro autor ocidental a escrever sobre a logística colocando-a como uma das seis partes em que dividiu a arte da guerra, juntamente com a estratégia, a grande tática, a tática dos detalhes, a engenharia e a política da guerra. No

---

<sup>43</sup> PROENÇA, D.; DUARTE, E. E. The Concept of Logistics derived from Clausewitz: all that is required so that the fighting force can be taken as a given. *The Journal of Strategic Studies*. v. 28, n. 4, pp. 645-677. Londres, 2005.

entendimento de Érico Duarte, é compreensível a necessidade de criação de um novo ramo da guerra que fosse capaz de abarcar todas aquelas atividades que não se enquadravam no “recorte desqualificado da arte da guerra”. Com isso, surge a logística, como uma espécie de enxerto onde estas questões pudessem ser formuladas.<sup>44</sup>

De acordo com Jomini, a origem da palavra logística estaria relacionada com o termo francês “major general des logis”, nome atribuído ao militar encarregado da preparação, orientação e acomodação das tropas.<sup>45</sup> Entretanto, como aponta Adler Castro,

outra origem da palavra, mais aproximada com o sentido moderno seria o termo grego *logistike*, significando cálculo, palavra usada pelos exércitos bizantinos no século X para designar um oficial encarregado dos problemas administrativos das forças armadas.<sup>46</sup> [grifos no original]

Ao que parece, independente da origem da palavra, ela está diretamente ligada aos processos militares, apontando sua importância para as forças armadas e o curso das guerras.

A obra *A Arte da Guerra*,<sup>47</sup> de Jomini, publicada em 1838 traz a definição de logística como sendo

a arte de movimentar exércitos. Envolve a ordem e o detalhe das marchas e acampamentos, e do aquartelamento e abastecimento das tropas; em uma palavra é a execução dos empreendimentos estratégicos e táticos.<sup>48</sup> [tradução nossa].

A partir dessa definição, Jomini coloca a logística de forma geral, como algo necessário para que a estratégia e a tática sejam empreendidas. Todavia, não apresenta a forma como os tripés da arte da guerra se co-relacionam e, mesmo, quais as atividades que podem ser abarcadas pelos serviços de logística antes, durante e depois de uma guerra.

Segundo John Shy, esta obra de Jomini tinha por objetivo principal simplificar a complexidade da guerra em uma fórmula que seria capaz de prover a vitória através de um

<sup>44</sup> DUARTE, E. E. *A Independência Norte-Americana: guerra, revolução e logística*. Série Estratégia, segurança e relações internacionais. Porto Alegre: Leitura XXI, 2013. p. 27.

<sup>45</sup> JOMINI, H. *A Arte da Guerra*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1949. p. 126.

<sup>46</sup> CASTRO, A. H. F. *A Pré-indústria e governo no Brasil: iniciativa de industrialização a partir do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, 1808-1864*. 633 f. Tese. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Comparada. Rio de Janeiro, 2017. p. 82.

<sup>47</sup> É importante salientar que a obra original de Jomini foi diversas vezes reeditada e publicada. A versão utilizada para esta pesquisa tem tradução para o inglês pelo Cel. J. D. Hittle e tradução do inglês para o português pelo Major Napoleão Nobre, publicada pela Editora Biblioteca do Exército (BIBLIEX) sob o título *A Arte da Guerra*.

<sup>48</sup> JOMINI, H. *apud* PROENÇA, D.; DUARTE, E. E. The Concept of Logistics derived from Clausewitz: all that is required so that the fighting force can be taken as a given. *The Journal of Strategic Studies*. v. 28, n. 4, pp. 645-677. Londres, 2005. p. 647.

plano simples, direto e eternamente verdadeiro.<sup>49</sup> Desse modo, através de suas observações e testemunhos do exército napoleônico, buscou traçar as condições universais para um exército perfeito. Ainda que Jomini tenha se dedicado a pensar a relevância da logística para os exércitos, Duarte tece algumas críticas e salienta que, a incapacidade de alcançar os objetivos almejados pelo militar, “conferiu ao estudo de logística sua tradição de estudo contextual e pontual.”<sup>50</sup> Além disso, Duarte entende que a não ponderação, por parte de Jomini, sobre os oponentes e o combate, proveu um conhecimento falacioso acerca da logística. Após suas avaliações, Duarte conclui que

a adesão às proposições de Jomini comprometeu e compromete qualquer recorte consistente para o estudo da logística. Elas não foram formuladas para o enquadramento dos aspectos sociais, políticos, estratégicos e táticos na guerra.<sup>51</sup>

O apontamento de Duarte é especialmente relevante na medida em que buscamos analisar uma instituição militar responsável por *parte* da logística, a partir de suas relações com diversos âmbitos da sociedade. Desse modo, entendemos que fatores diversos estão ligados de forma mais um menos direta no bom emprego da logística de guerra. Questões sociais como a demanda e disponibilidade de mão-de-obra, questões econômicas como a obtenção de matéria-prima ou compra de produtos manufaturados, além do envolvimento das esferas políticas nas articulações para o abastecimento das tropas, entre outros aspectos são aqui considerados.

Indo ao encontro da avaliação de Duarte, é possível encontrar estudos acerca da logística em contextos específicos e como esse contexto foi utilizado para construir uma definição de logística. Nesse sentido, Mônica Moitrel, em seu estudo sobre a logística da Marinha Imperial Brasileira durante a guerra contra o Paraguai, conceitua logística como “o conjunto de atividades relativas à previsão e à provisão de recursos de toda a natureza, necessários à realização das ações impostas por uma Estratégia”.<sup>52</sup> Desse modo, a logística é colocada como a atividade responsável pelo abastecimentos de todos os recursos da tropa ou,

---

<sup>49</sup> SHY, J. Jomini. In.: PARET, P. et. al. (Orgs.) *Makers of Modern Strategy from Machiavelli to the Nuclear Age*. Oxford: Oxford University Press, 1986. p. 172.

<sup>50</sup> DUARTE, E. E. *A Independência Norte-Americana: guerra, revolução e logística*. Série Estratégia, segurança e relações internacionais. Porto Alegre: Leitura XXI, 2013. p. 29.

<sup>51</sup> *Idem*.

<sup>52</sup> MOITREL, M. H. O. *A logística naval na Marinha Imperial durante a Guerra da Tríplice Aliança contra o governo do Paraguai*. 154 f. Dissertação. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro: Centro de Ciências Humanas e Sociais. Rio de Janeiro, 2010. p. 2.

“envolve tudo aquilo que não tem tiro”,<sup>53</sup> além de estabelecer a sua subordinação às decisões impostas pela estratégia de guerra.

Utilizamos o trabalho de Moitrel por ter sido pensado para o mesmo conflito, ainda que seja da Força Naval. Sendo assim, de forma geral no que foi apresentado até aqui, parece haver um entendimento de logística como sendo as atividades de apoio antes, durante e depois dos conflitos, de forma a garantir o suprimento de todos os artigos necessários para o funcionamento adequado de uma força armada. Ou seja, o conjunto de ações que dão condição para que uma guerra aconteça, mas também, as atividades técnicas e administrativas necessárias para a manutenção da força armada em períodos de paz.

Por fim, cabe realizar duas breves ressalvas no que diz respeito à logística. A primeira delas trata da existência de uma logística na paz, isto é, de um estrutura concebida para suprir uma força armada quando esta não estiver atuando em um conflito bélico. Atualmente, as diretrizes das forças armadas brasileiras estabelecem que esta estrutura logística dos tempos de paz deve estar configurada de modo que propicie, de maneira simples, rápida e eficiente, sua transição para a situação de conflito.<sup>54</sup>

Já a segunda, refere-se ao nosso cuidado em não realizar uma análise anacrônica da logística na Guerra da Tríplice Aliança. Assim sendo, cabe mencionar que, em nenhuma fonte consultada para este estudo houve o uso da terminologia “logística” ou suas variações. Ainda que isso não altere substancialmente as proposições desta pesquisa, é necessário atentar para este aspecto na medida em que nos fornece indícios para pensar qual era o entendimento que os agentes políticos e/ou militares possuíam sobre este ramo da guerra.

Considerando Jomini como o primeiro teórico militar ocidental a escrever sobre logística e, tendo em vista a data de publicação de obra (1838), não é possível afirmar se o oficialato do Exército Imperial teve acesso aos seus escritos até o período abordado aqui. Sabe-se que alguns veteranos de conflitos europeus, como as campanhas napoleônicas, também atuaram no continente americano, trazendo consigo práticas militares experimentadas e teorizadas por seus contemporâneos, como Jomini.<sup>55</sup> De qualquer modo, como veremos no

---

<sup>53</sup> *Idem.*

<sup>54</sup> LOPES, E. I. D. P. B. *A integração logística das forças singulares no nível estratégico visando à racionalização do emprego de recursos: uma nova concepção da estrutura da logística militar no nível estratégico.* 47f. Dissertação. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército: Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares. Rio de Janeiro, 2011. pp. 15-17.

<sup>55</sup> OCAMPO, E. La influencia del Barón de Jomini sobre la estrategia de Alvear en la guerra con el Brasil. IN: PROGRAMA DE ESTUDIOS Y DOCUMENTACIÓN EN CIENCIAS HUMANAS. *El lazo de los Andes.*

primeiro capítulo, havia uma instância, subordinada ao Ministério da Guerra, denominada Diretoria-geral do Material. Nesse sentido, entendemos que a ausência do termo “logística” não invalida nossa análise, uma vez que havia uma organização para o fornecimento de materiais para as forças armadas, como veremos no primeiro capítulo.

\*\*\*

Dentre os estudos que abordam as questões logísticas das Forças Armadas durante a Campanha da Tríplice Aliança, além do estudo de Mônica Moitrel, acerca da logística da Marinha Imperial (2010),<sup>56</sup> Braz Vaz discute em sua tese (2011)<sup>57</sup> os aspectos logísticos da guerra, considerando Exército, Marinha e os países aliados. Após analisar as atividades navais da Marinha Imperial, Moitrel conclui que a Força conseguiu, de forma eficaz, dar conta da missão confiada a ela através da correção de falhas iniciais, construção de ferrovias, da criação de um arsenal da Ilha do Cerrito e do melhoramento das atividades burocráticas ligadas à Fazenda.<sup>58</sup>

O historiador Braz Vas, em seu estudo, examina a atuação de Conde D'Eu no comando das forças aliadas durante os anos finais da campanha da Tríplice Aliança. O autor afirma que os problemas logísticos eram muitos, mas variaram de intensidade ao longo do conflito, e que se deram, sobretudo, com o avanço sobre as terras longínquas e desconhecidas do Paraguai. Levando em consideração que o problema de pesquisa do autor se concentrava nas ações de D'Eu e seu recorte temporal eram os anos de 1869-70, não se pode ter uma visão mais ampla acerca das questões logísticas durante todo o período do conflito.

No quarto capítulo, intitulado “Conde D'Eu, a guerra e suas questões logísticas”, Vas dedica um momento do trabalho para realizar um apanhado histórico sobre os arsenais e os demais órgãos, como laboratórios pirotécnicos e fábricas de pólvora e ferro. O autor afirma que o trabalho nos arsenais teve aumento no período da guerra, usando como base a

---

*Diálogos cruzados sobre las campañas de la independencia: De argentinos y chilenos civiles y militares.* Editorial Universidad de Los Lagos, Osorno/Chile, 2007. pp. 89-115.

<sup>56</sup> MOITREL, M. H. O. *A logística naval na Marinha Imperial durante a Guerra da Tríplice Aliança contra o governo do Paraguai.* 154 f. Dissertação. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro: Centro de Ciências Humanas e Sociais. Rio de Janeiro, 2010.

<sup>57</sup> VAS, B. B. *O final de uma guerra e suas questões logísticas: o Conde D'Eu na Guerra do Paraguai (1869-70).* 257 f. Tese. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca (SP), 2011.

<sup>58</sup> MOITREL, M. H. *op. cit.* p. 124-126.

quantidade de publicações de chamadas públicas para a compra de víveres para o Exército. Além disso, aponta que havia uma

[...] grande dificuldade orçamentária em subsidiar os arsenais de guerra das províncias, de tal sorte que, geralmente, eram destinadas apenas as verbas necessárias a sua manutenção mínima e pequenas reformas. [ao que conclui] Desses arsenais provinciais, o que se envolveu mais diretamente no conflito foi o da província do Rio Grande do Sul.<sup>59</sup>

Esta afirmação do autor propicia a hipótese inicial deste projeto de pesquisa ao mesmo tempo em que aponta o papel de destaque que o Arsenal de Guerra de Porto Alegre teve durante o período abrangido por este estudo.

Apesar da existência de trabalhos que abordam os aspectos logísticos da guerra contra o Paraguai, os arsenais de guerra, sobretudo, o Arsenal de Porto Alegre, tem recebido pouca atenção. Mesmo no que diz respeito às próprias questões logísticas,

ainda faltam estudos específicos e abrangentes sobre o serviço de abastecimento do Exército e essa é uma lacuna que dificulta enormemente o aprofundamento da compreensão sobre o funcionamento da máquina militar brasileira no século XIX.<sup>60</sup>

Desse modo, pensamos que estudar as articulações logísticas do AGPA e suas dinâmicas produtivas, administrativas e burocráticas pode trazer novos elementos para o entendimento de aspectos sócio-políticos do Brasil Imperial, tendo em vista que, os modos de se fazer uma guerra podem dizer muito sobre a sociedade que a produz.

Tendo em vista as fontes apresentadas, o recorte temporal, espacial e cronológico escolhido, bem como as lacunas de pesquisas e as questões teóricas e metodológicas, optamos por dividir este estudo em três capítulos. O primeiro foi reservado a discutir através da bibliografia pertinente, o estágio de modernização institucional do Exército Imperial e a profissionalização de seus membros, bem como a organização do Ministério da Guerra e suas instâncias subordinadas. Além disso, apresentaremos a produção dedicada a estudar os arsenais durante o século XIX, de modo a salientar as lacunas historiográficas existentes. Objetivando identificar os aspectos organizacionais, burocráticos, bem como as funções do AGPA, utilizaremos os respectivos dispositivos legais que regulamentavam a organização

<sup>59</sup> VAS, B. B. *O final de uma guerra e suas questões logísticas: o Conde D'Eu na Guerra do Paraguai (1869-70)*. 257 f. Tese. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho": Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca (SP), 2011. p. 192.

<sup>60</sup> RIBEIRO, J. I. *O Império e as revoltas: Estado e nação nas trajetórias dos militares do Exército imperial no contexto da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013. p. 128.

militar.

Na segunda parte do texto exploramos a historiografia dedicada a pensar a elite política e os militares durante o século XIX. Com isso, analisamos as relações entre os postos políticos e os postos militares com o objetivo de compreender as articulações realizadas entre o AGPA e as esferas militares e políticas das quais a instituição era dependente e/ou subordinada. Já o último capítulo foi dedicado a examinar como o Arsenal de Guerra de Porto Alegre se relacionou com âmbitos políticos e militares com os quais não possuíam um caráter de dependência. Além disso, exploramos as esferas religiosas e entidades civis que de alguma forma contribuíram para o suprimento de guerra ou necessitaram dos serviços desempenhados pelo AGPA durante o período abordado. Por fim, apresentaremos as negociações, comerciais ou não, realizadas entre a instituição militar e os sujeitos que atuavam como comerciantes, negociantes, operários e etc.

## **2. A LOGÍSTICA NO EXÉRCITO IMPERIAL: MINISTÉRIO DA GUERRA E O ARSENAL DE GUERRA DE PORTO ALEGRE**

O presente capítulo dedica-se a realizar um apanhado historiográfico acerca do estágio de modernização institucional do Exército Imperial brasileiro e de profissionalização de seus membros, bem como a organização do Ministério da Guerra e dos arsenais ao longo do século XIX, sobretudo o de Porto Alegre. Essas questões serão aqui trabalhadas com o objetivo de apreender o lugar ocupado pelo Arsenal de Guerra de Porto Alegre dentro do Exército e da pasta ministerial da Guerra, contribuindo assim para as discussões realizadas nos próximos capítulos.

Além disso, no segundo momento do capítulo, apresentaremos o AGPA através de sua organização burocrática, seus empregados e operários, as funções a que se destina, bem como as atividades que desenvolve, sobretudo no período estudado. Para tanto, utilizamos os dispositivos legais que regulam essas questões, entretanto, com o intuito de buscar um contraponto ou a confirmação do cumprimento dos regulamentos, analisamos os relatórios do Ministério da Guerra, do presidência da província e um relatório feito pela direção do Arsenal no ano de 1868.

### **2.1 Características institucionais do Exército Imperial**

Considerando os objetivos aqui propostos, e tendo em vista a influência portuguesa nas primeiras décadas após 1822, é necessário observar qual a posição que o exército ocupava na sociedade portuguesa. Como salienta José Murilo de Carvalho, Portugal e os regimes absolutistas europeus – com algumas ressalvas para o caso francês, no início do século XIX, recrutavam o seu corpo de oficiais entre os membros da nobreza e as praças, entre as camadas pobres da sociedade. Para o autor, “este arranjo favorecia a lealdade dos oficiais à elite

dirigente e evitava a solidariedade entre oficiais e tropa.”<sup>61</sup>

Ainda levando em conta o que escreve Carvalho, o processo de separação política brasileiro, sem lutas prolongadas, é o fator responsável pela permanência da boa parte da estrutura militar portuguesa no Brasil: oficialato provinha das classes dominantes e os soldados, recrutados entre as classes subalternizadas. Ao longo do período imperial, a composição dos oficiais, no que diz respeito à origem social, vai se alterar, passando a ser composta principalmente de indivíduos que provinham de famílias de militares e famílias de rendas modestas.<sup>62</sup>

Tanto Carvalho, quanto João Schulz e Edmundo Campos Coelho consideram que os militares se comportaram como oposição da elite política durante praticamente todo o século XIX. Nos aprofundaremos acerca deste aspecto no segundo capítulo do texto. O que nos interessa neste momento são os efeitos colaterais dessa suposta oposição militares-elite política apontados pelo autor de *Construção da Ordem*:

A ojeriza dos liberais por exércitos permanentes prendia-se a três argumentos. O primeiro dizia respeito ao papel desses exércitos na sustentação dos regimes absolutistas europeus. [...] O segundo era de que um grande exército retiraria da produção numeroso contingente de mão-de-obra. [...] Em terceiro lugar, em função “dos elementos mesmos de que é composta”, a tropa tendia a ser antes um fator de anarquia do que de ordem pois tendia a unir-se à população.<sup>63</sup>

O historiador se utilizou da imprensa liberal para realizar essa análise e concluir que, sobretudo o terceiro aspecto apresentado, justificou a quase extinção das tropas de linha, algo que dificultou os conflitos bélicos posteriores.

Nas décadas de 1820 e 1830, os generais portugueses, maioria no Exército brasileiro, eram considerados ameaça à sociedade política que estava se desenvolvendo. De acordo com Adriana Barreto de Souza, a desconfiança de um generalato com possíveis ideais restauradores resultou em medidas de combate ao Exército e seu desenvolvimento.<sup>64</sup> Nesse sentido, a autora considera a criação da Guarda Nacional, em 1831, como parte das tentativas

<sup>61</sup> Para realizar essa avaliação, o autor utilizou Gaetano Mosca, *The Ruling Class*, e Alfred Vagts, *A History of Militarism*. CARVALHO, José Murilo de. *Construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 187.

<sup>62</sup> As alterações foram trabalhadas por John Schulz em *Exército na Política: Origens da Intervenção Militar (1850-1894)*. São Paulo: EDUSP, 1994.

<sup>63</sup> CARVALHO. *Construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 190.

<sup>64</sup> SOUZA, Adriana Barreto de, *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. p. 17.

de desarticulação das forças de linha. Além desse aspecto, a Guarda Nacional também agiu como importante instrumento simbólico de construção da nação, como serviço de policiamento e como instrumento político clientelista.<sup>65</sup> Contudo, sobretudo para o caso da província de São Pedro, região fronteira palco de diversos conflitos armados, a Guarda Nacional é utilizada como força militar.

Nesse sentido, André Fertig afirma que a "milícia rio-grandense teve, entre 1850 e 1873, significativa e quase permanente atuação como força militar".<sup>66</sup> Portanto, ainda que o AGPA seja uma instituição vinculada ao Exército e ao Ministério da Guerra, os Corpos da Guarda Nacional, de responsabilidade do Ministério da Justiça, eram um dos destinatários dos artigos armazenados ou produzidos no Arsenal. Este é um aspecto importante e, de maneira geral, todas as pesquisas sobre questões militares no Império levam em consideração, além da Guarda Nacional, Exército e Marinha, outras milícias atreladas à elites locais.

Com o uso da violência disperso em diversas instituições, havia, como era de se esperar, confusão entre os papéis de cada instituição, mesmo que existisse legislação específica para alguns casos, como o do recrutamento. Isso gerou, segundo o historiador José Iran Ribeiro, a possibilidade de, através do recrutamento para a Guarda Nacional e para as milícias, desenvolverem-se redes de clientelas, característica marcante das relações sociopolíticas do período. Outro caráter que marca o Estado imperial brasileiro é a indefinição não apenas de papéis institucionais, mas também a precariedade das definições de jurisdição e dos espaços de atuação de uma série de cargos públicos.

Quando pensamos nisso para as províncias distantes do Rio de Janeiro, como a de São Pedro do Rio Grande do Sul, fica mais evidente. Carla Menegat, ao abordar as atividades de proprietários brasileiros na divisa com o Banda Oriental – muitos deles com experiências militares, observa que, ainda na década de 1850, os conflitos particulares eram resolvidos no confronto físico. Para a historiadora, mesmo que o governo Imperial estivesse intervindo diplomaticamente em favor dos estancieiros junto ao Uruguai, estes eram motivados ao uso da violência pela “desconfiança de um mundo que não fosse garantido pelas armas”.<sup>67</sup>

---

<sup>65</sup> FERTIG, André. *Clientelismo político em tempos belicosos: a Guarda Nacional da província do Rio Grande do Sul na defesa do Império do Brasil (1850-1873)*. Santa Maria/RS: Editora da UFSM, 2010. p. 293, p. 136 e p. 17.

<sup>66</sup> *Ibidem*. p. 371.

<sup>67</sup> MENEGAT, Carla. Cultura política, guerra e projeto nacional: uma discussão sobre a política imperial e os proprietários brasileiros no Uruguai (1845-1863). In.: DOMINGOS, Charles et al (orgs.). *Capítulos de História Política*. São Leopoldo: Oikos, 2018. p. 177.

A partir desse último apontamento, abrimos espaço para uma breve reflexão. Esses conflitos de autoridade afetavam o processo de controle das elites sobre as classes subalternizadas ou, de alguma forma, limitam a formação do Estado brasileiro? De modo algum faz parte de nossas intenções inferir respostas a este questionamento, porém, podemos apontar algumas considerações a partir de Dauril Alden e Max Weber. Começemos pelo primeiro.

Entendendo os limites temporais da obra de Alden, de modo a não nos tornarmos anacrônicos, nos apropriamos de suas reflexões para pensar até que ponto as indefinições jurisdicionais ou a dispersão do uso da violência expostas acima podem ser entendidas como um mecanismo de controle utilizado pelas elites políticas. Ainda que se trate de um contexto anterior, o estudo das relações do Marquês do Lavradio, então Vice-Rei, com diversos estamentos da burocracia, elucida acerca da margem de negociação e flexibilidade da governança real e o modo como isso contribuiu para a autoridade do governo colonial.

Atentando para essa dinâmica exposta por Alden e para as permanências de práticas no pós-desagregação, seria válido pensar nessas confusões e indefinições, no Império, como um mecanismo de controle das elites políticas? Outro ponto de nossa reflexão diz respeito à quais seriam as implicações dessas indefinições em um contexto de formação e consolidação do Estado brasileiro? Se buscássemos responder parte dessas indagações a partir da teoria weberiana, onde “o Estado é uma comunidade humana que pretende, com êxito, o monopólio do uso legítimo da força física dentro de um determinado território”, entenderíamos a violência dispersa entre a sociedade como um entrave ao Estado e às suas instituições.<sup>68</sup>

Entretanto, estudos que se voltaram para as elites políticas e econômicas durante as décadas de construção e consolidação do Estado brasileiro durante o século XIX, perceberam que as práticas de coerção violenta transitavam entre o público e o privado, mas sem necessariamente apresentar risco ao poder central. Isso porque, algumas reformas que objetivavam uma centralização do Império, como a criação da Guarda Nacional, por exemplo, também serviram para aumentar o poder e influência das elites locais, que comandavam e organizavam esses corpos. O estudo de Jonas Vargas é demonstrativo dessa questão, onde elites locais mediavam as relações com a Corte, obtendo fortalecimento de suas redes clientelares ao mesmo tempo em que contribuem para a consolidação do poder do Império em

---

<sup>68</sup> WEBER, Max. A Política como Vocação. In: *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1982. pp. 97-99.

nível local.<sup>69</sup>

Desse modo, as indefinições e o uso da violência dispersa entre várias instituições e grupos parece ter contribuído para o fortalecimento das elites locais, que tinham no poder das armas mais um mecanismo de sustentação de suas redes de clientela e compadrio. Estas reflexões nos auxiliam a pensar o contexto abordado, onde as relações clientelares se construía a partir das possibilidades de negociação e barganha de indivíduos ou grupos e onde projetos de construção de um Estado-Nação estavam em disputa. Este último aspecto se mostra de especial interesse quando nos propomos a pensar as reformas impostas ao Exército a partir do regresso conservador.

Segundo Adriana Barreto de Souza, o monopólio conquistado pelos conservadores colocou o Exército como um dos principais eixos de desenvolvimento, pois se fundou uma nova racionalidade técnico-administrativa que modificou o judiciário, a fazenda e uma série de outros setores. A tese central da autora em *O Exército na consolidação do Império* é de uma redefinição do conceito de Estado Moderno feita pelo regresso conservador. A nova definição “articula e põe em circulação um novo regime discursivo, cujo funcionamento implanta uma estratégia de mudança sociopolítica balizada na recuperação e reestruturação das forças de linha.”<sup>70</sup>

O argumento de Souza está baseado, entre outros aspectos, na análise da inserção política de militares, oficiais-generais e oficiais-superiores, em cargos na Câmara, no Senado e na presidência das províncias. Segundo a autora,

os generais de 1839, assim como os que ascenderiam ao generalato na década de 1840, participavam ativamente das reformas políticas instituídas pelo Partido Conservador, numa atuação que, se por vezes tinha o Exército como referência, em muito ultrapassaria os limites dessa instituição,<sup>71</sup> expressando com clareza a sua inserção no grupo da elite política.

Entre as décadas de 1840 e 1850, as reformas que visavam centralizar as atribuições estatais ainda estavam sendo postas em prática. Este é o contexto de um processo complementar de construção do Estado através da organização de instituições e reorganização

---

<sup>69</sup> VARGAS, J. M. *Entre a Paróquia e a Corte – Os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul*. Santa Maria (RS): Editora UFSM, 2010.

<sup>70</sup> SOUZA, Adriana Barreto de, *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. p. 26.

<sup>71</sup> SOUZA, A. B. *Ibidem.*, p. 64.

das esferas burocráticas, como aponta Ilmar de Mattos, em *O tempo Saquarema*.<sup>72</sup> Dentre estas reformas institucionais, figurava o objetivo de melhorar a eficácia das Forças Armadas, através de uma grande reestruturação no Exército e no Ministério da Guerra, como veremos adiante.

## 2.2 Processo de profissionalização dos membros do Exército em meados do século XIX

Dentre as mudanças e reformas institucionais pensadas para trazer eficiência ao Exército Imperial, podemos citar a lei que definia as formas de promoção e acesso ao oficialato, a criação de comissões de melhoramento de materiais, do corpo de saúde e de escolas de exercício prático para cavalaria e infantaria.<sup>73</sup> É neste contexto que, de acordo com Fernanda de Santos Nascimento, se dá a formação de uma identidade militar. Iremos abordar mais detalhadamente este aspecto no segundo capítulo, porém, nos interessa neste momento, atentar para análise que Nascimento faz do discurso proferido pela imprensa periódica militar.

Tanto Adriana Barreto quanto Fernanda Nascimento observaram que havia, sobretudo nas páginas de *O Militar*, a defesa da institucionalização do Exército e da profissionalização de seus membros, através de um “conjunto de regras e práticas muito bem definidas, sob valores meritocráticos.”<sup>74</sup> Dentre as reformas implementadas pelos saquaremas não havia a incorporação dos princípios modernos de profissionalização, ainda assim, segundo Barreto, a reorganização de orientação conservadora limitou o alcance das reformas, mas não as inviabilizou.<sup>75</sup>

De acordo com Samuel Huntington, é a partir da profissionalização dos oficiais que se cria a relação moderna entre civis e militares. Em sua obra dedicada a pensar essas relações, Huntington define seu entendimento acerca do que é um *profissional* e, mais

<sup>72</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.

<sup>73</sup> NASCIMENTO, Fernanda de Santos. *A imprensa periódica militar no século XIX: política e modernização no exército brasileiro (1850-1881)*. 473 f. Tese. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul: Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre, 2015. p. 207. Disponível em: <<<http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/5995/2/468437%20-%20Texto%20Completo.pdf>>>. Acesso em: 20 ago 2018.

<sup>74</sup> SOUZA. Adriana Barreto de, *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. p. 26.

<sup>75</sup> SOUZA. *Ibidem*. p. 27.

especificamente, quais aspectos definem a *profissão militar*. Para o conceito de *profissão* o autor coloca a especialização, a responsabilidade e a corporatividade,<sup>76</sup> aspectos que já estavam consolidados para outros setores da burocracia brasileira, como os bacharéis em direito, por exemplo.<sup>77</sup> Outro pesquisador que apontou em direção parecida foi Morris Janowitz. Para ele, pensando na profissionalização dos soldados, a profissão depende da existência de um sistema administrativo próprio, qualificação específica e a construção de uma identidade coletiva.<sup>78</sup>

Ao analisar os processos de modernização e profissionalização de alguns exércitos europeus, mais notadamente Prússia, França e Inglaterra, Huntington vai colocar cinco termos que seriam capazes de medir o estágio de desenvolvimento institucional. Sendo eles: “(1) as exigências para o acesso ao oficialato; (2) os meios de ascensão profissional; (3) o caráter de sistema educacional militar; (4) a natureza do sistema de estado-maior militar, e (5) o *espirit* e a competência gerais do corpo de oficiais.”<sup>79</sup> Seguindo as prerrogativas colocadas pelo autor, Fernanda Nascimento vai apontar que o Exército do Brasil no século XIX não era uma força profissional, mas “uma instituição *em busca* da profissionalização e de sua própria institucionalização.”<sup>80</sup>

Segundo Nascimento, a força possuía algumas características profissionais, fruto das transformações ocorridas ao longo de todo o oitocentos. Entretanto, salienta que dois momentos de mudanças foram significativos: o contexto das reformas propostas pelo gabinete conservador e o período pós-guerra contra o Paraguai. Os aspectos apontados pela historiadora para seu entendimento do status do Exército nesse período são

sobretudo o ensino especializado, a existência de uma lei de acesso ao oficialato e um forte sentido de corporatividade. [...] No entanto, ressalta-se a falta de um Estado-Maior com atribuições bem definidas durante o século XIX, e que só irá se consolidar no primeiro quarto do século XX, e também meios claros de ascensão profissional.<sup>81</sup>

<sup>76</sup> HUNTINGTON, Samuel P. *O soldado e o Estado – Teoria e Política das Relações entre civis e militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996. pp. 26-36.

<sup>77</sup> KIRKENDALL, Andrew J. *Class Mates – Male students culture and making of a political class in 19<sup>o</sup> century Brazil*. Lincoln: University of Nebraska Press, 2002.

<sup>78</sup> JANOWITZ, Morris. *O Soldado Profissional*. Rio de Janeiro: GRD Editora, 1967. p. 18.

<sup>79</sup> HUNTINGTON, S. P. *O soldado e o Estado – Teoria e Política das Relações entre civis e militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996. p. 38.

<sup>80</sup> NASCIMENTO, Fernanda de Santos. Militares e política no século XIX: uma abordagem através do estudo da imprensa periódica militar. In: BARBOSA, Jefferson et al. (orgs.). *Militares e política no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2018. pp. 232-233.

<sup>81</sup> *Idem*.

Ainda que o generalato tenha participado de forma ativa nos processos de reforma, como apontou Barreto, o Exército neste contexto ainda apresentava alguns pontos de indefinição, assim como outros estamentos burocráticos.

Saber o estágio de institucionalização e profissionalização do Exército nos ajuda a analisar o modo como o AGPA atuou durante a Guerra da Tríplice Aliança, bem como a dinâmica das relações entre seus membros e as elites políticas do período. Sendo assim, nos parece apropriado considerar o Exército – assim como o próprio Estado brasileiro – como uma instituição que está em desenvolvimento, em processo de reorganização e profissionalização, conforme os modelos apresentados acima.

### **2.3 Burocratização da logística militar: o Ministério da Guerra e sua organização**

No que tange à atuação e organização do Ministério da Guerra durante o conflito contra o Paraguai, nos interessa saber qual era a sua relação com os arsenais, sobretudo o Arsenal de Guerra de Porto Alegre. De acordo com Felipe Pessanha de Almeida, os conservadores viam a administração liberal como desorganizada e anárquica, além de entenderem que o desmantelamento do Exército era a causa da falta de ordem de norte a sul do Império.<sup>82</sup> Desse modo, como mencionado, a partir do Regresso Conservador, uma série de alterações foram postas em prática em diversos setores públicos, como foi o caso da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra.<sup>83</sup>

Com a nomeação de Sebastião do Rêgo Barros para o Ministério em 1837, a pasta da Guerra passa a trabalhar em prol de uma racionalização de sua estrutura e organização, bem como da reestruturação do Exército, como apresentamos anteriormente. Dentre o conjunto de alterações implementadas estão os relatórios ministeriais minuciosos, contendo mapas,

---

<sup>82</sup> ALMEIDA, Felipe Pessanha de. A Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra (1821-1889) [recurso eletrônico]. *Cadernos Mapa - Memória da Administração Pública Brasileira*. n. 6. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013. p. 14.

<sup>83</sup> Ao longo deste trabalho “Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra” e “Ministério da Guerra” serão utilizados como sinônimos, pois é possível encontrar as duas nomenclaturas nas fontes consultadas.

gráficos e tabelas, que correspondem a uma das tipologias documentais utilizadas como fontes históricas nesta pesquisa.

Quando se trata das questões mais aproximadas ao objeto deste trabalho, uma grande reforma foi implementada a partir do Decreto n.º 112, de 22 de dezembro de 1841.<sup>84</sup> Neste dispositivo estabelecia, entre outras coisas, a divisão da secretaria em três seções, sendo a terceira delas responsável por

1º formar, e ter em dia o estado do armamento, equipamento, e fardamento, tanto do existente nos Arsenaes e outros quaesquer depositos como do que se achar distribuido pelos Corpos, ou Fortificações, e do que se houver de distribuir em épocas determinadas; e tudo e que fôr respectivo ao fornecimento, descarga, e consumo dos referidos generos; 2º tudo quanto fôr relativo á Fortificações, Arsenaes, Fabricas, Hospitaes, Aquartelamentos, Prisões, e mais Estabelecimentos pertencentes à Repartição da Guerra; detalhes de serviços, marchas de Tropa, fornecimento de viveres, forragens, transportes, remontas, e reservas.<sup>85</sup>

Além disso, o decreto instituiu uma Contadoria centralizada, cuja segunda seção era responsável por tomar conta de todas as despesas e receitas relacionadas com o material do Exército, além de excluir a Contadoria do Arsenal de Guerra da Corte, unificando-a com o Contadoria Geral da Guerra. Nesse sentido, é possível notar que as ações que visavam racionalizar a organização, atividades e gastos da pasta, também levou em consideração as questões de fornecimento de materiais, dedicando seções específicas para trabalhar com este ramo militar.

Outro momento importante para o desenvolvimento dos aspectos logísticos do Exército Imperial foi a criação da repartição do Quartel-Mestre General. Enquanto o Exército Imperial esteve mobilizado no Rio Grande do Sul para lutar contra Juan Manuel Rosas, decretou-se a organização das repartições do Exército que se encontrava no sul do Império. De acordo com Felipe Pessanha de Almeida, as repartições de Ajudante-General e do Quartel-Mestre General tiveram suas atividades consideradas satisfatórias e o sucesso obtido na guerra contra Rosas tornaram essa organização um modelo a ser repetido na organização geral do Exército Imperial.<sup>86</sup>

<sup>84</sup> BRASIL. Decreto n. 112, de 22 de dezembro de 1841. Dando nova organização á Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, e substituindo a contadoria do Arsenal de Guerra [da Corte] por uma Contadoria Geral anexa à mesma Secretaria, na conformidade do Art. 32 da Lei 60 de 20 de outubro de 1838, e do Art. 39 da Lei 243 de 30 novembro de 1841. Disponível em: <<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/historicos/dim/DIM0112.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dim/DIM0112.htm)>>. Acesso: 30 mar 2019.

<sup>85</sup> *Idem*.

<sup>86</sup> ALMEIDA, Felipe Pessanha de. A Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra (1821-1889) [recurso

O Decreto n.º 1127, de 26 de fevereiro de 1853, cria a nova repartição e regulamenta sua organização, funções e competências, que hoje podem ser entendidas como relativas à logística do Exército, ainda que este termo não seja empregado no período. O Art. 5º estabelece as responsabilidades do Quartel-Mestre General, enquanto o Art. 6º divide a repartição em seções:

Pertence á 1ª Secção tudo quanto for concernente ao armamento, tanto do Exercito como das Fortificações, equipamento, arreios, provisões, e petrechos de guerra, insignias, utensilios e outros objectos. [...] Á 2ª Secção compete tudo o que tiver relação com o fardamento, sua carga e descarga aos Arsenaes, Deposito, e Corpos militares, e sua fiscalisação. Á 3ª Secção, todos os objectos<sup>87</sup> indicados no Art. 5º, e de que não forem encarregados a outras Secções.

Além dessa divisão, o Art. 6º traz uma questão pertinente e que nos possibilita compreender a dimensão inovadora e, em parte, experimental dessa nova repartição: "O Governo, com tudo, ouvindo o Chefe da Repartição, poderá modificar os encargos, acima designados para cada huma das Secções, da maneira que a experiencia mostrar ser mais acertado para o bem do serviço."<sup>88</sup> Sendo assim, é possível notar que, pouco mais de uma década antes do conflito com o Paraguai e em virtude dos sucessos experimentados nos conflitos na Bacia do Prata, o Ministério da Guerra e o Exército começavam a colocar em prática uma racionalização das atividades entendidas por esta pesquisa como sendo pertencentes ao ramo da logística militar.

Em 1860 ocorreu a última modificação pertinente ao fornecimento militar anterior à Guerra da Tríplice Aliança. Novamente na administração de Sebastião do Rêgo Barros, uma reforma geral extingue as antigas seções e estabelece diretorias anexas à estrutura central do Ministério, sendo a 3ª Diretoria Geral do material, incumbida das atividades anteriormente postas a cargo da Repartição do Quartel-Mestre General. Com o Decreto n.º 2677, de 27 de novembro de 1860, ampliam-se as incumbências, sobretudo do sentido de fiscalizar as atividades e gastos e de manter arquivados os documentos que fossem recebidos pela diretoria.<sup>89</sup>

---

eletrônico]. *Cadernos Mapa - Memória da Administração Pública Brasileira*. n. 6. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013. p. 20.

<sup>87</sup> BRASIL. Decreto n. 1127, de 26 de fevereiro de 1853. Crea a Repartição de Quartel-Mestre General, e regula as suas funções. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1127-26-fevereiro-1853-558756-norma-pe.html>>. Acesso em 30 mar 2019.

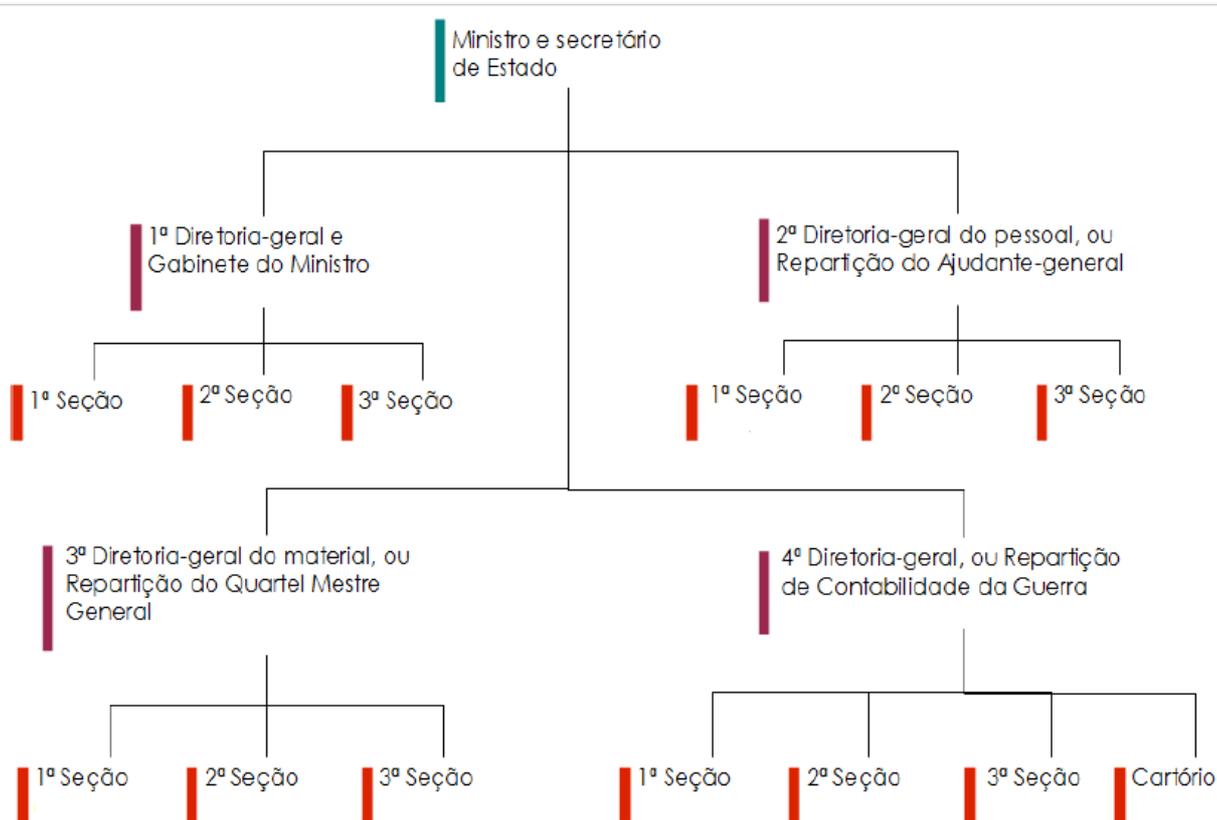
<sup>88</sup> *Idem*.

<sup>89</sup> BRASIL. Decreto n. 2677, de 27 de novembro de 1860. Approva o Regulamento para a Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, Repartições do Ajudante-General do Exercito e Quartel Mestre General e

As atividades das seções da Diretoria-geral do material foram estabelecidas pelo Art. 64 do referido decreto. A primeira seção ficou encarregada de "toda a escripturação relativa ao armamento do Exercito e das Fortalezas, equipamento, arriamentos, munições de boca e de guerra, insignias, utensis e quaesquer outros objectos".<sup>90</sup> Ficava à cargo da segunda seção a escripturação de tudo que fosse concernente ao fardamento do Exército, bem como sua carga e descarga nos arsenais, nos depósitos e para os corpos militares. Já a terceira ficou encarregada de classificar e guardar todos os papeis recebidos pela repartição.

Sendo assim, no início da contenda contra o Paraguai, a organização da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra estava organizada da seguinte maneira:

**Figura 1 - Organograma da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra (1860-1866)**



FONTE: ALMEIDA, F. P. A Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra (1821-1889) [recurso eletrônico]. *Cadernos Mapa - Memória da Administração Pública Brasileira*. n. 6. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013. p. 34.

Todas as alterações da pasta da Guerra mencionadas até aqui foram implementadas

Contadoria-Geral da Guerra. Disponível em:

<<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2677-27-outubro-1860-556782-publicacaooriginal-76912-pe.html>>>. Acesso em 30 mar 2019.

<sup>90</sup> *Idem*.

durante mandatos conservadores, as primeiras durante o período conhecido como o Regresso e as seguintes, no bojo das modificações administrativas e burocráticas entendidas como reformas gerais do Império. Esse aspecto nos aponta, com o auxílio de Ilmar Mattos, a notar a relação hierárquica entre liberais e conservadores, uma vez que os últimos conseguiram, também no setor militar - tão importante para a consolidação do Estado Nacional -, impôr o seu projeto político.

Entretanto, todos os dispositivos legais apresentados até aqui não tratam diretamente do Arsenal de Guerra de Porto Alegre. Portanto, dedicaremos o restante do capítulo para realizar uma revisão bibliográfica da produção acerca dos arsenais de guerra durante o império, bem como uma apresentação e exame das normativas legais que estabeleceram e regularam essas instituições militares, especialmente aquela que é um dos objetos centrais desta pesquisa.

#### **2.4 Arsenais de Guerra e logística na Guerra da Tríplice Aliança: uma revisão bibliográfica**

Mencionamos na introdução deste trabalho que foi em pesquisas acerca das Companhias de Menores Aprendizes que os arsenais de guerra comumente apareceram na historiografia. Nesse sentido, Matilde Araki Crudo (2005) examina a estrutura administrativa do Arsenal de Guerra do Mato Grosso, entre os anos de 1842 e 1899, com o objetivo principal de entender as motivações que levaram uma instituição militar a promover uma “iniciativa moderna que articulava trabalho e educação, para meninos pobres, na segunda metade do século XIX, em uma sociedade ainda escravista”.<sup>91</sup> Para responder a este questionamento, a historiadora examina as funções da instituição enquanto uma unidade complexa que reunia armazéns, oficinas, prisão e escola.

Crudo concluiu que o processo de trabalho desenvolvido nas oficinas do Arsenal de Mato Grosso não foi uma iniciativa que se articulou às formas emergentes de indústria,

---

<sup>91</sup> CRUDO, M. A. *Infância, trabalho e educação. Os Aprendizes do Arsenal de Guerra de Mato Grosso (Cuiabá, 1842-1899)*. 366f. Tese. Universidade Estadual de Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2005. p. 281.

tampouco foi possível constatar pela documentação que os militares tinham como projeto preparar mão-de-obra livre. A autora defende que o Arsenal se utiliza de trabalho infantil, com menores ensinados e disciplinados moral e laboralmente dentro da própria instituição.

A pesquisa de Crudo traz à tona uma série de aspectos acerca do Arsenal de Mato Grosso e deixa questionamentos a respeito do Arsenal de Porto Alegre. Para o caso dos menores aprendizes do Arsenal da Corte, Adler Castro caracteriza o AGC como uma instituição que o Estado utilizou para o ensino técnico e a assistência informal, defendendo o seu caráter filantrópico com base nos gastos orçamentários elevados para um retorno efetivo baixo.<sup>92</sup> Posteriormente, Castro publicou trabalho a respeito do uso de crianças durante a Guerra contra o Paraguai, tanto no recrutamento, quanto nas Companhias mencionadas.<sup>93</sup> O autor reforça o assistencialismo da instituição, mesmo após as mudanças regimentais que passaram a contabilizar os gastos com os meninos, para cobrança em casos de fuga ou de não permanência nos oito anos de serviço estipulados a partir da maioridade.

Para o autor, a instituição dos Aprendizes Menores no Arsenal

era uma ideia que tinha mais características de instituição de assistência social do que outra coisa qualquer [...]. No entanto, era uma instituição que se encaixava bem na política do Exército, de procura de autossuficiência, no caso, através da formação de mão-de-obra.<sup>94</sup>

Ou seja, diferente do primeiro trabalho do autor, neste ele leva em consideração que, apesar do caráter assistencialista, o Exército também tinha como intenção suprir a demanda de qualificação dos seus trabalhadores. Com pequenas variações deste entendimento, outros pesquisadores que trabalharam com os arsenais de guerra obtiveram posições próximas às de Castro com relação à instituição militar. No caso do Arsenal de Guerra de Mato Grosso, este já foi entendido como um espaço de educação profissional,<sup>95</sup> e o do Rio Grande do Sul, um internato de aprendizagem.<sup>96</sup>

<sup>92</sup> CASTRO, A. H. F. O Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro. In: BRASIL. *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro. v. 28, 1996. p. 173

<sup>93</sup> CASTRO, A. H. F. . Crianças na Guerra do Paraguai: os Aprendizes Menores do Arsenal de Guerra. In: Squinelo, Ana Paula. (Org.). *150 anos após - A guerra do Paraguai: entreolhares do Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai*. Ied. Campo Grande: Editora da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2016, v. 1.

<sup>94</sup> CASTRO, A. H. F. *Ibidem*. p. 225.

<sup>95</sup> TAMURA, S. T. De aprendizes do Arsenal de Guerra (1842-1899) a aprendizes da Escola de Artífices (1909-1941): algumas observações sobre a educação profissional de jovens e meninos na História da Educação de Mato Grosso. *Anais VII congresso Brasileiro de História da Educação - Circuitos e Fronteiras da História da Educação no Brasil - Sociedade Brasileira de História da Educação – SBHE*, 2013.

<sup>96</sup> CARDOZO, J. C. S. Os menores de idade no Juízo dos Órfãos de Porto Alegre (século XIX). *Projeto História*. n. 55, pp. 209-244, São Paulo, Jan-Abr, 2016. p. 230.

Ainda com relação às pesquisas que mencionam os arsenais de guerra, sobretudo durante o recorte temporal que nos interessa, podemos citar a tese de Maria Garritano Dourado (2002), na qual se dedica a analisar a presença das mulheres na guerra das mais diversas maneiras: no teatro de operações, no esforço de guerra ou mesmo aquelas que tiveram suas famílias afetadas pelo conflito. Ainda que o foco principal seja o cotidiano dessas mulheres, o Arsenal de Guerra de Mato Grosso é mencionado.

A autora apresenta esta instituição como uma grande oficina e mercado de trabalho para a população livre:

[...] como alternativa de vida no período da guerra, a população livre e pobre, com alguma qualificação, encontrou novas possibilidades de trabalho, tais como a produção de armamentos, embarcações, a carpintaria, a marcenaria e costura, entre outros.<sup>97</sup>

Essa prática de fornecimento através de civis, tanto trabalhadores como negociantes e comerciantes, também foi observada no Arsenal da Corte<sup>98</sup>, reforçando a intenção de compreender como essas práticas ocorreram no Arsenal de Porto Alegre durante o período do conflito com o Paraguai.

Em concordância, José Iran Ribeiro, ao analisar as trajetórias de militares do Exército Imperial durante a Guerra dos Farrapos, menciona que

o baixo grau de profissionalismo e de eficiência dos serviços obrigava os administradores provinciais a depender do trabalho civil para suprir as necessidades dos militares,<sup>99</sup> pagando por isso preços acima dos vigentes até mesmo no Rio de Janeiro.

Ainda que se trate de um período anterior, este excerto reforça a premissa da utilização de fornecimento civil para o suprimento militar. Para o contexto que compete a esta pesquisa, podemos encontrar menções breves, como a de Sérgio da Costa Franco, em seu livro dedicado ao comércio da capital da província. Dentre as poucas coisas que pontua, o autor menciona

---

<sup>97</sup> DOURADO, M. T. G. *Mulheres comuns, senhoras respeitáveis: A presença feminina na Guerra do Paraguai*. 130 f. Dissertação. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul: Programa de Pós-Graduação em História. Dourados, 2002. p. 71.

<sup>98</sup> Cf. CASTRO, A. H. F. *A Pré-indústria e governo no Brasil: iniciativa de industrialização a partir do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, 1808-1864*. 633 f. Tese. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Comparada. Rio de Janeiro, 2017. Capítulo 3 – As forças armadas como consumidora de mercadorias.

VAS, B. B. *O final de uma guerra e suas questões logísticas: o Conde D'Eu na Guerra do Paraguai (1869-70)*. 257 f. Tese. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca (SP), 2011.

<sup>99</sup> RIBEIRO, J. I. *O Império e as revoltas: Estado e nação nas trajetórias dos militares do Exército imperial no contexto da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013. p. 128.

algumas casas comerciais e negociantes que venderam artigos para o AGPA, algumas das oficinas existentes na instituição e a sua definição do Arsenal como a “primeira grande fábrica de Porto Alegre.”<sup>100</sup>

Dentre os estudos elencados até aqui, o Arsenal de Porto Alegre é pouco ou nada mencionado. Afim de obter elementos iniciais acerca do AGPA, podemos citar o trabalho do pesquisador Maicon dos Santos (2018), cuja dissertação analisou o cotidiano dos menores aprendizes das Companhias existentes na instituição, apresentando suas formas de ingresso, de resistência, as aulas lecionadas e os ofícios aprendidos.<sup>101</sup> Na visão do autor, o AGPA, no período aqui abordado, pode ser entendido como um espaço de assistencialismo, controle social e preparação de mão-de-obra especializada para o Exército Imperial.<sup>102</sup>

Após a análise de um conjunto documental muito aproximado ao desta pesquisa, Santos traz à tona elementos importantes sobre a organização e funcionamento do AGPA, como a relação de subordinação do Arsenal à presidência da província, por exemplo. Entretanto, seu olhar estava voltado para os menores, como era sua intenção. Logo, ainda que seja um trabalho que elucide acerca de questões do AGPA, dado os objetivos da pesquisa de Santos, os aspectos administrativos e burocráticos envolvendo o abastecimentos das tropas, as relações político-militares no que tange ao fornecimento para a guerra, o funcionamento institucional de forma mais abrangente não é estudado pelo autor. Isso demonstra a lacuna historiográfica no que diz respeito ao entendimento da atuação e do papel desempenhado pelo Arsenal de Guerra de Porto Alegre na Campanha da Tríplice Aliança.

---

<sup>100</sup> FRANCO, S. C. *Porto Alegre e seu comércio*. Porto Alegre: Associação Comercial de Porto Alegre, 1983. p. 55.

<sup>101</sup> SANTOS, M. L. “*Úteis a si mesmos e a Pátria*”: *as classes de menores aprendizes do Arsenal de Guerra de Porto Alegre/RS (1850 – 1870)*. 125 f. Dissertação. Pontifícia Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre, 2018.

<sup>102</sup> SANTOS, M. *Ibidem*. Capítulo 2 – O Arsenal de Guerra como instituição: controle social, assistencialismo e formação profissional.

## 2.5 O Arsenal de Guerra de Porto Alegre: práticas administrativo-burocráticas durante a década de 1860

Para que seja possível alcançar os objetivos postos nessa pesquisa, é necessário examinar a organização do Arsenal de Guerra de Porto Alegre a partir dos dispositivos legais que regulamentam as suas funções e atividades. Como outrora mencionado, em 21 de fevereiro de 1832, um decreto regulamentou as atividades do Arsenal de Guerra da Corte, a fábrica de pólvora de Estrella e os arsenais e depósitos provinciais.

Os funcionários exigidos pelo dispositivo eram um diretor, um ajudante do diretor, um almoxarife, um escrivão, um escriturário, um amanuense, um fiel, um apontador, um porteiro, um ajudante do porteiro e o número de guardas de armazéns que fosse necessário para o bom funcionamento das atividades. O regulamento também estabelece quais as competências de cada um desses cargos:

**Tabela 1 - Cargos e funções dos Arsenais de Guerra provinciais**

<b>CARGO</b>	<b>FUNÇÕES</b>
Diretor	Responsável pela administração geral
Ajudante do Diretor	Compete a direção das oficinas, a organização dos livros de registro das requisições dos mestres das oficinas. Responsável pela educação dos menores aprendizes. Cuida das entradas de matérias-primas nos armazéns, fiscaliza o ponto dos trabalhadores, bem como as férias dos mesmos. Substituto do Diretor, quando da falta do mesmo. Possuidor de uma das chaves do cofre do Arsenal.
Almoxarife	Responsável pela arrecadação dos objetos da Fazenda Pública que estiveram no Arsenal. Atua como Recebedor e Pagador de todas as despesas do Arsenal. Realiza a prestação de contas da Tesouraria da província. Possuidor de uma das chaves do cofre do Arsenal.
Escrivão	Responsável por registrar a entrada e saída de artigos, bem como as quantidades existentes nos armazéns. Encarregado de registrar as despesas e receitas do Arsenal. Possuidor de uma das três chaves do cofre do Arsenal.

Escriturário	Coadjuvador do escrivão. Responsável por realizar o expediente do diretor, a escrituração do Pagador e a fazer a conferências das férias dos trabalhadores.
Amanuense	Incumbido do registro das ordens, dos ofícios e despachos e todos os demais trabalhos que lhe forem determinado.
Fiel	Subordinado imediato do Almojarifê. Guardador das chaves do armazém, devendo realizar qualquer descarga apenas com a autorização do escrivão. Responsável por registrar as entradas e saídas dos armazéns. A partir dos registros, deve realizar a conferência dos dados registrados pelo escrivão.
Guardas dos Armazéns	Subordinados ao Fiel. Inseparáveis de seus respectivos armazéns. Substitutos do Fiel.
Apontador	Responsável pelo serviço diário do Arsenal, como a admissão de funcionários, a formalização das férias e registro do ponto.
Porteiro	Encarregado de abrir e fechar os portões nas horas estabelecidas. Incumbido de garantir que as saídas sejam feitas com a autorização competente e ordem por escrita, contendo a qualidade e a quantidade dos gêneros. Responsável por registrar em livros todas as ordens de saída.
Ajudante do Porteiro	Coadjuvante do Porteiro, substituto em suas faltas. Ajudante ou Porteiro deverão pernoitar no Arsenal.

FONTE: AHRs. Fundo Legislação Códice 53. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Decreto de 21 de fevereiro de 1832. Actos do Poder Executivo, Rio de Janeiro: Typ Imperial e Constitucional de Seignot-Plancher, 1832.

Além dos cargos, o dispositivo estabelece uma relação de subordinação do diretor - e, conseqüentemente, do próprio arsenal - com as respectivas presidências de província:

Art. 4º. Pertence ao Director a Administração Geral do Arsenal, sendo com tudo sujeito ao Presidente da província, cujas ordens fará executar. [...] Art. 5º. O Director será nomeado pelo Presidente da Provincia, e esta nomeação deverá sempre recahir um Officiaes Militares intelligentes. Art. 6º. O Director não mandará dar genero algum do Arsenal sem ordem por escripto do Presidente da Provincia.<sup>103</sup>

Essa dependência da instituição militar para com o Presidente da província, mesmo sendo prevista no regulamento, será uma das questões preponderantes da investigação aqui

<sup>103</sup> AHRs. Fundo Legislação Códice 53. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Decreto de 21 de fevereiro de 1832. Actos do Poder Executivo, Rio de Janeiro: Typ Imperial e Constitucional de Seignot-Plancher, 1832.

empreendida. Isso porque, o dispositivo legal não deixa claro em quais parâmetros se dava essa subordinação da instituição militar ao poder executivo provincial. Além disso, a existência de uma regulamentação não necessariamente garantia a sua aplicação, sobretudo em um momento atípico para o estabelecimento, como é o caso aqui abordado. Desse modo, essa análise também busca perceber em que medida as definições legais eram praticadas, como o caso da nomeação da direção do AGPA pelos presidentes, por exemplo.

A partir dos dados contidos na Tabela 1, é possível perceber que há, já em 1832, uma preocupação com o registro das atividades, principalmente no que tange a entrada e saída de materiais e receitas e despesas da instituição. Ademais, optamos por apresentar esses dados com o intuito de averiguar se, através da documentação pesquisada, é possível perceber essa organização dentro do Arsenal de Guerra de Porto Alegre durante a década de 1860. Isso porque, este regulamento foi pensado décadas antes do período aqui abordado, do mesmo modo que foi concebido para regulamentar todos os arsenais de guerra das província, não somente o AGPA.

Um aspecto que deve ser atentado ao analisar este relatório, mas também ao longo de toda essa escrita é o fato de não haver um sistema logístico estruturado, fazendo com que uma parcela significativa das atividades de suprimento para a guerra fossem pensadas no momento em que a demanda se colocava. Essa questão ficará evidente ao longo desta pesquisa, onde exploraremos os conflitos jurisdicionais, a falta de recursos financeiros e materiais, a inexistência de linhas de transportes para todos os destinos, entre outros pontos. Esse aspecto exige ainda mais ponderação ao pensar a administração e o funcionamento do Arsenal de Guerra de Porto Alegre, não sendo possível uma simples análise de dispositivos legais.

O desenvolvimento estrutural das instituições militares e das atividades logísticas desde a década de 1830 não foi acompanhado de uma atualização regulamentar. Esta é uma crítica encontrada em relatórios do Ministério da Guerra, cujos representantes alertavam para a defasagem de um dispositivo pensado há mais de 30 anos. João Lustoza da Cunha Paranaguá, ao relatar as atividades ministeriais da pasta da guerra no ano de 1866, escreve que os arsenais ainda se regem pelo regulamento de 1832 e que

uma só consideração é suficiente para patentear a necessidade de se reformar semelhante regulamento. Na época da sua promulgação o nosso exercito não estava no pé em que hoje se acha; o numero de suas praças era metade do exigido actualmente pelas circumstancias ordinarias, e reclamava elle então só o provimento para as suas mui limitadas necessidades. Hoje o desenvolvimento do pais, o crescimento da população, e uma dura

experiencia adquirida na guerra actual, pedem um exercito melhor organizado; e o augmento do pessoal militar traz forçosamente augmento de material de guerra, cujo fornecimento encontra serias difficuldades nas disposições daquelle regulamento. Conforme o tem reconhecido meus illustres antecessores, e esta augusta camara o tem autorizado, deve esse regulamento soffrer reforma radical; circumstancias imperiosas, porém, tem impedido o governo Imperial de effectuar tão util reforma. Uma commissão foi nomeada para estudar os melhoramentos do arsenal, e apresentar as bases de um regulamento, que garante o bom fabrico do material de guerra, sua guarda, conservação e distribuição, dê meios para a boa fiscalização dos dinheiros publicos, em grossas sommas despendidas com o fornecimento de artigos bellicos, e ao mesmo tempo simplifique o jogo administrativo, para não complicar a marcha do serviço de taes estabelecimentos, e a integridade daquella fiscalização.<sup>104</sup>

Além de corroborar nossas ressalvas, o excerto acima salienta que o dispositivo legal não regulamentou as atividades fins dos arsenais, tendo seu foco voltado para o quadro de funcionários, a subordinação ao poder executivo da província e para as companhias de menores aprendizes. Não havia especificações acerca dos trabalhos nas oficinas, tampouco modos operacionais para a produção, guarda e distribuição dos artigos bélicos e o registro das atividades.

De modo a tentar sanar esta questão, lançamos mão do Relatório do diretor do Arsenal de Guerra de Porto Alegre, Joaquim Jeronymo Barrão,<sup>105</sup> enviado para o Presidente da província Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello. As informações constantes neste documento são relativas ao ano de 1867, primeiro ano da administração interina de Barrão. Ainda que, desde o regulamento de 1832, estivesse estabelecida a obrigatoriedade do registro das despesas, receitas, atividades e produções dos arsenais de guerra, bem como o arquivamento desses registros, o relatório citado parece ter sido o primeiro escrito durante o conflito. Não podemos confirmar esta afirmação por dois motivos: a documentação que acessamos hoje por vezes não corresponde ao montante produzido pelas instituições. Além disso, os registros burocráticos do dia a dia do Arsenal, em princípio, não foram preservados, nos permitindo acessar determinadas informações somente quando estas estão presentes ou anexas às correspondências que o AGPA enviava para o poder executivo ou ministerial.

---

<sup>104</sup> Relatório apresentado á Assembléa Geral Legislativa na primeira sessão da decima terceira legislatura pelo ministro e secretario de Estado dos Negocios da Guerra João Lustoza da Cunha Paranaguá, Rio de Janeiro, 1867. Pg 44. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/pdf/720950/per720950\\_1867\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/720950/per720950_1867_00001.pdf)>. Acesso em 20/nov/19.

<sup>105</sup> A grafia do nome é encontrada na documentação de duas maneiras: Joaquim Jeronymo Barrão ou Joaquim Jeronimo Barrão. Optamos por utilizar a primeira, por ser a versão mais corriqueira, entretanto, em passagens transcritas, mantemos a grafia encontrada no trecho transcrito.

Entretanto, pensar a possibilidade de Barrão confeccionando o primeiro relatório completo durante o conflito, também não soa absurdo. O primeiro ponto que nos coloca essa hipótese é a existência de diversas cobranças dirigidas aos diretores anteriores, por parte do Ministério da Guerra, com relação aos documentos que mostrassem as movimentações do Arsenal. Como exploraremos no segundo capítulo, até a administração de Barrão parece ter havido problemas com a prestação da conta das atividades da instituição. Outro aspecto é a experiência de Barrão, que antes de sua nomeação através do governo imperial, já havia estado à frente de outros estabelecimentos. Atuou como diretor do Arsenal de Guerra do Pará<sup>106</sup> e ajudante do diretor da Fábrica de Pólvora de Estrella, vinculado ao Arsenal de Guerra da Côrte,<sup>107</sup> posterior ao período do conflito com o Paraguai, esteve a frente do Hospital Militar da Guarnição da Côrte. Todos estes postos possuem caráter administrativo, que nos sugere a experiência de Barrão com os afazeres burocráticos. Outro aspecto que nos faz julgar a experiência do militar é o seu tempo de permanência no AGPA, sobretudo quando comparamos aos seus antecessores.

De novembro de 1864 até a entrada de Joaquim Jeronymo Barrão ao AGPA, em 04 de setembro de 1866, três diretores passaram pela instituição. No caso de Barrão, pelo menos até 20 de maio de 1869, ele ainda estava ocupando o cargo de diretor interino do Arsenal, nos possibilitando pensar que suas atividades se desenvolveram de tal forma que sua substituição não foi necessária. Não podemos afirmar que seus antecessores foram substituídos por falta de competência, mas a permanência de Barrão no cargo por mais tempo do que o habitual, nos indica como possível a sua competência à frente da instituição.

O último ponto que converge para a nossa avaliação são os elogios públicos recebidos por Barrão em virtude de seu trabalho realizado no Arsenal de Porto Alegre. No relatório do Presidente da província, de 31 de janeiro de 1867, Antonio Augusto Pereira da Cunha elogia a atuação do tenente-coronel do estado-maior de 1ª classe, Joaquim Jeronymo Barrão:

O zelo e promptidão com que o actual director tenente-coronel Joaquim Jeronimo Barrão mandou promptificar e satisfazer todas as requisições de fardamento, equipamento, arriamento, etc. para o corpo de exercito em organização, o tornão digno de todo o elogio; accrescentando ainda que na visita que fiz áquelle estabelecimento observei bôa ordem em todo o serviço,

---

<sup>106</sup> BEZERRA NETO, José Maia. O africano indesejável. Combate ao tráfico, segurança pública e reforma civilizadora (Grão-Pará 1850-1860). *Afro-Ásia*, n. 44, pp. 171-217, 2011. pp. 172.

<sup>107</sup> VON LAEMMERT, Eduardo. Almanak administrativo, mercantil e industrial da Corte e da Provincia do Rio de Janeiro para o anno de 1865. Rio de Janeiro: Casa Eduardo e Henrique Laemmert, 1865. p. 301.

e no arranjo do material recolhido aos respectivos armazens.<sup>108</sup>

Algo semelhante Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello colocou na fala dirigida á Assembleia Legislativa Provincial, em setembro de 1867:

O director do arsenal, tenente-coronel Joaquim Jeronymo Barrão, tem mostrado muita dedicação e intelligencia no desempenho das importantes funcções que lhe estão confiadas, *distinguindo-se*<sup>109</sup> por seu zelo pelo dispendio dos dinheiros publicos [grifo meu].

Estes elogios foram realizado antes de Barrão enviar o relatório do AGPA que, como veremos em seguida, era acompanhado de mapas demonstrativos minuciosos das atividades, receitas e despesas da instituição, os mesmos que eram repetidamente cobrados de seus antecessores. Mas estes não foram os únicos a colocar publicamente seu reconhecimento por Barrão. Assim o fez o presidente Antonio da Costa Pinto Silva: “Continúa na direcção d'este estabelecimento o Tenente Coronel Joaquim Jeronymo Barrão, cujo zelo, intelligencia e probidade folgo de reconhecer.”<sup>110</sup>

Em um primeiro momento, poderíamos pensar no caráter personalista desses elogios e suas motivações não serem, necessariamente, a eficiência laboral de Barrão. Porém, acreditamos que, na medida em que três indivíduos diferentes à frente do poder executivo provincial assim o fizeram, isso pode nos indicar que o diretor elevou a qualidade dos trabalhos administrativo-burocráticos da instituição militar que comandava. Pinto Silva ainda vai além, afirmando que, graças a severa fiscalização que Barrão impôs no uso da receita disponibilizada para o novo edifício do AGPA, terminado em 1867, foi possível poupar verba e destiná-la a outros consertos de que carecia o estabelecimento.<sup>111</sup>

Uma vez que objetivamos entender esta instituição, ainda antes de partir para a análise do relatório de Barrão, abrimos espaço para mencionar outro diretor elogiado nos relatórios presidenciais. Nosso objetivo com isto é demonstrar quais saberes eram valorizados nos

<sup>108</sup> Relatório apresentado ao Exm. Sr. Presidente da Provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul Dr. Francisco Marcondes Homem de Mello pelo Dr. Antonio Augusto Pereira da Cunha, 2º Vice-Presidente, 1867. p. 7. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263\\_1867\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263_1867_00001.pdf)>. Acesso em: 20/nov/19.

<sup>109</sup> Falla dirigida á Assembléa Legislativa da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo Presidente Dr. Francisco Marcondes Homem de Mello, em segunda sessão da 12ª legislatura, 1867. p. 81. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/182#?c=0&m=44&s=0&cv=1&r=0&xywh=-72%2C2036%2C2571%2C1813>>. Acesso em: 20/nov/19.

<sup>110</sup> Relatório com que o Excelentissimo Sr. Dr. Antonio da Costa Pinto Silva Presidente d'esta Provincia passou a administração da mesma ao Exmº S. Doutor Israel Rodrigues Barcellos no dia 20 de maio de 1869. p. 7. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263\\_1869\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263_1869_00001.pdf)>. Acesso em: 20/nov/19.

<sup>111</sup> Idem.

indivíduos escolhidos para dirigir a instituição. João Antonio Mendes Tota, que esteve no cargo por menos de um ano, teve seu trabalho reconhecido por João Marcellino de Souza Gonzaga. O presidente da província afirma ter executado uma série de medidas nos primeiros meses da guerra contra o Paraguai e “pede a justiça que eu declare, que muito me auxiliou o ex-director interino do arsenal, o coronel reformado do exercito João Antonio Mendes Tota.”

112

As atividades ordenadas por Gonzaga foram o aumento do pessoal do Arsenal, a limpeza e conserto dos armamentos dos depósitos e a compra de matérias-primas necessárias nas oficinas. Nesse sentido, a destacada trajetória militar de Tota<sup>113</sup> parece ter sido útil no auxílio das medidas imediatas referentes à artigos de uso militar. Nesse sentido, podemos pensar que tanto Barrão como Tota tinham experiências e conhecimentos técnicos essenciais ao AGPA, seja no tratamento burocrático ou na expertise bélica, ambos tiveram sua atuação reconhecida perante a esfera política provincial.

Parece importante salientar que este relatório de Souza Gonzaga, datado de 04 de agosto de 1865, é o primeiro em que o Arsenal de Guerra é listado como um tópico específico e bem desenvolvido dentro do documento, demonstrando, julgamos, a preponderância da instituição a partir do início da guerra. Nos relatórios anteriores, a instituição aparece com pequenas menções em tópicos diversos, havendo um lugar dedicado para a Companhia de Menores Aprendizes, mas não para trazer informações acerca das atividades fins do AGPA. Novamente, a partir de 1868, os relatórios passam a mencionar cada vez menos a instituição, nos possibilitando pensar na diminuição da sua preponderância na medida em que o front se afasta da província.

Retomando a questão do relatório escrito pelo diretor Joaquim Jeronymo Barrão, sua utilização como fonte nos permite, com as devidas ressalvas, apreender acerca do funcionamento da instituição e realizar contrapontos com o defasado regulamento de 1832. Assinado em 27 de fevereiro de 1868, tendo como base todo o ano de 1867, Barrão elaborou o relatório de 11 páginas descrevendo as atividades e funcionários existentes na Secretaria da

---

<sup>112</sup> Relatório com que o bacharel João Marcellino de Souza Gonzaga entregou a administração da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao Illmo. e Exmo. Sr. Visconde de Boa, 1865. p. 10. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263\\_1865\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263_1865_00001.pdf)>. Acesso em: 20/nov/19.

<sup>113</sup> O registro mais antigo encontrado sobre João Antonio Mendes Tota é a sua atuação como Alferes empregado às ordens do Governador e Capitão General de São Pedro do Rio Grande do Sul, em 1819. Na década de 1820, esteve presente nos conflito contra Oribe, tendo recebido reconhecimento pelos serviços prestados na Batalha do Tacuarembó.

Diretoria, no Escritório das Oficinas, no Almojarifado e nas Oficinas<sup>114</sup>. Além disso, o relatório traz outros tópicos referentes às Companhias de Menores Aprendizes e de Operários Militares, acerca dos prisioneiros paraguaios e sobre as obras e consertos realizados nos edifícios da instituição. Ainda compõe o relatório uma série de anexos que correspondem à mapas demonstrativos das movimentações do AGPA, seus funcionários e operários, produtos enviados e seus locais de destino, fornecedores civis, indivíduos adidos às companhias, entre outros que serão melhor explorados ao longo do capítulo.

Com base nas descrições do relatório e do Mapa demonstrativo N° 1, elaboramos uma tabela referente ao quadro do pessoal burocrático-administrativo do AGPA:

<b>Tabela 2: Empregados administrativo-burocráticos e das companhias adidas ao Arsenal de Guerra de Porto Alegre no ano de 1867</b>			
<b>Nome</b>	<b>Cargo</b>	<b>Data de nomeação</b>	<b>Observações</b>
Diretor	Joaquim Jeronymo Barrão	04 de setembro de 1866	
Ajudante de diretor	Jacinto Machado de Bittencourt Junior		
Almojarife	Vasco Fernandes Lima	12 de setembro de 1859	Suspenso desde 2 de janeiro de 1867
Escrivão	Joaquim Lopes Duro	Começou como amanuense em 1836	
Escrivário	Pedro Cesario de Abreu	Começou como amanuense em 1859	Realiza também as atividades de amanuense
Amanuense	Miguel de Castro de Werna e Bilstein	05 de julho de 1867	Está em mau estado de saúde e pouco aparece no trabalho
Fiel do almojarife	Antonio Alvaro de Araujo	26 de setembro de 1836	Desde 2 de janeiro de 1867 está exercendo as funções de almojarife
Escrivão das oficinas	Antonio Caetano de Oliveira Souto	11 de abril de 1861	
Apontador	Francisco Pinheiro Guimarães Dourado	10 de dezembro de 1866	
Agente de compras	Wenceslau Rodrigues da Costa	12 de outubro de 1865	
Porteiro	Fabiano Pinto do	13 de março de 1856	Acha-se em comissão no

<sup>114</sup> Cabe salientar que funcionário e empregados são mencionados ao longo dos documentos como os homens que desenvolviam os trabalhos burocráticos-administrativos. Os trabalhadores das oficinas, independente do posto, eram chamados operários.

	Nascimento		Exército brasileiro contra o Paraguai
Ajudante de porteiro	Tristão Lopes Duro	18 de fevereiro de 1855	Está exercendo interinamente o lugar de porteiro
Ajudante de porteiro interino	Francisco José da Silva Cruz	janeiro de 1867	
Guarda do almoxarifado	Manoel Corrêa da Silva	31 de janeiro de 1848	
Guarda do almoxarifado	Manoel da Costa Silveira	04 de agosto de 1862	
Guarda do almoxarifado	Manoel Corrêa d'Oliveira Figueiredo	05 de dezembro de 1863	
Guarda do almoxarifado	Leonel José da Costa Cabral	18 de novembro de 1857	
Guarda do almoxarifado	Vasco Joaquim Corrêa Vasques	01 de setembro de 1863	
Guarda do almoxarifado	Militão Maria Tourelles	Começou como ajudante de porteiro em 11 de janeiro de 1848	
Guarda do almoxarifado	Antonio José Guerra	16 de dezembro de 1859	
Guarda do almoxarifado	Joaquim Rodrigo Lopes Duro	05 de dezembro de 1863	
Guarda do almoxarifado	Carlos Coelho de Sousa	09 de novembro de 1867	
Pedagogo	Manoel Marcellino Pires	09 de junho de 1866	
Ajudante de pedagogo	João Antonio Dias de Andrade	Começou como guarda em 19 de junho de 1866	
Guarda	Antonio Vaz Ferreira de Azambuja	14 de agosto de 1866	
Professor de desenho	João Propicio Rodrigues da Silva	19 de fevereiro de 1863	
Professor de música	Joaquim José de Mendanha	19 de fevereiro de 1863	
Professor de primeiras letras	Antonio Lopes Duro Sobrinho	19 de outubro de 1861	
Secretário da Diretoria	Henrique Frederico Buys		Dispensado em 17 de setembro de 1867

Comandante Interino da Cia de Operários Militares	José Antônio Lessa		Deixou o cargo em 11 de outubro de 1866 para dirigir-se à São Borja
Comandante Interino da Cia de Operários Militares	Francisco Pereira Bastos	11 de outubro de 1866	Dispensado em 16 de fevereiro de 1867
Comandante Efetivo da Cia de Operários Militares	Manoel Augusto Bacellar	29 de novembro de 1867	

FONTE: Relatório enviado pelo Tenente-Coronel Joaquim Jeronymo Barrão, Diretor-Interino do Arsenal de Guerra de Porto Alegre, em 27 de fevereiro de 1868.<sup>115</sup>

De maneira geral, os cargos correspondem ao previsto no regulamento, com a adição de um escrivão das oficinas e o agente de compras, além dos funcionários que realizavam atividades relacionadas com a Companhia de Menores Aprendizes e com a Companhia de Operários Militares. Entretanto, ao longo de todo o relatório, Barrão coloca uma série de serventes<sup>116</sup> que foram dispensados em virtude de um Aviso do Ministério da Guerra que solicitava a dispensa dos empregados extra-numerários. Dentre essas dispensas estava um secretário, três serventes empregados na escrituração do almoxarifado, dois responsáveis pela escrituração dos mestres das oficinas, cinco encarregados dos prisioneiros paraguaios, três encarregados da distribuição das costuras, entre outros serventes das oficinas e das companhias de operários militares e da de menores aprendizes.

Entretanto, ainda que alguns cargos não estivessem previstos no regulamento e houvesse a solicitação de dispensa dos extras, Barrão defende a sua opção pela permanência de alguns desses postos. Um deles foi a função de agente de compras, cujo trabalho consistia em realizar compras miúdas para o Arsenal, como alicates, agulhas, botões, cadarços, lenços, meias, pincéis, entre outros.<sup>117</sup> Wenceslau Rodrigues da Costa foi nomeado pela presidência da província no início da guerra e tem a necessidade de sua função defendida pelo diretor do AGPA: “É um empregado que muito me tem satisfeito por sua honestidade e aptidão, e cuja conservação julgo necessária a bem dos interesses da fazenda publica.”<sup>118</sup>

<sup>115</sup> Há uma série de outros indivíduos empregados no Arsenal de Guerra de Porto Alegre e nas companhias e demais instituições vinculadas ao AGPA, como o Laboratório Pirotécnico e a Fábrica de Pólvora. Entretanto, a Tabela 2 foi elaborada com base nos cargos que foi possível encontrar o nome dos indivíduos que os ocupavam.

<sup>116</sup> Servente é um trabalhador que comumente responsável por trabalhos não especializados, de pouca qualificação, especialmente manuais.

<sup>117</sup> A relação de fornecedores corresponde ao Anexo 1 deste trabalho.

<sup>118</sup> Relatório enviado pelo Tenente-Coronel Joaquim Jeronymo Barrão, Diretor-Interino do Arsenal de Guerra de Porto Alegre, em 27 de fevereiro de 1868, p. 5. Anexo ao Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Francisco I. Marcondes Homem de Mello, passou a administração d’esta província ao Exm. Sr. Dr. Joaquim Vieira da Cunha,

Acreditamos que, em virtude do aparente bom funcionamento da instituição e da eficiência da administração de Barrão, suas opiniões fossem consideradas relevantes, permitindo que, mesmo com regulamentos e avisos solicitando o contrário, fosse possível manter cargos como o de agente de compras em atividade. Além do aparente prestígio do diretor, como mencionamos anteriormente, era sabido que a regulamentação dos arsenais estava defasada. Desse modo, não surpreende o fato de algumas medidas serem tomadas fora do previsto nos dispositivos legais vigentes, ainda que para isso houvesse a necessidade de prévia aprovação do Ministério da Guerra e/ou da presidência da província.

Outro exemplo disso são dois oficiais que estiveram adjuntos à diretoria do AGPA. Barrão justifica a manutenção destes dois indivíduos afirmando que os deixou ficar para

fazerem revesadamente a policia do estabelecimento, e responderem pela ordem e disciplina do arsenal nas horas fóra dos trabalhos, nos domingos e dias santificados, em consequencia de não residirem dentro do estabelecimento nem o director, nem o seu ajudante, por falta de casas. [...] Responsabiliso-os por todas as<sup>119</sup> irregularidades e faltas que houverem na ausencia do director e ajudante.

Assim como o agente de compras era importante para os gastos, a permanência destes dois oficiais extras tem relação com a fiscalização das atividades e, em consequência, dos gastos realizados pela instituição, mas também com a necessidade de sempre haver um oficial comandando esta unidade militar. Consideramos que as justificativas baseadas em controle, vigilância e supervisão eram bem recebidas pelas esferas superiores ao AGPA.

Acreditamos que não seja necessário delongar-se acerca deste aspecto, uma vez que foi possível dar uma ideia geral do quadro funcional responsável pelos afazeres administrativos e burocráticos da instituição. Assim como também é perceptível que havia a possibilidade de inserção de novos cargos devido às demandas surgidas nos mais de trinta anos desde a promulgação do regulamento dos arsenais. Desse modo, passamos a explorar quais atividades eram desenvolvidas por estes empregados.

---

1º Vice-Presidente, no dia 13 de abril do anno de 1868. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263\\_1868\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263_1868_00001.pdf)>. Acesso em: 20/nov/19

<sup>119</sup> Relatório enviado pelo Tenente-Coronel Joaquim Jeronymo Barrão, Diretor-Interino do Arsenal de Guerra de Porto Alegre, em 27 de fevereiro de 1868, p. 11. Anexo ao Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Francisco I. Marcondes Homem de Mello, passou a administração d'esta provincia ao Exm. Sr. Dr. Joaquim Vieira da Cunha, 1º Vice-Presidente, no dia 13 de abril do anno de 1868. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263\\_1868\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263_1868_00001.pdf)>. Acesso em: 20/nov/19

### 2.5.1 Secretaria da Diretoria

Era incumbência da Secretaria os serviços de registro e arquivamento do expediente do diretor, realizados por um escriturário, um amanuense e um servente chamado de “coadjuvante de escrita”. Também estava a cargo desta repartição a expedição de documentos para outras esferas, bem como documentação de circulação interna. De acordo com o relatório, durante o ano de 1867 foram expedidos 709 ofícios, sendo 309 á presidência, 89 ás 4 Diretorias da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, e os outros às diferentes autoridades e chefes de repartições; 665 portarias; 33 ordens do dia; 79 termos de contratos e de arrematação; e 614 documentos de receita e 1220 de despesa.<sup>120</sup>

Esses números nos ajudam a pensar as comunicações realizadas pelo AGPA, onde fica evidente a sua relação mais aproximada com o poder executivo da província, ao mesmo tempo em que nos demonstra uma série de outras tipologias documentais que não foram preservadas e que, certamente, trariam elementos que permitiriam uma melhor apreensão do cotidiano administrativo e manufatureiro da instituição.

### 2.5.2 Almojarifado e armazéns

Considerado por Barrão como o centro de toda a movimentação do AGPA, o almojarifado recebeu bastante atenção da administração da instituição e um amplo espaço no relatório, onde foram descritas todas as alterações do quadro de pessoal e do espaço físico da repartição. Além do almojarife e do fiel, a repartição contava com um servente de escrita, que também atuava como contínuo, uma espécie de “faz-tudo”. Apesar da documentação não deixar claro, há indícios de que armazéns estavam adjacentes ao almojarifado, especialmente após a conclusão do novo edificio da instituição, em outubro de 1867. Isso explicaria a divergência dos cargos de guardas, pensados no regulamento de 1832 como “guardas dos armazéns”, mas descritos em 1868 como “guardas do almojarifado”. Estes armazéns

---

<sup>120</sup> Relatório enviado pelo Tenente-Coronel Joaquim Jeronymo Barrão, Diretor-Interino do Arsenal de Guerra de Porto Alegre, em 27 de fevereiro de 1868, p. 3. Anexo ao Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Francisco I. Marcondes Homem de Mello, passou a administração d’esta provincia ao Exm. Sr. Dr. Joaquim Vieira da Cunha, 1º Vice-Presidente, no dia 13 de abril do anno de 1868. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263\\_1868\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263_1868_00001.pdf)>. Acesso em: 20/nov/19

passaram por aperfeiçoamentos, que vão desde a sua ampliação física, instalação de maior número de prateleiras até a separação de alguns desses armazéns pela tipologia dos artigos que armazenava, sendo um destinado apenas para os arreamentos, por exemplo.

Muito se escreveu no relatório acerca da reorganização desses dois setores do AGPA e o conseqüente aumento da eficiência das respectivas atividades. É importante não perder de vista que os relatórios, independente da esfera que os redigia, serviam como uma propaganda dos estabelecimentos e dos indivíduos à cargo das mesmas. Nesse sentido, pensando a atuação dos presidentes de província, Amanda Both irá salientar que os “relatórios eram enviados não apenas aos órgãos do governo central, mas também aos presidentes de outras províncias, às bibliotecas, às faculdades, ao senado e à câmara de deputados”.<sup>121</sup> Com isso, além de funcionar como meio de comunicação, prestação de contas e circulação de informações, os relatórios também eram uma

oportunidade para obter visibilidade diante do governo e criar ou fortalecer laços vantajosos, [...] dedicavam-se a apresentar a situação da província e, simultaneamente, demonstrar sua habilidade e esforço para governar a província, provando-se merecedores da confiança daqueles que lhes haviam indicado para tão importante empreitada.<sup>122</sup>

Não se trata de invalidar as informações contidas nestes documentos, mas buscar atentar para outros possíveis usos dessas relatorias, uma vez que as mesmas eram publicadas e distribuídas a diversos setores da sociedade.

Esses usos dos relatórios presidenciais observados por Both também podem ser pensados para os relatórios feitos pelas repartições da província, como era o caso do AGPA. Alguns trechos do relatórios de Joaquim Jeronymo Barrão elucidam isso:

Com a confusão que necessariamente houve no começo da actual guerra, não só pela falta de provimentos para fazer face de prompto ás necessidades urgentes e em grande escala que apparecerão, mas sobretudo pelo acanhamento e falta de armazens de que tanto se resentiu o arsenal n'essa difficil occasião, vim enconral-os n'um estado de completa desordem, os objectos amontoados uns sobre os outros, sem a menor sombra de classificação, muitos deitados pelo chão, ignorados e ali apodrecendo por causa da humidade do sólo com que estavam em contacto. Com quanto fosse crença já n'aquella época que a guerra chegava á seu termo, e o governo muito judiciosamente começasse a diminuir as despezas restringindo o pessoal d'esta e de outras repartições, tratei com affinco de acabar com a

---

<sup>121</sup> BOTH, Amanda C. *Administração provincial e governabilidade no império do brasileiro: um estudo a partir do perfil de recrutamento e da comunicação política dos presidentes da província do RS (1845-1889)*. 265 f. Tese. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul: Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre, 2020. p. 184

<sup>122</sup> *Ibidem*.

desordem e confusão que havia nos armazens, e fil-o com tanto esforço que em poucos mezes principiei a colher o fructo dos meus esforços, apesar de constantes interrupções com urgentes remessas para os exercitos em operações, com o fornecimento de tudo quanto necessitou o 3º corpo de exercito.<sup>123</sup>

E logo em seguida reforça:

Como disse, a ordem succedeu em pouco tempo ao cahos em que estavam os armazens, os objectos vião-se devidamente classificados e arrumados, separados e em lugares distinctos os bons dos estragados e inuteis; e bem assim estabelecido o começo de uma escripturação do movimento das entradas e sahidas dos mesmos armazens. Este trabalho, longo e fastidioso, ainda não está de todo concluido; entretanto a respectiva comissão<sup>124</sup> continúa a empregar o maior zelo para terminal-o no menor praso.

Os trechos acima, onde Barrão salienta a superação dos obstáculos e o estado em que esteve a instituição antes de sua gestão não foram os únicos argumentos utilizados pelo diretor. A quase totalidade dos mapas demonstrativos que constam em anexo ao relatório foram feitos pelo almoxarifado “com a devida regularidade, e a contento da primeira autoridade da provincia.”<sup>125</sup>

Ao relatar as atividades dos armazéns e do almoxarifado encontramos elementos que nos indicam algumas práticas que ocorriam na instituição. Dessas, a primeira que gostaríamos de salientar diz respeito às alternativas encontradas para suprir as demandas por espaço físico. Antes da conclusão do novo edificio, o AGPA contava com um conjunto de edificações menores e armazéns no terreno ao lado, onde hoje está a escadaria da Igreja das Dores. Em função do espaço reduzido, se realizavam contratos de aluguel com particulares. Exemplo disso era a casa de José Francisco dos Santos Pinto, alugada pela quantia de cem mil réis mensais para servir de armazém do AGPA.<sup>126</sup>

Nesse sentido, voltamos a frisar acerca do estágio do desenvolvimento logístico e

---

<sup>123</sup> Relatório enviado pelo Tenente-Coronel Joaquim Jeronymo Barrão, Diretor-Interino do Arsenal de Guerra de Porto Alegre, em 27 de fevereiro de 1868, p. 4. Anexo ao Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Francisco I. Marcondes Homem de Mello, passou a administração d’esta provincia ao Exm. Sr. Dr. Joaquim Vieira da Cunha, 1º Vice-Presidente, no dia 13 de abril do anno de 1868. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263\\_1868\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263_1868_00001.pdf)>. Acesso em: 20/nov/19.

<sup>124</sup> *Idem.*

<sup>125</sup> *Ibidem.* p. 5.

<sup>126</sup> Relatório enviado pelo Tenente-Coronel Joaquim Jeronymo Barrão, Diretor-Interino do Arsenal de Guerra de Porto Alegre, em 27 de fevereiro de 1868, p. 5. Anexo ao Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Francisco I. Marcondes Homem de Mello, passou a administração d’esta provincia ao Exm. Sr. Dr. Joaquim Vieira da Cunha, 1º Vice-Presidente, no dia 13 de abril do anno de 1868. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263\\_1868\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263_1868_00001.pdf)>. Acesso em: 20/nov/19

institucional durante o Império. Havia a necessidade de quartéis, depósitos, enfermarias e etc, mas ainda que essa demanda fosse reconhecida, os gastos com o conflito nem sempre possibilitaram que o Ministério da Guerra aprovasse verbas para construções e ampliações. Entretanto, ao mesmo tempo, a necessidade desses espaços estava dada e uma das soluções encontradas foi o aluguel de imóveis particulares ou em alguns casos, doações de indivíduos abastados, que sediam suas propriedades por um determinado período de tempo.

A segunda prática tem relação com as dinâmicas de fiscalização e controle das atividades da instituição e seus gastos. Joaquim Barrão relata que

o almoxarife que se achava suspenso por ordem do governo, para responder a processo como cúmplice na introdução de pannos avariados no arsenal, foi absolvido e reassumiu o exercício de suas funções á 10 do corrente mez.  
<sup>127</sup>

Ainda que ele tenha sido absolvido e não tenhamos acesso ao processo, é possível observar que a instituição buscava responsabilizar seus empregados por serviços mal executados, sobretudo aqueles que trouxessem prejuízos para o estabelecimento. Os panos avariados certamente foram comprados mediante a avaliação e aprovação do almoxarife, como ocorria com a compra de produtos manufaturados, que passavam por avaliação do mestre da oficina respectiva.

A possibilidade desse tipo de processo contra os empregados trazia benefícios para a instituição, na medida em que apresentava a possibilidade de não onerar a Fazenda Pública em caso de faltas dos empregados, ao mesmo tempo em que podia agir como uma espécie de “incentivo” para que a atuação dos indivíduos dentro dos arsenais se desse da forma mais correta possível. Não obstante, imaginamos que uma série de medidas visando uma racionalização da laboração, das atividades burocráticas e do dispêndio do dinheiro público, sequer existiam. Novamente nos remetemos à organização das instituições militares do período e o manejo e resolução das demandas conforme a necessidade se criava, o que, muito provavelmente, não era acompanhado da criação de regulamentações formais e jurídicas.

### 2.5.3 Oficinas

Conforme mencionamos no início deste capítulo, o regulamento dos arsenais não

---

<sup>127</sup> *Idem.*

previa quais oficinas deveriam funcionar nos arsenais de guerra das províncias, apenas que essas oficinas existiriam conforme a demanda. Durante os anos do conflito contra o Paraguai, podemos confirmar na documentação a existência de pelo menos sete oficinas. Contudo, por vezes havia a prática de mais de um ofício em cada uma, como veremos a seguir. O novo edifício do AGPA foi dedicado quase que exclusivamente para o funcionamento das oficinas. Segundo Barrão, “é um excellente predio e de bonito aspecto, solidamente construido e que oferece todas as proporções para quando fôr necessario dar maior desenvolvimento ás officinas.”<sup>128</sup>

As oficinas que estiveram em atuação no ano de 1867, segundo o relatório foram:

Oficina de construção e obras brancas - responsável por realizar atividades em madeira, sendo as chamadas obras brancas aquelas que possuem o trabalho em madeira aparente. Obra de carpintaria bem aparelhada que fica visível, feita para expor a madeira de que é feita, depois de encerada ou envernizada. Pode ser usada em soalhos, corrimãos, portas, forros etc. Também chamada obra limpa, limpos e carpintaria de limpo.<sup>129</sup> Em relatórios anteriores encontramos referências à oficina de carpinteiros, que nos parece ser a mesma, agora nomeada desta maneira. A quantidade de empregados dessa oficina variou, no ano de 1867, entre 25 em janeiro e 41 em dezembro. A composição comumente era de 1 mestre, 1 contra-mestre e restante composto operários militares e empreiteiros, indivíduos que recebiam por trabalho realizado, não obtendo pagamento fixo.

Oficina de coronheiros e pintores - Coronheiros são os operários que fazem ou consertam coronhas de espingardas, a peça comumente feita em madeira, usada para empunhar a arma. Segundo o relatório, essa oficina pode ser considerada extinta no ano de 1868, restando dela apenas o contra-mestre de pintores, que foi mantido no seu posto para realizar os serviços de asseio e pinturas do AGPA. Não foi possível encontrar as motivações para a exclusão desta

---

<sup>128</sup> Relatório enviado pelo Tenente-Coronel Joaquim Jeronymo Barrão, Diretor-Interino do Arsenal de Guerra de Porto Alegre, em 27 de fevereiro de 1868, p. 9. Anexo ao Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Francisco I. Marcondes Homem de Mello, passou a administração d’esta provincia ao Exm. Sr. Dr. Joaquim Vieira da Cunha, 1º Vice-Presidente, no dia 13 de abril do anno de 1868. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263\\_1868\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263_1868_00001.pdf)>. Acesso em: 20/nov/19

<sup>129</sup> CASTRO. A. H. F. *A Pré-indústria e governo no Brasil: iniciativa de industrialização a partir do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, 1808-1864*. 633 f. Tese. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Comparada. Rio de Janeiro, 2017. p. 574.

oficina, porém, imaginamos que esteja relacionada aos cortes de pessoal ordenados em agosto de 1867.

Oficina de ferreiros e armeiros - De forma simples, ferreiros são os trabalhadores manuais que realizam trabalhos em ferro e os armeiros, os indivíduos cujos trabalhos são a modificação, projeção, reparo e/ou fabricação de armas. Barrão, após a instalação das oficinas no novo prédio, afirma que estes dois ramos estavam em condições de realizar quaisquer obras de ferraria com perfeição. Contudo, encontramos dificuldades para confirmar quais trabalhos eram realizados nessas e nas outras oficinas. Acreditamos que isso deve-se ao fato de não termos acesso aos registros realizados pelas próprias repartições da instituição, apenas demonstrações do que o Arsenal distribuía, o que, como veremos posteriormente, não advém somente da produção interna da instituição. Durante 1867, a quantidade de empregados dessas oficinas variou entre 30 em janeiro, tendo 8 em julho e voltando a crescer até o final do ano, quando esteve com 20 indivíduos, sendo 2 mestres e 18 operários.

Oficina de latoeiros e funileiros - Assim como os ferreiros, latoeiros e funileiros são ofícios especializados no manejo de determinados metais. Latoeiros com latão e funileiros, folha de flandres, um material laminado estanhado composto por ferro e aço. Nesta oficina, o número de empregados variou entre 29, em janeiro de 1867, sendo reduzida à 14, após as medidas de redução de pessoal. Comumente estes números correspondiam a 1 mestre e o restante, operários.

Oficina de corrieiros - Atualmente denominados correeiros, são os profissionais que produzem correias e outros produtos em couro. A diminuição do pessoal a partir de agosto de 1867 também é vista nesta oficina, que iniciou o ano com 36 empregados e o encerrou com 23, sendo 1 mestre, 1 contra-mestre e o restante, operários.

Oficina de alfaiates - Responsável pela confecção de fardamentos, barracas e demais utensílios manufaturados com tecidos. De acordo com o relatório de Barrão, esta oficina é uma “das que tem dado mais proveito ao estabelecimento, [pois] acha-se bem montada e tem

uma mestrança honesta e zelosa.”<sup>130</sup> Talvez por isso, o número de seus empregados tenha sofrido menos com as dispensas, variando entre 21 e 15 homens. Bem como na maioria das outras oficinas, esta esteve composta de 1 mestre, 1 contra-mestre e demais operários. Já mencionamos que a documentação interna do AGPA, ao que tudo indica, não foi preservada. Isso dificulta apreender alguns aspectos das oficinas, como a utilização, para o caso da de alfaiates, se havia o uso de máquinas de costura, como no Arsenal de Guerra da Corte.<sup>131</sup>

Oficina de máquinas e serralheiros - Esta foi uma oficina montada durante o conflito com o Paraguai. Anteriormente havia a oficina de serralheiros, que foi integrada à de máquinas quando da sua criação. Não há detalhes acerca dos trabalhos nela executados, mas as máquinas remetidas pelo Arsenal de Guerra da Corte são para os trabalhos próprios da serralheria, como cortar e furar lâminas de ferro, mas também havia maquinário para tratar outros materiais, como madeira. Essa é uma das poucas oficinas onde foi possível encontrar alguma referências às máquinas, ferramentas e utensílios utilizados para a realização dos trabalhos, pois elas foram remetidas pela Corte e estavam em uma listagem juntamente com matérias-primas, armamentos, munições e fardamentos. Entretanto, como já comentamos, a papelada administrativa no AGPA não foi preservada, não nos permitindo ter acesso à dados de inventários, por exemplo.

Além disso, por ter sido montada no período de referência do relatório, o diretor Joaquim Jeronymo Barrão dá alguns detalhes acerca da oficina de máquinas e salienta as melhorias que está viabilizando. Ele afirma que muitas máquinas vieram da Corte em mau estado ou estragadas, e que isso onerou a instituição em tempo e dinheiro, além da dificuldade de encontrar quem as pudesse arrumar, uma vez que só havia uma oficina de máquinas na cidade de Porto Alegre, a Casa Becker.<sup>132</sup> Segundo Barrão:

Por enquanto pouco ou quasi nada tem produzido esta officina, porque todo o trabalho tem consistido em montar a arvore de transmissao, em concertos de algumas peças para as mesmas machinas, e no assentamento das que existem montadas; sendo de esperar que para o futuro e depois de

<sup>130</sup> Relatório enviado pelo Tenente-Coronel Joaquim Jeronymo Barrão, Diretor-Interino do Arsenal de Guerra de Porto Alegre, em 27 de fevereiro de 1868, p. 6. Anexo ao Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Francisco I. Marcondes Homem de Mello, passou a administração d’esta provincia ao Exm. Sr. Dr. Joaquim Vieira da Cunha, 1º Vice-Presidente, no dia 13 de abril do anno de 1868. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263\\_1868\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263_1868_00001.pdf)>. Acesso em: 20/nov/19

<sup>131</sup> CASTRO, A. *A Pré-indústria e governo no Brasil: iniciativa de industrialização a partir do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, 1808-1864*. 633 f. Tese. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Comparada. Rio de Janeiro, 2017. p. 417.

<sup>132</sup> Relatório enviado pelo Tenente-Coronel Joaquim Jeronymo Barrão. *Ibidem*. p. 7.

completamente montada, ella compensará com largueza os sacrificios que tem custado, e collocará o arsenal n'um pé de inteira independencia.<sup>133</sup>

Isso parece justificar o baixo número de homens empregados nessa oficina, que alcançou o máximo de 7 indivíduos ao longo de 1867, sendo 1 mestre e o restante, operários.

Algumas características eram comuns à todas as oficinas: todas possuíam operários em regimes de jornal e empreitada e em todas elas havia a inserção dos meninos da Companhia de Menores Aprendizes, com exceção da de máquinas. Outro aspecto comum era o registro das atividades das oficinas, realizado em um escritório conjunto, que estava adjacente à elas. Dentro desta repartição havia um escrivão e um apontador, além de serventes de escrita, que executavam um trabalho que era de responsabilidade dos mestres de cada oficina. Segundo Barrão, a opção pelos serventes para a escrituração dos mestres é em virtude destes, “por via de regra nunca tem a necessaria aptidão para os trabalhos de escripta.”<sup>134</sup> O modus operandi do escritório, segundo consta no relato de Barrão, era metódico, feito em dia e de acordo com o sistema utilizado no Arsenal de Guerra da Corte, registrando obras extraordinárias e ofícios enviados e recebidos, por exemplo.

#### 2.5.4 Aquisição, compra e recebimentos de matérias-primas e artigos militares

Para além do que era produzido, montado e/ou consertado nas oficinas do Arsenal de Guerra de Porto Alegre, a instituição possuía outras formas de adquirir os artigos bélicos que enviava para as forças em combate e demais destinatários. A primeira e mais comum era o recebimento de produtos do Arsenal de Guerra da Corte, que poderia se dar na forma de matérias-primas para a produção, como no caso dos tecidos para os fardamentos, bem como as peças já prontas. Essa característica pode ser observada no manejo de uma gama bastante grande de produtos, pois não havia um estabelecimento fixo do que deveria vir pronto e ser apenas distribuído pelo AGPA ou os artigos que sempre deveriam ser produzidos na

---

<sup>133</sup> Relatório enviado pelo Tenente-Coronel Joaquim Jeronymo Barrão, Diretor-Interino do Arsenal de Guerra de Porto Alegre, em 27 de fevereiro de 1868, p. 7. Anexo ao Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Francisco I. Marcondes Homem de Mello, passou a administração d'esta provincia ao Exm. Sr. Dr. Joaquim Vieira da Cunha, 1º Vice-Presidente, no dia 13 de abril do anno de 1868. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263\\_1868\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263_1868_00001.pdf)>. Acesso em: 20/nov/19

<sup>134</sup> *Ibidem*. p. 6.

instituição. Com isso, é comum que haja mais de uma alternativa para os mesmos itens de suprimento.

Nesse sentido, os fardamentos são o tipo de fornecimento que terá o leque mais amplo de possibilidades distintas para produção e aquisição. Acreditamos que essa variedade se deve ao fato de, apesar de ser um artigo militar, sua produção poder ser facilmente realizada fora do âmbito das oficinas dos arsenais. Por isso, será através destes artigos de fardamento que exploraremos as diversas alternativas encontradas para realizar o suprimento militar. Importante salientar que alguns dos caminhos encontrados para este ramo do abastecimento, também poderão ser observados para outros artigos e, quando possíveis de comprovação empírica, serão mencionados.

Para se ter uma ideia da quantidade de fardamentos fornecidos pelo Arsenal de Guerra de Porto Alegre, em relatório referente ao ano de 1867 (de primeiro de janeiro até 31 de dezembro), os números são altos, como é possível observar através da transcrição dos dados contidos no mapa demonstrativo número 6, anexo ao relatório de Joaquim Barrão:

blusas de brim – 3033; ditas de panno - 3052; bonets de dito – 857; ditos redondos – 373; ditos de oleado – 480; barbicachos – 274; blusas de beata azul – 391; capas de brim branco para bonets – 107; calças de brim branco [sic] – 5083; camisas de algodão – 4961; chapéus de Braga – 2040; calças de panno - 3382; cothurnos (pares) – 2419; capotes de panno azul – 408; fardetas de brim – 146; gravatas - 1962; luvas de algodão (pares) – 960; mantas de lã – 1326; ponches de panno – 3176; sapatos (pares) – 4447; sobrecasacas de panno – 125.<sup>135</sup>

Esses são os itens que constam no relatório como tendo sido fornecidos pelo Arsenal de Guerra da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, ficando evidente a enorme demanda por essas produções.

Como mencionado, o relatório de Barrão traz o número de operários das oficinas durante o ano de 1867. Os dados são colocados de forma mensal, constando para a oficina de alfaiates a quantidade de 1 mestre e 1 contra-mestre, além de uma média de 19 operários. Além destes, havia cerca de 15 menores aprendizes executando atividades junto à esta oficina.

---

<sup>135</sup> Relatório enviado pelo Tenente-Coronel Joaquim Jeronymo Barrão. *Op. cit.* Anexo n. 6 - Demonstração de todos os artigos de fardamento, armamento, equipamento e etc, fornecidos por este arsenal de guerra ao exercito contra o Paraguay, desde o 1º de Janeiro até 31 de Dezembro de 1867. p. 21.

<sup>136</sup> Levando em consideração o número de operários atuando na oficina de alfaiates e o fornecimento de fardamentos do Arsenal, fica evidente que estes trabalhadores e as instalações do edifício não eram capazes de suprir as necessidades ocasionadas pela guerra. Desse modo, outras alternativas foram utilizadas neste momento extraordinário.

O relatório escrito pelo ministro da Guerra, João Lustoza da Cunha Paranaguá, dirigido a Assembleia Geral, em 1868, elucida sobre o fornecimento dos fardamentos. O ministro afirma que o abastecimento dessas espécies tem se dado por muitas formas e passa a descrevê-las:

no começo da guerra seguio-se a pratica estabelecida de proceder-se em concurrencia a compra da materia prima precisa para a promptificação dos diversos supprimentos, por meio da sua manufacturação nas officinas respectivas do arsenal, onde reparti-se parte dos fardamentos pelas costureiras, a que se distribuição em peças cortadas, e se pagava o feitio pelos mesmos preços da tabella de empreitadas da officina de alfaiates do arsenal.  
<sup>137</sup>

Com base nesse excerto vemos que, além do trabalhos dos alfaiates do Arsenal, havia costureiras que executavam esses serviços a preços tabelados, recebendo os tecidos já cortados. Essa prática era algo que bastante comum no Arsenal da Corte, mesmo em contextos de paz,<sup>138</sup> e também para o Arsenal de Guerra de Porto Alegre em momentos anteriores à década de 1860. No livro *O Império e as revoltas*, de José Iran Ribeiro, há menção à um relatório do presidente da província, Saturnino de Oliveira, tratando da produção de fardamentos por alfaiates e costureiras.<sup>139</sup> A presença de costureiras trabalhando para o Arsenal também é citado por Hilda Flores em seu livro *Mulheres na Guerra dos Farrapos*, onde a autora afirma que as mulheres eram pagas por peças feitas e que, apesar do pagamento baixo, era bem vindo nos tempos da guerra.<sup>140</sup>

---

<sup>136</sup> Relatório enviado pelo Tenente-Coronel Joaquim Jeronymo Barrão. *Op. cit.* Anexo n. 15A e 16 - Relação dos educandos da classe geral e da classe provincial que frequentarão as aulas de primeiras letras, desenho linear, muzica e officio, com o addiantamento que tiverão no anno de 1867. pp. 42-51.

<sup>137</sup> Relatório apresentado á Assembléa Geral na segunda sessão da decima terceira legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios de Guerra João Lustoza da Cunha Paranaguá. Rio de Janeiro, 1868. p. 22. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/pdf/720950/per720950\_1868\_00001.pdf>. Acesso em: 19/nov/19

<sup>138</sup> CASTRO, A. H. F. *A Pré-indústria e governo no Brasil: iniciativa de industrialização a partir do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, 1808-1864*. 633 f. Tese. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Comparada. Rio de Janeiro, 2017. p. 412-419.

<sup>139</sup> RIBEIRO, José Iran. *O Império e as revoltas. Estado e nação nas trajetórias dos militares do Exército Imperial no contexto da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013. p. 128.

<sup>140</sup> FLORES, Hilda A. H. *Mulheres na Guerra dos Farrapos*. Porto Alegre: Editora Martins Livreiro, 2013.

Porém, apenas a fabricação dentro do Arsenal e o trabalho das costureiras não estava sendo capaz de atender às urgências da guerra. Exemplo disso é o que segue no relatório do ministro João Lustoza da Cunha Paranaguá, citado acima: “não se achando, porém, o nosso mercado nessa ocasião sufficientemente provido para satisfazer aos avultados supprimentos com a urgencia que as circumstancias reclamavão, tomou o governo o expediente de effectuar algumas encommendas para a Europa.”<sup>141</sup> Até o presente momento, não foi possível encontrar outras menções a essa prática de importação, de que forma se dava ou se ocorreu a sua efetivação. Além disso, essas compras eram realizadas pelo Arsenal de Guerra da Corte e, muito provavelmente, repassadas para os arsenais provinciais conforme a demanda.

Com base na documentação analisada, notou-se que havia – pelo menos - cinco formas para a obtenção e produção dos fardamentos pelo AGPA: (1) o feitio através da oficina de alfaiates do Arsenal de Guerra; (2) o recebimento dos produtos enviados pelo AGC, conforme mencionamos. Além da: (3) abertura de editais em jornais de grande circulação e posterior firmamento de contrato; (4) a distribuição de costuras para mulheres e (5) as doações, que serão abordadas ao longo no terceiro capítulo, onde discutiremos as articulações entre o AGPA e setores públicos e privados que estiveram envolvidos com as atividades logísticas desenvolvidas pelo estabelecimento.

Com base nos artigos de fardamentos, buscamos explorar o leque de possibilidades encontradas pelo AGPA para suprir os fornecimentos que estavam à seu cargo. O recebimento do Arsenal de Guerra da Corte, a produção interna por operários e menores aprendizes, as doações, a distribuição para feitio fora do estabelecimento, a compra através de contratos com fornecedores e do agente de compras são as alternativas que encontramos ao analisar as fontes. Após receber e/ou fabricar os artigos militares, a instituição deveria providenciar sua distribuição para os locais onde eram demandados.

### 2.5.5 Distribuição dos artigos militares

Além da fabricação, conserto e armazenamento dos objetos de uso militar, era responsabilidade dos arsenais realizar o envio desses artigos para os locais onde sua

---

<sup>141</sup> Relatório apresentado á Assembléa Geral na segunda sessão da decima terceira legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios de Guerra João Lustoza da Cunha Paranaguá. Rio de Janeiro, 1868. p. 22. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/pdf/720950/per720950\\_1868\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/720950/per720950_1868_00001.pdf)>. Acesso em: 19/nov/19.

necessidade fosse constatada. A forma como essas solicitações eram realizadas serão melhor exploradas nos capítulos seguintes. Neste momento, iremos apenas descrever alguns receptores dos produtos do Arsenal de Guerra de Porto Alegre, buscando observar quando estes se davam de forma extraordinária.

Sendo uma instituição vinculada ao Ministério da Guerra, o AGPA tinha como principal destinatário de seus produtos o Exército Imperial. Entretanto, não eram somente as forças de linha que eram abastecidas pelo AGPA, mas outras esferas dependentes da pasta da Guerra, como o Quartel de Inválidos, os hospitais e enfermarias militares, a Colônia Militar de Caseros, etc. Ou seja, para além do necessário nos campos de batalha, o arsenal tinha de suprir outros estabelecimento durante o conflito.

Contudo, ao longo da existência do Arsenal de Guerra de Porto Alegre, não apenas no período da Guerra da Tríplice Aliança, outras instituições dependeram, pelo menos em parte, dos fornecimentos do AGPA. A mais destacada era a Guarda Nacional, de responsabilidade do Ministério da Justiça, que no caso da província do Rio Grande do Sul, recebeu todo o tipo de artigos do Arsenal. Para além do Exército e a Guarda Nacional, encontramos referências à envios para o Corpo Policial da província, para a Estação Telegráfica, para a Santa Casa de Misericórdia, quando da epidemia de cólera que atingiu o Rio Grande do Sul, entre outros. Em casos como estes, o Ministério, Diretoria ou repartição que, originalmente fosse responsável deveria indenizar a pasta da Guerra com os gastos despendidos.

#### 2.5.6 Arsenal de Guerra de Porto Alegre e setores adjuntos

Além dos trabalhos fim da instituição militar, havia outras esferas do estabelecimento que, por ali estarem inseridas, participaram de alguma forma do amplo leque de atividades aqui entendidas como logística. A Companhia de Menores Aprendizes foi mencionada anteriormente e não dedicaremos mais espaço para discutir a sua atuação, mesmo porque há historiografia recente acerca deste âmbito do AGPA durante o período abordado por esta pesquisa.<sup>142</sup> Contudo, outras duas esferas carecem de breves comentários para que seja possível compreender as relações que analisaremos nos capítulos seguintes.

---

<sup>142</sup> SANTOS, Maicon Lopes. “Úteis a si mesmos e a Pátria”: as classes de menores aprendizes do Arsenal de Guerra de Porto Alegre/RS (1850 – 1870). 125 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, 2018.

Companhia de Operários Militares - Sua criação foi estabelecida através do decreto n. 3555, de 9 de dezembro de 1865, mas teve sua execução apenas em 30 de junho de 1866.<sup>143</sup> Para iniciar os trabalhos desta Cia, foram trazidos da Corte vinte e uma praças do extinto Corpo de Artífices.<sup>144</sup> Segundo Maicon Lopes dos Santos, muito meninos das Cias de Menores Aprendizes, após concluírem seu estudo e aprendizagem dos ofícios, assentavam praça na Cia de Operários Militares vinculada ao Arsenal de Guerra de Porto Alegre.<sup>145</sup> A criação desta Cia, de acordo com Santos, está ligado à necessidade de suprir a demanda de mão de obra especializada para as oficinas dos arsenais de guerra. Porém, também compreendemos essa criação como uma forma de fazer permanecer na instituição os indivíduos que ali adquiriram os saberes dos ofícios. Dessa forma, ao completar 18 anos, os meninos seriam apartados da vida militar e estariam “retribuindo” os anos de educação, moradia, alimentação, vestimentas e cuidados médicos. Após a conclusão do novo edifício da instituição, a Cia de Operários é retirada de um imóvel alugado e passa ocupar os espaços anteriormente dedicados às oficinas, no primeiro prédio do AGPA. Juntamente com os homens advindos das Cias de Menores, no ano de 1867, os prisioneiros de guerra que se encontravam sob responsabilidade do AGPA foram incorporados à Cia de Operários Militares.

Um aspecto interessante a Cia de Operários era o treinamento militar que recebiam, uma vez que era comum que estas praças fossem enviadas para o campo de batalha. Segundo relatório do diretor Joaquim Barrão:

As praças estão pagas em dia do seu fardamento, são bem alimentados e recebem regularmente o ensino dos materias, officios e exercicios a que os respectivos regulamentos mandão applicar. O actual commandante lhes ministra todos esses ensinios e instrucções; sempre que se achão de folga as manda formar e exercita-as no manejo das armas, nos exercicios de infantaria, no de apagar incendios, etc.<sup>146</sup>

<sup>143</sup> BRASIL. Decreto n. 3555, de 9 de dezembro de 1865. Extingue os Corpos de Guarnição do Exercito, eleva o numero dos moveis, dá nova fôrma aos Corpos e Companhias de Artilharia, reduz os de Cavallaria, crêa Corpos de Caçadores á cavallo, Companhias de operarios em substituição ás de Artífices, estabelece depositos especiaes de instrucção e de disciplina, e Companhias ou baterias e deposito, de Aprendizes Artilheiros. Disponível em: <<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3555-9-dezembro-1865-554932-publicacaooriginal-73934-pe.html>>>. Acesso em: 20/nov/19.

<sup>144</sup> Relatório enviado pelo Tenente-Coronel Joaquim Jeronymo Barrão, Diretor-Interino do Arsenal de Guerra de Porto Alegre, em 27 de fevereiro de 1868, p. 8. Anexo ao Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Francisco I. Marcondes Homem de Mello, passou a administração d’esta provincia ao Exm. Sr. Dr. Joaquim Vieira da Cunha, 1º Vice-Presidente, no dia 13 de abril do anno de 1868. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263\\_1868\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263_1868_00001.pdf)>. Acesso em: 20/nov/19.

<sup>145</sup> SANTOS, M. L. “*Úteis a si mesmos e a Pátria*”: as classes de menores aprendizes do Arsenal de Guerra de Porto Alegre/RS (1850 – 1870). 125 f. Dissertação. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul: Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre, 2018. p. 90.

<sup>146</sup> Relatório enviado pelo Tenente-Coronel Joaquim Jeronymo Barrão, Diretor-Interino do Arsenal de Guerra de Porto Alegre, em 27 de fevereiro de 1868, p. 8. Anexo ao Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Francisco I.

Ou seja, ainda que sua criação tenha se dado para suprir uma demanda por mão de obra especializada, o saber dessas praças não garantia que não fossem incorporados às forças de linha, caso a necessidade fosse constatada.

Prisioneiros de guerra - A permanência, no AGPA, de paraguaios capturados no teatro de operações não era regra. Muitos eram enviados para outros locais do Império, sobretudo para a Corte, como foi o caso de uma parcela significativa dos indivíduos que haviam sido rendidos em Uruguaiana, em 1865.<sup>147</sup> Os que permaneciam em Porto Alegre podiam ser contratados por particulares ou realizar trabalhos públicos com módicas gratificações.<sup>148</sup> Antes de serem incorporados à Cia de Operários, os prisioneiros estavam encostados à Cia de Menores e esta mudança ocorreu, segundo Barrão, por entender que a Cia de Operários era “mais militar” e estaria em melhor acordo com os preceitos disciplinares.

Há dúvidas se os paraguaios realizaram serviços nas oficinas do Arsenal de Guerra de Porto Alegre, mas sabemos que eles desempenharam funções, pois recebiam soldo e uma pequena gratificação quando trabalhavam no Arsenal, ainda que não saibamos quais trabalhos eram estes. Supomos que a gratificação para os afazeres *no* AGPA seja uma forma de incentivar a execução correta das funções que eram postas à cargo desses homens.

\*\*\*

Tendo em vista o que foi abordado até aqui, é possível perceber que havia um amplo leque de tarefas que estava à cargo do Arsenal, como a produção, aquisição, conserto, salvaguarda e distribuição de artigos militares. Contudo, a instituição executou uma série de outras atividades nem sempre relacionadas ao suprimento militar em si, como as Companhias de Menores Aprendizes e a manutenção dos prisioneiros paraguaios. A defasagem dos dispositivos legais que regulamentavam o estabelecimento, em conjunto com o momento extraordinário da guerra contra o Paraguai ocasionou uma gama de práticas de difícil

---

Marcondes Homem de Mello, passou a administração d’esta provincia ao Exm. Sr. Dr. Joaquim Vieira da Cunha, 1º Vice-Presidente, no dia 13 de abril do anno de 1868. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263\\_1868\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263_1868_00001.pdf)>. Acesso em: 20/nov/19.

<sup>147</sup> Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Vice-Presidente da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul Dr. Antonio Augusto Pereira da Cunha pelo Visconde da Boa-Vista ao passar-lhe a administração da mesma Provincia no dia 16 de abril de 1866. p. 8. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263\\_1866\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263_1866_00001.pdf)>. Acesso em: 20/nov/19.

<sup>148</sup> *Idem.*

mapeamento, pois muitas vezes extrapolam as previsões legais.

Por fim, a complexidade dessa instituição e as alternativas encontradas para dar conta das demandas que eram de sua incumbência, possibilitou que este estabelecimento militar se relacionasse com esferas militares e políticas, bem como entidades civis, religiosas e comerciais. Essas práticas relacionais nos permitem observar o funcionamento dos estamentos que estiveram envolvidos no suprimento militar. Ao mesmo tempo, traz elementos que contribuem para uma compreensão de algumas dinâmicas da sociedade imperial nos trabalhos para prover um exército em guerra. São justamente estas práticas relacionais que analisaremos ao longo dos próximos capítulos.

### 3. ARSENAL DE GUERRA DE PORTO ALEGRE: DIREÇÃO MILITAR E ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA

O presente capítulo encontra-se dividido em duas partes, sendo a primeira dedicada a trazer as discussões realizadas por historiadores e historiadoras acerca das categorias *elite política* e *militares*, bem como o modo que essas produções conceberam a relação entre esses dois grupos. Somente a partir dessa discussão será possível analisar as relações estabelecidas entre as esferas militares e políticas no que concerne ao abastecimento das tropas em campanha na Guerra da Tríplice Aliança.

No restante do capítulo, analisaremos as trocas de correspondências entre a direção do Arsenal de Porto Alegre, a presidência da província e o Ministério da Guerra (não necessariamente de forma direta), e as articulações dessas três esferas para solucionar as questões relativas aos trabalhos de abastecimento das forças militares. Além disso, buscamos demonstrar como as questões jurisdicionais foram tratadas, apresentando as competências das instâncias analisadas. Por fim, analisaremos as práticas de controle e fiscalização executadas por diretores, presidentes e ministros.

#### 3.1 Práticas relacionais entre militares e elites políticas no Império do Brasil

No que diz respeito aos usos do termo *militares*, Adriana Barreto aponta que esta nomenclatura se apresenta como o primeiro problema analítico do tema. Segundo a autora, os clássicos da literatura especializada entendem os militares como pertencentes à esfera da ordem e justificam a atuação de alguns indivíduos em rebeliões e revoltas como uma manifestação de indisciplina.<sup>149</sup> Ou seja, há a preocupação de encontrar argumentos que expliquem o “desvio” da conduta esperada de *todo* militar.

Tomado como ponto comum entre a maioria dos estudiosos do tema, a suposta coesão

---

<sup>149</sup> SOUZA, Adriana Barreto de, *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. p. 20.

e uniformidade entre os indivíduos da instituição não se apresenta como uma questão simples. Como já foi indicado anteriormente, no contexto do império brasileiro atuavam Exército, milícias particulares, Marinha e Guarda Nacional. Sendo assim, o militar durante este período não se restringe apenas aos membros da força de linha. Barreto amplia ainda mais esse leque, para nos dar a dimensão da heterogeneidade por trás da nomenclatura, apontando grupos como as “guardas municipais, as forças policiais, pequenas ordenanças, entre outros que, apesar de terem sido legalmente extintos com a criação da Guarda Nacional, continuam a conviver e dividir áreas de atuação.”<sup>150</sup>

As generalizações são ainda mais problemáticas quando fundamentam sistemas explicativos. Nesse sentido, Barreto critica o trabalho de Edmundo Campos Coelho, que classifica a relação entre autoridades civis e militares como sendo de hostilidade ao longo de todo Império e nas quatro primeiras décadas da República.<sup>151</sup> Com base em Huntington, Coelho desenvolve a noção de “política da erradicação”, que teria dado o tom às relações. De forma simplificada, podemos explicar a tese de Coelho como um alijamento dos militares da cena política, que ocasionou, de forma reativa, movimentos de intervenção militar na política nacional.

Sendo assim, a ideia de coesão e homogeneidade dos militares, implica, em última instância, ao desenvolvimento de ideias que denotam um aparente destino inexorável de certos acontecimentos, como a queda da monarquia, por exemplo. Também Celso Castro indica, em *Os Militares e a República*, o problema de considerar os militares como um grupo afinado, que implica na formação de uma ideia de inevitabilidade dos acontecimentos que levaram à instauração da República.<sup>152</sup> Por isso, ao longo da obra do autor, nos deparamos com o uso da expressão “um grupo de militares” em detrimento de “os militares”.

A diversidade existente dentro da categoria militar é discutida por Fernanda Nascimento, a partir da análise do periódico *O Militar*, e os discursos por ele difundidos. De fato, como apontou Coelho, havia um discurso de oposição aos bacharéis e à classe política de forma geral. Entretanto, a autora irá apontar que isso não exprimia uma postura institucional

---

<sup>150</sup> SOUZA, Adriana Barreto de, *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. p. 20.

<sup>151</sup> COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Forense, 1976.

<sup>152</sup> CASTRO, Celso. *Os Militares e a República. Um estudo sobre a ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

ou da totalidade de seus membros. Apesar deste e outros periódicos militares analisados por Nascimento pretenderem-se porta-voz da instituição e seus integrantes, isso não acontecia.

Para a historiadora, as manifestações de oposição aos políticos não estão ancoradas na suposta indisposição entre os grupos, mas sim, no seu uso discursivo para a construção de uma “classe militar.” Com o aporte de Edward Thompson e Mary Douglas, Nascimento entende que os discursos de oposição foram usados como a antítese que propicia o desenvolvimento de uma identidade de classe. A formação de uma “classe”, “identidade” ou como chamou Celso Castro, um “espírito militar”,<sup>153</sup> teria surgido neste contexto, segundo Nascimento.<sup>154</sup>

José Murilo de Carvalho, em *Construção da ordem*, analisa a política imperial dando especial atenção às elites políticas da Corte, utilizando-se de prosopografia e da ideia de redes.<sup>155</sup> Além disso, o trabalho se destaca por realizar a tarefa de nomear estes indivíduos, apontando suas origens e formas de sociabilidade, algo que Ilmar Mattos também executa com relação ao Grupo Saquarema, ao definir as ocupações dos membros do que ele chamou de classe senhorial.<sup>156</sup> Apesar de suas divergências, ambas análises privilegiam a elite ou classe senhorial que atuava na Corte.

É importante ressaltar que Carvalho foca sua análise na elite política central, porém sua definição desse grupo ainda é válida. De acordo com o autor, essa elite é formada por indivíduos pertencentes aos setores dominantes da sociedade e havia uma série de conflitos que foram sanados graças a homogeneidade ideológica e de treinamento, fornecida através da socialização durante a formação educacional, pela ocupação ou pela carreira política.<sup>157</sup> Para o caso específico do Rio Grande do Sul, o estudo de Jonas Vargas analisa as estratégias da elite política da província de São Pedro em um estudo de caso aplicando algumas premissas desenvolvido por Richard Graham sobre o clientelismo e a política no Brasil.<sup>158</sup>

<sup>153</sup> CASTRO, Celso. *O Espírito Militar – Um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990. - Importante salientar que, para Castro, o “espírito militar” teria surgido com a Questão Militar.

<sup>154</sup> NASCIMENTO, Fernanda de Santos. Militares e política no século XIX: uma abordagem através do estudo da imprensa periódica militar. In: BARBOSA, Jefferson et al. (orgs.). *Militares e política no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2018 p. 270.

<sup>155</sup> CARVALHO, J. M. *Construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

<sup>156</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.

<sup>157</sup> CARVALHO, J. M. *Op. cit.* p. 21.

<sup>158</sup> VARGAS, J. M. *Entre a Paróquia e a Corte – Os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul*. Santa Maria (RS): Editora UFSM, 2010.

Vargas trabalha com a noção de *mediadores*, homens que, através de sua posição e prestígio, funcionam como o elo que ligava as demandas da Corte e as da paróquia, articulando interesses e mediando conflitos ou, por vezes, os incitando. Um dos mediadores estudados por Vargas é Manuel Luís Osório, o Marquês do Herval, figura que, a despeito de sua carreira militar ou em função dela, ocupou importantes cargos políticos, como o de senador. Mas para além disso, em outra obra, Vargas salienta um aspecto singular do Rio Grande do Sul ao atentar para o fato de que

o surgimento de lideranças militares nas muitas guerras em que o Rio Grande do Sul esteve envolvido e a importância da economia pecuarista e charqueadora foram traços estruturais desta sociedade e deixaram profundas marcas em sua elite política e nobiliárquica.<sup>159</sup>

Entre as marcas deixadas pelos aspectos citados acima é a relativa impossibilidade de categorizar determinados indivíduos como tão somente políticos, militares ou estancieiros, uma vez que desenvolviam atividades em mais de um ramo. Neste sentido, ao analisar as elites agrárias, Luís Augusto Farinatti pontuou que não era possível estudar as estratégias e interesses das famílias da campanha sem levar em conta seu entrelaçamento com os postos militares.<sup>160</sup> Isso porque, para o autor,

todo aquele mundo [a região platina] estava marcado pelo signo da guerra e da fronteira. Mais do que influências momentâneas, a insegurança trazida pelas instáveis conjunturas de fronteira e a sombra da guerra, latente ou efetiva, condicionavam as escolhas dos sujeitos e a direção do processo histórico.<sup>161</sup>

Neste sentido, Farinatti percebe que algumas famílias usavam os lucros gerados pelas estâncias em despesas bastante variadas e que, à primeira vista, podem ser vistas como contraditórias. Ao invés de investir os ganhos apenas na reprodução daqueles estabelecimentos, constam gastos importantes com tarefas de Estado, como a reunião e manutenção de gente para compor efetivos militares. Este e outros gastos foram entendidos pelo autor como parte do conjunto que compunha a estratégia social utilizada pelas famílias da campanha riograndense.<sup>162</sup>

---

<sup>159</sup> VARGAS, J. M. “Um negócio entre famílias”: A elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889). In.: HEINZ, F. M. (Org.) *História social de elites*. São Leopoldo: Oikos, 2011. p. 32.

<sup>160</sup> FARINATTI, L. A. E. *Confins Meridionais. Famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010. p. 202.

<sup>161</sup> FARINATTI, L. A. E. *Ibidem*. p. 27.28.

<sup>162</sup> FARINATTI, L. A. E. *Ibidem*. p. 32.

Ainda sobre a política na província do Rio Grande do Sul, mais especificamente a acerca de sua elite, Carla Menegat irá apontar que líderes locais, sobretudo os da região fronteira, possuíam uma relação bastante próxima com questões militares, muitos com experiência em combate. Desse modo, a autora irá apontar que a carreira militar e a carreira política estavam profundamente associadas, pois “a presença mais clara do Estado na região sempre se deu através da guerra e que residia nela um dos acessos privilegiados daqueles estancieiros ao poder central.”<sup>163</sup>

Esta afirmativa da historiadora contrapõe a ideia defendida por Carvalho e Mattos. De acordo com ela, ambos os autores entendem que

o uso das armas na defesa das reivindicações políticas e o quase permanente estado de campanha de guerra em que a província se encontrava fazia dos líderes políticos locais, seres desprovidos de condições de se inserirem no quadro político Imperial.<sup>164</sup>

Também em contraponto a Carvalho e Mattos, Adriana Barreto, ao analisar a atuação do oficialato em cargos políticos, afirma que

o caminho mais comum parece ter sido o exercício da função de presidente de província: oito dos 15 oficiais dirigiram pelo menos uma das 19 províncias brasileiras, e a preferência recaía sobre aquelas que encontravam-se rebeladas.<sup>165</sup>

Uma rápida busca dos homens que estiveram no comando da província de São Pedro já nos mostra a grande incidência de militares do cargo. Desde o início da povoação no sul do Brasil, homens com experiência militar estiveram no comando da província, por vezes ocupando de forma concomitante o posto de Comandante de Armas.

Com isso, as questões apresentadas por Vargas, Farinatti e Menegat nos são importantes na medida em que esta pesquisa trata, entre outras coisas, da relação dos militares do Arsenal de Guerra de Porto Alegre com as esferas políticas central e local. Sendo o AGPA uma das instituições responsáveis pelos fornecimentos para a guerra contra o Paraguai, a

<sup>163</sup> MENEGAT, Carla. Cultura política, guerra e projeto nacional: uma discussão sobre a política imperial e os proprietários brasileiros no Uruguai (1845-1863). In.: DOMINGOS, Charles et al (orgs.). *Capítulos de História Política*. São Leopoldo: Oikos, 2018. p. 165.

<sup>164</sup> MENEGAT, Carla. Cultura política, guerra e projeto nacional: uma discussão sobre a política imperial e os proprietários brasileiros no Uruguai (1845-1863). In.: DOMINGOS, Charles et al (orgs.). *Capítulos de História Política*. São Leopoldo: Oikos, 2018. p. 165.

<sup>165</sup> SOUZA, Adriana Barreto de, *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. p. 62.

instituição, na figura de seu diretor, se relacionou com uma série de políticos, das vilas no interior ao Ministério da Guerra. Desse modo, para entender a logística desenvolvida para a guerra, faz-se necessário discutir quais foram os mecanismos e estratégias utilizadas para que as exigências de provimentos fossem atendidas.

Após discutir como a historiografia percebeu as elites políticas e os militares durante o século XIX, é necessário apresentar como estes estudos entenderam a relação entre essas duas categorias durante o mesmo período. Além de privilegiar as elites atuantes no centro do poder do Império, Carvalho, quando fala em “militares”, está se referindo a um grupo específico, o do oficialato. Segundo ele, sua escolha por este recorte se deve ao fato de que apenas este nicho, dentro da totalidade dos membros do Exército, ser capaz de ter acesso à elite política. A partir disso, o autor coloca que a mentalidade destes oficiais, sobretudo os jovens, se chocava com a dos bacharéis, na medida em que criticavam o tratamento recebido da elite e a política geral do governo.

Também já citamos o problema do uso generalizado do termo militares e a ideia de uma coesão e homogeneidade em torno da oposição à classe política, que explicaria a sequência de intervenções militares até a década de 1940.<sup>166</sup> Seguindo esta linha, Carvalho, quando analisa os três principais setores burocráticos afirma que

diferentemente do que aconteceu com magistrados e padres, o setor militar da burocracia não só não pode ser absorvido e eliminado como constituiu o principal elemento da destruição do sistema imperial, agindo dentro do próprio Estado.<sup>167</sup>

Além das observações realizadas por Adriana Barreto ao trabalho de Carvalho, citadas anteriormente, retomemos o trabalho de Fernanda Nascimento para abordar os argumentos utilizados pela autora para contrapor as ideias de José Murilo de Carvalho, Ilmar Mattos e John Schulz. Dialogando, sobretudo com este último, Nascimento irá colocar que

a insistência em colocar o grupo militar como efetiva oposição política busca, num primeiro momento, responder ao empenho de encontrar, num passado cíclico, respostas para as contínuas intervenções militares na política, sobretudo, em 1889. Assim, explica-se a derrubada da monarquia pelo viés militar como um episódio inevitável e lógico, dentro de uma perspectiva histórica que se arrastava desde a década de 1850.<sup>168</sup>

<sup>166</sup> SCHULZ, J. *Exército na Política: Origens da Intervenção Militar (1850-1894)*. São Paulo: EDUSP, 1994.

<sup>167</sup> CARVALHO, J. M. *Construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 190.

<sup>168</sup> NASCIMENTO, Fernanda de Santos. Militares e política no século XIX: uma abordagem através do estudo da imprensa periódica militar. In: BARBOSA, Jefferson et al. (orgs.). *Militares e política no Brasil*. São Paulo:

Como também já citado em outro momento, as manifestações de oposição dos periódicos militares, além de não representar a opinião da instituição e da totalidade dos seus membros, é interpretado por Nascimento não “como um espaço de efetiva oposição política ao Império, como sugere o autor [Schulz], mas sim como espaço de construção de um discurso sobre a própria instituição militar”, uma vez que, em sua avaliação, os periódicos podem ser classificados como legalistas.<sup>169</sup> Ou seja, a imprensa periódica militar não poderia ser interpretada como o meio de veiculação do suposto sentimento de oposição em relação à classe política, segundo Schulz defendeu.<sup>170</sup>

Sendo assim, a historiografia que tem revisitado o tema dos militares e sua inserção no mundo político em meados do oitocentos, aponta para a necessidade de atentar para generalizações que dificultam a percepção das diversas nuances existentes na relação entre os militares e os políticos. A partir das considerações expostas, parece ser cada vez mais necessária a realização de pesquisas que abordam contextos específicos, atentando para suas particularidades, evitando a universalização de determinadas nomenclaturas e modelos analíticos reducionistas.

Nesse sentido, perceber as relações político-militares apenas pelo viés da oposição e antagonismo induz à uma visão simplista e falaciosa do passado. Quando trazemos esta premissa para um contexto de guerra, sentimos a necessidade de observar as práticas relacionais para além das divergências políticas. Podemos apontar duas observações principais à este respeito. Primeiro, as relações não poderiam ser avaliadas apenas no parâmetro de conservadores *versus* liberais, uma vez que as hierarquias militar e institucional atravessam essas relações, entre outras coisas. E segundo, porque as demandas ocasionadas por um conflito bélico em larga escala, como foi o caso da Guerra da Tríplice Aliança, traz a necessidade de, em alguma medida, sobrepujar as divergências e atuar de forma conjunta e, por vezes, conciliatória, como veremos doravante.

---

Expressão Popular, 2018 pp. 265-266.

<sup>169</sup> NASCIMENTO. *Ibidem*. pp. 263-264.

<sup>170</sup> SCHULZ, J. *Exército na Política: Origens da Intervenção Militar (1850-1894)*. São Paulo: EDUSP, 1994. p. 39.

### 3.2 A autoridade do Presidente da província frente ao estabelecimento militar

As questões que foram tratadas até o momento são relevantes para uma elucidação das relações político-militares que envolveram o Arsenal de Guerra de Porto Alegre e o seu trabalho de suprimento das forças em combate na Guerra da Tríplice Aliança. Acreditamos ser pertinente reforçar as proposições apresentadas por Vargas, Menegat e Farinatti acerca da multiplicidade de atividades a que se dedicaram os indivíduos pertencentes às elites política e agrária na província de São Pedro. Isso porque, as esferas política e militar que serão aqui analisadas foram ocupadas por indivíduos que, não raro, atuavam na caserna e na vida política, fazendo com que uma definição engessada dentro de uma categoria socioprofissional esconda aspectos importantes dessas relações.

Como foi apresentado no primeiro capítulo, o AGPA era uma instituição militar cuja direção administrativo-burocrática deveria ser feita por um oficial militar, permitindo a atuação de civis nas atividades manufatureiras. Considerando este aspecto, pareceria correto supor que esta organização estivesse subordinada às instâncias militares. Entretanto, apesar de haver a sujeição, a partir de 1860, ao Ministério da Guerra, mais especificamente à 3ª Diretoria-geral do material, foi possível notar que outras esferas estiveram envolvidas com o AGPA.

Conforme tratado no primeiro capítulo, o dispositivo que regulamentou os arsenais de província, determinou a sujeição da instituição às ordens da presidência da província e que o diretor não deveria remeter nenhum gênero sem ordem escrita do poder executivo provincial.<sup>171</sup> Nesse sentido, a presidência da província foi a esfera política que mais diretamente se conectou à instituição aqui estudada. Como mostraremos ao longo dos próximos capítulos, o presidente desempenhou um papel decisório em grande parte das questões atinentes ao AGPA. Quando não exerceu esta função deliberativa, atuou como uma espécie de intermediário, sobretudo entre as decisões do Ministério da Guerra e as necessidades da instituição situada em Porto Alegre.

Amanda Both, ao estudar a administração provincial e a atuação dos presidentes de

---

<sup>171</sup> AHRS. Fundo Legislação Códice 53. *Coleção das Leis do Imperio do Brazil*. Decreto de 21 de fevereiro de 1832. Actos do Poder Executivo, Rio de Janeiro: Typ Imperial e Constitucional de Seignot-Plancher, 1832.

província, nos mostra que as atribuições do poder executivo eram

bastante alargadas, incluindo a fiscalização de todas as repartições da província, a resolução temporária de conflitos de jurisdição, o provimento de diversos cargos, a apuração de quaisquer eventos que ocorressem na província, entre outras.<sup>172</sup>

As questões apresentadas por Both serão aqui corroboradas, uma vez que demonstraremos que a atuação dos presidentes junto ao AGPA não se resumia a autorizar remessas de produtos, como proposto do regulamento.

O fato de existir mais homens para armar e fardar, com batalhões atuando em frentes diversas, fez com que o poder executivo provincial desempenhasse um papel preponderante, não somente no que tange à arregimentação das tropas, mas também no trabalho de provê-las. Como mencionado anteriormente, Adriana Souza afirma que era comum militares serem nomeados para cargos de presidentes de província. Se novamente considerarmos o histórico belicoso do sul do Império, esta característica se mostra compreensível sobretudo para o caso da província de São Pedro.

Entretanto, Amanda Both observou que, entre os homens que estiveram a frente do poder executivo provincial entre 1845 e 1889, a maioria era bacharel em direito. Para a historiadora, essa preferência reside nos “conhecimentos técnicos específicos adquiridos durante o curso”, importante para um Estado que se construía nos moldes de uma monarquia constitucional.<sup>173</sup> Outro aspecto importante apresentado por Both é a socialização nas faculdades de direito, “proporcionando o contato entre os filhos das elites de todo o Império”.

<sup>174</sup> Estes aspectos já haviam sido considerados em outros estudos das elites. Contudo, Both, ao analisar os dados dos presidentes, consegue estender essas conclusões aos homens a frente da presidência da província.<sup>175</sup>

Nesse sentido, durante os anos apreciados por este estudo, dos oito indivíduos que ocuparam o poder executivo na província, apenas dois, ao que foi possível constatar, exerceram atividades militares, sendo eles Francisco do Rego Barros, o Conde da Boa Vista

---

<sup>172</sup>BOTH, Amanda C. *Administração provincial e governabilidade no império do brasileiro: um estudo a partir do perfil de recrutamento e da comunicação política dos presidentes da província do RS (1845-1889)*. 265 f. Tese. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul: Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre, 2020. p. 17.

<sup>173</sup> *Ibidem*. p. 54.

<sup>174</sup> *Ibidem*. p. 55.

<sup>175</sup> *Idem*.

(julho 1865 a abril 1866) e Guilherme Xavier de Sousa, que atuou entre julho e agosto de 1868. Apesar de não representar a maioria dos presidentes do período, o primeiro acumulou os cargos de Comandante das Armas da província durante a guerra e o segundo substituiu Caxias no Comando das Forças Brasileiras até entregá-las a Conde d'Eu. Outro ponto que pode ser interpretado como um indicativo da relevância do cargo e a sua relação com questões militares é que este foi ocupado, durante a década de 1850, por dois indivíduos que, no período do conflito contra o Paraguai, atuaram como ministro da Guerra: Manuel Vieira Tosta, o Barão de Muritiba, e Ângelo Muniz da Silva Ferraz, o Barão de Uruguaiana.

Dos quatro homens que foram nomeados<sup>176</sup> para a presidência durante o conflito e não foram militares, todos possuíam experiência administrando outras províncias do Império.<sup>177</sup> Isso nos permite pensar na estratégia por trás dessas escolhas, sendo este um contexto que demandava capacidades políticas e administrativas, mas, em certa medida, conhecimentos de questões militares. Nesse sentido, podemos utilizar o caso da nomeação de Francisco Ignácio Homem de Mello. Segundo Vitor Izecksohn e Miquéias Mügge, a escolha por Homem de Mello, apoiada por Caxias e Osório, estava diretamente ligada com a necessidade de organizar o recentemente criado Terceiro Corpo do Exército e o sucesso de Homem de Mello na arrematação de homens quando presidente da província do Ceará.<sup>178</sup>

Estes aspectos talvez ajude a compreender situações discutidas nas correspondências, especialmente no que tange às confusões de subordinação entre esta esfera e instâncias militares. Nessa perspectiva, temos dois casos ocorridos com Homem de Mello para exemplificar acerca das confusões entre as competências de cada setor. Em ofício remetido em 23 de janeiro de 1868, o ministro da Guerra, João Lustoza da Cunha Paranaguá acusa o recebimento do aviso

em que V Ex<sup>a</sup> me participou que n'aquella data seguia para a Cidade do Rio Grande e respectiva fronteira afim de conhecer e examinar pessoalmente diversos ramos do serviço Publico, e *principalmente* para inspecionar os serviços militares; do que fico inteirado, louvando a V Ex<sup>a</sup> pelo seu zelo e actividade. [grifos nossos].<sup>179</sup>

<sup>176</sup> Falamos em nomeados uma vez que não estamos considerando Joaquim Vieira da Cunha e Israel Rodrigues Barcelos, Vice-Presidentes que ocuparam os cargos de forma breve em momentos de transição.

<sup>177</sup> São eles João Marcellino de Souza Gonzaga, Antônio Augusto Pereira da Cunha, Antônio da Costa Pinto e Silva e Francisco Inácio Marcondes Homem de Mello.

<sup>178</sup> IZECKSOHN, V.; MÜGGE, M. A criação do Terceiro Corpo do Exército na província do Rio Grande do Sul: conflitos políticos resultantes da administração militar nos anos críticos da Guerra do Paraguai (1866-1867). *Revista Brasileira de História*. v. 36, n. 73, pp. 183-207. São Paulo, 2016. pp.186-188.

<sup>179</sup> AHEx. Códice do Rio Grande do Sul. Registro das correspondências enviadas pelo Ministério da Guerra para diversas autoridades da província. Livro 70. Em 23 de janeiro de 1868, folhas 34 verso e 35.

Pelo trecho é razoável que possamos interpretar a atividade do presidente e o agradecimento do ministro como uma autorização para que um indivíduo em sua função política, exerça fiscalização de trabalhos militares. Também podemos supor que esta questão pudesse ser mais facilmente compreendida caso se desse com algum dos presidentes que também exerceram funções militares, o que não se aplica para este caso.

Entretanto, não se pode perder de vista que essa fiscalização do poder executivo não necessariamente tinha relação somente com as práticas militares em si, mas sim, vigiar as atividades administrativo-burocráticas das repartições militares. Nesse sentido, convém mencionar que, no início da guerra, a sede do governo provincial estava em Pelotas, sendo solicitado ao presidente que retornasse à Porto Alegre para “melhor remessa dos petrechos bellicos e para o movimento das tropas”.<sup>180</sup> Isso nos dá indícios de quais eram as questões deveriam receber maior atenção dos presidentes.

Retomando as situações ocorridas com Homem de Mello, no mês de abril de 1868, um dia antes de sua saída da presidência, o Marquês de Caxias, então Comandante em Chefe do Exército escreve ao presidente acerca das substituições de soldados. Caxias informa estar fazendo regressar os substitutos por entender que estes não tem condições de ocupar os lugares destinados, uma vez que não possuem as qualidades e treinamentos dos que foram destinados à substituir. E, ao final, acrescenta:

Alem destas razões ocorre mais uma outra pela qual não devem ser aceitas taes substituições, e vem a ser, as Presidencias de Provincia nada teem com os corpos que se acham em campanha, e, por tanto, completamente fóra de suas jurisdições.<sup>181</sup>

A partir de outra correspondência de Caxias, dessa vez para o major Antônio José Dias Nunes, Comandante da Guarnição de Pelotas, elucidamos a que esfera compete a questão acima:

Não sendo V. S.<sup>a</sup> competente para officiar-me directamente acerca de substitutos do Exercito, e muito menos para recebel-os em troca de praças, que eu não dispenso do serviço do que se acha sob meu Commando, sem aviso do Exm.<sup>o</sup> Snr.<sup>o</sup> Ministro da Guerra, unica autoridade a quem obedeço em materia de serviço militar.<sup>182</sup>

<sup>180</sup> AHRS. A-2.43. Livro de Registro de correspondência reservada enviada pelo Presidente ao Ministério da Guerra. Ofício reservado nº 28, de 31 de maio de 1865, folhas 30-32.

<sup>181</sup> AN. Coleção Ministério da Guerra. Códice 932 – vol. 1. Em 12 de abril de 1868. pp 259-260.

<sup>182</sup> AN. Coleção Ministério da Guerra. Códice 932 – vol. 1. Em 26 de setembro de 1867. p. 79.

Desse modo, entendemos que a negativa de Caxias para Homem de Melo não necessariamente diz respeito ao fato de este ser tão somente um político, já que o major Dias Nunes também não estava apto para tomar essa decisão. A subordinação do Comandante em Chefe ao Ministério da Guerra, nos revela que, neste caso, a hierarquia militar está acima das atividades desempenhadas pelo poder político. Ainda que o conteúdo destes ofícios não coincida com os objetivos desta pesquisa, utilizamos estas amostras de forma a atentar para as situações de confusões jurisdicionais.

Para o caso aqui apresentado, soube-se a quem competia tais tarefas. Porém, nem sempre estas ocorrências tinham resoluções rápidas, chegando, por vezes, ao Conselho de Estado. Na consulta realizada em 28 de junho de 1865, reuniram-se as pastas da Guerra, da Marinha e da Justiça para discutir a competência acerca das nomeações e demissões dos ajudantes de porteiro dos Arsenais de Guerra.<sup>183</sup> Apesar de não ser um caso excepcional,<sup>184</sup> consideramos que, para ser necessário consultar o Conselho, esta questão muito provavelmente deve ter gerado, no mínimo, discussões e, até mesmo, as mencionadas confusões. Mas não era somente entre os militares e os políticos que as indefinições se faziam sentir, os cidadãos por vezes não compreendiam qual esfera pública estava encarregada de determinadas atividades.

A título de exemplo, neste momento, usaremos uma reclamatória enviada por João Marcellino de Souza Gonzaga, presidente, para o ministro da Guerra, Angelo Moniz da Silva Ferraz. Em aviso reservado datado de 30 de janeiro de 1865, Gonzaga dá informações acerca dos envios de armamentos, fardamentos e equipamentos para diversos destinos na província, ao mesmo tempo em que solicita uma série de armas que não tem disponíveis no AGPA ou nos depósitos. Diz Gonzaga que,

de todos os pontos da provincia clama-se por falta de armamento e ao presidente fasem responsavel por essa falta. Agora em Jaguarão esses clamores tomou maiores proporções. Entretanto a cidade resiste a um ataque por forças que se diz subirem a 1500 homens? Considerão-se desarmados havendo ali dois corpos de Cavallaria, armamento para 200 e tantos praças de infantaria dois vapores de guerra. Querem um grande deposito de

---

<sup>183</sup> AN. Série Guerra – Gabinete do Ministro. IG<sup>1</sup> 611. Consulta em 28 de junho de 1865.

<sup>184</sup> "Em geral, tratava-se de consultas que identificavam indefinições, omissões e a necessidade de esclarecimento de funções e competências administrativas, nos conflitos entre as autoridades provinciais e as prerrogativas do poder central em nomeações diversas, decisões judiciais, legislação provincial etc." MARTINS, Maria Fernanda V. A velha arte de governar: o Conselho de Estado no Brasil Imperial. In: *Topoi*, vol. 7, n.º 12, pp 178-221. jan./jun., 2006. p. 191.

armamento em uma povoação de fronteira exposta a uma surpresa! Entretanto o Presidente não tem armamento dispunível para acudir a outros pontos como a fronteira de Missões ameaçada por forças Paraguayas!"<sup>185</sup>

A primeira questão que deve ser levantada é que Jaguarão havia sofrido, poucos dias antes, um ataque uruguaio, ainda resquícios da intervenção imperial em favor dos *colorados*, ao mesmo tempo em que já se pensava em uma defesa contra os paraguaios. Outro aspecto é que os habitantes da província, e nesse caso específico, os de Jaguarão, viam no representante executivo o responsável por prover os utensílios de guerra. Não se pode perder de vista que, ao mesmo tempo em que havia um baixo conhecimento da população acerca das jurisprudências, o Presidente era, ao fim e ao cabo, o representante da Corte na província, e nele viam a possibilidade, o dever e a culpa quando se tratava de prover para a batalha.

Ainda que para a opinião pública os presidentes fossem responsabilizados pela falta de suprimentos, Gonzaga entendia que as necessidades só podiam ser sanadas na medida em que houvesse um trabalho conjunto com o Ministério da Guerra, sobretudo para o caso de armamentos. Entretanto, os pedidos nem sempre eram de pronto atendidos, como o caso das pistolas, espadas e clavinhas, insistentemente reclamadas ao longo do primeiro trimestre de 1865.<sup>186</sup>

Não obstante às indefinições e confusões, havia uma série de instâncias que estavam, aparentemente bem definidas como sendo de responsabilidade da presidência da província. No que concerne ao papel resolutivo da presidência, essa função já ocorria antes do início da contenda contra o Paraguai, conforme regulamento de 1832. Grande parte das correspondências anteriores ao recorte temporal desta pesquisa tratam de questões do cotidiano administrativo e produtivo do AGPA. Entre os assuntos comumente tratados estão as ordens de fabricação e envio de produtos, tópicos relativos aos menores aprendizes da classe provincial,<sup>187</sup> pedidos de informações sobre gastos, entre outros. Muito embora o conteúdo não tenha se modificado substancialmente a partir do início da guerra, foi possível

---

<sup>185</sup> AHRS. A-2.43. Livro de Registro de correspondência reservada enviada pelo Presidente ao Ministério da Guerra. Ofício reservado nº 4, de 30 de janeiro de 1865, folhas 9-10.

<sup>186</sup> AHRS. A-2.43. Ofício reservados nº 4, de 30 de janeiro de 1865, folhas 9-10; nº 5, de 17 de fevereiro de 1865, 11-13; nº 11, de 2 de março de 1865, folhas 17-18; nº 13, de 18 de março de 1865, folha 19.

<sup>187</sup> Como apontou Maicon Santos (2018), havia no Arsenal de Guerra de Porto Alegre duas classes de menores aprendizes, provincial e geral. Essa divisão dizia respeito, entre outras coisas, a qual instância estava responsabilizada pela manutenção financeira dos meninos.

notar uma ampliação do leque de assuntos discutidos nos ofícios e, por consequência, das obrigações e possibilidades deliberativas do presidente.

Logo no início da contenda, o presidente João Marcelino de Souza Gonzaga passa a deliberar acerca das providências para o fornecimento de produtos para as tropas. Em dois ofícios datados de 4 de janeiro de 1865, de numeração 2 e 3, Souza Gonzaga emite ordens para que o diretor do AGPA, coronel João Antônio Mendes Tota, realize transações com particulares e convoque interessados em realizar esta comercialização. A primeira resolução manda “afixar os competentes editaes para a factura” de peças de fardamento, prática que será recorrente durante o período abordado.<sup>188</sup>

A segunda ordem expedida pelo presidente diz respeito à averiguação da qualidade dos produtos oferecidos para o Arsenal:

sobre a compra de lombilhos, tendo a caza Bormann & C.<sup>a</sup> offerecido vender de mil a dous mil lavrados, que os tem promptos, a razão de doze mil réis, cumpre que Vm<sup>ce</sup> mande examinar um desses arreios para combinar sua qualidade com a dos outros que se tem mandado fazer a onze mil e seis centos réis.<sup>189</sup>

Souza Gonzaga conclui que, sendo os produtos aprovados, a compra poderia ser feita, pois o preço estava abaixo daquele anteriormente pago pelo Arsenal. No ofício seguinte, tendo em vista os preços razoáveis e a urgência da demanda, ordena que se compre do mesmo negociante, lanças e ponteiras de ferro.<sup>190</sup> Como veremos mais detalhadamente no próximo capítulo, essas práticas se tornarão comuns, com a premissa do exame dos produtos e do controle dos gastos como algo constantemente retomado, não apenas pelos presidentes, mas também pelo Ministério da Guerra. Isso não se dava somente com os editais, mas também com as remessas de costuras para mulheres e com os contratos firmados com farmacêuticos, por exemplo.<sup>191</sup>

Outro aspecto que estava aos cuidados do poder executivo provincial era a atenção com o que deveria ser remetido para cada corpo ou batalhão:

<sup>188</sup> O modo que estes editais eram publicados e suas especificidades serão tratadas no terceiro capítulo.

<sup>189</sup> MUSEU MILITAR DO COMANDO MILITAR DO SUL (MMCMS). Livro de registro das correspondências recebidas pelo Arsenal de Guerra de Porto Alegre. Livro 1. Ofício n.º 2, de 4 de janeiro de 1865.

<sup>190</sup> MMCMS. Livro 1. Ofício n.º 3, de 4 de janeiro de 1865.

<sup>191</sup> Costuras conforme MMCMS. Livro 1. Ofício sem número, datado de 14 de maio de 1865 e ofício n.º 105, de 08 de abril de 1865.

Farmacêuticos conforme AHEx. Códice do Rio Grande do Sul. Livro 70. Em 18 de fevereiro de 1868, folha 47 e em 2 de março de 1868, folha 51 verso.

declaro-lhe que não forneça ao Corpo n.º 14º de G. N.<sup>es</sup> clavinas e pistolas fulminantes das que se destinão aos Corpos de linha; porque estando os outros Corpos da G. N.<sup>al</sup> armados com arma de fuzil, não convem essa diferença que pode trazer confusões e inconvenientes nas munições que são distribuidas aos Corpos. Da Côrte se esperão pistolas de fuzil e então serão fornecidos a este, e os outros Corpos que vão ser organizados.<sup>192</sup>

Com esse ofício podemos retomar a noção da necessidade de que o presidente da província tivesse conhecimentos, ainda que básicos, acerca de assuntos militares. Não podemos supor que qualquer indivíduo não-militar, no século XIX ou hoje, saiba que há diferenciação entre as munições conforme o armamento utilizado. Sendo assim, Souza Gonzaga, mesmo não tendo atuado como militar, necessitava de certo conhecimento, ou acesso à esses conhecimentos, para que sua responsabilidade deliberativa com o Arsenal pudesse se desempenhar de forma satisfatória.

Esse controle que o presidente da província desempenhava no Arsenal não dependia apenas dos saberes mencionados acima, mas se dava em âmbitos bastante diversos que, de modo geral, tinham o objetivo de fiscalizar os gastos e garantir que a Fazenda Pública não fosse onerada indevidamente. Nesse sentido, convém lembrar que, além do disposto no Regulamento dos arsenais referente à subordinação ao presidente, havia o clamor público, como mencionado, e muito provavelmente, dos comandantes que realizavam os pedidos diretamente para o poder executivo. Vistos como os responsáveis por resolver o fornecimento militar, ainda que não fossem os únicos, os homens que estiveram a frente do poder executivo gerenciavam o estabelecimento militar também através de práticas de supervisão e inspeção.

Logo no início da contenda contra o Paraguai, a preocupação com a fiscalização dos trabalhos militares passa a ser mais recorrente nas correspondências analisadas. Além do aumento das atividades, a crescente fiscalização também está associada aos altos custos de uma guerra. Exemplo disso é o Aviso do Ministério da Guerra para a presidência da província, datado de 3 de janeiro de 1865, repassado através de uma cópia ao diretor do Arsenal de Guerra. O documento determinava que

dora em diante considerados filiaes do Arsenal e Guerra de Porto Alegre sendo porem obrigados a satisfazer todas as ordens do commandante das Armas da Provincia, ou dos commandos por elle autorizados relativament a suprimentos ou recebimentos de artigos pertencentes ao material de Exercito cumprindo que, nas epochas determinadas, enviem suas contas dito Arsenal,

---

<sup>192</sup> MMCMS. Livro 1. Ofício n.º 6, de 5 de janeiro de 1865.

que com ellas organsará a que deve dar a esta Secretaria d'Estado, bem como o orçamento a que é obrigado dos objectos que lhe faltam e deve ter em reserva.<sup>193</sup>

Ao enviar a cópia do aviso à direção do Arsenal, o presidente Souza Gonzaga pede a execução do disposto no documento que, na prática, parece ter influenciado somente na questão da supervisão e controle dos objetos que seriam recebidos e distribuídos pelos depósitos. Anteriormente de responsabilidade dos comandantes das armas da província,<sup>194</sup> agora passavam a ser subordinados e fiscalizados pelo poder político. Isso porque, no momento em que esses estabelecimentos fossem considerados filiais do AGPA, deveriam também estar sob os mesmos preceitos administrativos. O que não ocorre em sua totalidade, na medida em que o aviso da pasta da Guerra prevê que os depósitos serão obrigados a atender os pedidos do Comandante de Armas da província, aparentemente retirando a necessidade de aprovação ou intermédio da presidência.

Nos parece que essa escolha reside nas dificuldades de, em meio às atividades fins da guerra, manter os depósitos sob administração e fiscalização do Comandante de Armas. Entretanto, estes depósitos ainda estariam autorizados a atender todas as demandas bélicas do Comando, como estabelecido pelo aviso ministerial citado acima. Sendo assim, a partir desse momento, outros espaços militares espalhados pela província passam a ser considerados parte do AGPA e, em consequência disso, subordinados às mesmas instâncias políticas e militares que ele.<sup>195</sup>

Quando se tratava do cuidado com as atividades do Arsenal, havia um controle (ou a tentativa de controle) que ia desde o cuidado com quem solicitou os artigos bélicos, quem autorizou a compra ou o recebimento de matérias-primas, a quantidade dos produtos

---

<sup>193</sup> MMCMS. Livro 1. Aviso do Ministério da Guerra para Presidência da província, em 3 de janeiro de 1865. Em anexo como cópia ao Ofício nº 28, de 17 de janeiro de 1865.

<sup>194</sup> Relatório com que o bacharel João Marcellino de Souza Gonzaga entregou a administração da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao Illmo. e Exmo. Sr. Visconde de Boa, 1865. p. 10. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263\\_1865\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263_1865_00001.pdf)>. Acesso em: 20/nov/19.

<sup>195</sup> Há uma grande dificuldade em se estabelecer o número exato de depósitos de artigos bélicos e quais os locais de suas instalações. Em relatórios e correspondências, encontramos uma série de informações desconexas entre depósitos existentes antes da guerra, os provisórios criados durante o conflito, casas doadas para servirem de guarda de objetos, entre outros. Isso nos fez acreditar que uma série de espaços, mais ou menos “institucionalizados” tenham servido de depósitos de artigos militares, conforme a demanda se colocava. Para citar algumas cidades e vilas com menções à depósitos: Uruguaiana, Rio Pardo, Rio Grande, Alegrete, São Gabriel, Caçapava. São Borja e Bagé.

recebidos ou remetidos, bem como a qualidade desses artigos. Em correspondência de Souza Gonzaga para Mendes Tota, o presidente solicita que o diretor do Arsenal informe

por quem foi feito o pedido dos objetos fornecidos ao meio Batalhão de guardas nacionais, destacados nessa cidade, bem como a razão porque estes Arsenal afastou-se nesse fornecimento do que está estabelecido pelas tabelas em vigor e sobre o que versam a representação junta do inspetor da tesouraria de fazenda no officio número 558 de 29 de dezembro findo.<sup>196</sup>

É possível notar que Souza Gonzaga busca saber pelo intermédio de quem se realizou o referido pedido, isso porque, como veremos em seguida, competia à presidência autorizar as solicitações dos comandantes de batalhões, divisões, corpos, etc.

Entretanto, não parece ser essa a questão a ser resolvida, mas sim, o fato da remessa ter sido feita sem levar em conta as tabelas de fornecimento, que estabeleciam valores e quantidades dos artigos do suprimento militar. Outro aspecto que não pode deixar de ser observado é o fato de, muito provavelmente, o problema só ter chegado ao conhecimento do poder executivo graças à inspetoria da Fazenda Pública. Nesse sentido, imaginamos que, ainda que Porto Alegre se tratasse de uma cidade de proporções pequenas, não era possível que a presidência e sua secretaria fossem capazes de realizar um controle amplo e irrestrito de todas as remessas feitas pelo Arsenal.

Alguns meses depois da situação apresentada acima, o sucessor de Mendes Tota, o major José Joaquim de Lima e Silva é orientado pelo então presidente da província, Conde da Boa Vista a receber mil ponchos que haviam sido contratados com José Antonio Moreira. Quando da chegada dos artigos ao Arsenal, Boa Vista solicita que a remessa seja verificada e lhe seja informado acerca

não só da qualidade do panno e baeta que foi empregada nesse fabrico, como das dimensões dos ponches e do mais que ocorra, na intelligencia de que á Thesouraria de Fazenda se expede ordem para que o interessado seja pago da quantia de vinte contos de reis, em que importão os ditos ponches.<sup>197</sup>

A conferência das remessas era de prática comum, porém, era feita pelos empregados da instituição, sem que precisasse de ordens externas. Por isso, acreditamos que este caso em especial tenha sido solicitado por duas razões. No início da correspondência, Boa Vista escreve que a solicitação ao fornecedor havia sido feita por seu antecessor, Souza Gonzaga. Podemos, a partir disso, imaginar que o atual presidente pretendia se precaver a respeito de

<sup>196</sup> MMCMS. Livro 1. Officio nº 21, de 14 de janeiro de 1865.

<sup>197</sup> MMCMS. Livro 1. Officio nº 338, de 4 de agosto de 1865.

um fornecimento que não foi por ele contratado, mas que será recebido e pago na sua administração, sendo de sua responsabilidade a fiscalização dessa transação. Além disso, Boa Vista justifica para o diretor do Arsenal que conferência deva se dar, tanto na qualidade dos tecidos utilizados, como na dimensão dos ponchos e tudo mais que Lima e Silva julgar importante, porque a Tesouraria da Fazenda seria autorizada a pagar a alta quantia de 20 contos de réis.<sup>198</sup>

Outra prática de controle observada através da documentação consultada é a solicitação para que se envie para a presidência uma amostra dos tecidos utilizados para a confecção dos fardamentos. O caso que utilizaremos aqui é um pouco singular na medida em que, de forma geral, a qualidade dos tecidos era conferida pelo mestre da oficina de alfaiates. Souza Gonzaga escreve ao diretor, coronel Mendes Tota, que há não calças de brim branco para serem remetidas ao 1º Batalhão de Voluntários da Pátria, tampouco a matéria prima para confeccionar as peças. Por isso, pede ao coronel que envie

uma amostra do brim de que se costuma fazer no Arsenal essa peça de fardamento dos Corpos de linha e bem assim uma nota do numero de varas precisas para manufacturarem-se mil calças.

Envie-me também a amostra da fazenda de que costuma ser feitas as barracas e a nota da quantidade precisa para fabricarem-se quatro mil barracas.<sup>199</sup>

Acreditamos que a excepcionalidade neste caso, reside no fato de que, nos primeiros meses de 1865, Gonzaga havia instituído uma comissão de compra de matérias-primas. Abordaremos mais detalhadamente o funcionamento desta comissão no próximo capítulo, mas nos interessa aqui perceber que este caso extrapola as práticas corriqueiras de controle de qualidade do Arsenal, uma vez que o presidente pede que as amostras seja remetida à ele. Julgamos que essa circunstância tenha se dado, para que fosse possível à comissão, realizar a compra de fazendas compatíveis com a qualidade até então utilizados na manufatura das calças e das barracas.

Essas práticas de inspeção abordadas até o momento também poderiam ser solicitadas por instâncias superiores, como o Ministério da Guerra, e não se davam apenas com o que o Arsenal comprava, produzia ou remetia, mas também com o que ele recebia. Quando alguma compra ou remessa excedia os gastos costumeiros, a pasta da Guerra reiterava a necessidade

---

<sup>198</sup> Para se ter uma dimensão do valor gasto na compra de mil ponchos, 20 contos de réis equivalem cerca de R\$2.460.000,00.

<sup>199</sup> MMCMS. Livro 1. Ofício nº 114, de 21 de abril de 1865.

de vistoriar as atividades do Arsenal de Guerra. Boa Vista escreve ao ministro acusando o recebimento de aviso reservado onde Angelo Moniz da Silva Ferraz pede que se dê toda a atenção aos negócios realizados pelo AGPA. Silva Ferraz pede atenção especial aos sapatos e coturnos, recentemente remetidos com preços exagerados. Isso denota que, o controle sobre as questões financeiras da instituição não partia apenas do presidente, ainda que este fosse responsável pela execução das averiguações. Nesse sentido, Boa Vista, responde que fica a seu “cuidado o exame escrupuloso sob essa materia [sapatos e coturnos], dobrando-se o zelo a respeito de tudo que prende-se aquella repartição”.<sup>200</sup>

Ainda que houvesse cobranças por parte do Ministério da Guerra, o presidente da província também estava apto à averiguar as remessas enviadas pelo Arsenal de Guerra da Corte e, conseqüentemente, sob responsabilidade do ministro da guerra. Após uma cobrança do presidente Francisco Inácio Marcondes Homem de Mello, o ministro João Lustoza da Cunha Paranaguá responde que, a

conferencia feita no Arsenal de Guerra dessa Provincia em os artigos remettidos pelo Arsenal de Guerra da Corte no Brique Flamengo com guias de 16 de setembro e 18 de outubro antecedentes e constando dos referidos termos que faltarão para o completo da de 18 de Outubro 270  $\frac{3}{4}$  covados de panno azul, declaro a V. Ex.<sup>a</sup> que tendo durado de 4 de outubro a 7 de dezembro a medição feita no Arsenal de Guerra dessa Provincia, para a qual teria sido preciso desfazer os fardos desdobral-os, e conserval-os assim expostos ao ar por muito tempo, pode ser a falta encontrada attribuida ao facto de retrahir-se a fasenda, como está averiguado acontecer nos tecidos de lã exposto á acção do ar e da humidade, não devendo parecer exagerado a diferença notado por quando em relação ao total de remessa, que foi de 42942  $\frac{1}{2}$  covados, reduz-se a 1,87 linhas isto é menos de duas linhas para cada covado: deve portanto mandar V. Ex.<sup>o</sup> levar em conta a falta de que se trata.<sup>201</sup>

Nas semanas seguintes não houve mais troca de informações acerca desse assunto, nos fazendo sugerir que a escusa de Paranaguá foi aceita por Homem de Mello. Não foi possível averiguar se a explicação fazia justiça aos fatos ou se somente não havia outros meios de realizar novamente esta cobrança. No caso de ter ocorrido o encolhimento das fazendas pela ação do tempo, podemos pensar em que medida as acomodações do AGPA eram capazes de atender às necessidades da instituição, sobretudo quando notamos que na data em que ocorreram os fatos acima, já havia um novo prédio acomodando as oficinas e uma série de

<sup>200</sup> AHRS. A-2.43. Ofício reservado n° 59, de 30 de março de 1866, folha s/n.

<sup>201</sup> AHEx. Códice do Rio Grande do Sul. Livro 70. Registro das correspondências enviadas pelo Ministério da Guerra para diversas autoridades da província. Em 25 de fevereiro de 1868, folha 49 verso.

melhorias estruturais haviam sido postas em prática. De qualquer modo, a possibilidade de se realizar reclamações tanto por parte do presidente como do ministro da Guerra nos indicam que a logística empreendida pelo Arsenal contou com controle e fiscalização de esferas políticas e militares, na Corte e na província.

Entretanto, essas duas esferas também se articulavam para buscar averiguar possíveis problemas quando estes fugissem do alcance de ambos. As faltas nas remessas poderiam ser percebidas e reclamadas não só nos Arsenais de Porto Alegre ou da Corte, mas também na sua passagem pelos depósitos ou no destino final. Em aviso reservado sem número, datado de 23 de agosto de 1866, o presidente Antonio Augusto Pereira da Cunha responde uma cobrança feita pelo ministro Silva Ferraz acerca de fardamentos faltantes em uma remessa recebida pelo Exército.

Para dar solução ao problema, Pereira da Cunha diz ter solicitado

informações á respeito do processo que se observa no arsenal de guerra, no acto de encaixotar-se o fardamento, apresento á V. EX. copia do officio que recebi do Director do referido arsenal, parecendo que se taes faltas se tem dado, ellas não partem d'aquelle arsenal.<sup>202</sup>

Com isso, o presidente afirma não ter sido possível descobrir o motivo das faltas reclamadas, usando como justificativa não somente o que escrevera o diretor,<sup>203</sup> mas também o fato de não haver ocorrido reclamações acerca do referido despacho, quando este foi recebido pelos encarregados dos depósitos. Nesse sentido, podemos supor que Pereira da Cunha esteja considerando que quaisquer problemas que tenham gerado as faltas, ocorreram na salvaguarda ou distribuição realizada pelos depósitos. Ainda que não tenha sido possível encontrar indícios de como esta questão foi solucionada, o presidente da província assegura que irá continuar as averiguações que foram solicitadas. Isso porque, sendo os depósitos filiais do Arsenal, também compete ao poder executivo dar conta do que neles ocorria.

Não exploramos todos os aspectos do Arsenal de Guerra de Porto Alegre que estavam sob a subordinação dos presidentes da província, pois uma parcela deles serão analisados ao longo do terceiro capítulo. Ainda assim, em vista dos fatos mencionados e dos argumentos levantados já foi possível perceber que a atuação do poder executivo provincial junto ao estabelecimento se deu tanto em um caráter decisório, mas também através da supervisão das

---

<sup>202</sup> AHRS. A-2.43. Ofício reservado s/n, de 23 de agosto de 1866, folha s/n.

<sup>203</sup> Não foi possível encontrar o referido anexo escrito pelo diretor do Arsenal de Guerra de Porto Alegre, por esse motivo, apenas iremos considerar que a direção da instituição afirma ter realizado a remessa de forma correta, não explorando as justificativas postas por José Joaquim de Lima e Silva, então diretor do AGPA.

atividades desempenhadas pelo AGPA. Entretanto, os presidentes também atuaram como mediadores dos interesses e das necessidades da instituição militar com a instância militar superior, que era o Ministério da Guerra, do mesmo modo que mediaram decisões da Corte, repassando-as ao Arsenal, como veremos na sequência.

### **3.3 O Ministério da Guerra e o Arsenal: esferas militares<sup>204</sup> mediadas pelo poder executivo provincial**

Vimos que o poder executivo provincial desempenhou um papel decisório junto ao Arsenal de Guerra de Porto Alegre. Contudo, ainda que este estabelecimento tivesse a administração e supervisão não-militar, não se pode perder de vista que, sendo o Arsenal uma repartição militar, uma série de questões determinadas pelos presidentes passavam por corroboração da instância militar superior, neste caso, o Ministério da Guerra. Ainda que nem tudo estivesse devidamente regulamentado, havia conhecimento de uma série de preceitos que deveriam ser cumpridos. Um deles era a quem competia a aprovação dos pedidos de fornecimentos.

Em correspondência enviada pelo ministro Angelo Moniz da Silva Ferraz,

o Director do Arsenal de Guerra de Porto Alegre não póde satisfazer pedido algum dos Corpos, ou de Autoridades Militares sem ordem de V. Ex.a [presidente da província], assim como os pedidos feitos de Montevidéo devem ser dirigidos directamente a esta Secretaria de Estado.<sup>205</sup>

Segundo o excerto, os pedidos feitos de Montevidéo, e nesse caso, cremos tratar-se do depósito lá existente, deveriam ser encaminhados para a pasta da Guerra. Não encontramos quais as motivações para a diferenciação das esferas aptas à aprovar envios de suprimentos, mas é possível supor que a aprovação do Ministério para remessas em Montevidéo tem relação com o fato de se tratar de um despacho com destino fora das fronteiras do Império.

---

<sup>204</sup> Apesar de ser, dentro da administração imperial, um cargo político, a pasta da Guerra está sendo considerada aqui uma esfera também militar. Isso porque, a inexistência de um Estado-Maior enquanto tal, deixava à cargo dos ministros as deliberações acerca da direção, organização e execução das operações militares. Reflexo disso está o fato de, entre outras, a quase totalidade dos homens ocupando o posto chave do Ministério serem militares.

<sup>205</sup> AHEx. Códice do Rio Grande do Sul. Livro 68. Registro das correspondências enviadas pelo Ministério da Guerra para diversas autoridades da província. Em 02 de abril de 1866, folhas 118 verso e 119.

Qualquer que fosse a justificativa, esse é um dos casos em que o presidente da província necessitava de aprovação dos ministro da guerra para a decisão que houvesse tomado.

Em 18 de dezembro de 1867, o ministro Cunha Paranaguá informou ao presidente que estava

aprovada a deliberação que V. Ex.<sup>a</sup> tomou de ordenar ao Director do Arsenal de Guerra de Porto Alegre a remessa para Montevideo, com destino ao Exercito em operações, de diversos objectos, de que há supprimento no mesmo Arsenal, requisitados em officio que de ordem do General Commandante do 2º Corpo do mesmo Exercito lhes fora dirigido pelo Tenente Coronel Deputado do Quartel Mestre General do referido 2º Corpo.

<sup>206</sup>

Apenas utilizamos o caso acima para exemplificar um aprovação sendo concedida, aprovação essa que estava determinada, como mostrado no excerto anterior. Contudo, essa validação das ações da presidência não se dava apenas através da pasta da Guerra. Algumas questões, ainda que de competência de algum cargo, poderiam passar por verificação. Como é o caso da consulta realizada ao Conselho de Estado em outubro de 1865, referente às conveniências das medidas adotadas pelo presidente acerca dos serviços de transporte bélico da cidade de Rio Pardo para a fronteira com o Uruguai. O caso era o seguinte:

O dito Presidente tinha de effectuar a remessa de volumes militares para aquella fronteira e para isso fez affixar editaes. Apparecerão somente duas propostas e essas por preços fabulosos. Continuando a procurar por esse meio a offerta de carretas, nada pôde obter senão por taes preços, sabendo por fim que os donos dellas se tinham combinado para impôr o frete ao Governo. Em taes termos lançou o Presidente mão da Lei de 9 de Setembro de 1826, mandando que o Juiz Municipal do Rio Pardo tomasse posse do numero de carretas necessarias, e fisesse avaliar o preço rasoavel;<sup>207</sup> que se os donos não quisessem receber, seria posto em deposito.

Os ministros reunidos transcrevem os artigos da lei mencionada, que diz respeito a possibilidade de exigir o uso ou emprego de propriedades particulares quando isto for de necessidade para a defesa do Estado ou para a segurança pública. Mas entendem que o presidente pecou ao não seguir os trâmites impostos pela dita lei:

as Secções não duvidão de que, no caso em questão, era e é applicavel a disposição delles [os artigos das leis], tendo apenas de notar que o Presidente não se dirigisse, como convinha, por intermedio do procurador da Fazenda

<sup>206</sup> AHEx. Códice do Rio Grande do Sul. Livro 70. Em 18 de dezembro de 1867, folha 21.

<sup>207</sup> AN. Série Guerra – Gabinete do Ministro. IG<sup>1</sup> 611. Consulta em 02 de outubro de 1865. Folhas 19-20.

Publica nos termos do subdito artigo 3º, pois que tal processo deve ser verbal e sumarissimo, pelo que não oppera demora a urgencia do serviço. Embora a necessidade fosse notoria e urgente, para a defesa e segurança do Estado, que de certo não devem ser compromettidas,<sup>208</sup> convém salvar as formulas de antemão, e com providente precedencia.

Esta consulta possibilitou que os conselheiros discutissem a necessidade de criação de transportes regulares para algumas das demandas bélicas, mas entendem que a opção pelo contratos deve ser mantida. Na avaliação dos ministros,

1º a medida tomada pelo Presidente embora util no momento, pode vir a ser prejudicial no futuro; 2º que quer o governo crie, ou não alguns ramos de transportes militares seus, é preferível recorrer, pelo que faltar ao expediente de Contractos celebrados á tempo e d'antemão para não receber a lei no momento do conluio dos especuladores, 3º que, devendo prever-se, que apesar desses dous expedientes pode ocorrer o caso de precisar-se de transportes em alguma localidade, e não quererem os donos delles fornecel-os, ou exigirem preços fabulosos, convém, para evitar isso, que se regularise o meio auxiliar das requisições feitas em virtude da citada Lei de 9 de setembro de 1826, mediante as providencias que forem as mais acertadas. O referido Regulamento de 7 de dezembro de 1811 manda formar, numerar e marcar os transportes nos districtos que devão contribuir, e faser um detalhe das prestações com que devão concorrer quando necessarias, de modo que se guarde igualdade, e se evitem violencias ou oppressões parciais, o que certamente seria injusto. O projecto lembrado deve ser organizado por Officiaes não só intelligentes mas alem disso conhecedores das localidades da Provincia de S. Pedro do Sul, e do itinerario provavel<sup>209</sup> das marchas militares, ou dos effectos, bagagens e mais pertences bellicos.

Para além da questão inicial proposta a partir deste excerto - a validação das decisões da presidência da província -, podemos notar que, meses após o início do conflito, o Império buscava formas de resolver os problemas logísticos. Um aspecto essencial como os transportes era feito somente mediante contratos o que, como foi demonstrado, podia gerar inconvenientes e dificuldades no fornecimento. Este aspecto conversa diretamente com duas questões apresentadas anteriormente: a precariedade do Exército e a necessidade de articulações e alterações para que a logística da guerra pudesse ser desempenhada de forma mais eficiente.

O caso apresentado acima demonstra que algumas medidas tomadas pelos presidentes, ainda que estivessem dentro de sua jurisdição, eram avaliadas e aprovadas por instâncias superiores. Porém, já mencionamos em outros momentos que uma série de questões estavam

---

<sup>208</sup> *Idem.*

<sup>209</sup> *Idem.*

indefinidas ou mesmo quando definidas, não podiam se dar da forma estabelecida, dadas as situações extraordinários geradas por uma guerra em um Estado ainda em processo de consolidação e racionalização de suas esferas públicas.

Nesse sentido, o presidente João Marcellino de Souza Gonzaga percebe já no começo da guerra que, para os casos inesperados em que precisasse tomar decisões, a aprovação do Ministério da Guerra contribuiria para a execução das medidas. O presidente pede ao ministro Visconde de Beaurepaire-Rohan

uma aprovação explicita d'estes actos da presidencia. Os acontecimentos precipitão-se, tenho necessidade de expedir e tenho expedido medidas extraordinarias e algumas d'estas precisão receber o sello da aprovação do Governo Imperial para terem toda a força de se obrigar.<sup>210</sup>

Os atos referidos por Souza Gonzaga são as nomeações para os corpos que estão sendo organizados na província. Ainda que não se trate do proposto por este trabalho, é interessante abrir espaço para discutir alguns aspectos referentes à este caso.<sup>211</sup> O presidente da província entende que,

para conciliar exigencias locais e para evitar desgostos que podem trazer em resultado grandes dificuldades na organização dos corpos tenho sido forçado a faser estas nomeações sem poder esperar que o Governo Imperial o faça por que demorar-se-hião pelo retardamento das communicações.<sup>212</sup>

A partir da justificativa de Souza Gonzaga, podemos retomar uma questão brevemente abordada no início deste capítulo. As relações políticos-militares, quando interpretadas somente pelo viés do conflito, não permitem explorar as nuances presentes nessas práticas, tanto por uma generalização das categorias sócio-profissionais, mas também pela busca de um modelo explicativo para processos como o da proclamação da República. Outro aspecto é a necessidade de examinar essas relações em contextos específicos, e no caso deste trabalho, em grande medida, extraordinários.

Nesse sentido, em uma guerra de grandes proporções como foi a empreendida contra o Paraguai, foi possível perceber que as práticas relacionais também podiam ocorrer mediante cooperação e conciliação de interesses, muitas vezes, divergentes. Além do presidente Souza

<sup>210</sup> AHRS. A-2.43. Ofício reservado nº 3, de 14 de janeiro de 1865, folhas 7-9.

<sup>211</sup> Este caso refere-se às Divisões de Observação criadas para proteger as fronteiras. Souza Gonzaga relata a necessidade de colocar em locais distantes o Barão do Jacuhy e David Canabarro, que eram desafetos.

<sup>212</sup> AHRS. A-2.43. Ofício reservado nº 3, de 14 de janeiro de 1865, folhas 7-9.

Gonzaga, o ministro Angelo Moniz da Silva Ferraz também viu a necessidade de trabalho conjunto, deixando de lado quaisquer diferenças políticas existentes que pudessem existir entre ele e o presidente da província.

Ao assumir a pasta da Guerra, Silva Ferraz escreve ao presidente Souza Gonzaga dando algumas instruções e afirmando que,

sendo a missão principal do actual Gabinete a defesa do pais, e vingar as afrontas feitas aos direitos e sobre tudo á dignidade do Imperio, não pode o mesmo Gabinete deixar de contar com a inteira e leal coadjuvação de todos os funcionarios da administração e do governo do Pais qualquer que seja a posição d'stes ou os seus principios politicos.<sup>213</sup>

A resposta obtida é de que o ministro interpretou corretamente

os sentimentos de todos os funcionarios da administração d'esta Provincia, e muito especialmente os meus [Souza Gonzaga] quando declara contar com a inteira e leal coadjuvação de todos, no elevado empenho de defender o Paiz, e vingar as afrontas feitas á dignidade Nacional. Pela Minha parte julgar-me-hei feliz se pela dedicação e lealdade com que me esforço por servir ao Paiz, consiga inspirar ao Gabinete actual a mesma confiança com que me honrou o que se retirou da gerencia dos negocios publicos.<sup>214</sup>

No caso de Silva Ferraz e Souza Gonzaga, ambos eram conservadores, o que não impedia que outros interesses, pessoais ou econômicos, por exemplo, pudessem influenciar para que, frente alguma questão, esses indivíduos tivessem posições distintas. Além disso, fica claro que o ministro está estendendo a sua recomendação à todos os âmbitos da administração da província, não somente ao presidente. De qualquer modo, sendo o chefe do poder executivo responsável por seus subordinados, as observações do Ministério da Guerra também indicam uma preocupação nesse sentido.

A preocupação com a dedicação e a lealdade de funcionários não ficava apenas no âmbito das recomendações, mas também através da interferência dos ministros na escolha e manutenção dos empregados do Arsenal de Guerra de Porto Alegre. Na mesma correspondência utilizada acima, Silva Ferraz noticia que irão para a capital da província

officiaes idoneos, a fim de montar-se em pé conveniente o Arsenal de Guerra de Porto Alegre e o laboratorio pyrotechnico, recommendando-me muito V. Ex.<sup>a</sup> que preste aos ditos officiaes toda a coadjuvação para levar-se a effeito

<sup>213</sup> AHRS. A-2.43. Livro de Registro de correspondência reservada enviada pelo Presidente ao Ministério da Guerra. Aviso reservado nº 28, de 31 de maio de 1865. folhas 30-32.

<sup>214</sup> *Idem.*

aquelle empenho, visto poder se dar o caso de algum vapôr Paraguayo encouraçado procurar embaraçar as remessas do material do Exercito.<sup>215</sup>

Interessante notar que a qualidade dos oficiais seria a idoneidade, que pode ser interpretada tanto como sinônimo de indivíduos aptos tecnicamente e capazes de realizar as tarefas, mas também com relação à confiabilidade desses oficiais. Acreditamos que, em função de inquietações acerca da credibilidade e eficácia dos empregados do Arsenal, a interferência do Ministério da Guerra na instituição tenha extrapolado o que estava estabelecido pelo Regulamento dos arsenais provinciais. Segundo o artigo 5º do decreto sem número, de 21 de fevereiro de 1832, os diretores dos arsenais de guerras deveriam ser nomeados pelos respectivos presidentes de província.<sup>216</sup>

Como dito no primeiro capítulo, este regulamento estava obsoleto, ainda mais pensando nas situações incomuns geradas por um conflito armado. Pensamos que isso, atrelado à necessidade de controle do governo imperial sobre um estabelecimento militar tão importante para as disputas bélicas da região platina, seja o motivo para que o ministro da Guerra passasse a indicar os diretores do Arsenal de Guerra de Porto Alegre, como foram os casos do coronel João Antonio Mendes Tota, do major José Joaquim de Lima e Silva e do tenente-coronel Joaquim Jeronymo Barrão. Ambos haviam trabalhado na administração de outras repartições militares, como o Hospital Militar, o Arsenal de Guerra da Corte e o Arsenal da província do Pará, respectivamente.<sup>217</sup>

Também apresentamos no capítulo anterior alguns indicativos de que Joaquim Barrão tivesse desempenhado suas funções de diretor de forma satisfatória perante a opinião de seus superiores políticos e militares. Além dos argumentos utilizados anteriormente, cabe mencionar que não encontramos indícios de descontentamento com o trabalho de Barrão. Por outro lado, tanto o coronel Mendes Tota, como seu sucessor, o major Lima e Silva aparentemente provocaram desconfiança e/ou desagrado. Em situações como essa, percebemos que presidentes e ministros se articulavam para solucionar a questão. De imediato, é necessário frisar que não houve meios de comprovar que Mendes Tota ou Lima e

---

<sup>215</sup> AHRS. A-2.43. Livro de Registro de correspondência reservada enviada pelo Presidente ao Ministério da Guerra. Aviso reservado nº 28, de 31 de maio de 1865. folhas 30-32.

<sup>216</sup> AHRS. Fundo Legislação Códice 53. *Coleção das Leis do Imperio do Brazil*. Decreto de 21 de fevereiro de 1832. Actos do Poder Executivo, Rio de Janeiro: Typ Imperial e Constitucional de Seignot-Plancher, 1832.

<sup>217</sup> Parece importante salientar que não obtivemos embasamento empírico ou bibliográfico que nos fizesse concluir o grau de parentesco entre José Joaquim de Lima e Silva e o futuro Duque de Caxias. Ainda assim, podemos cogitar que a sua nomeação também possa ter ocorrido por influência familiar.

Silva tenham sido exonerados em função das circunstâncias que iremos abordar. Entretanto, nosso objetivo é demonstrar dois aspectos das relações político-militares provenientes do Arsenal de Guerra de Porto Alegre: (1) a supervisão e ingerência dos ministros da Guerra e (2) a necessidade de articulação e mediação com os presidentes da província.

O coronel Mendes Tota já havia deixado a direção do Arsenal quando o presidente Souza Gonzaga e o ministro Silva Ferraz passam a discutir acerca de acusações “sérias e graves” feitas contra o ex-diretor. O ministro pede que o presidente informe todas as circunstâncias e particularidades das imputações feitas contra Mendes Tota, tendo em vista que “outrora, quando Director do Hospital Militar não foi bom o comportamento do referido Coronel.”<sup>218</sup> A resposta obtida por Silva Ferraz foi a seguinte:

Declaro a V. Ex. que ignoro quaes as accusações serias e gravez se fasem ao Coronel Tota. Uma folha desta Capital assalariada por um dos pretendentes ao fornecimento para o Arsenal, fez muitas accusações ao Coronel Tota, porem todas ellas vagas e geraes, sem articular factos serios e graves. Um dos factos articulados foi a proposito da compra de colxões para a enfermaria militar declinando-se o nome do General Caldwell como sabedor do que se havia passado. Interpellei a respeito o General Caldwell e este explicou-me todo o occorrido com a compra dos colxões constestando absolutamente o que disse o jornal. Nessa occasião como em outras declarou-me o General Caldwell que fazia muito bom conceito da probidade do Coronel Tota, e que por isso o havia lembrado na Corte ao Sr Ministro da Guerra para ficar dirigindo interinamente o Arsenal quando foi nomeado commandante das armas da Bahia o Marechal Bittencourt. E com effeito foi do Ministerio da Guerra a nomeação do Coronel Tota para Director do Arsenal.<sup>219</sup>

O retorno dado por Souza Gonzaga aborda duas questões interessantes, a invocação do nome do então Comandante de Armas da província, general João Frederico Caldwell, e a lembrança de qual esfera foi responsável pela nomeação de Mendes Tota. O presidente diz não saber do que se tratam as acusações, mas que, sendo elas as proferidas por um jornal de Porto Alegre, já havia ele averiguado. Se observarmos, Souza Gonzaga não registra na correspondência qual era o seu julgamento acerca dos fatos, apenas a inquirição feita com o general Caldwell, suposto conhecedor dos fatos e crente na honestidade do ex-diretor. Ainda que a averiguação não tenha concluído algum desvio por parte de Mendes Tota, o presidente volta a falar sobre o assunto alguns parágrafos depois.

---

<sup>218</sup> AHRS. A-2.43. Ofício reservado nº 44, de 13 de julho de 1865, folhas 42-44.

<sup>219</sup> *Idem*.

Ao prestar esclarecimentos acerca da compra de matéria-prima para fardamentos, Souza Gonzaga afirma que

o ultimo contracto para compra de materia prima para cinco mil fardamentos foi feito estando eu em Pelotas. A circunstancia de só apparecer um concurrente (apesar de correrem os editaes por muitos dias e de os haver mandado publicar tambem em Rio Grande) fez me suspeitar ou que teria havido algum conluio d'esses que geralmente se diz haverem nos negocios de Arsenaes, ou que o mercado de Porto Alegre estava muito desprevenido das fazendas proprias para fardamentos. Foi por isso que deliberei mandar fazer as compras no mercado de Rio Grande por uma commissão de capitalistas de creditos estabelecidos de probidade. Posteriormente sube que é genro do Coronel Tota o negociante que havia contractado o fornecimento e por mais essa rasão me aplaudi de haver tomado aquella deliberação. E como tinha de me recolher a Capital, fiz proposito de pessoalmente fiscalisar o recebimento das fazendas que entrasse para o Arsenal em virtude do contracto, com de facto fiscalisei e posso declarar que não houve fraude.<sup>220</sup>

Esse excerto suscita muitas questões e tentaremos abordar algumas delas, não para realizar um julgamento póstumo das ações de Mendes Tota a frente do Arsenal, sobretudo por nos faltar subsídios para isso. Entretanto, parece importante buscar entender em que medida alguns indivíduos utilizaram-se de seus postos e do contexto de guerra para gerar lucros particulares.

Está claro que esta pesquisa investiga as relações político-militares sob uma ótica dos cargos ocupados, suas jurisprudências e formas de articulação para suprir as demandas do conflito contra o Paraguai. Porém, tendo em vista a necessidade primeira de uma compreensão dos limites e possibilidades de atuação do Arsenal e de seus subordinantes, este trabalho não explora de forma ampla questões pessoais, políticas, econômicas e sociais dos homens que ocuparam esses cargos, evidenciando uma importante lacuna de pesquisa. Não obstante, tentaremos abordar, ainda que de forma breve, alguns desses aspectos, demonstrando a necessidade de investigações que tenham como foco os interesses particulares e o modo como eles impactaram na logística para a Guerra da Tríplice Aliança.

Sendo assim, voltando ao caso do coronel Mendes Tota, é possível perceber pelo excerto acima que havia uma preocupação com a lisura dos processos de compras feitas pelo AGPA. O presidente da província, acerca da falta de concorrência para a venda de matéria-prima, questiona a existência de um conluio entre os negociantes, mas não faz referência à alguma irregularidade cometida pelo Arsenal, como a baixa divulgação dos

---

<sup>220</sup> AHRS. A-2.43. Ofício reservado nº 44, de 13 de julho de 1865, folhas 42-44.

editais ou mesmo a não divulgação, por exemplo. Após descobrir que este único concorrente se tratava do genro do diretor da instituição, Souza Gonzaga preocupou-se em garantir que não houvesse fraudes no momento da entrega das fazendas. Ou seja, não há, através dessa correspondência, algo que nos indique uma inquietação com possíveis favorecimentos de Mendes Tota em relação ao seu genro, que infelizmente não sabemos o nome.<sup>221</sup> A preocupação é com uma fraude, que aqui entendemos tratar-se de entregar fazendas de qualidade inferior às dadas como amostra no ato do firmamento do contrato.

Com base em outras correspondências enviadas após a saída de Tota, elaboramos mais alguns questionamentos. Em 15 de julho de 1865, Souza Gonzaga, presidente da província escreve para outro diretor interino, o major José Joaquim de Lima e Silva. No ofício nº 280 consta que

para que esta Presidencia possa prestar as informações que forão exigidas pelo Sr. Ministro da Guerra á cerca do requerimento de João Antonio Mendes Tota F.º no qual propoem fornecer a esse Arsenal varios artigos; convem que V. S.<sup>a</sup> me declare por que preços se tem ultimamente comprado os seguintes artigos: lanças de ferro com ponteiras, esporas de ferro - par; freios de ferro; bocaes de latão - par, estribos de latão - par; ditos de ferro - par, ferragens para talins; chergões de Mostardas, lombilhos lisos com carona, travessão, barrigueira, lóros e rabicho, cartuxeiras de cintura, bonets de Cavallaria, ditos de Infantaria, ditos de Caçadores.<sup>222</sup>

Solicitar informação dos preços pagos habitualmente antes de aceitar algum fornecimento civil era comum no AGPA. Entretanto, o que se sobressai neste caso é a identidade do requerente e à quem foi oferecido o fornecimento. O mais recorrente, em casos similares, era uma oferta realizada diretamente ao Arsenal, com posterior autorização do poder executivo. Ou, mais raro, enviada diretamente ao Presidente da província.

Essa questão nos permite pensar se esta aparente conexão, sem intermediários, de um negociante com o Ministério da Guerra possa ter acontecido em virtude da relação familiar do primeiro com um indivíduo de importante atuação dentro do Arsenal de Guerra de Porto Alegre. Não podemos inferir que as transações comerciais eram favorecidas em casos como este. Entretanto, Sérgio da Costa Franco, ao escrever sobre o comércio em Porto Alegre,

<sup>221</sup> É importante lembrar que, “na sociedade brasileira do século XIX, ser agente do governo e atuar em benefício próprio ou dos amigos não configurava comportamentos contraditórios.” Cf. BOTH, Amanda C. *Administração provincial e governabilidade no império do brasileiro: um estudo a partir do perfil de recrutamento e da comunicação política dos presidentes da província do RS (1845-1889)*. 265 f. Tese - Programa de Pós-Graduação em História, PUC/RS. Porto Alegre, 2020. p. 40.

<sup>222</sup> MMCMS. Livro 1. Ofício n.º 280, de 15 de julho de 1865.

afirma que um dos grandes fornecedores do AGPA, em 1867, foi João Antônio Mendes Tota Filho.<sup>223</sup> Não encontramos um contrato de Tota Filho para o fornecimento dos itens oferecidos acima, mas encontramos menção à uma compra de calçados firmada com ele 1866.<sup>224</sup>

Outro ponto que inspira questionamentos é o fato que, logo após a saída de Mendes Tota da direção, em 15 de maio de 1865, seu primogênito já passava a ofertar artigos ao AGPA. Nesse sentido, não parece absurdo supor que o genro inominado poderia ser apenas mais um membro da família que estava envolvido com o mesmo negócio, ou mesmo, um “testa de ferro” para essas transações. Se assim fosse, levantamos a hipótese de Tota Filho não ter realizado ofertas anteriores para não gerar desconfianças. Como dissemos, dado os objetivos desta pesquisa, não iremos esmiuçar a interferência dos interesses particulares nas atividades logísticas, mas vemos a necessidade de apresentar essas questões, registrando assim, a possibilidade e importância de estudos que se voltem para a investigação dessas práticas.

Nas análises empreendidas até aqui, demonstramos que os presidentes de província, ainda que possuíssem um papel de autoridade junto ao Arsenal de Guerra de Porto Alegre, podiam ter suas ações avaliadas e aprovadas por instâncias superiores. Além disso, buscamos demonstrar que, de forma articulada com o Ministério da Guerra, o poder executivo provincial, procurou examinar as condutas dos oficiais que dirigiram a instituição militar, com o objetivo de garantir a boa execução das atividades e proteger os cofres públicos de gastos excessivos. Contudo, não foi apenas com relação aos dirigentes do Arsenal que presidentes e ministro praticaram vigilância e fiscalização, mas com todo o quadro funcional da instituição.

### 3.3.1 Tratamento e controle de empregados do Arsenal

Além da presidência da província, o próprio Ministério, na figura de seus ministros ou dos oficiais responsáveis pela diretoria do material, decidiam a respeito de funções e

---

<sup>223</sup> FRANCO, S. C. *Porto Alegre e seu comércio*. Porto Alegre: Associação Comercial de Porto Alegre, 1983. p. 56.

<sup>224</sup> AHRS. A-2.43. Livro de Registro de correspondência reservada enviada pelo Presidente ao Ministério da Guerra. Ofício reservado s/n, de 6 de julho de 1866, folha s/n.

obrigações do Arsenal de Guerra de Porto Alegre. Mesmo nesses casos, a presidência da província tem papel destacado, uma vez que agia como porta-voz das decisões tomadas na Corte. Na maioria dos casos, os ofícios que a pasta destinava ao poder executivo da província, eram relativos à produtos manufaturados ou matérias-primas que estavam sendo remetidas pelo Arsenal de Guerra da Corte para o da província. Em anexo, normalmente havia uma via com a descrição dos artigos e quantidades que deveriam ser recebidas em Porto Alegre, de forma a possibilitar a conferência. As informações deste cunho eram repassadas ao diretor do AGPA, que deveria comunicar quando do recebimento das remessas.

Ademais, decisões administrativas e burocráticas também podiam partir do Ministério da Guerra com direção ao AGPA, por intermédio da presidência. Ao abordar anteriormente sobre a nomeação e trabalho de alguns diretores, utilizamos uma correspondência que mencionava o envio de oficiais idôneos para atuar do Arsenal de Porto Alegre. Naquela ocorrência, um dos indivíduos que vieram empregar-se no AGPA foi o capitão de engenheiros Jeronimo Francisco Coelho, para ser responsável pelo Laboratório Pirotécnico, repartição atrelada ao Arsenal e que funcionava em uma das ilhas que estavam próximas ao estabelecimento. Antes de Coelho, outros homens já haviam sido enviados da Corte pelo Ministério da Guerra, como alguns mestres para as oficinas de máquinas, construção e alfaiates, recebendo uma gratificação de 50% sobre seus vencimentos.<sup>225</sup>

Porém, o caso do capitão de engenheiros traz algumas peculiaridades, pois ele estava à frente de uma comissão encarregada, pela pasta da Guerra, de “fundar nesta cidade um laboratório pyrotéchnico nas devidas condições de confeccionar os principaes artificios de guerra e toda a sorte de munições.” Até a chegada da comissão, havia uma oficina pirotécnica, onde trabalhavam alguns mestres e operários. Entretanto, além de Coelho, vieram com ele da Corte os homens que atuariam com ele. A particularidade nesse caso, reside na orientação que o presidente da província, Souza Gonzaga, remete ao diretor do Arsenal, Lima e Silva:

tenho deliberado mandar entregar-lhe [à Jeronimo Coelho] a officina pyrotéchnica existente em frente ao arsenal para ali trabalharem os operarios que o acompanhão pela melhor forma que for compativel com os recursos existentes até poder realizar-se a fundação do novo laboratorio. Para este fim cumpre que V. S<sup>a</sup> despedindo os operarios, empregados e guardas que ali tem estado, faça entrega ao mencionado Capitão da officina com todos os seus pertences, utensis e instrumentos, mandando fazer de tudo uma relação. Outro sim cumpre que V. S<sup>a</sup> preste todos os esclarecimentos que elle solicitar

---

<sup>225</sup> MMCMS. Livro 1. Ofício n.º 224, de 20 de junho de 1865, contendo em anexo cópia de relação nominal enviada pelo Arsenal de Guerra da Corte em 09 de maio de 1865.

em ordem a poder saber quaes os pedidos feitos e o movimento da officina desde o 1º de Janeiro.<sup>226</sup>

Não podemos inferir que tenha sido solicitação de Coelho a dispensa de todas as pessoas que, até a sua chegada, trabalhavam na oficina pirotécnica. Mas esta é uma hipótese plausível, tendo em vista que ele foi incumbido de realizar, ao que parece, uma série de mudanças no laboratório com o intuito de deixá-lo em condições de fabricar uma série artigos. Podemos sugerir também que, reunir esses indivíduos na Corte possibilitou, tanto da parte de Coelho como do Ministério da Guerra, a escolha de indivíduos com as capacidades técnicas para o trabalho a que se destinavam, bem como uma forma de tentar garantir homens de boas condutas.

Além disso, ao que tudo indica, o capitão de engenheiros era filho de um militar que, também engenheiro e nomeado Jeronimo Francisco Coelho, havia dirigido a Fábrica de Pólvora de Estrella e o Arsenal de Guerra da Corte. Outro aspecto que pode indicar a preponderância da comissão vinda da Corte - ou de seus membros, é o fato de o presidente Souza Gonzaga, após solicitar que o diretor Lima e Silva prestasse auxílio à Coelho, indica que todas as suas solicitações de fornecimentos devem ser atendidas:

Mande V. S.<sup>a</sup> comprar e fornecer ao Capitão Jeronimo Franscico Coelho, encarregado do Laboratorio Pyrotechnico, com quem se entederá, não só o papel constante da amostra junta, como tudo o mais que elle requisitar, para o prompto andamento dos trabalhos a seu cargo.<sup>227</sup>

Ou seja, é possível perceber que o presidente da província acaba por intermediar uma relação interna de empregados do Arsenal e, de antemão, aprova pedidos de compra feitos por Coelho. Como dissemos, isso pode indicar tanto a necessidade dos serviços desenvolvidos no laboratório, mas também, confiança no capitão nomeado para fundar a repartição.

Há outras situações em que as nomeações partiam da Corte, como o caso do “Alferes reformado do Exercito Manoel Augusto Bacellar para o lugar de Commandante da Companhia de Operarios Militares do Arsenal de Guerra de Porto Alegre.”<sup>228</sup> Entretanto, não era apenas o Ministério da Guerra que realizava as nomeações. Em correspondência recebida pelo diretor Mendes Tota, o presidente Souza Gonzaga noticia que foram

aprovadas as nomeações que fez de José Alves Leite de Oliveira Salgado, e Luiz Francisco Xavier, para servirem, este o lugar de coadjuvante, e aquelle

<sup>226</sup> MMCMS. Livro 1. Oficio n.º 228, de 21 de junho de 1865.

<sup>227</sup> MMCMS. Livro 1. Oficio n.º 248, de 30 de junho de 1865.

<sup>228</sup> AHEx. Códice do Rio Grande do Sul. Livro 70. Em 29 de novembro de 1867, folha 13.

o de amanuense extraordinario desse Arsenal de guerra; o que me foi communicado por Aviso do Ministerio da Guerra de 29 de Dezembro do anno findi.<sup>229</sup>

Ainda que tenha sido necessária uma validação superior, o diretor foi atendido quando da indicação dos dois empregados. Porém, há indícios de que nomeações realizadas pelos diretores não era uma prática comum. Isso porque, o sucessor de Mendes Tota, major Lima e Silva, faz solicitação aos seus superiores para que tenha autonomia de decidir o destino de alguns de seus subordinados.

Não encontramos a requisição feita por Lima e Silva, mas seu teor está descrito em uma correspondência enviada pelo presidente Souza Gonzaga com destino ao ministro, Angelo Moniz da Silva Ferraz. Poucas semanas após a chegada de Lima e Silva ao Arsenal, ele dirige dois ofícios, um deles versando sobre as necessidades estruturais da instituição, algo que abordaremos posteriormente. O outro tratava da conveniência de “ser da attribuição do Director a nomeação e a demissão dos guardas e ponderando tambem a necessidade de ser o Director investido da faculdade de suspender a todo e qualquer empregado seu subordinado.”

<sup>230</sup> Acontece que a opinião da presidência não vai no sentido de acatar plenamente os pedidos do diretor. Ainda que não saibamos o retorno dado pelo Ministério da Guerra, o parecer de Souza Gonzaga é de que

não há inconveniente em serem os guardas nomeação do Director sob proposta do Almojarife. Pelo artigo 12 do Regulamento de 21 de fevereiro de 1821, os guardas são propostos pelo Fiel do Almojarife e por este aprovados, mas o titulo de nomeação é expedido pela secretaria da Presidencia. Está isto de harmonia com o systema de organização interior do estabelecimento. Ha um almojarife que tem a seu cargo toda a arrecadação dos diversos armazens e depositos do Arsenal. Este tem um Fiel que o coadjuva e tantos guardas quantos são necessarios, segundo o numero de armazens. Estes guardas são os Fieis do Fiel, que para o Almojarife é o responsavel pela arrecadação. A faculdade de suspender conferida directamente ao Director, porem limitado a empregados de certa cathegoria e por dias determinados, julgo ser conveniente para melhor manter-se a disciplina e a ordem no estabelecimento.<sup>231</sup>

Com base na avaliação do presidente, parece não haver problemas com a liberação de nomeações por parte do diretor, ou seja, não havendo necessidade de ser expedido pela secretaria da presidência. Entretanto, Souza Gonzaga não encoraja que se mude o sistema

<sup>229</sup> MMCMS. Livro 1. Ofício n.º 27, de 16 de janeiro de 1865.

<sup>230</sup> AHRS. A-2.43. Ofício reservado n.º 40, de 4 de julho de 1865, folhas 39-40.

<sup>231</sup> *Idem*.

interno de organização do Arsenal, que coloca a cargo do Almojarife e seu respectivo Fiel, como os responsáveis pela proposta dos guardas. Para o caso de demissões, segundo juízo do presidente, seria positiva a possibilidade de suspender determinadas categorias de empregados da instituição. Já com relação à demissões, Souza Gonzaga não profere opinião.

De qualquer modo, encontramos algumas situações de exonerações que podem nos dar um indicativo de como e quais as motivações para que um empregado do Arsenal de Guerra fosse despedido de suas funções. Outrora mencionamos sobre a dispensa de todos os empregados e operários da oficina de pirotécnica, quando da chegada de Jeronimo Coelho. Também havia as situações em que questões de saúde suscitavam os afastamentos, como no caso do amanuense Miguel de Castro Werna e Bilstein.<sup>232</sup> Contudo, as circunstâncias que mais nos interessam nesse momento, são aqueles em que podemos evidenciar alguns aspectos do controle e vigilância internos da instituição.

Antes da chegada do capitão de engenheiros Jeronimo Coelho, o artista pirotécnico Severiano José Corrêa havia sido contratado pelo Ministério da Guerra para servir com seu ofício no Arsenal de Guerra de Porto Alegre. Ele havia iniciado suas atividades em outubro de 1864 e em fevereiro do ano seguinte seus superiores remetiam uma série de queixas acerca do seu desempenho no estabelecimento. A reclamatória partiu, segundo consta, de empregados que serviam junto de Severiano Corrêa e foi averiguada pelo major Antonio Eduardo Martini<sup>233</sup>, após portaria interna solicitando o esclarecimento das acusações. Martini afirma que, com o objetivo de ter o “conhecimento da verdade”, se dirigiu ao local dos trabalhos pirotécnicos que, naquele momento, eram executados na Ilha das Pedras Brancas, junto ao depósito de pólvora ali existente. O major Martini teria realizado uma espécie de acareação do acusado e das partes que haviam reclamado da conduta de Corrêa.

Após as investigações, Martini repassa ao diretor Mendes Tota as seguintes informações:

Ao principio só consegui do acusado negativa completa a todos os pontos em que foi por mim arguido; mas, pouco a pouco, cahindo em contrariedades, foi elle concordando em um ou outro dos factos dados, ainda que desfigurando-os, e por isso, alcancei que, sem querer o acusado dar-se por convencido de seu máo procedimento, me habitava para conhecer quanto é inconveniente a continuação d'elle na quelle Laboratorio, pela soltura de lingua a que se mostra habituado em acusações visivelmente falças. No correr das indagações, constou-me que o dito pyrotechnico Corrêa faz uso

<sup>232</sup> AHEx. Códice do Rio Grande do Sul. Livro 70. Em 17 de março de 1868, folha 54 verso.

<sup>233</sup> Não foi possível encontrar subsídios para afirmar qual era a posição ocupada e o papel desempenhado por Martini dentro do AGPA.

excessivo, com alguma frequencia, de bebidas alcoholicas, e alem deste mal para a sua arte, julgo que elle sofre, mais ou menos, algum desarranjo mental, em vista de seu pouco siso. Finalmente, não só há exactidão nas partes acima mencionadas, como me parece muito prejudicial, e até de funestas consequencias, a continuação de semelhante individuo naquelle Laboratorio.<sup>234</sup>

Com base nas evidências e julgamentos recolhidos pelo major Martini, o diretor remete ao presidente Souza Gonzaga um pedido para que ele faça o que está ao seu alcance para dispensar o pirotécnico. O contrato realizado com Corrêa previa rescisão em casos de má conduta e isto é salientado por Mendes Tota para que se desse resolução às reclamações. O interessante de se observar neste caso é que, para além das questões morais (bebedeira, “língua solta” e “desarranjo mental”) apresentadas por Martini e retomadas pelo diretor no seu repasse ao presidente, Mendes Tota invoca outros aspectos para justificar a finalização do contrato.

No entendimento do diretor, além do “uso de bebidas espirituosas, o seu gênio e a falta de critério”<sup>235</sup>, a questão financeira é invocada para dar força ao pedido de afastamento do pirotécnico. Vimos em outras situações que o principal foco das fiscalizações tinham como objetivo proteger a Fazenda Pública de gastos desnecessários e/ou fraudulentos. Nesse sentido, acreditamos que a utilização de um discurso que ressaltava as perdas econômicas pudesse influenciar em uma decisão favorável. O artigo 7º do contrato firmado com Corrêa estabelecia que “se o dito operario faltar ao cumprimento dos seus deveres, ou proceder mal, por sua conducta habitual, o Presidente da referida Provincia mandará ficar sem effeito o presente contrato, indemnizando o contratado o alcance em que estiver para com a Fazenda Nacional.”<sup>236</sup>

Mesmo com essa premissa, para dar força aos seus argumentos, Mendes Tota invoca a questão financeira em dois momentos. No primeiro, para se referir ao jornal de Corrêa e, após abordar os aspectos morais, relembra novamente o prejuízo aos cofres públicos:

---

<sup>234</sup> AHRS. Fundo Arsenal de Guerra. Caixa 24. Ofício enviado ao Presidente da província, em 23 de fevereiro de 1865. Contém os seguintes anexos: Correspondência interna do Arsenal, do Major Martini para o Diretor Mendes Tota, de 21 de fevereiro de 1865; Cópia do contrato celebrado entre o Arsenal de Guerra da Corte e Severiano José Corrêa, em 01 de outubro de 1864.

<sup>235</sup> AHRS. Fundo Arsenal de Guerra. Caixa 24. Ofício enviado ao Presidente da província, em 23 de fevereiro de 1865. Contém os seguintes anexos: Correspondência interna do Arsenal, do Major Martini para o Diretor Mendes Tota, de 21 de fevereiro de 1865; Cópia do contrato celebrado entre o Arsenal de Guerra da Corte e Severiano José Corrêa, em 01 de outubro de 1864.

<sup>236</sup> *Idem.*

a pequena quantia de trabalho que elle faz diariamente, o tornão prejudicial á este estabelecimento, e a Fazenda Publica, de cujos cofres percebe a quantia de cinco mil réis diarios em virtude do artigo 1º do seu contracto. O pyrotechnico Severiano José Corrêa, esquiva-se a obdecer ao encarregado do laboratorio; abandona o lugar que lhe é designado para fazer o seu trabalho sob pretextos frivolos para faze-lo em outro lugar; deixa de trabalhar quando lhe parece e não vê nos empregados deste Arsenal se não delapidadores da Fazenda Nacional. Não tendo este Arsenal necessidade dos seus serviços, por isso que existe nelle um outro pyrotechnico tanto ou mais habil que o dito Severiano, e não achando eu, como Director deste estabelecimento, no contracto respectivo, meios de coagilo ao cumprimento de seus deveres; e vendo que pelo art 7º do dito contracto V. Ex.<sup>a</sup> está autorizado a mandar ficar sem effeito o referido contracto, quando se der qualquer dos casos acima mencionados, falta do cumprimento de seus deveres, ou má conducta habitual, vou rogar a V. Ex.<sup>a</sup> se digne de tomar as providencias que o dito contracto lhe outhorga, ou outra qualquer que em sua sabedoria julga conveniente, a fim de evitar o escandalo que semelhante individuo dá á repartição a meu cargo, e o prejuizo á Fazenda Nacional.<sup>237</sup>

Severiano José Corrêa de fato teve seu contrato rescindido,<sup>238</sup> nos evidenciando que, ainda que as argumentações utilizadas por Martini e Mendes Tota pudessem não ser verdadeiras, elas surtiram efeito. Não temos meios de atestar a veracidade das situações apontadas por ambos, mas elas demonstram que haviam práticas internas de fiscalização e controle, ainda que elas pudessem ser influenciadas por interesses pessoais. Vimos, então, que para casos de dispensas, rescisão de contratos e suspensões, no geral, articulavam-se o Arsenal de Guerra e a presidência da província. Entretanto, as práticas de vigilância e averiguação não partiam somente do diretor ou de outros empregados do AGPA, como foi o caso com Severiano Corrêa, mas também podiam ser instigadas pela própria presidência.

Em 22 de abril de 1865, Souza Gonzaga pede ao diretor Mendes Tota que

informe VMce com urgencia quem foi ou forão os chefes de officinas desse Arsenal que assignarão o pedido de materia prima para cinco mil fardamentos, na conformidade das ordens ultimamente expedida, com especialidade os pedidos de trinta mil covados de panno para cinco mil ponchos e de trinta e dous mil e quinhentos ditos de baeta encarnado para fôrro dos mesmos; de vinte e cinco mil varas de brim pardo para cinco mil bluzas e de vinte e cinco mil covados de baeta azul tambem para cinco mil blusas. Informe-me tambem VMce se esses empregados forão admitiddos no Arsenal por nomeação do Director ou se pela Presidencia.<sup>239</sup>

<sup>237</sup> *Idem.*

<sup>238</sup> AHRS. A-2.43. Ofício reservado n° 45, de 13 de julho de 1865, folha 44.

<sup>239</sup> MMCMS. Livro 1. Ofício n.º 118, de 22 de abril de 1865.

Imaginamos que para que houvesse a necessidade de averiguar a procedência dos pedidos de matérias-primas, algum aspecto do pedido não estava correto, seja na quantidade, valor ou qualidade dos tecidos. Nesse sentido, o presidente busca saber se os indivíduos que solicitaram tal compra estão atuando no Arsenal a partir de uma nomeação da direção ou do poder executivo, possivelmente para que já fosse investigada não só a procedência desses empregados, mas também em que medida eles poderiam ser considerados confiáveis ou de onde deveria partir uma possível exoneração.

Novamente, o que vemos é o cuidado com os gastos que, aqui ainda se colocam mais evidentes por se tratar de uma compra de grandes quantidades de matérias-primas. Ao longo de todo este trabalho demonstramos diversas circunstâncias onde se evidencia o controle financeiro da instituição, tanto interno quanto das instâncias superiores. Desde a enorme quantidade de guardas para os armazéns, nos dando dimensão da importância bélica, mas também financeira de tudo que estava salvaguardado pelo Arsenal, até a necessidade de aprovação superior de todas as compras, recebimentos e envios feitos pelo AGPA. Também vale lembrar o estabelecimento, desde o regulamento de 1832, de que houvesse um registro e o arquivamento de todas as movimentações internas e externas da instituição, possibilitando uma conferência futura e, claro, o cuidado com os trabalhos executados pelos empregados e operários do Arsenal.

Não obstante, não era somente o controle e a vigilância, e as ações de nomeação, suspensão ou dispensa tomadas a partir disso, as únicas possibilidades de interferência das instâncias superiores no Arsenal de Guerra de Porto Alegre. Em correspondência datada de 2 de janeiro de 1868, o ministro João Lustoza da Cunha Paranaguá, pede ao presidente da província, Francisco Marcondes Homem de Mello, que dê as

necessárias ordens para que no vapor da Companhia Brasileira que deve sair desta Corte no dia 5 do corrente, embarque nessa Província o maior numero possível de praças da Companhia de Operarios Militares que não farão falta ao Arsenal de Guerra de Porto Alegre afim de bem servir o Corpo de Artilharia do Exercito em operação.<sup>240</sup>

Por mais que Paranaguá tenha salientado que o envio destes praças só deveria ocorrer em caso de não desfaltar o AGPA, essa correspondência nos dá a dimensão do quanto o Ministério da Guerra poderia interferir na instituição. Também podemos pensar no fato de, em janeiro de 1868, haver mais a necessidade de praças disponíveis para o serviço ativo do que

---

<sup>240</sup> AHEx. Códice do Rio Grande do Sul. Livro 70. Em 2 de janeiro de 1868, folhas 27-28.

para executar trabalhos dentro do Arsenal.<sup>241</sup> Levantamos essa hipótese na medida em que, no início da guerra contra o Paraguai, mais especificamente, em março de 1865, pelo menos 10 empregados do AGPA foram liberados do serviço ativo da Guarda Nacional.<sup>242</sup>

A dispensa é requisitada pelo diretor Mendes Tota através de ofício remetido para o presidente Souza Gonzaga, em 11 de março de 1865.<sup>243</sup> O fato é que o diretor já havia solicitado para o Comandante Superior da Guarda Nacional de Porto Alegre e São Leopoldo, que, mesmo considerando conveniente, necessitava de aprovação do poder executivo. Com isso, questionamos até que ponto isso poderia ser um indicativo da proeminência de Mendes Tota ao fazer o requerimento diretamente ao Comandante. O diretor defende que a dispensa deveria ocorrer, tendo em vista que não somente empregados, como mestres das oficinas também haviam sido chamado à serviço. Se lembrarmos de uma situação mencionada no início desse capítulo, podemos perceber que o poder executivo tinha jurisprudência de inferir acerca dos corpos da Guarda Nacional, mas não sobre os do Exército em Operações.

Para encerrar esta questão, escolhemos abordar uma situação que traz aspectos peculiares com relação à outras práticas de supervisão da instituição e de seus empregados. Mencionados em outro momento do capítulo que, após a saída do diretor Mendes Tota, presidente e ministro passam a questionar algumas situações ocorridas em sua gestão e a sua relação com os fatos. A circunstância que traremos agora ocorreu com seu sucessor, o major José Joaquim de Lima e Silva. No início de janeiro de 1866, o ministro Angelo Moniz da Silva Ferraz passa a requisitar ao então presidente da província, o Conde da Boa Vista, que envie a relação dos movimento (quantidades e destinos) dos artigos bélicos distribuídos pelo Arsenal de Guerra de Porto Alegre. Esses documentos, chamados por eles de mapas demonstrativos, deveriam ser remetidos ao Ministério no início de cada ano, com relação às movimentações do ano anterior.

A cobrança de Silva Ferraz é instigada pelo fato de, pelos seus cálculos, haveria uma enorme quantidade de artigos arrecadados no AGPA, em virtude das grandes remessas feitas do Arsenal da Corte para o de Porto Alegre. Segundo as guias das remessas deve

---

<sup>241</sup> Nesse sentido, é preciso atentar para os diferentes momentos do conflito, não somente no que diz respeito à possível diminuição na necessidade de artigos que o AGPA fornecia, mas também na diminuição drástica do alistamento voluntário para o *front*. Cf. IZECKSOHN, V. Recrutamento militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai. IN: CASTRO, C.; KRAAY, H.; IZECKSOHN, V. (Orgs.) *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 187.

<sup>242</sup> MMCMS. Ofício n.º 96, de 21 de março de 1865.

<sup>243</sup> AHRS. Fundo Arsenal de Guerra. Caixa 24. Maço 29. Ofício n.º 88, de 11 de março de 1865.

haver n'esse Arsenal em deposito grande quantidade de objectos alem do que tem sido ahi manufacturado, e dos productos do laboratorio pyrotechico. Tão excessivo numero de artigos arrecadados no Arsenal d'essa Capital quando os Exercitos e os Depozitos d'esta Côrte se achão desprovidos e com sacrificio se fazem compras nas praças do Rio da Prata, por certo reconhecerá V. Ex.a que alem de inconveniente, é sobremodo anti-economico.<sup>244</sup>

O aviso se encerra com a ordem de que o presidente faça com que seja remetido um mapa com artigos recebidos, distribuídos e dos ficaram em depósito. Até então, as ações tomadas eram as estabelecidas para circunstâncias como esta.

Exatamente um mês após a cobrança feita para o presidente, o ministro envia correspondência diretamente para o diretor Lima e Silva, algo totalmente incomum, uma vez que todos os âmbitos da instituição passavam pela mediação do poder executivo provincial. Mesmo para as questões simples, a pasta da Guerra não oficiava diretamente ao AGPA. Acreditamos que a mediação da cobrança tenha ocorrido e, não tendo surtido efeito, tornou necessário comunicar-se diretamente com Lima e Silva. O ministro ordena que o diretor envie

com urgencia a este Ministerio um mappa do movimento que tem tido todo o material do Exercito no Arsenal sob direcção interna de V. S.<sup>a</sup> com declaração dos artigos recebidos e diversos destinos que tiverão, ficando V. S.<sup>a</sup> responsavel pela demora que houver na remessa que ora recommendo.

<sup>245</sup>

Outro aspecto que nos fez levantar a hipótese de que a mediação tenha falhado é que, a partir daquele momento, o ministro deixa claro que o diretor seria responsabilizado pelos atrasos. Responsabilizá-lo também nos indica que a mediação não tenha sido o suficiente por uma falta da direção do Arsenal, apesar de não encontrarmos alguma justificativa para os atrasos, tanto de Lima e Silva como do presidente Boa Vista.

Essa situação e a com o coronel Mendes Tota, outrora abordada, também nos permite perceber a amplitude do relatório feito por Joaquim Jeronimo Barrão, utilizado no primeiro capítulo deste trabalho. Além disso, ajuda a corroborar uma hipótese levantada naquele momento, acerca da eficácia dos trabalhos realizados Barrão e explicando, ao menos em parte, o curto período de permanência de seus antecessores. Porém, as possibilidades de interferência do Ministério da Guerra, ainda que com toda a mediação da presidência, não se

<sup>244</sup> AHEx. Códice do Rio Grande do Sul. Livro 68. Em 6 de janeiro de 1866, folha 75.

<sup>245</sup> AHEx. Códice do Rio Grande do Sul. Livro 68. Em 6 de fevereiro de 1866, folha 88.

davam somente com relação ao quadro funcional do Arsenal de Guerra de Porto Alegre e a fiscalização das atividades institucionais e individuais.

### 3.3.3 O poder executivo provincial como mediador das demandas do Arsenal

O Arsenal de Guerra de Porto Alegre se utilizou do papel de mediação exercido pelos presidentes de província para pleitear reformas e ampliações dos espaços físicos do estabelecimento. Nesses casos, a presidência agia como uma espécie de “porta-voz” das necessidades da instituição. A mediação realizada pelos presidentes para obter consertos e melhorias estruturais para o Arsenal é uma prática anterior ao contexto com o qual trabalhamos, mas buscaremos demonstrar que com a guerra, o AGPA passa a ter uma posição estratégica para o conflito, merecendo assim, atenção e verbas até então de difícil acesso.

As solicitações realizadas pelos presidentes da província podiam ser da ordem de pequenas obras, como as duas fornalhas solicitadas ao Ministério da Guerra em janeiro de 1865,<sup>246</sup> mas também grandes reformas estruturais, como as realizadas no “edifício que serve de quartel para a guarda do Deposito de Polvora da Ilha das Pedras Brancas.”<sup>247</sup> Dentre as diversas situações desse tipo, certamente a mais preponderante foi a construção do novo prédio em frente ao edifício já existente, destinado a receber as oficinas da instituição. Quando olhamos para a data de início e conclusão dessa obra,<sup>248</sup> de pronto imaginamos que se trata de uma consequência da guerra, onde as necessidades do conflito teriam demonstrado a necessidade dessa ampliação.

Contudo, acreditamos que esta visão não esteja correta. Ou melhor, que esta visão só nos permite perceber o preponderância do AGPA na Guerra da Tríplice Aliança, e não a importância que a guerra teve para a instituição. Nesse sentido, percebemos que a necessidade de ampliação do estabelecimento não surgiu a partir do momento em que o conflito contra o Paraguai se iniciou. Isso porque, essa era uma demanda antiga, que já vinha sendo reivindicada, pelo menos, desde 1855. Em relatório escrito pelo então presidente da província

---

<sup>246</sup> MMCMS. Livro 1. Ofício n.º 7, de 5 de janeiro de 1865.

<sup>247</sup> AHEx. Códice do Rio Grande do Sul. Livro 70. Em 15 de fevereiro de 1868, folha 46.

<sup>248</sup> Não sabemos a data exata de início das obras, mas sabe-se que em 1865 ela ainda estava sendo solicitada, em dezembro de 1866 estava paralisada por falta de verbas e em outubro de 1867 o novo edifício estava pronto.

João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, ele registra que o edifício do Arsenal de Guerra de Porto Alegre era “acanhado”, resultando na falta de espaço para recolher muitos objetos.

Com base nisso, Sinimbu argumenta que

é de urgente necessidade a construção de uma casa terrea espaçosa, e amurada na frente do mesmo Arsenal para serviço das oficinas, ficando o edifício existente para depósito, e arrecadação; e a construção de um porto para embarque, e desembarque dos numerosos objectos, que entrão, e sahem do Arsenal, e com cujo carroto se gasta não pequena somma.<sup>249</sup>

Utilizamos este excerto para exemplificar que, mesmo anterior à guerra contra o Paraguai, a estrutura física do Arsenal estava aquém do necessário. Há uma série de correspondências trocadas entre o AGPA e a presidência, e dela com o Ministério da Guerra, que versam sobre essa nova edificação, bem como outros relatórios presidenciais que salientam que o Arsenal precisa desses melhoramentos. De modo geral, as correspondências tratam de pedidos pela ampliação, negativas justificadas pela falta de recursos, alguns pedidos de orçamento, mas nada que demonstrasse um andamento da solicitação.

Sendo assim, optamos por trazer um que, já no contexto da disputa contra o Paraguai, nos permite demonstrar, tanto a necessidade antecedente à guerra, como a mediação exercida pelo presidente da província em prol do Arsenal de Guerra de Porto Alegre. Utilizamos anteriormente um aviso reservado enviado pelo poder executivo da província, com destino ao Ministério da Guerra, repassando duas solicitações feitas pelo então diretor do AGPA, major José Joaquim de Lima e Silva. Uma delas tratava da direção decidir acerca de nomeações e suspensões de empregados da instituição e a segunda, sobre a “construção de oficinas em frente ao Arsenal e varias obras neste em ordem a melhorar-lo e a torna-lo maes espaçoso para pode se dar vasão ao trafego que actualmente tem.”<sup>250</sup>

O presidente João Marcellino de Souza Gonzaga salienta que a proposta do diretor é pela construção de um edifício em frente ao Arsenal para servir de espaço para as oficinas, deixando a estrutura anterior para os depósitos (ou armazém) do almoxarifado e para a Cia. de Menores Aprendizes. Assim como no caso da solicitação para suspensões e nomeações, como vimos anteriormente, também sobre esse tópico Souza Gonzaga proferiu o seu ponto de vista.

---

<sup>249</sup> Relatório com que Dr. João Lins Vieira Cansansão Sinimbu entregou a Presidencia da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao Vice-Presidente Luiz Alvez de Oliveira Bello, no dia 30 de junho de 1855. Pg. 6. Disponível em: <<[http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263\\_1855\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263_1855_00001.pdf)>>. Acesso em 20/nov/19.

<sup>250</sup> AHRS. A-2.43. Ofício reservado n° 40, de 4 de julho de 1865, folhas 39-40.

Ele destaca que a necessidade de ampliação não era fruto do fluxo de trabalho gerado pelas circunstâncias daquele momento:

Entendo tambem que o Arsenal desta Provincia deve de ser elevado a melhores condições para estar em harmonia coma a força militar que seguidamente deve estacionar nesta Provincia pelas suas circunstancias especiais. Redusido como foi a ser apenas um não pequeno deposito do Arsenal de Guerra da Côrte acontece que em circunstancias normaes as necessidades dos corpos aqui existentes são mal e muito morosamente satisfeitas, e em tempos anormaes o Arsenal de Guerra da Côrte não pode dar vasão ao que se lhe pede e o da Provincia não pode auxilia-lo porque não tem pessoal, não tem espaço, não tem officinas convenientemente montadas, falta-lhe o habito e o methodo do trabalho, falta-lhe tudo que não se pode improvisar de um dia para outro.<sup>251</sup>

Também é possível notar que ele considera que outros fatores, além da falta de estrutura, contribuem para que o Arsenal não possa desempenhar seu papel de forma satisfatória, mas que são questões que não ser rapidamente solucionadas. Antes de encerrar o aviso, Souza Gonzaga reforça sua opinião acerca da urgência em aprimorar os espaços físicos da instituição, ainda que entenda as questões de cunho orçamentárias provenientes disso. Com isso, das muitas obras e reparos que o Arsenal precisa, Souza Gonzaga afirma que algumas delas têm

mandado faser sem previa autorização por serem urgentes como concertos de telhados, logo que o Director reclamou por elles. Creio porem que a dispesa será bem elevada se se pretender fazer todas as obras de que precisa o edicio. Para poder julgar, vou mandar fazer o orçamento dellas. Não posso avaliar tambem a dispesa em que montará o edificio das officinas e a do aterro do terreno em frente ao Arsenal. Mas sou de opinião que alguma cousa é urgente faser para dar mais espaço ao edificio, e o que se fiser que deva ser obra ligeira para satisfaser as necessidades da actualidade.<sup>252</sup>

Pelos excertos acima, podemos perceber que Souza Gonzaga, além de repassar as solicitações do diretor, age em defesa da proposta, salientando sua importância e urgência com base nas circunstâncias extraordinários que vivem o Império.

O repasse dessas requisições para o Ministério da Guerra ocorreu em julho de 1865. Como mencionamos na nota 226, não sabemos a data exata em que a obra foi autorizada e passou a ser executada. Porém, em janeiro de 1867 o Ministério da Guerra aprovou a liberação de um crédito complementar para concluir o edificio, que estava estagnado por falta

---

<sup>251</sup> *Idem.*

<sup>252</sup> *Idem.*

de recursos.<sup>253</sup> Em virtude disso, acreditamos que a obra tenha começado pelo menos um ano antes de sua conclusão, que ocorreu em outubro de 1867. Com o que apresentamos até aqui, buscamos demonstrar duas questões principais: a demanda anterior à guerra contra o Paraguai e o papel dos presidentes, desde a década de 1850, reivindicando as ampliações do Arsenal.

O conjunto das observações feitas acima, nos faz acreditar que não foi a Guerra da Tríplice Aliança e as demandas ocasionadas por ela que trouxeram a tona a precariedade das estruturas do estabelecimento, pois estas já eram há muito apontadas. Neste caso, entendemos que a guerra é o que permite que a instituição seja percebida pelo governo central como uma repartição importante. Ou seja, a preponderância adquirida pelo Arsenal de Guerra de Porto Alegre, como uma peça essencial para a logística militar empreendida na guerra contra o Paraguai, foi o fator de convencimento para a liberação de uma obra anteriormente rejeitada.

\*\*\*

As práticas relacionais abordadas ao longo deste capítulo, foram analisadas com o objetivo de demonstrar como o Arsenal de Guerra de Porto Alegre se articulou com as suas esferas superiores, a presidência da província e o Ministério da Guerra, para atender às demandas da logística para a Guerra da Tríplice Aliança. Apresentamos a capacidade decisória dos presidentes frente ao estabelecimento militar, salientando que alguns aspectos ainda deveriam ser transmitidos para apreciação e consideração de outras instâncias, como a pasta da Guerra e o Conselho de Estado. Vimos que, ainda que o Ministério da Guerra não mantivesse relações diretas com o Arsenal de Porto Alegre, a mediação da presidência da província possibilitou que a pasta interferisse na instituição, tanto no que tange à suas atividades produtivas, como seu quadro funcional.

Além disso, analisamos o trabalho conjunto realizado por presidentes e ministros nas

---

<sup>253</sup> Falla dirigida á Assembléa Legislativa da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo Presidente Dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello em a segunda sessão da 12<sup>a</sup> Legislatura, em 16 de setembro de 1867. p. 81. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/182#?c=0&m=44&s=0&cv=1&r=0&xywh=-72%2C2036%2C2571%2C1813>>. Acesso em: 20/nov/19. e AHEx. Códice do Rio Grande do Sul. Livro 69. Em 18 de janeiro de 1867, folha 109 verso.

tarefa de controlar e fiscalizar as ações individuais dos empregados e as atividades institucionais, como compras, feitos e distribuições. Por fim, buscamos demonstrar como o papel de mediação da presidência da província serviu para que as necessidades do Arsenal fossem levadas e defendidas frente ao Ministério da Guerra. Em resumo, destacou-se a autoridade e as possibilidades de ingerência do poder provincial no AGPA, ao mesmo tempo em que se buscou ressaltar seu papel como mediador entre as ordens da Corte e as necessidades da instituição militar.

#### **4. INDIVÍDUOS, ASSOCIAÇÕES E PRÁTICAS COMERCIAIS: O ARSENAL PARA ALÉM DAS RELAÇÕES DE SUBORDINAÇÃO E DEPENDÊNCIA**

No capítulo anterior examinamos a capacidade decisória da presidência da província frente ao Arsenal de Guerra de Porto Alegre e destacamos seu papel de mediador entre as ordens da corte e as necessidades da instituição, além de explorar as articulações entre presidentes e Ministério da Guerra para controlar e fiscalizar atividades e empregados do AGPA. Nesse sentido, as relações analisadas anteriormente dizem respeito, àquelas que o estabelecimento, direta ou indiretamente, manteve com as instâncias às quais estava subordinado e era dependente. Entretanto, há uma série de outras relações estabelecidas pelo Arsenal e que podiam contar com a mediação e/ou ingerência do poder executivo provincial e da pasta da Guerra.

Desse modo, este último capítulo será dedicado à explorar outras esferas militares e políticas que tiveram suas relações com o Arsenal mediadas pelos presidentes de província. Além disso, buscaremos discutir o papel do poder executivo na mediação, controle e fiscalização das conexões do estabelecimento militar com negociantes, comerciantes, trabalhadoras, trabalhadores e associações civis. Isso nos permitirá trazer aspectos do envolvimento de diversos grupos da população nas atividades logísticas da instituição e também demonstrar como homens e mulheres puderam se servir do Arsenal de Guerra de Porto Alegre durante o conflito contra o Paraguai.

##### **4.1 O Arsenal de Guerra e demais esferas militares e políticas**

Já mencionamos anteriormente que todos os pedidos de fornecimentos realizados por comandos deveriam passar pela aprovação da presidência da província antes que o Arsenal pudesse atendê-los. Por isso, neste momento iremos abordar os casos em que a relação do AGPA e os comandantes era mediada pelo presidente para atender objetivos distintos ou casos de aprovação de solicitações que foram consideradas atípicas segundo nossa avaliação. Houve

momentos em que as demandas de alguns comandantes não passavam propriamente pela aprovação do presidente. No lugar disso o que ocorria era uma autorização prévia para que o Arsenal fornecesse tudo o que fosse solicitado por determinados oficiais.

Em janeiro de 1865, o presidente João Marcellino de Souza Gonzaga avisa que o diretor está

autorizado provisoriamente a satisfazer os pedidos feitos pelo comandante da companhia de inválidos de fardamento, armamento para as praças voluntários do Exército, afim delas poderem reunir-se com brevidade a seus corpos.<sup>254</sup>

Nesse caso, a autorização prévia é dada em caráter provisório, mas há situações que nos levam a acreditar que a proeminência militar e/ou política dos comandantes possibilitou que estas autorizações fossem dadas de forma mais abrangente. O presidente seguinte, Conde da Boa Vista, dá anuência para que o diretor, major Lima e Silva, satisfaça todas as requisições que fossem feitas pelo general Barão de Porto Alegre e pelo marechal de campo Francisco Antonio da Silva Bittencourt.<sup>255</sup>

Nota-se que o nome do comandante da Cia de Inválidos não foi mencionado na correspondência de Souza Gonzaga, mas no caso seguinte, sim. Poderia ser apenas a forma como presidentes distintos expressaram suas ordens, porém, também pode sugerir outras questões. A ordem dada por Boa Vista, além de não possuir validade, evoca o nome de dois importantes militares (e no caso do Barão de Porto Alegre, também político), sendo o marechal Bittencourt, antigo diretor do AGPA, cargo que ocupou por, pelo menos, dez anos. No dia seguinte ao ofício de Boa Vista, a direção do Arsenal recebe um complemento às instruções dadas anteriormente.

O presidente orienta que, no caso de

não haver prompto ou de facil promptificação nesse Arsenal algum objecto requisitado pelo Sr General Barão de Porto Alegre, deve VMce mandar comprar ou haver por qualquer outro modo esse objecto, de movo que sejam completamente satisfeitas as requisições do dito Sr. General.<sup>256</sup>

Ou seja, além de autorizar previamente os pedidos feitos por alguns comandantes, Boa Vista orienta que o major Lima e Silva providencie os artigos solicitados pelo Barão de Porto Alegre do modo que for necessário para conseguí-los e, assim, suprir por completo as

<sup>254</sup> MMCMS. Livro 1. Ofício n.º 24, de 16 de janeiro de 1865.

<sup>255</sup> MMCMS. Livro 1. Ofício n.º 299, de 22 de julho de 1865.

<sup>256</sup> MMCMS. Livro 1. Ofício s/n, de 23 de julho de 1865.

solicitações do general. Por fim, não podemos deixar de considerar que esta prática também poderia ser uma tentativa de burlar a morosidade burocrática, mas liberada para homens considerados distintos e confiáveis.

Ainda que a presidência da província tenha mediado e, aparentemente, facilitado o acesso de alguns comandantes aos artigos distribuídos pelo Arsenal de Guerra, também agiu para sanar necessidades da instituição junto à autoridades militares. Para que possamos dar a dimensão das articulações colocadas em prática para atender às demandas do AGPA e dar condições de que suas obrigações fossem cumpridas, traremos as discussões em torno do novo modelo de lança utilizada a partir de 1867. Após constatar-se que as lanças utilizadas até então eram de má qualidade, vê-se a necessidade de construir-se outro tipo de lança.

Nesse sentido, o então Marquês de Caxias, Comandante em Chefe do Exército em Operações, oficia ao presidente Francisco Homem de Mello para informar que o antigo diretor do Arsenal, o agora tenente-coronel José Joaquim de Lima e Silva está encarregado de apresentar o novo modelo de lança.<sup>257</sup> Um aspecto que se sobressai nessa circunstância é que a decisão pelo feitiço de outro tipo de lança, ao que tudo indica, parte de Caxias, demonstrando sua autonomia e importância. No mesmo dia em que envia a Homem de Mello, Caxias também escreve ao Ministério da Guerra para tratar do mesmo assunto. Ao ministro ele informa que José Joaquim de Lima e Silva irá também para a Corte com a lança considerada mais adequada ao uso em combate. Ainda que já tenha feito a comunicação com o presidente da província de São Pedro, Caxias escreve ao ministro que, “no caso de que mereça o referido modelo a aprovação e V. Ex.<sup>a</sup>, convem muito que não se fabriquem mais nos nossos Arsenaes de Guerra as do padrão que tem estado em uzo até o presente.”<sup>258</sup>

A resolução dada ao caso da fabricação do novo modelo de lança é de difícil apreensão, uma vez que as trocas de correspondências trazem informações desconexas. Por exemplo, em 13 de dezembro de 1867, Homem de Mello informa Caxias que já deu ordens para que se confeccione no Arsenal de Porto Alegre o modelo apresentado pelo tenente-coronel José Joaquim de Lima e Silva.<sup>259</sup> Entretanto, em fevereiro do ano seguinte, o ministro da Guerra escreve ao presidente da província para informar que atenderá o solicitado pelo ofício presidencial de 31 de janeiro de 1868.

---

<sup>257</sup> AN. Coleção Ministério da Guerra. Códice 932 – vol. 1. Em 23 de outubro de 1867. pp. 98-99.

<sup>258</sup> AN. Coleção Ministério da Guerra. Códice 932 – vol. 1. Em 23 de outubro de 1867. pp. 97-98.

<sup>259</sup> AN. Coleção Ministério da Guerra. Códice 932 – vol. 1. Em 10 de janeiro de 1868. pp. 184-185.

O pedido era pela “remessa de uma lança do novo systema feita no Arsenal de Guerra da Corte para servir de modelo as que pelo Arsenal de Guerra dessa Provincia tem de ser remetidas para o Exercito em operações.”<sup>260</sup> O ministro declara que, “segundo informou o Director do Arsenal de Guerra da Corte em data de 14 do corrente já está prompta o modelo da lança a q. V. Ex.<sup>a</sup> se refere, e que será remetida na primeira oportunidade.”<sup>261</sup> Embora não tenha sido possível compreender o que levou aos desencontros apresentados acima, exploramos este caso com o objetivo de demonstrar como outras autoridades militares interferiram no trabalho do Arsenal de Guerra de Porto Alegre. Além disso, novamente evidenciamos o papel do poder executivo provincial como mediador do estabelecimento com as esferas militares.

As situações apresentadas acima dizem respeito à demandas trazidas por Comandantes e que, por intermédio da presidência, chegavam ao Arsenal para serem atendidas. Contudo, a atuação do poder executivo provincial na tarefa de suprir as necessidades bélicas atingiu outras esferas políticas. A Câmara Municipal de Porto Alegre também foi acionada para contribuir com o abastecimento militar para a guerra contra o Paraguai. Em janeiro de 1867, a presidência solicitou apoio para suprir as demandas do conflito, assunto que foi discutido na 1ª reunião ordinária dos vereadores:

Lida a Circular do Ex.<sup>mo</sup> S.<sup>r</sup> Presidente da Provincia de 22 do mez passado, invocando todo o esforço dos sentimentos patrioticos da Camara, no sentido de por todos os meios ao seu alcance auxiliar o movimento que ora se faz nessa Provincia para levantamento de novos recursos tendentes á sustentação da guerra contra o Paraguay; resolveo-se responder que a Camara faria neste sentido quanto estivesse ao seu alcance, e manda publicar pela imprensa esta Portaria.<sup>262</sup>

Não foi possível encontrar base empírica que nos permitisse saber se as resoluções da Câmara foram postas em prática. De qualquer modo, optamos por utilizar esse exemplo na medida em que ele nos dá dimensão das articulações necessárias para que as demandas da guerra pudessem ser sanadas, bem como, do papel que a presidência da província desempenhou nesta tarefa. Além disso, nota-se que não há menção ao Arsenal de Guerra, mas sabemos que ele também era responsável pela distribuição dos artigos militares.

<sup>260</sup> AHEx. Códice do Rio Grande do Sul. Livro 70. Em 24 de fevereiro de 1868, folha 49 verso.

<sup>261</sup> *Idem*.

<sup>262</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DE PORTO ALEGRE MOYSES VELLINHO (AHPAMV). Atas da Câmara Municipal de Porto Alegre. Livro 16, folha 167.

Nesse sentido, ainda que este caso não seja claramente uma circunstância de mediação de uma demanda que partiu do AGPA, se as doações ocorressem na forma de armamentos, equipamentos e fardamentos, os serviços de distribuição realizados pelo Arsenal seriam necessários para que os materiais doados chegassem ao seu destino. Entretanto, para além de solicitação de auxílio, uma série de doações foram oferecidas aos Corpos, podendo ser realizadas diretamente ao AGPA ou ao poder executivo. Elas provém, sobretudo de grupos de mulheres e associações religiosas, como veremos a seguir.

#### **4.2 “Com o mais sincero patriotismo”: oferecimento e uso de doações**

O *esforço de guerra* foi um aspecto importante durante o conflito contra o Paraguai, podendo ocorrer na forma de voluntariado para o combate, doação de indivíduos escravizados, cedência de prédios para o funcionamento de quartéis, hospitais, depósitos, enfermarias, entre outros. Com os fardamentos não foi diferente. Este artigo também aparece como bem doado com “o mais sincero patriotismo”. Na extensa lista das doações ocorridas por todo o Império durante o ano de 1865, não há menção a nenhuma doação de fardamentos sendo realizada na província do Rio Grande do Sul.<sup>263</sup> Entretanto, foi possível encontrar ofícios do Arsenal de Guerra e do Presidente da província de São Pedro aceitando e agradecendo por doações desse tipo de artigo.

O conjunto documental utilizado nesta pesquisa diz respeito, principalmente, à documentação oficial trocada entre as esferas analisadas. Desse modo, a relação que o AGPA estabeleceu diretamente com indivíduos não-militares tem sua apreensão limitada, pois é analisada a partir dos registros oficiais e a forma como eles mediarão e perceberam essas relações. Contudo, a necessidade de apreciação e autorização por parte da presidência da província, fez com que solicitações enviadas por homens e mulheres diretamente ao AGPA estivessem presentes na gama de fontes consultadas.

---

<sup>263</sup> Relação dos donativos feitos ao Estado para as despesas da guerra bem como para aquisição de Voluntario da Patria desde janeiro de 1865 até agora, de 20 de abril de 1866. Documento de 43 páginas anexo ao Relatório apresentado a Assembléa Geral Legislativa na quarta sessão da decima segunda legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, de 14 de maio de 1866. Disponível em: <<[http://memoria.bn.br/pdf/720950/per720950\\_1866\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/720950/per720950_1866_00001.pdf)>>. Acesso em: 20/nov./19.

Diversos indivíduos, sobretudo mulheres, se dirigiram diretamente ao Arsenal para comunicar o interesse em ofertar artigos em caráter de doação. De acordo com correspondência enviada pelo diretor do AGPA para a presidência da província, é pedido para que se aceite as doações oferecidas pela Associação Particular de Mães Cristãs, que disponibilizaram-se a costurar 500 pares de calças ou camisas. Para vislumbrar melhor, transcrevemos a carta que as mulheres remeteram ao Arsenal:

As abaixo assignadas [...] senhoras da Associação particular das Maes Christãs offerecem-se nesta dacta ao Exmo. Snr. Presidente para costurar gratuitamente quinhentos pares de calças ou camizas para fardamento do exercito, e como antes da contestação, poderá V. Sa. carecer da realização de nossa offerta. As abaixo assignadas vem repetil-a à V. Sa. obrigando-se à receber e apromptar o ditto nº de peças desde que V. Sa. lhes manda distribuir quer seja em grosso, quer em porções sucessivas a medida que o Arsenal precise. Por tanto, e movidas no mais sincero patriotismo. A V. Sa. pedem que haja de lhes fazer a graça d'acceitar a offerta e distribuir-lhes as referidas costuras. Francisca Lopes Teixeira Bastos; Mathilde Barreto Pereira; Maria L. Lopo Teixeira Bastos; Michaela Betbeze d'Oliveira Nerý; Maria Aldina d'Araujo Ribeiro; Thereza Emilia de Lima; Aurelia Teixeira Bastos Santos; Delfina Roza d'Araujo; Francisca Bezerra Heinrelmann [sic]; Rita Emilia Rodrigues Barreto. Porto Alegre, 7 de Março 1865.<sup>264</sup>

Apesar de fugir de nossos objetivos, é interessante notar que neste caso, assim como no da Câmara Municipal de Porto Alegre, emerge um discurso de caráter patriótico.<sup>265</sup> Uma vez que ambos os casos tratam de ajudas/doações, nos permite pensar até que ponto o sentimento é tão somente o que motiva esses auxílios ou estas ocasiões são vistas como uma possibilidade de obtenção de algum grau de reconhecimento e prestígio. A carta transcrita acima foi remetida como anexo a um pedido da direção do AGPA no sentido de ficar autorizado pelo presidente o recebimentos das doações. Poucos dias após o envio, Souza Gonzaga declara que aceita a oferta.

Em todos os ofícios de doações de peças de fardamento que foram analisados, elas foram feitas por mulheres ou associações de mulheres, muito provavelmente porque o

<sup>264</sup> AHRS. Fundo Arsenal de Guerra. Caixa 24. Maço 29. Ofício enviado pelo Diretor do Arsenal de Guerra. nº 84, 09 de março de 1865. Em anexo a requisição da Associação, enviada ao Arsenal de Guerra em 07 de março de 1865.

<sup>265</sup> Para José Murilo de Carvalho, a Guerra da Tríplice Aliança foi “o fator mais importante para a construção de uma identidade brasileira no século XIX”. Segundo o autor, ao contrário de outros marcos como a Independência e a Proclamação da República, que mobilizaram apenas parcelas da população, a campanha contra o Paraguai “colocou em risco a vida de milhares e combatentes, produziu um inimigo concreto e mobilizou sentimentos poderosos”. CARVALHO, J. M. Brasileiro, uni-vos!. In: *Forças armadas e política no Brasil*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Todavia, 2019. p. 265.

trabalho necessário para produzir fardamentos, a costura, era uma atividade comumente praticada nessas agremiações. Outro oferecimento partiu das Irmãs de Congregação do Sagrado Coração de Maria, instituição religiosa que atuava no ensino de meninas. Segundo relatórios presidenciais, essa congregação esteve à frente dos chamados asilos, espaços de caridade que recebiam meninas para serem educadas.<sup>266</sup> Até 1860, foi responsável pelo Asylo de Santa Leopoldina, em Porto Alegre<sup>267</sup> e, ao que tudo indica, no momento em que ofertaram as costuras, administravam o Asylo de Nossa Senhora da Conceição e o Asylo do Coração de Maria, nas cidades de Pelotas e Rio Grande, respectivamente.<sup>268</sup>

De acordo com Alessandra Schueler, o currículo nos educandários femininos costumava contar com a doutrina cristã, a leitura, a escrita e o cálculo elementar, acrescidos das aulas de bordados e costura.<sup>269</sup> Desse modo, não surpreende que a congregação tenha oferecido os serviços de suas alunas e o trabalho gratuito de suas agulhas, para “manufaturarem mensalmente o número de peças de fardamento que permitirem suas forças”, salientando que estão disponíveis enquanto durarem as urgências do Exército.<sup>270</sup> O oferecimento das Irmãs foi aceito pelo presidente Souza Gonzaga, que agradece a “patriótica oferta”.<sup>271</sup> Igual resolução se deu ao oferecimento realizado pelo Asylo Santa Leopoldina, que dispôs seis educandas para manufaturarem bandeirolas para lanças e doarem fios para a sutura de feridos em combate.<sup>272</sup> Ocorrem outras situações semelhantes, onde outras entidades e grupos femininos ofertam seus serviços.

---

<sup>266</sup> Segundo diversos relatórios presidenciais das décadas de 1850 e 1860, os asilos recebiam meninas expostas da Santa Casa de Misericórdia, crianças indígenas e meninas cujas famílias pagavam para realizar seu estudos na instituição. Esses dados aparecem nos relatórios pois esses estabelecimentos eram subvencionados pelos cofres provinciais e, comumente são descritos no bojo do assunto “Estabelecimentos de caridade” ou “Estabelecimentos pios”.

<sup>267</sup> Quando o Asylo de Santa Leopoldina mudou-se da rua da Igreja para o Caminho Novo (ambos locais em Porto Alegre), para ocupar um prédio na chácara do Desembargador Manoel José de Freitas Travassos, as Irmãs da congregação optaram por não acompanhar a mudança. Com isso, o asilo passou a ter como regente Saturnina Coelho do Prado. Cf. Relatório apresentado á Assembléa Provincial de S. Pedro do Rio Grande do Sul, na 1ª sessão da 9ª legislatura pelo Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão, 1860. pg. 27. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263\\_1860\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263_1860_00001.pdf)>. Acesso em: 20/mai./20.

<sup>268</sup> Para Asylo de Pelotas: *Idem*.

Para Asylo de Rio Grande: Relatório apresentado pelo presidente da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul Dr. Espiridião Eloy de Barros Pimentel, na 1ª sessão da 11ª legislatura da Assembleia Provincial, 1864. pp. 42-43. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263\\_1864\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263_1864_00001.pdf)>. Acesso em: 20/mai./20.

<sup>269</sup> SCHUELER, Alessandra F. Martinez. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. *Revista Brasileira de História*. v. 19, n. 37, pp. 59-84 São Paulo, set., 1999. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-01881999000100004>>. Acesso em: 20/mai./20.

<sup>270</sup> AHRS. Fundo Arsenal de Guerra. Caixa 24. Maço 29. Ofício nº 85, de 10 de março de 1865.

<sup>271</sup> MMCMS. Livro 1. Ofício nº 100, de 23 de março de 1865.

<sup>272</sup> MMCMS. Livro 1. Ofício nº 81, de 2 de março de 1865.

Além de mostrar outros grupos que se envolvendo nas atividades de suprimento militar à cargo do Arsenal de Porto Alegre, os exemplo acima reforçam o caráter de dependência do AGPA em relação à presidência, bem como da baixa autonomia do Arsenal frente à questões simples. Consideramos simples na medida em que aceitar doações não implica, necessariamente, que haja alguma atividade no Arsenal. Desse modo, pensamos que a subordinação da instituição militar ao poder executivo não se dá somente em virtude dos gastos dos cofres públicos provinciais, mas também em respeito à hierarquia estabelecida, por mais descomplicado que fosse o assunto. Outro aspecto importante é que essa subordinação das repartições ao poder executivo gerava uma série de comunicações entre as esferas, na província e na Corte. Para Amanda Both, esses circuitos comunicacionais e as informações obtidas/compartilhadas através deles eram o principal mecanismo utilizado para garantir a governabilidade da província.<sup>273</sup>

Voltando a analisar as doações, ainda que a manufatura de fardamentos tenha sido a oferta mais comum feita ao Arsenal, as contribuições para a guerra também se deram através da cedência de propriedades particulares para servirem de depósitos. Nesse sentido, convém lembrar que estes locais eram considerados filiais do AGPA desde janeiro de 1865, fazendo com que a oferta, ainda que não realizada diretamente ao Arsenal, fosse por ele utilizada. Cabe ressaltar que não foi possível encontrar a oportunidade em que esses edifícios foram disponibilizados, mas sim, pedidos de indenização pelos estragos gerados no uso feito pelo Exército.

Em fevereiro e março de 1868, o Ministério da Guerra autoriza a liberação de verba para indenizar duas casas usadas como depósitos de artigos bélicos. Os requerimentos indenizatórios partiram de Leonardo d'Ávila Rodrigues e Manoel Ribeiro Baltar, ambos de atuação destacada em suas regiões. Mas parece haver algumas diferenças na forma como esses pedidos chegaram à Corte. No caso o primeiro,

foi presente a Sua Magestade O Imperador, o requerimento em que Leonardo d'Ávila Rodrigues, reclama indenização dos prejuízos causados á casa de sua propriedade situada em Uruguayana, pela explosão que nella teve lugar quando estava servindo de deposito dos artigos bellicos tomados aos Paraguayos por ocasião de sua rendição naquella villa, e O Mesmo Augusto Senhor, Tendo Ouvido o Conselho Procurador da Corôa, Houve por bem Decidir que ao reclamante não pode ser abonado quantia maior de um conto

---

<sup>273</sup> BOTH, Amanda C. *Administração provincial e governabilidade no império do brasileiro: um estudo a partir do perfil de recrutamento e da comunicação política dos presidentes da província do RS (1845-1889)*. 265 f. Tese. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul: Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre, 2020. pp. 19-20.

de reis como indenização do prejuízo que allega haver soffrido o que declaro a V. Ex.<sup>a</sup> para seo conhecimento e devidos effeitos.<sup>274</sup>

Com base no excerto acima, há indícios de que esse requerimento tenha sido feito diretamente ao Ministério da Guerra e, a partir disso, avaliado pelo Imperador e pelo Conselho Procurador da Coroa. Levantamos essa hipótese na medida em que, quando as correspondências eram resoluções de questões tratadas anteriormente, o documento se inicia fazendo menção ao que se responde.

Este foi o caso com a solicitação de Manoel Ribeiro Baltar, onde o ministro escreve ao presidente da província que,

em resposta ao seo officio de 4 do mez proximo passado, que pode mandar proceder por conta deste Ministerio, até a quantia de 150000 reis, segundo o orcamento feito aos reparos de que precisa a casa que está servindo de deposito de artigos bellicos na cidade de São Gabriel desde Outubro de 1866, e que para esse fim foi gratuitamente offerecida por seo proprietario Manoel Ribeiro Baltar.<sup>275</sup>

Gostaríamos de ressaltar pequenas diferenças entre os dois casos, mas salientar que não tivemos acesso aos requerimentos em si, tampouco investigados em profundidade a preponderância social, política e econômica desses indivíduos e de que forma essas questões podem ter influenciado na resolução de suas requisições. Ainda assim, é possível perceber que a indenização autorizada para Leonardo d'Ávila Rodrigues é bastante alta. Isso pode ser decorrente do grande estrago sofrido na propriedade, gerado por um bombardeio, mas também pode indicar que este homem possuía algum grau de prestígio, o que ajudaria a explicar o fato de que a sua requisição, aparentemente, foi enviada direto à Corte, sem o intermédio da presidência da província.

A resposta da solicitação de Manoel Ribeiro Baltar, mediada pela presidência da província, traz um tom diferente. No caso de Rodrigues, o ministro João Lustosa da Cunha Paranaguá fala do prejuízo que Baltar *alega* ter sofrido quando da tomada de Uruguaiana pelos paraguaios. Para Baltar, a resolução é para que se conserte a sua propriedade, não havendo menção que a necessidade desses consertos tenha se dado em função do uso que a casa estava tendo. Ou seja, há possibilidades de que essas arrumações já fossem necessárias antes deste espaço servir como depósito em São Gabriel. Com isso, poderíamos pensar em

---

<sup>274</sup> AHEx. Códice do Rio Grande do Sul. Livro 70. Em 15 de fevereiro de 1868, folha 46.

<sup>275</sup> AHEx. Códice do Rio Grande do Sul. Livro 70. Em 30 de março de 1868, folha 59.

que medida a presidência da província pode ter auxiliado para uma resolução favorável à Baltar.

De qualquer modo, é interessante perceber que estes homens optaram por contribuir com a cedência de suas propriedades e, assim, como na situações com as doações de fardamentos, essas práticas não podem ser interpretadas apenas como ações “patrióticas”, mas também como oportunidades para o alcance ou aumento de notoriedade. Entretanto, no caso desses dois homens, também houve um entendimento de que o Império deveria reaver os prejuízos ocasionados durante o uso gratuito dessas edificações.

Ainda que não possamos inferir que houve busca por ganhos econômicos, é importante ressaltar que, mesmo anterior à guerra, o governo imperial ou provincial realizava contratos de aluguel com particulares, algo utilizado pelo Arsenal para suprir sua necessidade de espaço para armazenamento dos artigos militares, por exemplo. O fato de não haver menção à aluguéis pagos à Leonardo d’Ávila Rodrigues foi o que nos permitiu supor que a sua propriedade em Uruguaiana foi cedida ao governo, não contratada. Outro ponto que deve ser destacado é que não parece haver uma preocupação com a fiscalização dos fundos liberados para Rodrigues e Baltar. Essa supervisão é um aspecto constante em todos os âmbitos do AGPA, inclusive no seu tratamento com indivíduos que trabalharam para a instituição, mesmo que fora de suas estruturas, como veremos adiante.

#### **4.3 Distribuição de costuras: trabalho fora das dependências da instituição**

No primeiro capítulo expusemos brevemente sobre a existência de costureiras que realizavam trabalhos para o Arsenal de Guerra de Porto Alegre. Naquela circunstância, mencionamos que esta prática ocorria no Arsenal de Guerra da Corte mesmo em momentos ordinários e já havia sido implantada no AGPA no contexto da Guerra dos Farrapos. Neste momento, buscaremos descrever o funcionamento desta prática e explorar como o Ministério da Guerra e a presidência da província orientaram e se envolveram na supervisão desse ramo das atividades logísticas.

Para o recorte temporal deste trabalho, escolhemos um documento que é capaz de

ilustrar de forma um pouco mais clara essa prática. Trata-se de uma ordem do Presidente da província, coronel João Marcellino de Sousa Gonzaga, para a direção do AGPA:

novamente insisto na ordem expedida para distribuir costuras deste arsenal até pelas cidades ou povoações mais próximas da capital para onde hajão frequentes e faceis communicações, a fim de por essa forma mais promptamente ser manufacturado todo o fardamento de que se tem urgente necessidade o arsenal. Recommendo a V Ex que na distribuição destas costuras haja muito escrupulosa fiscalisação para não acontecer serem monopolizados por poucas pessoas devendo ter preferencia para ellas, as viúvas e orfãos de officiaes do Exercito e da Guarda Nacional, e as familias destes que estiverem destacadas.<sup>276</sup>

Os principais elementos a serem destacados são a ordem de dar preferência à mulheres que sejam viúvas e órfãs de oficiais do Exército e da Guarda Nacional ou para mulheres que estejam com suas famílias no conflito. Esses aspectos são interessantes na medida em que podemos pensar nas motivações para essas escolhas. Nesse sentido, é possível sugerir que elas possuem dois cunhos distintos, mas que não se excluem.

A primeira motivação poderia ser no âmbito do assistencialismo, face da instituição que é apontada por Adler Castro, tanto em sua tese mais geral sobre o Arsenal da Corte, quanto em texto que aborda a Companhia de Menores Aprendizes. Para o autor, a Companhia do Arsenal

era uma ideia que tinha mais características de instituição de assistência social do que outra coisa qualquer [...]. No entanto, era uma instituição que se encaixava bem na política do Exército, de procura de autossuficiência, no caso, através da formação de mão-de-obra.<sup>277</sup>

Também para o caso da distribuição das costuras, Castro coloca o modo como os relatórios oficiais se utilizavam de linguajar sentimentalista para se referir às pessoas que recebiam os trabalhos. Isso pode denotar um viés assistencialista da instituição, entretanto, ele salienta que isto parece contraditório quando se percebe a longa demora em realizar os pagamentos das costuras.<sup>278</sup>

<sup>276</sup> AHRS. Fundo A-4.07. Registro de correspondências enviadas pelo Presidente da província para o Arsenal de Guerra, em 08 de abril de 1865, folhas 80-81.

<sup>277</sup> CASTRO, A. F. Crianças na Guerra do Paraguai: os Aprendizes Menores do Arsenal de Guerra. In: SQUINELO, A. P. (Org.). *150 anos após - A guerra do Paraguai: entreolhares do Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai*. 1ed. Campo Grande: Editora da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2016, v. 1. p. 225.

<sup>278</sup> CASTRO, A. H. F. *A Pré-indústria e governo no Brasil: iniciativa de industrialização a partir do Arsenal de*

Outra motivação que pode ser pensada para as escolhas contidas no documento estão menos relacionadas com a viuvez e mais próximas do falecido cônjuge. Há a designação para que essas mulheres sejam viúvas e órfãs de oficiais, ou seja, não um soldado qualquer, mas alguém dotado de certo reconhecimento e prestígio, pelo menos no meio militar. Desse modo, isso pode ser pensado como uma preocupação com a credibilidade e consequente confiabilidade das mulheres que recebiam os materiais para realizar a costura dos fardamentos, ou seja, uma preocupação econômica.

Como mencionei, essas motivações não se excluem e são apenas sugestões apontadas pela análise aqui empenhada. De qualquer modo, podemos ver que o lugar social ocupado por algumas mulheres enquanto familiares de militares e, sobretudo de oficiais, pode ter influenciado no seu acesso à esse trabalho. Novamente, o que vemos é o reforço do papel da mulher enquanto indivíduo dotado de habilidade com as agulhas, sendo disponibilizada para ela, ao que tudo indica, somente o trabalho das costuras.<sup>279</sup>

As orientações dadas pelo presidente e mencionadas acima são no sentido de fiscalizar, sobretudo, se a quantidade de matéria-prima distribuída para as costureiras fazia jus ao que posteriormente retornaria manufaturado ao Arsenal. Contudo, o controle sobre essa prática, como era de se esperar, também se dava com relação ao seu pagamento. Para que fosse possível fiscalizar os valores pagos às costureiras, havia o uso de bilhetes que eram, pela regulamentação dessa prática, pagos mensalmente. Como muitas das legislações, esta era mais uma que não dava conta das situações extraordinárias vivenciadas em um contexto de conflitos armados.

Percebendo a necessidade de revisar alguns aspectos relativos à forma que se realizavam os pagamentos, o major José Joaquim de Lima e Silva pede algumas providências para o poder executivo, no sentido de possibilitar que as costureiras recebessem seu vencimentos de forma mais ágil. A proposta é pela presença diária de um funcionário da Fazenda no Arsenal para realizar o pagamento dos bilhetes de costuras. Na avaliação do

---

*Guerra do Rio de Janeiro, 1808-1864.* 633 f. Tese. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Comparada. Rio de Janeiro, 2017. p. 414.

<sup>279</sup> Já mencionamos que não há disponível em arquivos ou museus, a documentação interna produzida pelo Arsenal de Guerra de Porto Alegre. Isso dificulta sobremaneira um entendimento detalhado das rotinas administrativas e manufatureiras da instituição. Dessa forma, não podemos acessar dados referentes à quem eram essas mulheres ou quanto recebiam pelo seu trabalho. Outro aspecto que não nos é possível apreender é acerca da existência de mulheres realizando trabalhos dentro da instituição e da existência de indivíduos escravizados trabalhando no ou para o Arsenal de Guerra de Porto Alegre.

presidente, os dispositivos que regulam essas práticas impedem o aceite da proposta do diretor.

Entretanto, assim como para outras situações, muito embora haja regulação contrária, o poder executivo entende que algo deve ser feito. Assim, o presidente Souza Gonzaga recomenda ao major Lima e Silva que adote

um systema qualquer de aviar-se o maior numero possivel de costuras e de facilitar-se o pagamento dellas. O preciso é que a forma não embarace o essencial que é manufacturar-se bastante fardamento para acudir às necessidades dos corpos que o tem de receber. Se para melhor conseguir-se este fim, julga V. S.º se conveniente que um empregado da fazenda vá ao arsenal em dias determinados e previamente annunciados para fazer o pagamento das costuras assim será determinado e aguardo para isso saber quaes os dias da semana em que devem de ser feitos os pagamentos.<sup>280</sup>

Com esse excerto é possível perceber que, na visão de Souza Gonzaga, as exigências da guerra se sobressaem à legislação existente para o caso das costuras. O presidente entende que, nesse caso, o essencial é que os fardamentos cheguem aos corpos, ainda que para isso seja necessário agir em desconformidade aos regulamentos. Não se pode perder de vista que esta é uma situação bastante específica: início da guerra, alta demanda e a postura de um presidente em particular. Porém, isso nos ajuda a dimensionar a capacidade decisória do poder executivo, ao mesmo tempo em que demonstra os caminhos encontrados para superar os impedimentos legais/burocráticos.

A resolução dada à este caso foi de duas ordens. Uma reorganização interna do Arsenal, encarregando um empregado de cuidar apenas da distribuição das costuras e um guarda específico para o depósitos desses artigos.<sup>281</sup> A outra é de ordem externa e atende ao proposto pelo diretor da instituição. Souza Gonzaga escreve à Lima e Silva que, expediu “ordem á Thesouraria da Fasenda para mandar apresentar nesse Arsenal ás terças feiras e sábados de cada semana, um empregado paga pagar os bilhetes de costura.”<sup>282</sup> O secretário da Diretoria, Henrique Frederico Buys passa a ser responsável pelo controle deste setor da instituição e, dessa forma, lhe competia o registro das atividades. Já mencionamos que a documentação interna do Arsenal provavelmente não foi preservada, tornando difícil estimar as quantidades de mulheres atuando com a instituição, quais artigos produziam e em quais quantidades.

<sup>280</sup> MMCMS. Livro 1. Ofício n.º 81, de 2 de março de 1865.

<sup>281</sup> MMCMS. Livro 1. Ofício n.º 357, de 12 de agosto de 1865.

<sup>282</sup> MMCMS. Livro 1. Ofício n.º 255, de 5 de julho de 1865.

Entretanto, em algumas situações, a presidência da província solicitava esclarecimentos e, nas trocas de correspondências provenientes disso, podemos acessar algumas informações que nos ajudam a ter dimensão do trabalho executado pelas costureiras. Em documento assinado por Henrique Buys, intitulado “Relação das costuras que estão fóra”, o encarregado lista os artigos e as respectivas quantidades, somando um total de 5929 itens distribuídos entre costureiras.<sup>283</sup> De acordo com Buys, em 7 de outubro de 1865, os artigos que estavam sendo produzidos fora do Arsenal eram: “ponches - 400; calças de pano - 349; bluzas de brim - 230; barracas para officiaes - 145; bluzas de baeta - 955; [bluzas] das de panno - 609; calças de brim - 16; bornaes - 20 e maletas 3205.”<sup>284</sup> Considerando o volume das produções, imaginamos que houvesse uma grande quantidade de mulheres recebendo os cortes de tecidos para realizar as costuras.

Não podemos afirmar que o uso de um empregado responsabilizado apenas pelas costuras, bem como a ida de um funcionário da Fazenda semanalmente manteve-se dessa maneira até o fim da guerra contra o Paraguai. Acreditamos que sim, ainda que muito provavelmente tenha havido, ao longo do conflito, uma redução no número de costuras distribuídas. Porém, abordar essas práticas atende aos objetivos desta pesquisa que, entre outras coisas, busca discutir as articulações entre esferas políticas e militares no trabalho de prover as forças em combate. Além disso, ao trabalhar com a distribuição das costuras foi possível perceber que a direção do Arsenal e a presidência da província precisaram balancear os pressupostos legais com as necessidades extraordinárias. Do mesmo modo, realizar as fiscalizações sem deixar que isso complicasse sobremaneira o acesso às costureiras e dessas, aos seus vencimentos.

#### **4.4 Comissão de compras: o estabelecimento de práticas extraordinárias para atendimento das demandas**

Quando pensamos na logística da guerra contra o Paraguai, executada por um Exército ainda em fase de modernização e profissionalização, encontramos uma série de medidas

---

<sup>283</sup> O total apresentado na relação é de 5934, mas a soma correta dos itens listados é de 5929.

<sup>284</sup> AHRS. Fundo Arsenal de Guerra. Caixa 24. Maço 29. Documento avulso, de 07 de outubro de 1865. Provável anexo de ofício.

extraordinárias sendo executadas com o objetivo de atender às demandas decorrentes da guerra. Acreditamos que os momentos iniciais do conflito demonstraram não somente a precariedade de algumas instituições, como os arsenais, mas também os problemas relacionados à produção e disponibilidade de recursos nos mercados das cidades do Império. As dificuldades de abastecimento não provinham apenas de questões estruturais do AGPA ou de seu quadro funcional, mas também ocorria pela insuficiência do mercado em prover as matérias-primas necessárias ao feitiço de alguns artigos militares. Essa escassez exigiu articulações e adequações por parte dos responsáveis pelo abastecimento militar no sul do Império.

Nesse sentido, a comissão de compras, criada em 1865, figurou como medida extraordinária executada pelo AGPA para dar conta da falta de matérias-primas para a produção de fardas. Apresentamos em alguns momentos deste trabalho a alta demanda por peças de fardamento e a necessidade de conciliar outras formas de obtenção desses produtos, para além da produção feita na oficina de alfaiates. Contudo, tecidos como pano, lã e brim não podiam ser encontrados facilmente nas quantidades em que eram precisos. Mencionamos muito brevemente acerca da existência de uma comissão de compras ao abordar as desconfianças com o diretor João Antonio Mendes Tota. Naquela situação, o presidente João Marcellino de Souza Gonzaga, exaltava a deliberação que criou a comissão, por temer conluio dos negociantes e possíveis fraudes em contratos firmados com o genro de Mendes Tota.

Em 26 de abril de 1865, Souza Gonzaga escreve ao Ministério da Guerra para tratar das remessas de fardamentos e de matérias-primas vindas do Arsenal de Guerra da Corte. Após dois meses de espera e ainda aguardando pela chegada de tecidos vindos do AGC, o Ministério da Guerra autoriza que as fazendas necessárias para o feitiço de todos os fardamentos fossem compradas na província. No momento da autorização, Souza Gonzaga pondera acerca das

difficultades com que teria de lutar a Presidencia para obter nos desprevinidos mercados da provincia a avultada porção de materia prima como aqui era necessaria para manufacturar-se tão avultada porção de fardamento, que segundo as ordens anteriores deve de ser para nada menos do que para vinte mil praças; mas que ia dar as providencias para serem cumpridas as ordens de V. Ex.<sup>a</sup><sup>285</sup>

---

<sup>285</sup> AHRS. A-2.42. Registro de correspondências enviadas pela Presidência da província para o Ministério da Guerra. Ofício nº 127, em 26 de abril de 1865, folha 116.

As providências tomadas por Souza Gonzaga foram no sentido de fixar editais para a compra de matéria-prima para produzir cinco mil fardamentos. Apesar das dificuldades relatadas acima e de poucos dias antes haver comprado tecidos para quatro mil peças, o presidente apresenta diversos tipos de fazendas contratadas (pano, algodão mescla, algodão liso e baeta) e para o quê se destinavam. Salienta que as amostras contratadas são de boa qualidade, mas os preços mais altos do que os pagos até então. Após discriminar as quantidades e valores dos tecidos, o presidente diz que na abertura do edital, publicado durante muitos dias, só houve um concorrente e que este fato o fez suspeitar de algum conluio entre os negociantes, algo que, segundo ele, era fácil de acontecer em um mercado pequeno como o de Porto Alegre. Este caso não traz o nome do licitante, mas com base nas outras informações, na data e nos argumentos utilizados, acreditamos se tratar do genro de Mendes Tota.

Depois de apresentar os dados e algumas opiniões, Souza Gonzaga comunica ao Ministério da Guerra sua decisão de nomear uma comissão responsável pela compra de matérias-primas para o Arsenal de Guerra de Porto Alegre. A dita comissão era composta por

trez respeitáveis negociantes e capitalistas da Cidade do Rio Grande, o Comendador Porfirio Ferreira Nunes, Eufrazio Lopes de Araujo e Felix José Rodrigues Soares. [...] São três cidadãos distintos e de muito conceito pela sua posição social e commercial, com as quaes previamente me entendi fazendo-lhes ver os relevantes serviços que podião prestar em uma comissão desta ordem, que seria devidamente apreciada pelo Governo Imperial. Aceitarão o encargo declarando não pretenderem auferir por elle interesse ou lucro algum.<sup>286</sup>

É interessante perceber a invocação da suposta inexistência de interesses econômicos por parte dos prestigiosos e conceituados indivíduos escolhidos pela presidência.<sup>287</sup> Ainda que pudessem não visar lucros, o próprio presidente salienta a relevância de prestar tais serviços ao Império. Numa sociedade profundamente marcada por relações clientelares, doações e

---

<sup>286</sup> *Idem.*

<sup>287</sup> Dos três indivíduos que compunham a comissão, dois deles figuram como importantes homens de negócios da cidade de Rio Grande. De acordo com Gabriel Berute, Porfirio Nunes foi membro-fundador da Sociedade Promotora da Indústria Rio Grandense e presidente da Associação Comercial do Rio Grande, em 1847. Já Eufrazio de Araújo foi um dos principais exportadores de charque entre os anos de 1834 e 1851. Além disso, foi sócio da Praça de Comércio de Rio Grande e teve atuação política destacada, recebendo o título honorífico de Visconde de São José do Norte. BERUTE, G. S. *Atividades mercantis do Rio Grande de São Pedro: negócios, mercadorias e agentes mercantis (1808-1850)*. 309 f. Tese. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre, 2011. Para Porfirio Nunes, ver páginas 93, 14-147 e 283. Para Eufrazio de Araújo, conforme páginas 83-84.

serviços para a guerra podem significar o ganho de capital social e político, não somente econômico.

Contudo, uma questão se sobressai quando pensamos na implementação de uma comissão de compras composta por particulares. Se para o caso dos editais, que contavam com divulgação, concorrência, com amostragem dos produtos e conferência de sua qualidade, o presidente Souza Gonzaga suspeitava de conluíus e fraudes, como fiscalizar as ações da comissão? Neste caso, Souza Gonzaga parece entender que indivíduos distintos e bem conceituados, realizando um trabalho que supostamente não visava lucro econômico, estão acima de suspeitas. Já apresentamos como funcionou outras formas de obtenção dos artigos que eram demandados pelas forças combatentes, demonstrando como se dava o controle e cuidado com os gastos da Fazenda Pública.

As práticas da comissão pareciam mais simples, quando comparadas à distribuição das costuras, por exemplo. Ao pedir para a pasta da Guerra a aprovação da comissão, Souza Gonzaga explica como se darão as atividades:

á vista das amostras das fazendas que são empregadas pelo Arsenal e segundo as encommendas que receber da Presidencia, [a Comissão] ha de escolhe-las, ajustal-as, compral-as, recebel-as e remettel-as para o Arsenal, sendo o pagamento aos vendedores effectuado por meio de letras sacadas pela Alfandega do Rio Grande á prazo de 20 dias sobre o Thesouro Nacional á vista das contas competentemente authenticadas pela commissão.<sup>288</sup>

Ou seja, os três indivíduos deveriam realizar as compras baseando-se apenas na qualidade das fazendas até então utilizadas pelo AGPA, sem que o presidente faça menção à pesquisa de preços ou teto de gastos, por exemplo. Nesse sentido, ainda que aparentemente não haja concorrência e grandes fiscalizações, Souza Gonzaga pede ao ministro José Egídio Gordilho de Barbuda Filho a “aprovação d'esta medida que julgo de grande alcance para a economia dos Cofres publicos e para resguardar a moralidade da repartição do Arsenal.”<sup>289</sup>

Dois dias depois, agora em correspondência reservada, Souza Gonzaga afirma que

os mercados da provincia não estão providos da necessaria materia prima para manufacturar-se tão grande porção de fardamento. O mercado de Porto Alegre está esgotado com as compras feitas para 9 mil fardamentos e do Rio Grande communicou-me hontem não havia ali toda a fazenda necessaria para satisfazer a encommenda que fiz.<sup>290</sup>

<sup>288</sup> AHRS. A-2.42. Registro de correspondências enviadas pela Presidência da província para o Ministério da Guerra. Ofício nº 127, em 26 de abril de 1865, folha 116.

<sup>289</sup> *Idem*.

<sup>290</sup> AHRS. A-2.43. Registro de correspondências reservadas enviadas pela Presidência da província para o Ministério da Guerra. Ofício reservado nº 24, de 28 de abril de 1865, folhas 26-27.

Entendemos que, neste caso, a comunicação de não haver o necessário em Rio Grande tenha partido da comissão de compras. Essa indisponibilidade encontrada pela comissão de compras também é mencionada no relatório com que Souza Gonzaga entrega a presidência para seu sucessor, Conde da Boa Vista. Naquela ocasião, relata que criou a comissão para facilitar as transições e evitar demora nos fornecimentos, aceitando este pesado fardo, “três honestos negociantes da cidade de Rio Grande.” Ao mencionar os serviços prestados por Porfirio Ferreira Nunes, Eufrazio Lopes de Araújo e Felix José Rodrigues Soares Filho, o presidente declara que

prestarão-se a este serviço com muita actividade e dedicação, prestando-se até um dos membros da comissão a ir ao Rio de Janeiro para mais prontamente poderem satisfazer as encomendas que lhes havião sido feitas; porque no mercado do Rio Grande tambem não havia supprimento de fazendas proprias para o arsenal.<sup>291</sup>

Não foi possível encontrar qual dos “distintos” homens deslocou-se à Corte, tampouco outros indícios dessa ocorrência. Sabemos que, em primeiro de maio, chegou ao conhecimento do Arsenal de Guerra a existência da referida comissão.<sup>292</sup> Durante o curto período de atividade da comissão, cerca de três meses, encontramos duas menções de compras feitas por ela e remetidas ao AGPA no Hiato Harmonia<sup>293</sup> e na Escuna Ligeira.<sup>294</sup> Sabemos que essas compras eram pagas na Alfândega de Rio Grande e que posteriormente instituiu-se que fossem apresentadas à 4ª Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra.<sup>295</sup> Nesse sentido, não encontramos informações acerca de rotinas de fiscalização sobre as práticas da comissão de compras, tampouco, referências à desconfianças e/ou problemas encontrados nessas transações.

Vale lembrar que a comissão foi deliberada e nomeada pelo presidente Souza Gonzaga e aceita pelo ministro José Egídio Gordilho de Barbuda Filho, indivíduo que ocupou o cargo somente por três meses. Nesse sentido, durante a atuação de seus sucessores, Conde da Boa Vista e Barão de Uruguaiana, respectivamente, optou-se pela extinção da comissão de

---

<sup>291</sup> Relatório com que o bacharel João Marcellino de Souza Gonzaga entregou a administração da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao Illmo. e Exmo. Sr. Visconde de Boa, 1865. p. 14. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263\\_1865\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263_1865_00001.pdf)>. Acesso em: 20/nov/19.

<sup>292</sup> MMCMS. Livro 1. Ofício n.º 125, de 1 de maio de 1865.

<sup>293</sup> MMCMS. Livro 1. Ofício n.º 223, de 20 de junho de 1865.

<sup>294</sup> MMCMS. Livro 1. Ofício n.º 206, de 16 de junho de 1865.

<sup>295</sup> AHRs. A-2.43. Registro de correspondências reservadas enviadas pela Presidência da província para o Ministério da Guerra. Ofício reservado n.º 29, de 31 de maio de 1865, folha 32.

compras de Rio Grande. Não encontramos nas trocas de correspondências alguma discussão acerca das motivações para essa medida, apenas a informação da extinção sendo repassada ao AGPA.<sup>296</sup> De acordo com Boa Vista, o ministro Angelo Moniz da Silva Ferraz, resolveu eliminar a comissão e ordenou que as compras fossem “realizadas pelo processo ordinario, em publica concurrencia e com precedencia dos precisos annuncios”<sup>297</sup>, ou seja, através da publicação de editais.

Além de ser uma prática extraordinária, aprovada em um gabinete e extinta no seguinte, ela pode ter sido aceita naquele contexto específico de início de conflito, onde as forças estavam sendo organizadas e enviadas aos seus destinos e, para isso, deveriam estar vestidas e calçadas, sobretudo quando pensamos em quanto pode ser rigoroso o inverno no Rio Grande do Sul. Consideramos, com base nas alegações do presidente Souza Gonzaga, que a comissão foi instituída pela impossibilidade de, por outros meios, se obter as matérias-primas necessárias para a produção de grande números de peças de fardamentos. Entretanto, não podemos deixar de considerar a alternativa encontrada por Souza Gonzaga também possa ter sido influenciada por motivos outros, particulares ou não, que fogem da alçada desta pesquisa.

A extinção da comissão também pode ter sido motivada pela forma pouco controlada com que aparentemente eram feitas as transações, fugindo à regra de fiscalização, ou de tentativa de fiscalização comumente adotada nos serviços relacionados ao Arsenal de Guerra de Porto Alegre. Ainda que não tenha sido uma prática comum, apresentar as justificativas para sua existência e o seu modo de funcionamento, nos permite demonstrar as alternativas encontradas para suprir as demandas da guerra e de que forma elas foram articuladas entre as esferas competentes. Além disso, nos permite perceber as possibilidades de ligação de determinados grupos de indivíduos com a logística da Guerra da Tríplice Aliança e da relação de particulares com o AGPA.

#### **4.5 Negociantes e fornecedores: dinâmicas institucionais e usos particulares**

---

<sup>296</sup> MMCMS. Livro 1. Ofício n.º 314, de 28 de julho de 1865.

<sup>297</sup> *Idem*.

Vimos acima que a comissão foi excluída, optando-se apenas pelo uso de editais para as compras feitas para o Arsenal de Guerra de Porto Alegre. Na realidade, a publicação de chamadas em jornais era a prática comum legalmente instituída desde 1852.<sup>298</sup> Já mencionamos que, por vezes, essas chamadas públicas não traziam muitos concorrentes. Divalte Figueira, analisando o caso do Arsenal de Guerra da Corte, afirma que as grandes casas comerciais importadoras não se apresentavam às concorrências do AGC, tendo como provável motivação a morosidade com que se efetuavam as etapas dessas transações.<sup>299</sup>

Segundo ele, “as casas importadoras preferiam vender a intermediários, e estes vendiam ao governo, sujeitando-se aos processos das repartições.”<sup>300</sup> As passagens onde Figueira cita as práticas comerciais de fornecimento para a guerra na província de São Pedro, há o foco nas questões relacionadas à alimentação. O abastecimento das dietas não passava pelo AGPA, desse modo, o autor não nos dá indicações de como se davam as relações da instituição com os negociantes, tampouco informações sobre esse grupo de indivíduos.<sup>301</sup>

Com o objetivo de descrever e examinar as etapas das transações comerciais do AGPA, iniciaremos com o que, aparentemente, foi o primeiro contrato de fornecimento feito pelo AGPA para a o abastecimento do conflito contra o Paraguai. Em de 21 de dezembro de 1964, a direção do Arsenal solicita a abertura de edital para a fatura de 4 mil blusas e 4 mil calças, entre outros diversos artigos de fardamentos.

Quando os editais eram publicados, além dos produtos requeridos, marcava-se um dia para que os interessados se dirigissem ao Arsenal e apresentassem amostras dos gêneros ofertados ao estabelecimento. Realizamos buscas por esses editais nos periódicos disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e no Museu da Comunicação Hipólito José da Costa, mas não foi possível encontrar algumas dessas publicações. A base empírica para analisar essas transações comerciais são as trocas de correspondências e os termos que eram redigidos no dia do recebimento das propostas dos negociantes.

Dos termos encontrados, optamos por trazer o que faz referência a um contrato firmado com José Augusto Gonçalves de Amorim. Essa escolha está pautada na incidência

---

<sup>298</sup> BRASIL. Decreto nº 1090, de 14 de dezembro de 1852. Approva o Regulamento para execução do parágrafo 3º do Art. 10 da Lei nº 648, de 18 de agosto de 1852. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1090-14-dezembro-1852-559528-publicacaooriginal-81788-pe.html>>. Acesso em: 24/abr/20.

<sup>299</sup> FIGUEIRA, D. G. *Soldados e negociantes na Guerra do Paraguai*. São Paulo: Humanitas / FFLCH-USP – FAPESP, 2001. p. 72.

<sup>300</sup> *Idem*.

<sup>301</sup> *Idem*.

com que este negociante é referenciado na documentação analisada. Através das transações realizadas com Amorim, poderemos explorar, além das etapas do negócio, as práticas de fiscalização e alguns impasses que poderiam ocorrer nessas relações comerciais. Diz o Termo que,

aos tres dias do mez de abril de 1865, no Arsenal de Guerra em Porto Alegre, achando-se presentes os Illm<sup>o</sup> Senhores Coronel Diretor interino do mesmo Arsenal, João Antônio Mendes Tota, Tenente Coronel Vice-Presidente Sebastião Barreto Pereira Pinto, comigo escrivão, para fim de receberem-se as propostas, para a compra dos artigos anunciados por editais d'esta Repartição datadas de 20 de março findo, e que forão consecutivamente d'aquela dia em diante publicados pellos jornaes desta Capital estando o dia de hoje designado para o recebimento das ditas propostas ao meio dia, compareceu unicamente o negociante José Augusto Gonçalves de Amorim, com sua proposta, e amostras, as quaes sendo examinadas pelo mestre da officina de alfaiates Pedro Maria Tourelles, que também estava presente,<sup>302</sup> declarou elle serem todas as fazendas de superior qualidade.

A partir desse excerto, podemos supor que os editais para obtenção de fardamentos pareciam funcionar de forma semelhante com aquilo que hoje conhecemos como licitações. Houve a sua abertura, uma oferta por parte de um negociante, juntamente com amostra dos produtos e do custo dessas manufaturas, uma avaliação do mestre alfaiate para, então, aceitar a compra dos produtos. Esta não havia sido a primeira vez que José Amorim ofertava e vendia produtos ao AGPA. Em 12 de janeiro de 1865, atendendo ao edital para compra de pano e baeta, além de Amorim, compareceram ao Arsenal Joaquim Caetano Pinto Junior, Bernardo José Barboza e H. Fraeb.<sup>303</sup> Naquela ocasião, a proposta de José Augusto de Gonçalves de Amorim foi a “mais vantajosa a fasenda nacional não só pelo seu preço como tambem pela qualidade do panno.”<sup>304</sup> O termo previa que Amorim já entregasse ao Arsenal 3200 côvados de pano e 11500 côvados de baeta e “com a maior brevidade possivel, entrará com mais onze mil quinhentos covados de panno para o completo de sua proposta.”<sup>305</sup>

Em 14 de janeiro, o termo foi repassado para a apreciação do presidente João

<sup>302</sup> AHRS. Fundo Arsenal de Guerra. Caixa 24. Maço 29. Ofício s/n e Termo enviado ao Presidente da província, de 04 de abril de 1865.

<sup>303</sup> AHRS. Fundo Arsenal de Guerra. Caixa 24. Maço 29. Ofício nº 11, de 14 de janeiro e cópia do Termo enviado ao Presidente da província, de 12 de janeiro de 1865.

<sup>304</sup> AHRS. Fundo Arsenal de Guerra. Caixa 24. Maço 29. Cópia do Termo, de 12 de janeiro de 1865, enviado em anexo ao Presidente da província em Ofício nº 11, de 14 de janeiro de 1865.

<sup>305</sup> *Idem.*

Marcellino de Souza Gonzaga. No ofício escrito pelo diretor Mendes Tota, somos informados que a abertura do edital havia sido solicitada pela presidência em 4 de janeiro e que os tecidos se destinavam ao feitiço de peças de fardamento para os Corpos de Cavalaria da Guarda Nacional em serviço de destacamento. Após descrever as ofertas dos quatro proponentes, o diretor afirma que contratou com José Amorim 23 mil côvados de pano azul e 33 mil de baeta e pede a aprovação de Souza Gonzaga.<sup>306</sup> A validação do presidente chegou em poucos dias, porém, sendo a compra limitada a 12 mil côvados de pano e 15 mil de baeta.<sup>307</sup> Souza Gonzaga não justifica a diminuição dos produtos contratados, apenas recomenda que haja “toda a severidade no recebimento das peças de penno e de baeta, para que estas sejam de conformidade com as amostras, bem como me enviará as mesmas amostras.”<sup>308</sup>

Sendo assim, de forma resumida, após a publicação do edital, os proponentes tinham as amostras inspecionadas e eram contratados, passando pela aprovação final do poder executivo. A preferência por esse modo de obtenção dos artigos necessários aos Arsenais é defendida pelo ministro João Lustoza da Cunha Paranaguá em um de seus relatórios. Na oportunidade, ele lista algumas formas de fornecimento e afirma que os anúncios públicos dão maior oportunidade de concorrência, resultando em

uma gradual diminuição no preço desses diversos artigos, como que realizarão-se consideráveis economias neste ramo de despesa, como melhor se apreciará comparando o custo da maior parte delles no começo da guerra em 1865, com o de hoje.<sup>309</sup>

A prática de compra de fornecedores não ocorria somente com matérias-primas, bem como, não se dava somente através dos anúncios públicos. No relatório do diretor do Arsenal, Joaquim Jeronymo Barrão, há uma extensa lista de fornecedores civis que realizavam vendas para o AGPA durante o ano de 1867.<sup>310</sup> Nessa listagem, que poderá ser consultada no Anexo I desse trabalho, é possível perceber que eram adquiridos, além de insumos e produtos já

<sup>306</sup> AHRs. Fundo Arsenal de Guerra. Caixa 24. Maço 29. Ofício nº 11, de 14 de janeiro e cópia do Termo enviado ao Presidente da província, de 12 de janeiro de 1865.

<sup>307</sup> MMCMS. Livro 1. Ofício nº 31, de 17 de janeiro de 1865.

<sup>308</sup> *Idem.*

<sup>309</sup> Relatório apresentado á Assembléa Geral na segunda sessão da decima terceira legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios de Guerra João Lustoza da Cunha Paranaguá. Rio de Janeiro, 1868. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/pdf/720950/per720950\\_1868\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/720950/per720950_1868_00001.pdf)>. Acesso em: 19/nov/19.

<sup>310</sup> Relatório enviado pelo Tenente-Coronel Joaquim Jeronymo Barrão, Diretor-Interino do Arsenal de Guerra de Porto Alegre, em 27 de fevereiro de 1868. Anexo ao Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Francisco I. Marcondes Homem de Mello, passou a administração d’esta província ao Exm. Sr. Dr. Joaquim Vieira da Cunha, 1º Vice-Presidente, no dia 13 de abril do anno de 1868. Anexo nº 5 pp. 7-19. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263\\_1868\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263_1868_00001.pdf)>. Acesso em: 20/nov/19.

manufaturados de uso militar, utensílios de cama, mesa e banho, livros e materiais de ensino. Junto à esta lista há as compras feitas pelo agente Wenceslau Rodrigues da Costa, entretanto, sem menção ao local onde ele realizou a compra.

Quando as aquisições se davam a partir de empresas ou particulares, possuimos informações um pouco mais significativas. Segundo Barrão:

A aquisição das materias primas e mais objectos para supprimento dos armazens, dos tres corpos de exercito, estações miliars, etc., teve lugar por meio de contractos e de arrematações, com previa autorização da presidencia, e posterior aprovação da mesma. A franca concorrência que estabeleci para essas compras, deu em resultado um visivel decrescimento nos preços em relação ás compras anteriores. Com estas diferenças e com o pagamento do sello, que tambem exigí dos contractantes, auferiu não pequeno lucro a fazenda nacional.<sup>311</sup>

Ainda que Barrão e Paranaguá tenham, ambos em 1868, elogiado as vantagens de se realizar os anúncios com ampla concorrência, nos momentos iniciais da guerra as práticas se davam de formas variadas. Acreditamos que o despreparo das instituições frente à alta demanda possibilitou o uso e aceite de outros meios para compras, ao mesmo tempo em que flexibilizou algumas dessas transações.

Nesse sentido, o uso de editais, com os trâmites descritos acima, não parece ter sido o único modo como se deram as negociações com os fornecedores. Isso porque, em outras situações, encontramos indícios de que alguns indivíduos ofertavam produtos para o AGPA, aparentemente sem que tivessem ocorrido chamadas públicas. Como foi o caso da oferta feita por Frederico Bier, realizada diretamente ao presidente Souza Gonzaga, em fevereiro de 1865.

<sup>312</sup> Acreditamos que não fosse recorrente que as transações se iniciassem desse modo, com acesso direto entre negociantes e o poder executivo, mas que, nesse caso, tenha se dado pela preponderância de Frederico Bier,<sup>313</sup> conhecido negociante na região de Porto Alegre e São Leopoldo.<sup>314</sup>

---

<sup>311</sup> *Idem.* p. 5

<sup>312</sup> MMCMS. Livro 1. Ofício nº 55, de 14 de fevereiro de 1865.

<sup>313</sup> Cf. MÜHLEN, Caroline von. Problemas de sociabilidade: o cotidiano na colônia alemã de São Leopoldo (século XIX). In: *Anais do X Encontro Estadual de História da ANPUH/RS*, 2010. Disponível em: <[http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1277990714\\_ARQUIVO\\_ArtigoANPUH-RSCaroline.pdf](http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1277990714_ARQUIVO_ArtigoANPUH-RSCaroline.pdf)>. Acesso em: 24/abr/20.

MOREIRA, Paulo R. Staudt. Não poderá em tempo algum, nem por circunstância alguma, servir aos meus descendentes. Imigração alemã e escravidão no Brasil Meridional (Porto Alegre, RS, Séc. XIX). *Revista Práxis*. a. 16, n. 1, Novo Hamburgo, jan./abr. 2019.

<sup>314</sup> Também é possível pensar na importância da própria região de São Leopoldo para o fornecimento do AGPA. No geral, as informações que temos sobre os fornecedores e negociantes são nomes, produtos vendidos e alguns valores de transações, não nos permitindo conhecer mais detalhes sobre esses indivíduos, sobretudo os pequenos

Na documentação que trata dos contratos com José Amorim, utilizadas acima, em todas as correspondências se fala que são oriundas dos editais publicados em jornais. Na situação com Bier, o presidente escreve ao AGPA:

Com a competente amostra transmitto a Vmce uma proposta de Frederico Bier em que offerece vender tres mil suadores a dous mil e quinhentos reis cada um á fim de que Vmce informe sobre a conveniencia dessa compra e differença de preço desses artigos no mercado dessa cidade [Porto Alegre, pois nesse momento, a presidência se encontrava em Pelotas].<sup>315</sup>

O trecho usado acima corresponde à todo o conteúdo do documento. Através dele, entendemos que Bier levou amostras de suadores ao poder executivo e este está repassando ao AGPA. Na mesma oportunidade, o presidente solicita o preço desse artigo no mercado e a conveniência de se realizar essa compra. A resolução dessa questão não foi encontrada nas trocas de correspondências, mas sabemos que Frederico Bier teve contratos firmados com o Arsenal ao longo do ano de 1865, como o aprovado por Souza Gonzaga em 06 de junho.<sup>316</sup>

Outro motivo que nos faz pensar no status de Frederico Bier como facilitador para ofertar produtos diretamente ao presidente é o fato de não haver outras ocorrências como essa. Não deixamos de considerar que elas podem ter ocorrido, apenas não nos sendo possível encontrar seus registros. Além disso, foi possível perceber que, para outros negociantes, a transação tomou o caminho inverso: foi oferecida ao Arsenal e posteriormente repassada ao presidente para apreciação. Em 23 de janeiro de 1865, o diretor Mendes Tota submete à Souza Gonzaga a proposta feita pelos negociantes Gonsalves Bastos & C.<sup>317</sup> Além de enviar em

---

negociantes e fornecedores. De acordo com relatório da Administração Central das Colônias da província, escrito em 1866, a colônia de São Leopoldo era uma importante praça de comércio para o Arsenal. Segundo Carlos de Koseritz, agente intérprete da colonização, “quasi todos os arreios para o consumo do exercito e dos campeiros da provincia, quasi todas as lanças, esporas, freios, etc., para a cavallaria, são fabricados em S. Leopoldo; é ahi que o arsenal se surte de couros curtidos, de cartucheiras e de arriames.” De fato, há uma grande incidência de sobrenomes de origem germânica nas negociações, principalmente com os artigos que necessitavam de manipulação de metais.

Relatorio da Administração Central das Colonias da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul apresentado ao Illm. e Exm. Sr. Dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, enviado por Carlos de Koseritz, Agente interprete da colonisação, em 15 de julho de 1867, pp. 5-6. Anexo à Falla dirigida á Assembléa Legislativa da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo presidente Dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, em a segunda sessão da 12<sup>a</sup> legislatura, em setembro de 1867. Disponível em: <[http://ddsnext.crl.edu/titles/182?terms&item\\_id=4558#?c=4&m=44&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1111%2C-156%2C4413%2C3113](http://ddsnext.crl.edu/titles/182?terms&item_id=4558#?c=4&m=44&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1111%2C-156%2C4413%2C3113)>. Acesso em: 20/abr/20.

<sup>315</sup> MMCMS. Livro 1. Ofício nº 55, de 14 de fevereiro de 1865.

<sup>316</sup> A correspondência apenas cita a aprovação de um contrato celebrado com Bier, sem mencionar os artigos, que foram remetidos em anexo não encontrado. MMCMS. Livro 1. Ofício nº 197, de 06 de junho de 1865.

<sup>317</sup> AHRS. Fundo Arsenal de Guerra. Caixa 24. Maço 29. Ofício enviado pelo Diretor do Arsenal de Guerra. nº 20, 23 de janeiro de 1865. Em anexo a oferta enviada por Gonsalves Bastos & C. para o Arsenal de Guerra em 20 de janeiro de 1865.

anexo o documento assinado pelos negociantes, o diretor afirma estar enviando duas amostras das espadas ofertadas.

Na mesma oportunidade em que remete à apreciação da presidência, Mendes Tota informa acerca da disponibilidade dos artigos ofertados: “do mappa que recebi do deposito de Rio Grande ve-se que ali existem poucas [espadas] e que neste Arsenal o resto que existia V. Ex.<sup>a</sup> as manda para aquella cidade a disposição do Inspector da Alfandega.”<sup>318</sup> A necessidade de aprovação do poder executivo trazia certa morosidade ao serviço de abastecimento, uma vez que cada solicitação passava por mais de uma esfera até ser autorizada, quando a primeira a recebê-la já havia constatado a necessidade daqueles produtos. Entretanto, o conjunto documental analisado indica que essas transações realizadas entre o Arsenal de Guerra de Porto Alegre e negociantes/fornecedores, não necessitava de apreciação/aprovação do Ministério da Guerra. Contudo, quando os contratos eram realizados com profissionais liberais, como os farmacêuticos, havia ingerência da Corte e, aparentemente, não passava pelo AGPA.<sup>319</sup>

Seria possível apresentar outras tantas relações comerciais desenvolvidas pelo Arsenal através de publicação de anúncios em jornais ou mediante os oferecimentos feitos pelos negociantes. Os casos abordados nos dão uma dimensão de quais eram os trâmites que ocorriam, mas também foram escolhidos por nos dar oportunidade de utilizá-los para discutir eventuais problemas nas transações. Além disso, as transações com Amorim e Bier nos permitirão explorar outras práticas relacionais existentes entre os indivíduos que negociavam e a instituição que buscava seu abastecimento, como veremos a seguir.

#### 4.5.1 A instituição militar e seus fornecedores: impasses e resolução de conflitos.

Ao analisar as práticas da comissão de compras e da contratação de produtos através de anúncios em jornais ou oferecimentos feitos pelos negociantes, vimos que a opção pelos

---

<sup>318</sup> *Idem.*

<sup>319</sup> Nas correspondências que tratam de contratos dos farmacêuticos, é mencionado que os indivíduos são de determinada cidade e para qual enfermaria militar devem fornecer medicamentos e sanguessugas. Cf. AHEx. Livro 70. Em 02 de março de 1868, folha 51. Farmacêuticos Cupertino & Guerra, em Santana do Livramento. AHEx. Livro 70. Em 15 de abril de 1868, folha 63. Farmacêutico Candido Emilio dos Santos Falcão, em São Borja.

editais foi a que possibilitou maior espaço para fiscalizações. O firmamento de um contrato assinado pelas partes, bem como as amostras oferecidas anteriormente e o tabelamento dos preços permitia que o Arsenal e o poder executivo verificassem a execução e os gastos com as transações. Nesse sentido, buscaremos apresentar e discutir alguns impasses, problemas e saídas encontradas para que o AGPA pudesse ser atendido em suas demandas.

Se retomarmos uma situação apresentada anteriormente, de um dos contratos via edital, assinados com José Augusto Gonçalves de Amorim, podemos discutir acerca dos prazos para execução dos contratos. Em um dos casos utilizados, vimos que Amorim deveria entrar com uma parte dos tecidos imediatamente e o restante, com brevidade. Essa não foi a única circunstância em que foi utilizada uma definição genérica de tempo. Em março de 1865, a direção do AGPA é autorizada a comprar fazendas para 5 mil fardamentos e, após abertura de edital, Amorim figura como único proponente. Semanas depois, Souza Gonzaga escreve ao diretor Mendes Tota para tratar dessa transação.

O presidente inicia a correspondência retomando as datas e ações tomadas desde a autorização da compra de matéria-prima até o firmamento do contrato. Porém, o foco principal do ofício era o tempo para a entrega dos tecidos:

No contracto não foi estipulado o prazo para entrar para o Arsenal toda a fazenda contractada declarando-se apenas que isto se effectuará com a maior brevidade possível. Cumpre que Vmce marque praso rasoavel, porem breve, para o recebimento, afim de não haver demora no promptificar-se o fardamento.<sup>320</sup>

Acreditamos que, para além da urgência em receber os tecidos, o estabelecimento de um prazo permitiria que a instituição pudesse realizar algum tipo de cobrança quando os mesmos não fossem cumpridos. Nesse sentido, ainda que os anúncios com ampla concorrência e firmamento de contratos permitissem mais formas de supervisão, isso não impedia que problemas ocorressem.

No dia 8 de junho, Amorim dá entrada nos armazéns do Arsenal com 21084 côvados de pano.<sup>321</sup> Porém, em 17 de junho, ainda não havia fornecido todo o material contratado meses antes. Ao ser questionado pelo diretor Joaquim José de Lima e Silva, o presidente Souza Gonzaga orienta como deverão proceder com esta questão:

á vista da carencia que ja nesse Arsena de materia prima para fardamento, convem tolerar a falta em que incorreu o fornecedor José Augusto Gonsalves

---

<sup>320</sup> MMCMS. Livro 1. Ofício nº 115, de 21 de abril de 1865.

<sup>321</sup> MMCMS. Livro 1. Ofício nº 206, de 10 de junho de 1865.

de Amorim de não entrar, dentro do prazo que lhe foi marcado no respectivo contracto, com toda a materia prima que se comprometteu a fornecer, cumprndo, por isso, que, em additamento ao contracto feito, se estipule a prorrogação do prazo marcado, estabelecendo-se a multa para o caso de faltar ao ajustado.<sup>322</sup>

Há uma anotação à lápis, feita e assinada pelo diretor Lima e Silva, onde é possível ver o que aparentemente foi resolvido acerca dessa questão: “Cumpra-se, prazo de 15 dias, multa de 50% se não conferir com a amostra.”<sup>323</sup> Interessante notar que não se cogita multa para o caso de não se realizar a entrega, apenas para o caso de os produtos não estarem em conformidade com as amostras. Também não fica claro sobre qual valor incidirá os 50% de multa. Claro que esta é apenas uma anotação, que essas questões podem ter sido previstas ou mesmo terem sido alteradas no momento em que foram estabelecidas de fato.

Além disso, através da opinião do presidente Souza Gonzaga, podemos notar novamente a necessidade de balancear as demandas de fornecimento do Arsenal com o controle de gastos e rotinas de fiscalização. Apesar de atrasado, aquele fornecimento era urgente e precisava acontecer. Poucos dias depois da correspondência citada acima, Souza Gonzaga repassa ao Arsenal o conteúdo de um Aviso Circular do Ministério da Guerra. Nele, ficou definido que todos os vendedores que negociassem com os Arsenais de Guerra, estavam sujeitos às multas dispostas no Art. 25 do Decreto nº 1090, de 14 de dezembro de 1852.<sup>324</sup> A forma como a multa seria aplicada torna-se, assim, um pouco mais específica:

Art. 25. O objecto, que não conferir em qualidade com a sua amostra, será rejeitado, e ao vendedor, que o houver apresentado serão restituídos todos os outros objectos identicos, em especie e qualidade, que na mesma occasião tiver vendido, embora confirão com a respectiva amostra. Soffrerá além disto o vendedor a multa de cincoenta por cento sobre o valor dos generos, que não forem semelhantes ás amostras. As mesmas penas se imporão quando os generos não conferirem em quantidade, ou não forem apresentados nas epochas determinadas no Art. 22. Se o contractador fornecer algum objecto que não confira com a respectiva amostra, ou não tenha a medida e peso estipulado, será obrigado a substitui-lo por outro, pagando além disso a multa de cincoenta por cento do valor do objecto recusado E quando não verifique immediatamente a substituição, ou não complete a quantidade, o Conselho fará comprar o objecto no mercado por conta do mesmo contractador, que ainda neste caso pagará a dita multa.<sup>325</sup>

<sup>322</sup> MMCMS. Livro 1. Ofício nº 219, de 17 de junho de 1865.

<sup>323</sup> *Idem*.

<sup>324</sup> MMCMS. Livro 1. Ofício nº 225, de 20 de junho de 1865.

<sup>325</sup> BRASIL. Decreto nº 1090, de 14 de dezembro de 1852. Approva o Regulamento para execução do parágrafo 3º do Art. 10 da Lei nº 648, de 18 de agosto de 1852. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1090-14-dezembro-1852-559528-publicacaooriginal-81788-pe.html>>. Acesso em: 24/abr/20.

Não encontramos, nas trocas de correspondências que se seguiram, outras menções ao atraso de José Amorim. De qualquer modo, o disposto no artigo transcrito acima prevê penalidades bastante consideráveis para os casos de má qualidade ou inferioridade de tamanhos, pesos e/ou quantidades. Justamente por isso, não nos parece prático, nas circunstâncias de uma guerra, executar algumas das penas instituídas. O Decreto nº 1090, de 1852, foi criado para regulamentar os Conselhos administrativos para fornecimento dos Arsenais de Guerra da Corte e províncias da Bahia, Pernambuco, Maranhão e Pará. Ou seja, não era exatamente o caso vivenciado com as transações feitas entre o AGPA e José Amorim. Mesmo assim, a pasta da Guerra entendeu que as multas por faltas dos fornecedores poderiam ser aplicadas baseadas no dispositivo de 1852. Acreditamos não haver tempo hábil para estudar e promulgar uma legislação específica que desse conta de regulamentar as relações comerciais, sobretudo pelas proporções em que ocorriam e com as especificidades de se estar em guerra.

Apesar das transações não necessitarem da aprovação do Ministério da Guerra, alguns casos extraordinários acabavam sendo discutidos com a Corte, como já vimos em outras circunstâncias apresentadas ao longo deste trabalho. Em setembro de 1867, um fornecedor solicita ao poder executivo da província que se aceite uma encomenda feita à ele. O requerimento de Frederico Luis Nidson foi repassado ao Ministério da Guerra para apreciação, sendo retornado cerca de dois meses depois. O pedido era para que o AGPA aceitasse

1850 pistões que [Frederico Nidson] allega ter promptificado por encomenda do ex Director do mesmo Arsenal e em resposta declato a V. Ex.<sup>a</sup> que a vista das informações do actual Director a qual V. Ex.<sup>a</sup> tambem remetteo por copia não pode ser attendida a pretensão do supplicante, ficando todavia V. Ex.<sup>a</sup> autorizado a mandar comprar o numero que diz elle ter promptificado se redusir o preço de cada pistão a 200 reis.<sup>326</sup>

Infelizmente não foi possível acessar o envio do requerimento à Corte, tampouco as justificativas para o diretor Joaquim Jeronymo Barrão não querer aceitar a encomenda. Ainda assim, podemos perceber que não era necessariamente seguro realizar vendas para os arsenais, podendo haver divergências entre algo resolvido em uma direção, mas executado em outra. Do mesmo modo, entre o momento da proposta de Nidson e o ato da entrega dos produtos, aquela demanda poderia ter deixado de existir ou ter sido suprida de outra maneira. Sem

---

<sup>326</sup> AHEx. Códices do Rio Grande do Sul. Livro 70. Em 19 de dezembro de 1867, folha 22.

contar a questão da disponibilidade de verbas, que parece ser a questão relevante no caso acima. Ainda que os 1850 pistões pudessem não ser mais necessários, o ministro entende que o AGPA deve aceitá-los, desde que o fornecedor aceite diminuir o valor unitário dos produtos. Desse modo, em maior ou menor escala, Nidson acabaria sofrendo alguma diminuição em seus lucros.

Tanto para o caso dos atrasos, como o ocorrido com Frederico Nidson, acreditamos que a resolução tenha se dado dessa forma para, em alguma medida, conciliar as necessidades das esferas públicas de um modo que não desestimulasse que os indivíduos fizessem transações comerciais com os Arsenais. Ao que tudo indica, qualquer impasse entre o AGPA e os indivíduos que com ele negociavam, acabava passando pela presidência da província e/ou Ministério da Guerra. Novamente, o que vemos é a necessidade de articulação entre as repartições públicas vinculadas ao fornecimento militar e a baixa autonomia do Arsenal frente a resolução de seus conflitos. Contudo, não são apenas estes assuntos que acabam necessitando de intervenção de presidentes e ministros mas também outras demandas trazidas pelos negociantes, como veremos adiante.

#### 4.5.2 A instituição militar e os indivíduos: o Arsenal como instrumento para a dispensa militar

No capítulo anterior, vimos que alguns empregados do Arsenal de Guerra de Porto Alegre conseguiram dispensa do serviço ativo da Guarda Nacional na Guerra da Tríplice Aliança. A partir da premissa da necessidade de seus serviços no estabelecimento, alguns homens foram liberados das operações no *front*, podendo permanecerem em seus trabalhos administrativos-burocráticos para o abastecimento das forças. Através das correspondência trocadas entre o AGPA e a presidência da província, observou-se que negociantes trataram com o Arsenal questões para além das vendas de produtos. Há uma série de pedidos de indivíduos que atuavam profissionalmente em ofícios diversos e pedem dispensa de seus recrutamentos. Utilizamos aqui os homens contratados pelo negociante Frederico Bier, por haver sido possível encontrar a resolução dada pelo presidente da província para a questão levantada.

Frederico Bier escreve um ofício ao diretor do Arsenal de Guerra, ao qual anexa requerimentos de cinco indivíduos que atuam como ferreiros. Essa é apenas uma amostra de

um conjunto de requerimentos desse cunho, feitos por Bier, entre 26 de julho e 2 de agosto de 1865. O negociante solicita a dispensa do destacamento por entender que,

todos estão trabalhando em artigos bellicos para o Arsenal [...], e cuja dispensa do destacamento em quanto que os referidos officiaes trabalham para o arsenal he muito necessario. As difficuldades para os mestres que contratarão comigo se tornão todos os dias mais serias, e se tantos estes individuos como os mais pelos quaes ainda hei de requerer não forem promptamente dispensados, corre-se. grande risco, que não seja possivel para mim completar o meu fornecimento no prazo estipulado.<sup>327</sup>

Um dos documentos enviados por Bier ao AGPA é assinado por Peter Barth. Ele salienta que não poderá cumprir com o contrato firmado com o AGPA “se não fôr dispensados do destacamento da Guarda Nacional o seu official Delfino Liegel, [...] até que seja preenchido seu contracto”.<sup>328</sup> Através desses requerimentos ficamos esclarecidos que Bier nada mais era do que o indivíduo que negociava com o Arsenal de Guerra. Após isso, ele contratava uma oficina ou mestre ferreiro [Barth] e este, então, empregava os homens que buscavam dispensa do serviço ativo [Liegel].

Em outra oportunidade, Bier escreve ao diretor José Joaquim de Lima e Silva:

[n]os requerimentos inclusos pelos quaes V. S<sup>a</sup> verá que he da maior importancia dispensar do serviço da Guarda Nacional os seguintes individuos: José Francisco Vargas, Augusto Frederico Veller [ou Vetter], Victor Antonio Baptista e Francisco Pereira da Silva Filho. Operarios de varios mestres, com os quaes contractei obra para o Arsenal sob a direção de V. S<sup>a</sup> e peço pois á V. S.a de dar os passos necessarios para que sejam dispensados os mencionados individuos.<sup>329</sup>

Os passos necessários mencionados por Bier são o repasse das solicitações à presidência da província. Inclusive, este é um aspecto interessante da preservação desses documentos. Eles foram recebidos pelo AGPA, enviados para apreciação do presidente Conde da Boa Vista e, quando este enviou a resolução, retornou todos os requerimentos ao Arsenal. Desse modo, eles foram encontrados no Livro das correspondências recebidas pelo AGPA, sob salvaguarda do Museu Militar do Comando Militar do Sul.

<sup>327</sup> MMCMS. Livro 1. Requerimento s/n de Frederico Bier, de 2 de agosto de 1865. Anexo do Ofício n.º 346, de 7 de agosto de 1865. Neste requerimento, solicita-se a dispensa de João Joaquim de Fontes, Jacob Weissheimer, Antonio Francisco Ulm, Florencio José Lopes e Delfino Liegel.

<sup>328</sup> MMCMS. Livro 1. Requerimento s/n de Frederico Bier, de 2 de agosto de 1865. Anexo do Ofício n.º 346, de 7 de agosto de 1865. O documento assinado por Peter Barth, de 2 de agosto de 1865, é anexo ao de Frederico Bier que, por sua vez, é anexo ao Ofício n.º 346, de 7 de agosto de 1865.

<sup>329</sup> MMCMS. Livro 1. Requerimento s/n de Frederico Bier, de 29 de julho de 1865. Anexo do Ofício n.º 346, de 7 de agosto de 1865.

A partir disso, podemos pensar em diversas motivações para esses requerimentos: a necessidade de cumprir o contrato em função das multas, o interesse pelos lucros advindos das vendas feitas ao Arsenal ou mesmo uma estratégia para escapar ao recrutamento. Ainda que não possamos inferir respostas sobre isso, é necessário apontar para os usos que os indivíduos davam ao estabelecimento militar. Além de espaço de negociações comerciais, o Arsenal poderia ser para esses homens um caminho para buscar a liberação do serviço das armas. As práticas de recrutamento, bem como as alternativas para escapar ao alistamento foram exploradas por diversos pesquisadores que analisaram os conflitos bélicos e as instituições militares do Império. Foram apontados desde os aspectos organizacionais e entraves legais, que isentava uma série de grupos, por exemplo, mas sobretudo, os usos políticos do recrutamento, sendo utilizado como mecanismo para a construção e reprodução de redes clientelares.<sup>330</sup>

Vitor Izecksohn resume essas questões ao pensar o recrutamento na província do Rio de Janeiro durante a Guerra da Tríplice Aliança e entende que suas análises podem ser estendidas para outras províncias. Acerca das vigências legais, salienta que “era difícil definir quem não possuía isenções legais. [...] todos podiam apresentar as mais variadas razões para serem dispensados.”<sup>331</sup> Além disso, menciona que os indivíduos buscavam meios mais drásticos para conseguir a liberação, como a automutilação.<sup>332</sup> Mas a questão principal era seu papel uso político, onde a proteção de um líder militar ou de uma figura política notável figuravam como “meio mais efetivo que a rebelião ou a fuga”.<sup>333</sup>

Quaisquer que fossem as motivações, os argumentos utilizados por Bier, Barth e outros homens que assinaram esses documentos foram: a escassez de mão-de-obra especializada, impossibilidade de cumprir os prazos estabelecidos com o Arsenal e que a

---

<sup>330</sup> Para citar alguns: FERTIG, A. *Clientelismo político em tempos belicosos: a Guarda Nacional da província do Rio Grande do Sul na defesa do Império do Brasil (1850-1873)*. Santa Maria/RS: Editora da UFSM, 2010; LUFT, M. V. *"Essa guerra desgraçada": recrutamento militar para a Guerra da Cisplatina*. 237 f. Dissertação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre, 2013; IZECKSOHN, V. *O cerne da Discórdia: A Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2002; RIBEIRO, J. I. *O Império e as revoltas: Estado e nação nas trajetórias dos militares do Exército imperial no contexto da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013; VARGAS, J. M. *Entre a Paróquia e a Corte – Os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul*. Santa Maria (RS): Editora UFSM, 2010.

<sup>331</sup> IZECKSOHN, V. Recrutamento militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai. IN: CASTRO, C.; KRAAY, H.; IZECKSOHN, V. (Orgs.) *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 192.

<sup>332</sup> *Ibidem*. p.194

<sup>333</sup> *Idem*.

dispensa estava sendo solicitada somente até a conclusão dos acordos com o AGPA. Quando consultado sobre estes requerimentos, o presidente da província Conde da Boa Vista, responde que não autoriza nenhuma das dispensas solicitadas por Frederico Bier, por entender que aqueles indivíduos haviam sido destacados entre os disponíveis para isso.<sup>334</sup>

Esses pedidos foram feitos no momento que a guerra estava no seu início, ainda gerando entusiasmos e muitos alistamentos voluntários e doações. Em virtude disso, é importante pensar nas motivações que levaram à negativa de Boa Vista. Considerando as demandas da guerra e, conseqüentemente, do AGPA, não seria absurdo dispensar os indivíduos que possuíssem a expertise dos ofícios necessários à fabricação dos artigos bélicos, como é o caso dos ferreiros. Pensando nas questões jurisdicionais expostas em outro momento, talvez a presidência não possuísse autonomia para isso. Contudo, vale relembrar que uma série de empregados do AGPA tiveram suas dispensas autorizadas pelo presidente Souza Gonzaga. Os dois casos carregam diferenças importantes: a presidência e a direção do Arsenal eram ocupadas por indivíduos diferentes, as dispensas eram para indivíduos com relações distintas com AGPA, mas no caso dos empregados do Arsenal, já havia a liberação do Comandante da Guarda Nacional de Porto Alegre e São Leopoldo. Por fim, resta destacar que, ainda que os homens de Frederico Bier, de algum modo, fossem necessários aos trabalhos do Arsenal, não podemos perder de vista que os seus conhecimentos técnicos também tinham importância no campo de batalha. Um indivíduo com habilidades de ferreiro poderiam realizar pequenos consertos, por exemplo, sem depender de algo ou alguém externos aos acampamentos.

A analisar as relações estabelecidas com os negociantes José Gonçalves Amorim e Frederico Bier objetivamos demonstrar como o AGPA e o poder executivo lidaram com as demandas que não tinham conotação somente comercial. Além disso, buscamos apresentar os usos que a sociedade deu ao Arsenal, tanto como oportunidade de trabalho, através das costuras ou de contratos de fornecimento, mas também como instrumento de barganha para a dispensa militar. Se no capítulo anterior vimos que presidentes e ministros se articulavam para resolver questões burocráticas e administrativas do AGPA, neste momento do trabalho, notamos que a ingerência, sobretudo da presidência da província, é bastante nítida quando o assunto é a relação do Arsenal com outras tantas esferas da sociedade.

---

<sup>334</sup> MMCMS. Livro 1. Ofício n.º 346, de 7 de agosto de 1865.

#### **4. 6 Presidência da província e a logística para a Guerra da Tríplice Aliança: uma atuação para além do Arsenal de Guerra**

Ao longo desta escrita fomos demonstrando a capacidade decisória dos presidentes de província frente às questões logísticas, bem como a atuação mediadora realizada pelo poder executivo nas relações do Arsenal de Guerra de Porto Alegre com as esferas superiores e demais âmbitos da sociedade. Nesse sentido, optamos por dedicar este momento final do trabalho para discutir a atuação da presidência da província com a logística para a Guerra da Tríplice Aliança, mesmo quando as ações não estão diretamente ligadas ao Arsenal. Apesar de não fazer parte de nossos objetivos gerais, entendemos que a preponderância do poder executivo, percebida ao longo dessa escrita, suscitou estes últimos apontamentos. Além disso, ao abordar alguns aspectos do papel destes homens, poderemos demonstrar outras formas de obtenção de artigos militares, bem como apresentar os ramos da logística que não estavam à cargo do AGPA.

Quando pensamos no abastecimento militar, de pronto lembramos de armamentos, equipamentos e fardamento. Entretanto, as questões da alimentação das tropas é extremamente relevante ao pensar na logística para uma guerra. O fornecimento dos víveres para a Guerra da Tríplice Aliança não passava pelo Arsenal de Guerra de Porto Alegre, nem mesmo para a sua distribuição. Isso demonstra que, quando pensamos em logística, o trabalho dos arsenais corresponde a uma parcela dos ramos do abastecimento militar. Contudo, mesmo não havendo relação e participação do AGPA, a presidência da província teve atuação destacada frente à resolução de impasses ligados ao fornecimento das dietas aos combatentes.

335

Em uma série de correspondências reservadas que o presidente João Marcellino de Souza Gonzaga enviou para o Ministério da Guerra, emergem discussões e inquietações com relação à alimentação das tropas. No momento em que as forças militares passaram a atuar

---

<sup>335</sup> Outro importante ramo da logística, que não teve relação com o AGPA, foi a compra de cavalos para as tropas. Assim como as dietas, que serão brevemente analisadas, as cavahadas foram amplamente discutidas pelos presidentes e ministros da Guerra, além de estarem também relacionadas ao Barão do Jacuí.

contra o Paraguai, estava em vigência um contrato de fornecimento de alimentação para o Exército em operações. Ele havia sido firmado em 10 de novembro de 1864 e tinha validade de seis meses, ou seja, até maio de 1865. Entretanto, era um contrato considerado muito oneroso aos cofres públicos, sobretudo porque previa o envio de dietas para além das fronteiras do Império, sem definir para quais países.<sup>336</sup>

As duas principais questões trazidas nos ofícios reservados são: (1) a necessidade de pensar os rumos da guerra para instituir os parâmetros do contrato de fornecimento de víveres do Exército e (2) o abastecimento das Divisões de Observação, pois estas ainda não estavam incorporadas ao Exército em Operações, logo, não eram abarcadas pelo contrato vigente. Começamos pelo primeiro aspecto. Uma das preocupações expressas por Souza Gonzaga diz respeito ao interregno que naturalmente iria ocorrer entre o encerramento de um contrato, previsto para maio, e o início da vigência do contrato seguinte.<sup>337</sup> Na sequência, opina que, em caso de renovação ou extensão do prazo do contrato vigente deveria ser considerada a hipótese de que as marchas chegassem no Paraguai.<sup>338</sup>

Souza Gonzaga aproveita a oportunidade para instigar algumas questões que iriam impactar na elaboração de um contrato de fornecimento:

Por onde marchará o exercito? Atravessará a provincia de Corrientes para operar sobre as povoações Paraguayas á margem esquerda e direito o Paraná, e d'ahi marchará sobre Assumpção? Ou o exercito que marcha desta provincia não é o que hade ir a Assumpção, sendo o seu fim só operar sobre as margens do Paraná? Terá de marchar o exercito por caminhos inrios para respeitar a neutralidade declarada da Confederação Argentina? São hypotheses sobre as quaes necessariamente exigirá ser esclarecido quem se propuser a contractar o fornecimento porque qualquer d'ellas altera profundamente as condicções do contracto.<sup>339</sup>

Além da questão das distâncias, algumas regiões ofereciam maior ou menor facilidade para obtenção dos itens que eram contratados,<sup>340</sup> sem contar o número de indivíduos que deveriam ser alimentados. Nesse sentido, tendo em vista a quantidade de homens que iriam marchar, Souza Gonzaga não achava conveniente que o contrato fosse celebrado com um único

<sup>336</sup> AHRS. A-2.43. Ofício reservado nº 30, de 31 de maio de 1865, folhas 32-33.

<sup>337</sup> AHRS. A-2.43. Ofício reservado nº 9, de 28 de fevereiro de 1865, folhas 15-17.

<sup>338</sup> *Idem.*

<sup>339</sup> AHRS. A-2.43. Ofício reservado nº 9, de 28 de fevereiro de 1865, folhas 15-17.

<sup>340</sup> Ao longo dessas mesmas correspondências se discute uma reformulação das tabelas de fornecimento, onde, além dos valores e quantidades, deveriam ser revistos quais itens de alimentação seriam enviados para as tropas. Isso porque, o Exército em Operações contava com combatentes de partes distintas do Império e, conseqüentemente, com hábitos alimentares distintos.

fornecedor. Podemos perceber que o presidente, mesmo que não estivesse exatamente responsável por esses contratos, via a necessidade de expressar sua visão acerca desse ramo da logística.

As sugestões dadas por Souza Gonzaga e colocadas à apreciação do Ministério da Guerra são:

[1] Dividir em dous ou mais o contracto do fornecimento. Pelo menos um para o fornecimento das cavallarias e outro para as infantarias. [2] Organizar as tabellas, tendo-se em consideração: Acampamento e marcha dentro do Imperio; Acampamento, marcha e operações ás margens do Paraná; Acampamento, marchas e operações alem das margens do Paraná. [3] As tabellas nestas tres condições devem de variar.<sup>341</sup>

Ao acatar as considerações de Souza Gonzaga seria possível prever tabelas de preços diferentes para tropas que tivessem destinos ou acampamentos distintos. Isso porque, segundo o presidente, no firmamento dos contratos, os negociantes sempre calculavam seu preço considerando as piores possibilidades de marchas. Desse modo, o Império pagaria em todas as circunstância o valor mais alto, mesmo para fornecimento mais próximos e em locais com maior acesso à recursos.

Poderíamos explorar outros argumentos, bem como todas as situações, ao longo dos meses seguintes, em que o poder executivo da província solicitou orientações acerca do fornecimento de víveres. Entretanto, optamos por também explorar de que forma se deram as tratativas em torno do envio de dietas para as Divisões de Observação sob o comando do Barão do Jacuí e do Brigadeiro David Canabarro. No caso acima foi possível perceber a interferência, ou tentativa de interferência do presidente Souza Gonzaga nas questões logísticas ligadas à alimentação. Agora, poderemos vislumbrar os conflitos que necessitavam de mediação para que este ramo da logística pudesse se desenrolar de forma satisfatória.

Outrora mencionamos acerca da necessidade de mediação de interesses políticos divergentes, conciliando interesses locais de forma que a organização dos corpos não fosse prejudicada. Isso foi percebido por Souza Gonzaga ao mediar as solicitações do Barão do Jacuí e o Brigadeiro Canabarro, comandantes das Divisões Observação São Borja e a de Quaraí e Missões, respectivamente. Os dois comandantes reclamavam

como providencia urgente o fornecimento em generos das forças de seu commando para estas ficarem desde logo em completo estado de mobilidade

---

<sup>341</sup> AHRS. A-2.43. Ofício reservado nº 9, de 28 de fevereiro de 1865, folhas 15-17.

como exigência as circunstâncias das operações que lhes ordeneu affetuassem.  
<sup>342</sup>

O Brigadeiro Canabarro foi autorizado a firmar contrato com algum fornecedor da região onde estava atuando, mas não exploraremos seu caso, uma vez que ele declinou de contratar o fornecimento de sua Divisão, mesmo após autorização da presidência.<sup>343</sup> Com isso, o abastecimento de seu comando, deliberou Souza Gonzaga, deveria ser contratado com o mesmo fornecedor do Exército em Operações. Novamente, a presidência expressa seu temor com as cláusulas do contrato. A tratativa vigente, realizada para substituir o contrato de 10 de novembro de 1864, previa o abastecimento na província de São Pedro e no Estado Oriental do Uruguai. Nesse sentido, Souza Gonzaga questiona:

Se o exercito ou alguma Divisão delle passar a Corrientes já não é obrigado o fornecedor. Eu vejo que os acontecimento vão se precipitar; que as operações podem ser apressadas e por isso vou tratar de organizar tabellas de combinação com o General Commandante das Armas e vou fazer annuncios para contractar o fornecimento como me parecer melhor visto não ter instrucções que me dirijão neste tão comprometedor e importantissimo ramo do serviço publico.<sup>344</sup>

Já havia cerca de três meses que Souza Gonzaga solicitava orientações para dar conta dessas demandas, sem receber retorno, optou por resolver do modo que considerou mais conveniente.

Todavia, as circunstâncias ocorridas com o Barão do Jacuí suscitaram outras discussões e observações por parte de Souza Gonzaga. Se para Canabarro deu-se a oportunidade de assinar contrato na região onde estava atuando, o caso de Francisco Pedro de Abreu, desenrolou-se com algumas ressalvas. Segundo o Barão do Jacuí, o indivíduo<sup>345</sup> indicado estava apto à realizar estes trabalhos, uma vez que já o havia feito em outras épocas.  
<sup>346</sup> Na opinião do presidente, o contrato de fornecimento vigente naquele momento (de novembro de 1864) era muito oneroso aos cofres públicos e precisava ser restringido tanto quanto possível, por isso não considerava boa estratégia utilizar este mesmo fornecedor para a Divisão do Barão do Jacuí.<sup>347</sup>

<sup>342</sup> AHRS. A-2.43. Ofício reservado nº 9, de 28 de fevereiro de 1865, folhas 15-17.

<sup>343</sup> Autorização da Presidência: AHRS. A-2.43. Ofício reservado nº 9, de 28 de fevereiro de 1865, folhas 15-17. Declínio de Canabarro: AHRS. A-2.43. Ofício reservado nº 20, de 17 de abril de 1865, folhas 23-24.

<sup>344</sup> AHRS. A-2.43. Ofício reservado nº 20, de 17 de abril de 1865, folhas 23-24.

<sup>345</sup> Na gama de fontes consultadas não foi possível acessar o nome do fornecedor indicado por Francisco Pedro de Abreu, o Barão do Jacuí.

<sup>346</sup> AHRS. A-2.43. Ofício reservado nº 6, de 18 de fevereiro de 1865, folhas 13-14.

<sup>347</sup> *Idem*.

Contudo, Souza Gonzaga não vê boas consequências na saída indicada pelo Barão: “Fazer o contracto com o fornecedor indicado pelo Barão do Jacuhy sem ser pelos tramites legaes de Editaes é provocar as censuras e as calunias.”<sup>348</sup> Ainda que admita as mazelas de autorizar a proposta do Barão, o presidente entende que é necessário conciliar os processos legais com as necessidades extraordinárias vivenciadas naquele momento:

Mandar afixar editaes é muito moroso e a Divisão vai já operar. Nas dificuldades em que me vejo collocado entendo ser o mais acertado mandar que a Thesouraria da Fazenda contracte com o individuo indicado pelo Barão do Jacuhy se elle querer prestar-se a fazer o fornecimento pela proposta apresentada pelo Coronel Procopio Gomes de Mello, na arrematação que ultimamente se procedeu e que não foi aceito porque este não apresentou os fiadores que as leis exigem. E quando não possa ser feito o contracto nesses termos mando faser o fornecimento pelo actual fornecedor do exercito.<sup>349</sup>

Ou seja, de modo a dar alguma lisura ao contrato, a sugestão do presidente é que ele seja feito com base no última proposta aceita, mas que não se concretizou por problemas na falta de fiador. Além da preocupação com a credibilidade do processo e, em consequência, de suas ações como presidente, Souza Gonzaga também atenta para outro ponto: como lidar com a demanda dos indivíduos que estão prestando um serviço tão importante.

Acreditamos que, nesse caso, a preponderância econômica, militar e política do Barão do Jacuí<sup>350</sup> tenha ensejado os argumentos de Souza Gonzaga para que se aceitasse a sua indicação. O presidente declara ao ministro que,

n'esta provincia e quando se tracta de serviços da ordem d'estes a que é chamado o Barão do Jacuhy não é possível sугeita-lo aos principios inflexiveis de uma logica rigorosa para ir de acordo com as leis que regulão esses mesmos serviços. Os meios adequados para chegar aos fins designados é confiar absolutamente na pericia e na bôa vontade dos Chefes. O Barão do Jacuhy pede e vou mandar entregar-lhe alguns contos de reis de que diz elle precisar para despesas eventuais, como sejam bombeiros ou espiões. Submetto estas ligeiras observações, digo considerações, á apreciação de V.

---

<sup>348</sup> *Idem.*

<sup>349</sup> *Idem.*

<sup>350</sup> Em artigo dedicado a discutir a imagem e a autoimagem do Barão do Jacuí, José Iran Ribeiro apresenta dados que nos permitem pensar na proeminência de Abreu. Segundo consta, iniciou, ainda na condição de “paisano”, a prestar serviços militares ao Império durante a Guerra dos Farrapos. A partir disso, obteve rápida ascensão, passando de soldado a coronel da Guarda Nacional em menos de dez anos (1835-1844). Recebeu o título nobiliárquico em 1845 e ascendeu à condição de Brigadeiro Honorário do Exército ao final da guerra contra o Paraguai, em 1870. Além de utilizar as memórias escritas pelo barão, o autor apresenta correspondências de contemporâneos elogiando ações de Abreu durante a Farroupilha, demonstrando que, em boa medida, eram homem reconhecido pelos trabalhos realizados pelo lado legalista. RIBEIRO, J. I. Imagem e Autoimagem no Brasil do século XIX: uma análise das “Memórias” de Francisco Pedro de Abreu, o Barão do Jacuí. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, n. 149, pp. 105-127. Porto Alegre, dez. 2015.

Ex.<sup>a</sup>, rogo se digne declarar-me se as julga procedentes e se approva as deliberações que tomei.<sup>351</sup>

Em outros momentos desta pesquisa, indicamos algumas flexibilizações praticadas pelo Arsenal de Guerra de Porto Alegre e suas instâncias superiores, com o objetivo de tornar mais ágeis as atividades da instituição. Ainda que o caso descrito acima também possa demonstrar a tentativa de agilizar o fornecimento da Divisão, permite perceber que a posição de alguns indivíduos naquela sociedade também figurou como argumento para o afrouxamento de algumas práticas de controle e fiscalização.

Alguns dias após o envio das considerações descritas acima, Souza Gonzaga ainda sem resposta, volta a questionar essa pauta, agora trazendo novas informações:

Devo de ser franco. A pessoa indicada pelo Barão do Jacuhy tem pessimos creditos, mas tomo a liberdade de recordar o que disse a V. Ex.<sup>a</sup> no meu officio nº 4 de 18 do corrente. Se a presidencia não aceitasse a indicação feita pelo Barão do Jacuhy teria de carregar com a responsabilidade de gravissimas consequencias que d'ahi poderão resultar e confesso a V. Ex.<sup>a</sup> que recuei diante d'esse receio. Mandei por isso que a Thesouraria da Fazenda fizesse o contracto com a pessoa indicada pelo mesmo Barão, se elle quisesse sugeitar-se á proposta apresentada em Novembro pelo Coronel Procopio, 550 reos estando a divisão acampada e 600 reis, em marcha ou em operações. Melhorei tambem as tabellas.<sup>352</sup>

Este excerto é bastante significativo, pois nos permite perceber que, ainda que houvesse possibilidade de uma má execução do contrato, tendo em vista os “maus créditos” do fornecedor, uma animosidade com o Barão do Jacuí poderia gerar inconvenientes ainda mais penoso ao curso da guerra. Este assunto deixa de ser discutido na correspondência reservado, nos levando a acreditar que o indivíduo indicado por Buarque Abreu tenha aceitado os valores propostos por Souza Gonzaga.

De qualquer modo, os casos explorados até aqui serviram para demonstrar que, apesar de ser um ramo essencial da logística para a guerra, a compra e distribuição de alimentos não passava pelo Arsenal do de Guerra de Porto Alegre. Nesse sentido, entretanto, emerge a figura do presidente de província com atuação relevante no que tange a esse ramo do abastecimento militar. Além disso, foi possível atentar para as flexibilizações provenientes da necessidade de conciliar interesses de indivíduos proeminentes com as questões fiscais e burocráticas e com as demandas do conflito.

---

<sup>351</sup> AHRS. A-2.43. Ofício reservado nº 6, de 18 de fevereiro de 1865, folhas 13-14.

<sup>352</sup> AHRS. A-2.43. Ofício reservado nº 9, de 28 de fevereiro de 1865, folhas 15-17.

\*\*\*

Conforme visto até, o Arsenal de Guerra de Porto Alegre, direta ou indiretamente, se relacionou com muitas esferas, grupos e indivíduos. Ao examinar as formas utilizadas para comprar matérias-primas, contratar feitores de produtos e distribuir costuras, por exemplo, exploramos as demandas do Arsenal, ao mesmo tempo em que apresentamos a instituição como um local de transações comerciais e de trabalho. Salientamos que, em situações específicas, as tratativas comerciais podiam chegar à Corte, mas, novamente, dependeram da mediação dos presidentes da província. Entretanto, vimos que negociantes e fornecedores se utilizaram na instituição para além da esfera econômica, mas também como mecanismo para pleitear a dispensa do serviço ativo na Guerra da Tríplice Aliança. Nesse sentido, vimos como o Arsenal se utilizou da sociedade, com mão de obra, fornecimento, doações, mas também como os indivíduos fizeram uso da instituição.

Além disso, buscamos demonstrar como as previsões legais e burocráticas foram, por vezes, flexibilizadas com o objetivo de não trazer danos aos fornecimentos ou suscitar animosidades. Isso se deu, sobretudo, nas práticas de fiscalização, que mesmo sendo legalmente instituídas, eram ajustadas para balancear a necessidade de controle e a morosidade dos trâmites de fiscalização. Assim como para as questões administrativas e burocráticas trabalhadas nos capítulos anteriores, as relações comerciais e de trabalho estabelecidas pelo Arsenal de Guerra também contaram com a ingerência da presidência da província. Desde a aprovação das transações e fiscalização das atividades, até a mediação de demandas e conciliação de interesses, o poder executivo provincial desempenhou papel preponderante frente a instituição militar.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em meados do século XIX, a Guerra da Tríplice Aliança colocou um Império e três Repúblicas no que acabou por se tornar o maior conflito armado da América do Sul. A produção historiográfica explorou muitas vertentes teóricas e objetos de pesquisa relacionados à essa contenda. Porém, a logística desempenhada pelo Exército Imperial recebeu atenção reduzida, quando comparada à outras temáticas. Do mesmo modo, o Arsenal de Guerra de Porto Alegre, uma das instituições militares responsáveis pelo abastecimento militar, ainda não havia tido suas atividades e práticas relacionais analisadas pela historiografia.

Tendo em vista essas lacunas, este trabalho buscou discutir a atuação do AGPA durante o período marcado pela guerra contra o Paraguai. Através da análise de correspondências oficiais e relatórios de autoridades, descrevemos as atividades do Arsenal no trabalho de prover as demandas da guerra, bem como os seus aspectos organizacionais e suas práticas burocráticas e fiscais. A partir disso, demonstramos que o Arsenal era uma instituição complexa, com um amplo leque de tarefas a seu cargo. Além disso, apontamos para o despreparo do estabelecimento frente à situação vivida pelo Império, seja pela defasagem dos dispositivos legais ou pela insuficiência de suas estruturas.

Nos capítulos 2 e 3, a partir do estudo das das relações-político militares, analisamos os parâmetros das conexões do Arsenal de Guerra com suas esferas superiores, na província e na Corte. Na tentativa de examinar a jurisdição do AGPA, do poder executivo provincial e do Ministério da Guerra, demonstramos o baixo grau de autonomia da instituição e, conseqüentemente a capacidade decisória dos presidentes de província perante o Arsenal. Ainda que o poder executivo tenha tido papel destacado na logística desempenhada pelo estabelecimento militar, suas proposições poderiam passar por validação e averiguação dos ministros da Guerra.

Foi possível evidenciar o posição mediadora exercida pelos presidentes de província, tanto no que se refere ao repasse de ordens vindas do Ministério da Guerra, como na articulação para atender as demandas da instituição, como foi o caso do novo prédio do Arsenal, concluído em 1867. As articulações entre o poder provincial e a Corte também se davam no sentido de averiguar e fiscalizar as atividades fabris e as ações de empregados da

instituição, inclusive de sua diretoria. Sendo assim, por mais que o Ministério da Guerra não mantivesse relações diretas com o AGPA, a mediação da presidência da província possibilitou que as autoridades da Corte interferissem nas atividades produtivas e no quadro funcional do Arsenal.

Mesmo quando o estabelecimento executou suas transações comerciais e se relacionou com outros âmbitos da sociedade, o poder executivo emergiu como autoridade capaz de aprovar contratos, dissolver impasses ou aceitar donativos. Desse modo, ao esmiuçar as relações do Arsenal com comandantes, negociantes, costureiras, fornecedores e associações civis ressaltamos a centralidade da figura do presidente da província enquanto autoridade dotada de poder deliberativo. Salientamos que, em casos específicos, questões relacionadas aos negócios comerciais poderiam chegar ao Ministério da Guerra, mas ainda assim contariam com a mediação da presidência.

Tendo em vista o que apontado, foi possível notar que diversas esferas, em maior ou menor grau, envolveram-se com o AGPA e, mais especificamente, com o seu trabalho de suprir parte das demandas da Guerra da Tríplice Aliança. Destacamos a atuação dos presidentes de província no que tange ao seu papel deliberativo nas questões da instituição militar e da logística desempenhada, mas também na sua atuação como um intermediário entre as decisões vindas do Ministério da Guerra e das solicitações de outras esferas. Também foi possível perceber o baixo grau de autonomia do AGPA, mesmo em questões de pouca envergadura, convergindo novamente para a centralidade da figura do presidente da província.

Por fim, este trabalho observou a necessidade de estudos que investiguem os indivíduos que atuaram nas atividades logísticas a partir de suas posições sócio-políticas e de que forma essas questões influenciaram nas decisões e nas práticas de abastecimento para a guerra. Do mesmo modo, estudar o papel desempenhado pelo poder executivo provincial na execução da logística, extrapolando os limites do Arsenal de Guerra e as possibilidades de interação com essa instituição, trará novos elementos para compreender o fazer da guerra no Brasil imperial.

## REFERÊNCIAS

### **Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho (AHPAMV)**

Atas da Câmara Municipal de Porto Alegre. Livro 16, folha 167.

### **Arquivo Histórico do Exército (AHEx)**

Códices do Rio Grande do Sul. Registro das correspondências enviadas pelo Ministério da Guerra para diversas autoridades na província. Livro 68. Em 6 de janeiro de 1866, folha 75.

\_\_\_\_\_. Em 6 de fevereiro de 1866, folha 88.

\_\_\_\_\_. Registro das correspondências enviadas pelo Ministério da Guerra para diversas autoridades da província. Em 02 de abril de 1866, folhas 118 verso e 119.

AHEx. Códice do Rio Grande do Sul. Livro 69. Registro das correspondências enviadas pelo Ministério da Guerra para diversas autoridades da província. Em 18 de janeiro de 1867, folha 109.

AHEx. Códice do Rio Grande do Sul. Livro 70. Registro das correspondências enviadas pelo Ministério da Guerra para diversas autoridades da província. Em 17 de março de 1868, folha 54 verso.

\_\_\_\_\_. Em 29 de novembro de 1867, folha 13.

\_\_\_\_\_. Em 18 de dezembro de 1867, folha 21 verso.

\_\_\_\_\_. Em 19 de dezembro de 1867, folha 22.

\_\_\_\_\_. Em 2 de janeiro de 1868, folhas 27-28.

\_\_\_\_\_. Em 23 de janeiro de 1868, folhas 34-35.

\_\_\_\_\_. Em 18 de fevereiro de 1868, folha 47.

\_\_\_\_\_. Em 02 de março de 1868, folha 51.

\_\_\_\_\_. Em 2 de março de 1868, folha 51 verso.

\_\_\_\_\_. Em 15 de fevereiro de 1868, folha 46.

\_\_\_\_\_. Em 24 de fevereiro de 1868, folha 49 verso.

\_\_\_\_\_. Em 25 de fevereiro de 1868, folha 49 verso.

\_\_\_\_\_. Em 30 de março de 1868, folha 59.

\_\_\_\_\_. Em 15 de abril de 1868, folha 63.

### **Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS)**

Fundo Arsenal de Guerra. Correspondências enviadas pelo Arsenal de Guerra de Porto Alegre para a Presidência da província. AHRS. Fundo Arsenal de Guerra. Caixa 1, maço 1.

\_\_\_\_\_. Caixas 21 a 28.

AHRS. Fundo Arsenal de Guerra. Caixa 24. Maço 29. Ofício nº 11, de 14 de janeiro e cópia do Termo enviado ao Presidente da província, de 12 de janeiro de 1865.

\_\_\_\_\_. Ofício nº 20, 23 de janeiro de 1865. Em anexo a oferta enviada por Gonsalves Bastos & C. para o Arsenal de Guerra em 20 de janeiro de 1865.

\_\_\_\_\_. Ofício s/n, de 23 de fevereiro de 1865. Contém os seguintes anexos: Correspondência interna do Arsenal, do Major Martini para o Diretor Mendes Tota, de 21 de fevereiro de 1865; Cópia do contrato celebrado entre o Arsenal de Guerra da Corte e Severiano José Corrêa, em 01 de outubro de 1864.

\_\_\_\_\_. Ofício nº 84, 09 de março de 1865. Em anexo, requisição da Associação de Mães Cristãs, enviada ao Arsenal de Guerra em 07 de março de 1865.

\_\_\_\_\_. Ofício nº 85, de 10 de março de 1865

\_\_\_\_\_. Ofício nº 88, de 11 de março de 1865.

\_\_\_\_\_. Ofício s/n e Termo enviado ao Presidente da província, de 04 de abril de 1865.

\_\_\_\_\_. Ofício enviado ao Presidente da província. 15 de abril de 1865.

\_\_\_\_\_. Relação das costuras que estão fóra [documento avulso], de 7 de outubro de 1865.

Fundo Legislação Códice 53. Coleção das Leis do Imperio do Brazil. Decreto s/n, de 21 de fevereiro de 1832. Actos do Poder Executivo, Rio de Janeiro: Typ. Imperial e Constitucional de Seignot-Plancher, 1832.

Fundo A-2.42. Registro de correspondências enviadas da Presidência da província para o Ministério da Guerra. Ofício reservado nº 127, de 26 de abril de 1865.

Fundo A-2.43. Registro de correspondências reservadas enviadas da Presidência da província para o Ministério da Guerra. Ofício reservado nº 22, de 16 de dezembro de 1864.

\_\_\_\_\_. Ofício reservado nº 3, de 14 de janeiro de 1865, folhas 7-9.

\_\_\_\_\_. Ofício reservado nº 4, de 30 de janeiro de 1865, folhas 9-10.

\_\_\_\_\_. Ofício reservado nº 5, de 17 de fevereiro de 1865, folhas 11-13.

\_\_\_\_\_. Ofício reservado nº 6, de 18 de fevereiro de 1865, folhas 13-14.

\_\_\_\_\_. Ofício reservado nº 9, de 28 de fevereiro de 1865, folhas 15-17

\_\_\_\_\_. Ofício reservado nº 11, de 2 de março de 1865, folhas 17-18.

\_\_\_\_\_. Ofício reservado nº 13, de 18 de março de 1865, folha 19.

\_\_\_\_\_. Ofício reservado nº 20, de 17 de abril de 1865, folhas 23-24.

\_\_\_\_\_. Ofício reservado nº 22, de 28 de abril de 1865, folhas 26-27.

\_\_\_\_\_. Ofício reservado nº 28, de 31 de maio de 1865, folhas 30-32.

\_\_\_\_\_. Ofício reservado nº 29, de 31 de maio de 1865, folha 32.

\_\_\_\_\_. Ofício reservado nº 30, de 31 de maio de 1865, folhas 32-33.

\_\_\_\_\_. Ofício reservado nº 40, de 4 de julho de 1865, folhas 39-40.

\_\_\_\_\_. Ofício reservado nº 44, de 13 de julho de 1865, folhas 42-44.

\_\_\_\_\_. Ofício reservado nº 45, de 13 de julho de 1865, folha 44.

\_\_\_\_\_. Ofício reservado nº 59, de 30 de março de 1866, folha s/n.

\_\_\_\_\_. Ofício reservado s/n, de 6 de julho de 1866, folha s/n.

\_\_\_\_\_. Ofício reservado s/n, de 23 de agosto de 1866, folha s/n

AHRS. Fundo A-4.07. Registro de correspondências enviadas pelo Presidente da província para o Arsenal de Guerra. Ofício nº 105, de 08 de abril de 1865, folhas 80-81.

### **Arquivo Nacional (AN)**

Série Guerra – Gabinete do Ministro. IG<sup>1</sup> 192-197.

Série Guerra – Gabinete do Ministro. IG<sup>1</sup> 611. Livro de registro das Consultas do Conselho de Estado. Consulta em 28 de junho de 1865.

\_\_\_\_\_. Consulta em 02 de outubro de 1865.

Coleção Ministério da Guerra. Códice 932 – vol. 1. Em 26 de setembro de 1867. p. 79.

Coleção Ministério da Guerra. Códice 932 – vol. 1. Em 23 de outubro de 1867. pp. 97-99.

Coleção Ministério da Guerra. Códice 932 – vol. 1. Em 10 de janeiro de 1868. pp. 184-185.

Coleção Ministério da Guerra. Códice 932 – vol. 1. Em 12 de abril de 1868. pp. 259-260.

### **Center of Research Libraries**

Falla dirigida á Assembléa Legislativa da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo Presidente Dr. Francisco Marcondes Homem de Mello, em segunda sessão da 12ª legislatura, 16 de setembro de 1867. Disponível em: <<http://ddsnex.crl.edu/titles/182#?c=0&m=44&s=0&cv=1&r=0&xywh=-72%2C2036%2C2571%2C1813>>. Acesso em: 20/nov/19.

Anexo da Falla acima. Relatorio da Administração Central das Colonias da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul apresentado ao Illm. e Exm. Sr. Dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, enviado por Carlos de Koseritz, Agente interprete da colonisação, em 15 de julho de 1867.

### **Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional**

#### **Relatórios dos Presidentes de província**

Relatório com que Dr. João Lins Vieira Cansansão Sinimbu entregou a Presidencia da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao Vice-Presidente Luiz Alvez de Oliveira Bello, no dia 30 de junho de 1855. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263\\_1855\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263_1855_00001.pdf)>. Acesso em 20/nov/19.

Relatorio apresentado á Assembléa Provincial de S. Pedro do Rio Grande do Sul, na 1ª sessão da 9ª legislatura pelo Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão, 1860. pg. 27. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263\\_1860\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263_1860_00001.pdf)>. Acesso em: 20/mar./20.

Relatorio apresentado pelo presidente da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul Dr. Espiridião Eloy de Barros Pimentel, na 1ª sessão da 11ª legislatura da Assembleia Provincial, 1864. pp. 42-43. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263\\_1864\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263_1864_00001.pdf)>. Acesso em: 20/mar./20.

Relatorio com que o bacharel João Marcellino de Souza Gonzaga entregou a administração da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao Illmo. e Exmo. Sr. Visconde de Boa, 1865.

Disponível em: <[http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263\\_1865\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263_1865_00001.pdf)>. Acesso em: 20/nov/19.

Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. Vice-Presidente da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul Dr. Antonio Augusto Pereira da Cunha pelo Visconde da Boa-Vista ao passar-lhe a administração da mesma Provincia no dia 16 de abril de 1866. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263\\_1866\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263_1866_00001.pdf)>. Acesso em: 20/nov/19.

Relatório apresentado ao Exm. Sr. Presidente da Provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul Dr. Francisco Marcondes Homem de Mello pelo Dr. Antonio Augusto Pereira da Cunha, 2º Vice-Presidente, 1867. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263\\_1867\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263_1867_00001.pdf)>. Acesso em: 20/nov/19.

Relatório enviado pelo Tenente-Coronel Joaquim Jeronymo Barrão, Diretor-Interino do Arsenal de Guerra de Porto Alegre, em 27 de fevereiro de 1868. Anexo ao Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Francisco I. Marcondes Homem de Mello, passou a administração d'esta provincia ao Exm. Sr. Dr. Joaquim Vieira da Cunha, 1º Vice-Presidente, no dia 13 de abril do anno de 1868. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263\\_1868\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263_1868_00001.pdf)>. Acesso em: 20/nov/19.

Relatorio com que o Excelentissimo Sr. Dr. Antonio da Costa Pinto Silva Presidente d'esta Provincia passou a administração da mesma ao Exmº S. Doutor Israel Rodrigues Barcellos no dia 20 de maio de 1869. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263\\_1869\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263_1869_00001.pdf)>. Acesso em: 20/nov/19.

### **Relatórios Ministério da Guerra**

Relação dos donativos feitos ao Estado para as despesas da guerra bem como para aquisição de Voluntario da Patria desde janeiro de 1865 até agora, de 20 de abril de 1866. Documento de 43 páginas anexo ao Relatorio apresentado a Assembléa Geral Legislativa na quarta sessão da decima segunda legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, de 14 de maio de 1866. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/pdf/720950/per720950\\_1866\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/720950/per720950_1866_00001.pdf)>. Acesso em: 20/nov./19.

Relatório apresentado á Assembléa Geral Legislativa na primeira sessão da decima terceira legislatura pelo ministro e secretario de Estado dos Negocios da Guerra João Lustoza da Cunha Paranaguá, Rio de Janeiro, 1867. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/pdf/720950/per720950\\_1867\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/720950/per720950_1867_00001.pdf)>. Acesso em 20/nov/19.

Relatorio apresentado á Assembléa Geral na segunda sessão da decima terceira legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios de Guerra João Lustoza da Cunha Paranaguá. Rio de Janeiro, 1868. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/pdf/720950/per720950\\_1868\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/720950/per720950_1868_00001.pdf)>. Acesso em: 19/nov/19.

### **Museu Militar do Comando Militar do Sul**

Livro de correspondências recebidas pelo Arsenal de Guerra de Porto Alegre. Livro 1. Ofício n.º 2, de 4 de janeiro de 1865.

\_\_\_\_\_. Ofício n.º 3, de 4 de janeiro de 1865.

\_\_\_\_\_. Ofício n.º 6, de 5 de janeiro de 1865.

\_\_\_\_\_. Ofício n.º 7, de 5 de janeiro de 1865.

\_\_\_\_\_. Ofício nº 21, de 14 de janeiro de 1865.

\_\_\_\_\_. Ofício n.º 24, de 16 de janeiro de 1865.

\_\_\_\_\_. Ofício n.º 27, de 16 de janeiro de 1865.

\_\_\_\_\_. Ofício nº 28, de 17 de janeiro de 1865. Em anexo, Aviso do Ministério da Guerra para Presidência da província, de 3 de janeiro de 1865.

\_\_\_\_\_. Ofício nº 31, de 17 de janeiro de 1865.

\_\_\_\_\_. Ofício nº 55, de 14 de fevereiro de 1865.

\_\_\_\_\_. Ofício n.º 81, de 2 de março de 1865.

\_\_\_\_\_. Ofício n.º 96, de 21 de março de 1865.

\_\_\_\_\_. Ofício n.º 100, de 23 de março de 1865.

\_\_\_\_\_. Ofício sem número, de 14 de maio de 1865.

\_\_\_\_\_. Ofício n.º 105, de 08 de abril de 1865.

\_\_\_\_\_. Ofício nº 114, de 21 de abril de 1865.

\_\_\_\_\_. Ofício nº 115, de 21 de abril de 1865.

\_\_\_\_\_. Ofício n.º 118, de 22 de abril de 1865.

\_\_\_\_\_. Ofício n.º 125, de 1 de maio de 1865.

\_\_\_\_\_. Ofício nº 197, de 06 de junho de 1865.

\_\_\_\_\_. Ofício n.º 206, de 16 de junho de 1865.

\_\_\_\_\_. Ofício nº 219, de 17 de junho de 1865

- \_\_\_\_\_. Ofício n.º 223, de 20 de junho de 1865.
- \_\_\_\_\_. Ofício n.º 224, de 20 de junho de 1865, contendo em anexo cópia de relação nominal enviada pelo Arsenal de Guerra da Corte em 09 de maio de 1865.
- \_\_\_\_\_. Ofício n.º 225, de 20 de junho de 1865.
- \_\_\_\_\_. Ofício n.º 228, de 21 de junho de 1865.
- \_\_\_\_\_. Ofício n.º 248, de 30 de junho de 1865.
- \_\_\_\_\_. Ofício n.º 255, de 5 de julho de 1865.
- \_\_\_\_\_. Ofício n.º 280, de 15 de julho de 1865.
- \_\_\_\_\_. Ofício n.º 299, de 22 de julho de 1865.
- \_\_\_\_\_. Ofício s/n, de 23 de julho de 1865.
- \_\_\_\_\_. Ofício n.º 314, de 28 de julho de 1865.
- \_\_\_\_\_. Ofício n.º 338, de 4 de agosto de 1865.
- \_\_\_\_\_. Ofício n.º 346, de 7 de agosto de 1865. Em anexos diversos requerimentos de Frederico Bier datados de 26 de julho a 02 de agosto de 1865.
- \_\_\_\_\_. Ofício n.º 357, de 12 de agosto de 1865.

## **Bibliografia**

- ALMEIDA, Felipe Pessanha de. A Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra (1821-1889) [recurso eletrônico]. *Cadernos Mapa - Memória da Administração Pública Brasileira*. n. 6. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.
- AZÉMA, Jean-Pierre. A guerra. In.: RÉMOND, René. (org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos.
- PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes Históricas. 2a ed., 2a reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010.
- BRASIL. Decreto n. 112, de 22 de dezembro de 1841. Dando nova organização á Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, e substituindo a contadoria do Arsenal de Guerra [da Corte] por uma Contadoria Geral anexa à mesma Secretaria, na conformidade do Art. 32 da Lei 60 de 20 de outubro de 1838, e do Art. 39 da Lei 243 de 30 novembro de 1841.
- Disponível em:

<<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/historicos/dim/DIM0112.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dim/DIM0112.htm)>>. Acesso: 30 mar 2019.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 1090, de 14 de dezembro de 1852. Approva o Regulamento para execução do parágrafo 3º do Art. 10 da Lei nº 648, de 18 de agosto de 1852. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1090-14-dezembro-1852-559528-publicacaooriginal-81788-pe.html>>. Acesso em: 24/abr/20.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 1127, de 26 de fevereiro de 1853. Crea a Repartição de Quartel-Mestre General, e regula as suas funções. Disponível em: <<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1127-26-fevereiro-1853-558756-norma-pe.html>>>. Acesso em 30 mar 2019.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 2677, de 27 de novembro de 1860. Approva o Regulamento para a Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, Repartições do Ajudante-General do Exercito e Quartel Mestre General e Contadoria-Geral da Guerra. Disponível em: <<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2677-27-outubro-1860-556782-publicacaooriginal-76912-pe.html>>>. Acesso em 30 mar 2019.

\_\_\_\_\_. Decreto n.3555, de 9 de dezembro de 1865. Extingue os Corpos de Guarnição do Exercito, eleva o numero dos moveis, dá nova fórmula aos Corpos e Companhias de Artilharia, reduz os de Cavallaria, crêa Corpos de Caçadores á cavallo, Companhias de operarios em substituição ás de Artifices, estabelece depositos especiaes de instrucção e de disciplina, e Companhias ou baterias e deposito, de Aprendizes Artilheiros. Disponível em: <<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3555-9-dezembro-1865-554932-publicacaooriginal-73934-pe.html>>>. Acesso em: 20/nov/19.

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. *Glossário das Forças Armadas*. 5ª ed. MD35-G-01, 2015. Disponível em: <[http://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/141/1/MD35\\_G01.pdf](http://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/141/1/MD35_G01.pdf)>. Acesso em: 15 jan 2019.

BERUTE, Gabriel Santos. *Atividades mercantis do Rio Grande de São Pedro: negócios, mercadorias e agentes mercantis (1808-1850)*. 309 f. Tese. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre, 2011.

BEZERRA NETO, José Maia. O africano indesejável. Combate ao tráfico, segurança pública e reforma civilizadora (Grão-Pará 1850-1860). *Afro-Ásia*, n. 44, pp. 171-217, 2011.

BOTH, Amanda Chiamenti. *Administração provincial e governabilidade no império do brasileiro: um estudo a partir do perfil de recrutamento e da comunicação política dos presidentes da província do RS (1845-1889)*. 265 f. Tese. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul: Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre, 2020.

CARDOZO, Jozé Carlos da Silva. Os menores de idade no Juízo dos Órfãos de Porto Alegre (século XIX). *Projeto História*. n. 55, pp. 209-244, São Paulo, Jan-Abr, 2016.

CARVALHO, José Murilo de. *Construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

\_\_\_\_\_. “Brasileiro, uni-vos!” In: *Forças armadas e política no Brasil*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Todavia, 2019.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. O Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro. In: BRASIL. *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro. v. 28, 1996.

\_\_\_\_\_. Crianças na Guerra do Paraguai: os Aprendizes Menores do Arsenal de Guerra. In: Squinelo, Ana Paula. (Org.). *150 anos após - A guerra do Paraguai: entreolhares do Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai*. 1ed. Campo Grande: Editora da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2016.

\_\_\_\_\_. *A Pré-indústria e governo no Brasil: iniciativa de industrialização a partir do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, 1808-1864*. 633 f. Tese. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Comparada. Rio de Janeiro, 2017.

CASTRO, Celso. *O Espírito Militar – Um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

\_\_\_\_\_. *Os Militares e a República. Um estudo sobre a ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

CASTRO, Celso.; KRAAY, Hendrik.; IZECKSOHN, Vitor. (Orgs.) *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da Campanha do Paraguai, 1865-1870*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

CHIAVENATTO, Júlio José. *Genocídio Americano: A Guerra do Paraguai*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

- CLAUSEWITZ, Carl von. *Da Guerra*. Tradução Maria Teresa Ramos. Preparação do original Maurício Balthazar Leal. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Forense, 1976.
- CRUDO, Matilde Araki. *Infância, trabalho e educação. Os Aprendizes do Arsenal de Guerra de Mato Grosso (Cuiabá, 1842-1899)*. 366f. Tese. Universidade Estadual de Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2005.
- DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- DOURADO, Maria Teresa Garritano. *Mulheres comuns, senhoras respeitáveis: A presença feminina na Guerra do Paraguai*. 130 f. Dissertação. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul: Programa de Pós-Graduação em História. Dourados, 2002.
- DUARTE, Erico E. *A Independência Norte-Americana: guerra, revolução e logística*. Série Estratégia, segurança e relações internacionais. Porto Alegre: Leitura XXI, 2013.
- FARINATTI, Luís Augusto E. *Confins Meridionais. Famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010.
- FERRER, Francisca. A (re)organização do Exército Brasileiro na Guerra do Paraguai. *Biblos*, Rio Grande. n. 17. pp 121-130, 2005.
- FERTIG, André. Clientelismo político em tempos belicosos: a Guarda Nacional da província do Rio Grande do Sul na defesa do Império do Brasil (1850-1873). Santa Maria/RS: Editora da UFSM, 2010.
- FIGUEIRA, Divalte Garcia. *Soldados e negociantes na Guerra do Paraguai*. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP – FAPESP, 2001.
- FLORES, Hilda Agnes Hübner. *Mulheres na Guerra dos Farrapos*. Porto Alegre: Editora Martins Livreiro, 2013.
- FRAGOSO, Augusto Tasso. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. 5 volumes. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960.
- FRANCO, Sergio da Costa. *Porto Alegre e seu comércio*. Porto Alegre: Associação Comercial de Porto Alegre, 1983.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

HUNTINGTON, Samuel P. *O soldado e o Estado – Teoria e Política das Relações entre civis e militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

IZECKSOHN, Vitor. *O cerne da Discórdia: A Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2002.

\_\_\_\_\_. Recrutamento militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai. In: CASTRO, C.; KRAAY, H.; IZECKSOHN, V. (Orgs.) *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 187.

IZECKSOHN, Vitor.; MÜGGE, Miquéias. A criação do Terceiro Corpo do Exército na província do Rio Grande do Sul: conflitos políticos resultantes da administração militar nos anos críticos da Guerra do Paraguai (1866-1867). *Revista Brasileira de História*. v. 36, n. 73, pp. 183-207. São Paulo, 2016.

JANOWITZ, Morris. *O Soldado Profissional*. Rio de Janeiro: GRD Editora, 1967.

JOMINI, Henri-Antoni. *A Arte da Guerra*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1949

KEEGAN, John. *Uma História da Guerra*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

KIRKENDALL, Andrew J. *Class Mates – Male students culture and making of a political class in 19<sup>o</sup> century Brazil*. Lincoln: University of Nebraska Press, 2002.

LOPES, Ernesto I. Dutra Pereira Batista. *A integração logística das forças singulares no nível estratégico visando à racionalização do emprego de recursos: uma nova concepção da estrutura da logística militar no nível estratégico*. 47f. Dissertação. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército: Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares. Rio de Janeiro, 2011.

LUFT, Marcos Vinícios. *"Essa guerra desgraçada": recrutamento militar para a Guerra da Cisplatina*. 237f. Dissertação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre, 2013.

MANCUSO, Amanda Pinheiro. A História Militar: notas sobre o desenvolvimento do campo e a contribuição da História Cultural. *História em Reflexão*. v. 2, n. 4, jul./dez., 2008.

MARTINS, Maria Fernanda V. A velha arte de governar: o Conselho de Estado no Brasil Imperial. In: *Topoi*, vol. 7, n.º 12, pp. 178-22, jan./jun., 2006.

- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.
- MENEGAT, Carla. Cultura política, guerra e projeto nacional: uma discussão sobre a política imperial e os proprietários brasileiros no Uruguai (1845-1863). In.: DOMINGOS, Charles et al (Orgs.). *Capítulos de História Política*. São Leopoldo: Oikos, 2018.
- MOITREL, Mônica Hartz Oliveira. *A logística naval na Marinha Imperial durante a Guerra da Tríplice Aliança contra o governo do Paraguai*. 154f. Dissertação. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro: Centro de Ciências Humanas e Sociais. Rio de Janeiro, 2010.
- MORAIS, Ronaldo Queiroz de. Esboço crítico da historiografia militar brasileira. *Escritas*. v. 5, n. 1. pp. 3-30, 2013.
- MOREIRA, Paulo R. Staudt. Não poderá em tempo algum, nem por circunstância alguma, servir aos meus descendentes. Imigração alemã e escravidão no Brasil Meridional (Porto Alegre, RS, Séc. XIX). *Revista Prâksis*. a. 16, n. 1, Novo Hamburgo, jan./abr. 2019.
- MÜHLEN, Caroline von. Problemas de sociabilidade: o cotidiano na colônia alemã de São Leopoldo (século XIX). In: *Anais do X Encontro Estadual de História da ANPUH/RS*, 2010. Disponível em: [http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1277990714\\_ARQUIVO\\_ArtigoANPUH-RSCaroline.pdf](http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1277990714_ARQUIVO_ArtigoANPUH-RSCaroline.pdf). Acesso em: 24/abr/20.
- NASCIMENTO, Fernanda de Santos. *A imprensa periódica militar no século XIX: política e modernização no exército brasileiro (1850-1881)*. 473 f. Tese. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul: Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre, 2015.
- \_\_\_\_\_. Militares e política no século XIX: uma abordagem através do estudo da imprensa periódica militar. In: BARBOSA, Jefferson et al. (orgs.). *Militares e política no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- OCAMPO, Emilio. La influencia del Barón de Jomini sobre la estrategia de Alvear en la guerra con el Brasil. IN: PROGRAMA DE ESTUDIOS Y DOCUMENTACIÓN EN CIENCIAS HUMANAS. El lazo de los Andes. Diálogos cruzados sobre las campañas de la independencia: De argentinos y chilenos civiles y militares. Editorial Universidade de Los Lagos, Osorno/Chile, 2007.
- POMER, León. *A Guerra do Paraguai: a grande tragédia rioplatense*. São Paulo: Global Editora, 1981.

PROENÇA, Domicio.; DUARTE, Erico. E. The Concept of Logistics derived from Clausewitz: all that is required so that the fighting force can be taken as a given. *The Journal of Strategic Studies*. v. 28, n. 4, pp. 645-677. Londres, 2005.

RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RIBEIRO, José Iran. *O Império e as revoltas: Estado e nação nas trajetórias dos militares do Exército imperial no contexto da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.

\_\_\_\_\_. Imagem e Autoimagem no Brasil do século XIX: uma análise das “Memórias” de Francisco Pedro de Abreu, o Barão do Jacuí. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, n. 149, pp. 105-127. Porto Alegre, dez. 2015.

SAINT-HILAIRE, August. *August de Saint-Hilaire em Porto Alegre, 1820-21*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre/SMEC, 1979.

SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e liberdade na formação do Exército*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1990.

SANTOS, Maicon Lopes dos. “Úteis a si mesmos e a Pátria”: as classes de menores aprendizes do Arsenal de Guerra de Porto Alegre/RS (1850 – 1870). 125f. Dissertação. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul: Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2018.

SCHUELER, Alessandra F. Martinez. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. *Revista Brasileira de História*. v. 19, n. 37, pp. 59-84. São Paulo, set., 1999.

SCHULZ, John. *Exército na Política: Origens da Intervenção Militar (1850-1894)*. São Paulo: EDUSP, 1994.

SHY, John. Jomini. In.: PARET, Peter. et. al. (Orgs.) *Makers of Modern Strategy from Machiavelli to the Nuclear Age*. Oxford: Oxford University Press, 1986.

SOARES, Luis Carlos; VAINFAS, Ronaldo. Nova história militar. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.) *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2012.

SOUZA, Adriana Barreto de, *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

TAMURA, Silvio Takeshi. De aprendizes do Arsenal de Guerra (1842-1899) a aprendizes da Escola de Artífices (1909-1941): algumas observações sobre a educação profissional de jovens e meninos na História da Educação de Mato Grosso. *Anais VII congresso Brasileiro de História da Educação - Circuitos e Fronteiras da História da Educação no Brasil - Sociedade Brasileira de História da Educação – SBHE*, 2013.

THOMPSON, George. *A Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1968.

VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a Paróquia e a Corte – Os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul*. Santa Maria (RS): Editora UFSM, 2010.

\_\_\_\_\_. O Rio Grande do Sul e a Guerra do Paraguai. In: NEUMANN, Eduardo Santos; GRIJÓ, Luiz Alberto (orgs.). *O Continente em armas: uma historiografia da guerra no sul do Brasil*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

\_\_\_\_\_. “Um negócio entre famílias”: A elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889). In.: HEINZ, Flavio M. (Org.) *História social de elites*. São Leopoldo: Oikos, 2011.

VAS, Batista Braz. *O final de uma guerra e suas questões logísticas: o Conde D'Eu na Guerra do Paraguai (1869-70)*. 257 f. Tese. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca (SP), 2011.

VON LAEMMERT, Eduardo. Almanak administrativo, mercantil e industrial da Corte e da Província do Rio de Janeiro para o anno de 1865. Rio de Janeiro: Casa Eduardo e Henrique Laemmert, 1865.

WEBER, Max. A Política como Vocação. In: *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1982.

WEIGLEY, Russell F. (Org.). *Novas Dimensões da História Militar*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981-82. vols 1 e 2.

## ANEXOS

**Anexo 1:** Relação dos fornecedores e quais gêneros venderam ao Arsenal de Guerra de Porto Alegre, entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 1867.<sup>353</sup>

<b>Fornecedores</b>	<b>Gêneros</b>	<b>Quantidade</b>
Joaquim da Rocha Ramos	Água raz	6
José Pinto da Fonseca Guimarães & C.	Água raz	5
Antonio dos Santos Rocha	Água raz	2
Agente de compras	Água raz	1
Ricardo Lopes de Sá	Água raz	3
Vicente José de Carvalho	Arithmetica	10
José Pinto da Fonseca Guimarães & C.	Alvaiade	20
Antonio dos Santos Rocha	Alvaiade	4
Silva Bastos & C.	Alvaiade	12
Agente de compras	Alvaiade	7
Chaves & C. Almeida	Azeite doce - barril	1
Antonio dos Santos Rocha	Azeite doce - quartilhos	4
Agente de compras	Azeite doce - quartilhos	122
Silva, Bastos & C.	Azeite de égoa - arrobas	6
Antonio dos Santos Rocha	Azeite de égoa - barril	1
Agente de compras	Acido sulfurico - libras	26
Agente de compras	Acido nitrico - libras	30
Agente de compras	Acido muriatico - libras	6
Antonio dos Santos Rocha	Aço - libras	160
Agente de compras	Aço - libras	88
José Francisco dos Santos Pinto	Areia - carradas	8
Pinto & Paes	Areia - carradas	1

<sup>353</sup> Produzido com base no Relatório do diretor Joaquim Jeronimo Barrão. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263\\_1868\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263_1868_00001.pdf)>. Acesso em: 24/abr/20.

Agente de compras	Areia - carradas	22
Agente de compras	Areia de moldar - barricas	8
Agente de compras	Areia de escrever - libras	7
Agente de compras	Abecedario em chapas	2
Agente de compras	Arestas	24
Agente de compras	Arame de ferro - arrobas	2
José Pinto da Fonseca Guimarães & C.	Arame de ferro - arrobas	4
Agente de compras	Agravéz para fóles	1
Agente de compras	Algarismos abertos em chapas	1
Agente de compras	Argolas para quadros	12
Agente de compras	Agulhas de papeis	26
Agente de compras	Agulhas - duzias	6
Agente de compras	Amarelo de Napoles - libras	2
Agente de compras	Alguidares de barro	2
Antonio dos Santos Rocha	Assucareiros de louça	11
Angelo Christino dos Reis	Assucareiros de louça	24
Antonio dos Santos Rocha	Almotolias de folha	2
José da Silva Bastos	Arame de latão n. 14	9
Chaves & C. Almeida	Algodão liso - varas	1250
Gonçalves Bastos & C.	Algodão liso - varas	1350
Estacio da Cunha Bittercourt	Algodão liso - varas	3492
Antonio Caetano Ferraz Sobrinho	Algodão trançado - varas	1320
Pacheco & C. Abreu	Algodão trançado - varas	1300
José Becker & Irmão	Arandellas de ferro com parafusos d' aço para eixos motores	15
José Becker & Irmão	Argolas com parafusos	4
Antonio dos Santos Rocha	Bules de louça	14
Silva Bastos & C.	Barbante - arrobas	6
Manoel Balthazar	Botões para caxilhos	60
Agente de compras	Botões para caxilhos	26

Agente de compras	Botões para bolças de patronas	286
Agente de compras	Botões d'osso	16
Agente de compras	Botões de duraque	2058
Estacio da Cunha Bittencourt	Botões de duraque	600
Francisco José da Costa	Botões grandes prateados	540
Francisco José da Costa	Botões pequenos prateados	232
Agente de compras	Braço de balanças	1
Pinto & Paes	Bandeira nacional	1
Agente de compras	Barro - carradas	8
Antonio dos Santos Rocha	Brochas sortidas	24
José Pinto da Fonseca Guimarães & C.	Brochas sortidas	24
Agente de compras	Brochas sortidas	42
Agente de compras	Badames sortidos	12
Chaves & C. Almeida	Brim branco - varas	800
Estacio da Cunha Bittencourt	Brim branco - varas	1200
Pedro Muller	Brim branco - varas	737
Agente de compras	Baetilha branca - covados	133
Chaves & C. Almeida	Baetilha branca - covados	450
Estacio da Cunha Bittencourt	Baetilha branca - covados	202
José Antonio Rodrigues Pinto Vianna	Bigorna	1
Antonio dos Santos Rocha	Bacias de arame	6
Antonio dos Santos Rocha	Baldes americanos	5
Agente de compras	Barbicachos	320
Francisco José da Costa	Bonest com pallas	480
Augusto Marques Guimarães	Bonest com pallas	400
Estacio da Cunha Bittencourt	Bonest com pallas	100
José Maria Palhares	Bonest com pallas	417
Francisco José da Costa	Bonets redondos sem pallas	1371
Francisco José da Costa	Bonets para a muzica da G. N.	38
Antonio Caetano Ferraz Sobrinho	Bluzas de panno	396

Francisco José da Rocha Faria	Bluzas de panno	212
Chaves & C. Almeida	Bluzas de brim	3000
José Maria Palhares	Bluzas de brim	1053
Joaquim Ribeiro da Silva Labatiel	Breu - barril	1
Vicente José de Carvalho	Bibliotheca	7
Joao Antonio Mendes Totta Filho	Barracas de 2 praças	700
000000000,Agente de compras	Barris para agua	2
Agente de compras	Caçarólas	1
Agente de compras	Chaleiras	1
Agente de compras	Caixas de papel	4
Agente de compras	Cascas de goiabeira - carradas	1
Agente de compras	Carbonato de potassa - libra	1
Agente de compras	Canhamaços	2
Agente de compras	Capacho	1
Agente de compras	Candieiros para kerosene	1
Agente de compras	Cutellos para surradores	1
Agente de compras	Chaminés	19
Agente de compras	Compendios de doutrina	10
Antonio dos Santos Rocha	Chicaras de louça, casaes	3
Angelo Christino dos Reis	Chicaras de louça	72
Angelo Christino dos Reis	Calix	12
Agente de compras	Cravos sortidos	1600
Agente de compras	Cravos sortidos - libras	10
Francisco José da Costa	Charlateiras - pares	7
Emilio Wiedmann	Cobre velho - libras	449
Chaves & C. Almeida	Cobre velho - libras	960
Joaquim da Rocha Ramos	Cobre velho - libras	596
José Antonio Rodrigues Ferreira Filho	Cobre velho - libras	1302
Joaquim da Rocha Ramos	Chumbo em lençol e munição arrobas	250
Antonio dos Santos Rocha	Chumbo em lençol e munição arrobas	240

Silva Bastos & C.	Chumbo em lençol e munição arrobas	160
Agente de compras	Copos de vidro	3
Angelo Christino dos Reis	Copos de vidro	7
Joaquim da Rocha Ramos	Capa-rosa - libras	64
Agente de compras	Carvão vegetal - barricas	754
José Francisco dos Santos Pinto	Carvão de pedra inglez - tons.	32
Agente de compras	Cadarço - peças	36
Agente de compras	Cordão branco = peças	18
Emilio Wiedmann	Couros crús	100
Agente de compras	Couros de cavallinho	1
Luiz Francisco Ferreira	Couros de cavallinho	75
Agente de compras	Cal - alqueires	60
José Francisco dos Santos Pintos	Cal - alqueires	130
Pinto & Paes	Cal - alqueires	4
José Francisco dos Santos Pintos	Cimento - barricas	1
Pinto & Paes	Cimento - barricas	1
Agente de compras	Cabello - arrobas	3
Antonio dos Santos Rocha	Cera branca em pães - arrobas	5
Antonio dos Santos Rocha	Cera da terra - arrobas	1
Agente de compras	Cadinhos	4
José Pinto da Fonseca Guimarães & C.	Colla - arrobas	4
Agente de compras	Colla - arrobas	1/2
Chaves & C. Almeida	Chita para colxas - covados	800
Agente de compras	Cahves inglezas	1
Paulino Calazans	Cornetim simples	1
Paulino Calazans	Clarim	1
Chaves & C. Almeida	Cadeiras americanas	5
Antonio dos Santos Rocha	Colheres de ferro e estanho	126
Agente de compras	Colheres de ferro e estanho	72
José Pinto da Fonseca Guimarães	Capsulas fulminantes	13000

Chaves & C. Almeida	Calças de brim	3000
Francisco José da Rocha Faria	Calças de panno	367
Chaves & C. Almeida	Camisas de algodão	3000
José Maria Palhares	Camisas de algodão	1510
Chaves & C. Almeida	Chergas para arreios	1261
Estacio da Cunha Bittencourt	Chergas para arreios	250
Bormann Barbosa & C.	Chergas para arreios	520
Chaves & C. Almeida	Cobertores de lã	115
Estacio da Cunha Bittencourt	Cobertores de lã	100
João Guilherme Ferreira	Cobertores de lã	141
Agente de compras	Canetas	74
Vicente José de Carvalho	Canetas	12
Agente de compras	Canivetes	33
Vicente José de Carvalho	Canivetes	1
Agente de compras	Cadernos para alfabetos	5
Agente de compras	Compaços	7
Agente de compras	Caçaróllas	2
Antonio dos Santos Rocha	Castiças de latão	11
José Antonio Rodrigues Pinto Vianna	Castiças de latão	2
Emilio Wiedmann	Caronas para lombilhos	646
Agente de compras	Corda de linho - libras	64
José Joaquim de Faria Nascimento	Colxões cheios de palha	423
Estacio da Cunha Bittencourt	Colxões cheios de palha	100
Augusto Marques Guimarães	Chapéos de Braga	200
Bormann Barbosa & C.	Chapéos de Braga	700
Chaves & C. Almeida	Chapéos de Braga	314
Agente de compras	Carreteis de linha para maquinas - duzias	12
Agente de compras	Diamante para cortar vidros	1
Agente de compras	Descanços para caxilhos	16
Manoel Balthazar	Descanços para caxilhos	5

Agente de compras	Dobradiças sortidas - pares	103
Manoel Balthazar	Dobradiças sortidas - pares	49
Pinto & C. Paes	Dobradiças sortidas - pares	2
Vicente José de Carvalho	Doutrinas	3
Agente de compras	Dedaes	24
Agente de compras	Escamas polidas - pares	25
Emilio Wiedmann	Envelopes	800
Vicente José de Carvalho	Envelopes	1400
Agente de compras	Envelopes	2150
Agente de compras	Escumadeiras	1
Agente de compras	Enchós	5
Agente de compras	Escorsia para peneiras vs.	2
Agente de compras	Esmeril - libras	1
Agente de compras	Espirito de vinho quart.	6
Agente de compras	Escovas	2
José Pinto da Fonseca Guimarães & C.	Enchadas de patente	12
José Pinto da Fonseca Guimarães & C.	Estanho - arrobas	17
Agente de compras	Estôpa da terra - arrobas	7 1/2
Antonio dos Santos Rocha	Estôpa da terra - arrobas	4 1/2
Agente de compras	Esquadros	4
José Becker & Irmão	Escrenagens	2
José Becker & Irmão	Eixo motor com 2 arandelas torneadas	1
José Becker & Irmão	Ditos motores torneados	1
Angelo Christino dos Reis	Escarradeiras de folha	35
Francisco José da Costa	Espadas com bainhas de metal de principe	53
Francisco José da Costa	Espadas com bainha de ferro	103
Francisco José da Costa	Fieis de espada	2
Agente de compras	Fita chamalotada - varas	27
Chaves & C. Almeida	Flanella branca - covados	159
Estacio da Cunha Bittencourt	Flanella branca - covados	377

Agente de compras	Fio de algodão - libras	4
Antonio dos Santos Rocha	Fio de côres - libras	16
Agente de compras	Franja de oiro - oitavas	10
Agente de compras	Folhinhas	33
Vicente José de Carvalho	Folhinhas	1
Agente de compras	Feichaduras sortidos	39
Agente de compras	Feixos de ½ fio	12
Agente de compras	Formões sortidos	34
Agente de compras	Folhas de serra	7
Agente de compras	[ilegível]	10
Agente de compras	Ferros d' aço para assentar obras	3
Agente de compras	Ferrolhos para portas	2
Agente de compras	Facas	25
Agente de compras	Techos sortidos	27
Agente de compras	Fogareiro de ferro	1
Antonio dos Santos Rocha	Fogareiro de ferro	1
Antonio Rodrigues Pinto Vianna	Fóles	1
Agente de compras	Ferro sortido - arrobas	78
Antonio dos Santos Rocha	Ferro sortido - arrobas	75
Silva Bastos & C.	Ferro sortido - arrobas	200
Agente de compras	Goivas sortidas	12
Agente de compras	Gesso	5 1/2
Silva Bastos & C.	Gesso	10
José Pinto da Fonseca Guimarães & C.	Gesso	6
Joaquim da Rocha Guimarães & C.	Galha	6
Agente de compras	Gomma-arabia - libras	1/2
Agente de compras	Gomma-laca - libras	1
Antonio dos Santos Rocha	Graixa - libras	10
Agente de compras	Graixa - libras	21
João Mac Ginity	Grades de ferro	5

Vicente José de Carvalho	Grammaticas	6
Agente de compras	Grammaticas	1
Emilio Wiedmann	Garroteados - meios	279
Francisco José da Costa	Galão de prata - oitavas	441 1/2
José Maria Palhares	Gravatas de verniz	5301
Agente de compras	Grosas sortidas	6
Vicente José de Carvalho	Historias abreviadas	12
Agente de compras	Indicador militar por A. J. Amaral	1
Emilio Wiedmann	Impressos em 5 brochuras	250
José Pinto da Fonseca Guimarães & C.	Kerosene - latas	12
Agente de compras	Kerosene - latas	25
Ricardo Lopes de Sá	Kerosene - latas	24
Estacio da Cunha Bittencourt	Lenços de chita	97
Agente de compras	Lenços de chita	50
Antonio dos Santos Rocha	Limas sortidas	486
Silva Bastos & C.	Limas sortidas	360
José Pinto da Fonseca Guimarães & C.	Limas sortidas	396
Agente de compras	Limas sortidas	222
Antonio dos Santos Rocha	Limatões sortidos	132
Silva Bastos & C.	Limatões sortidos	12
José Becker & Irmão	Luvas de ferro torneadas	12
Emilio Wiedmann	Lombilhos com caronas, travessões, barrigueiras, sobresinchas, lóros e rabichos	1000
Emilio Wiedmann	Lombilhos lisos	363
José Francisco dos Santos Pinto	Linhas de madeira	5
Chaves & Almeida	Linhas de madeira	2
Agente de compras	Linhas de madeira	1
José Francisco dos Santos Pinto	Linhotes	19
Augusto Lanza Chaunac	Lixa esmeril - mãos	20
Antonio dos Santos Rocha	Lixa esmeril - mãos	41

Agente de compras	Lixa esmeril - mãos	11
José Francisco dos Santos Pinto	Lages - duzias	20
Agente de compras	Lages - duzias	13
Agente de compras	Lacre	2
Agente de compras	Lampeões	4
Agente de compras	Livros em branco	16
Emilio Wiedmann	Livros em branco	19
Augusto Lanza Chaunac	Livros em branco	5
Agente de compras	Lapis	215
Vicente José de Carvalho	Lapis	144
Antonio Henrique da Fonseca & C.	Mangueiras de lona para bomba de apagar incendios - palmos	150
Bormann Barbosa & C.	Maletas de brim	371
Cahves & C. Almeida	Mantas de lã	676
Agente de compras	Meios inglesas - pares	54
Estacio da Cunha Bittencourt	Meias inglesas - pares	146
Agente de compras	Mólas para portas	1
Agente de compras	Martelos	6
Vicente José de Carvalho	Manuscriptos	12
Antonio dos Santos Rocha	Mantegueiras de lonça	11
Emilio Wiedmann	Mappas	2500
Antonio dos Santos Rocha	Nivel d'agua	1
Agente de compras	Nobresa verde - covados	20
Agente de compras	Nobresa amarela - covados	15
Agente de compras	Nankim - pãos	2
Angelo Christino dos Reis	Orinoes de louça	21
Agente de compras	Oleo de linhaça - libras	101
Leão & Alves	Oleo de linhaça - libras	896
José Pinto da Fonseca Guimarães & C.	Oleo de linhaça - libras	192
Joaquim Ribeiro da Silva Labatiut	Oleo de linhaça - libras	192

Agente de compras	Oleo de cupaiba - libras	1
Agente de compras	Oca - libras	112
José Pinto da Fonseca Guimarães & C.	Oca - libras	192
Antonio dos Santos Rocha	Oca - libras	64
Agente de compras	Oleado - covados	3
Agente de compras	Obreias - maços	12
Paulino Calazans	Ophicleides	2
José Pinto da Fonseca Guimarães & C.	Pinceis sortidos	12
Antonio dos Santos Rocha	Pinceis sortidos	12
Agente de compras	Pinceis sortigos	25
Agente de compras	Pratos de louça	120
Angelo Christino dos Reis	Pratos de louça	50
Agente de compras	Pesos de ferro de 16 libras	2
Agente de compras	Pesos de ferros de 32 libras	1
Agente de compras	Pedra - carradas	8
Agente de compras	Pranchões	5
José Francisco dos Santos Pinto	Pranchões	36
Bernardo J. Dias Pereira	Pranchões	36
Agente de compras	Pão d'oiro	2
José Francisco dos Santos Pinto	Piche - barricas	1
Antonio dos Santos Rocha	Piche - barricas	1/2
Antonio Joaquim da Silva Mariante	Paus para barracas	1695
José Francisco dos Santos Pinto	Paus de prumo	12
Agente de compras	Peneiras	5
Agente de compras	Pregos sortidos	3900
Manoel Balthazar	Pregos sortidos	1000
Agente de compras	Pontas de Pariz - libras	173
José Pinto da Fonseca Guimarães & C.	Pontas de Pariz - libras	128
Manoel Balthazar	Pontas de Pariz - libras	382
Agente de compras	Pratos para copos	2

Agente de compras	Pernas de serra de madeira	36
Agente de compras	Pedra de lousa	1
Agente de compras	Pedra podre - libras	2
Agente de compras	Perocido de maganez - libras	4
Agente de compras	Púas	2
Chaves & Almeida	Pes-resina - arrobas	10
Antonio dos Santos Rocha	Pós pretos - libras	16
José Pinto da Fonseca Guimarães & C.	Pós de sapatos - libras	64
Agente de compras	Polvilho - quartas	4 1/2
Agente de compras	Plainas	4
Antonio dos Santos Rocha	Peles de carneiras	130
Antonio Joaquim de Souza	Peles para bombo - pares	26
Antonio Joaquim de Souza	Peles para caixa de guerra - pares	1
Antonio dos Santos Rocha	Papel marca veado - resmas	100
Carvalho Bastos & C. Vieira	Papel marca veado - resmas	200
Antonio dos Santos Rocha	Papel cartão - mãos	200
Agente de compras	Papel cartão - mãos	1
Agente de compras	Papel cartão - quadernos	4
Joaquim Alves Leite	Papel cartão - resmas	1
Silva Bastos & C.	Papel cartão - resmas	4
Agente de compras	Papel alçaço liso - resmas	6
Augusto Lanzac Chaunac	Papel alçaço liso - resmas	4
Vicente José de Carvalho	Papel alçaço liso - resmas	2
Antonio dos Santos Rocha	Papel alçaço liso - resmas	8
Agente de compras	Papel alçaço pautado - resmas	70 1/2
Vicente José de Carvalho	Papel alçaço pautado - resmas	5
Antonio dos Santos Rocha	Papel alçaço pautado - resmas	8
Joaquim Alves Leite	Papel alçaço pautado - resmas	4
José da Silva Bastos	Papel alçaço pautado - resmas	24
Agente de compras	Papel mata borrão - folhas	39

Joaquim Alves Leite	Papel mata borrão - folhas	50
Vicente José de Carvalho	Papel mata borrão - folhas	30
Agente de compras	Papel imperial n. 1 - cadernos	2
Agente de compras	Papel imperial n. 2 - cadernos	2
Agente de compras	Papel imperial n. 3 - cadernos	2
Agente de compras	Papel imperial n. 4 - cadernos	2
Agente de compras	Papel imperial n. 5 - cadernos	1
Agente de compras	Papel de Hollanda	1
Agente de compras	Pennas d' aço - caixas	44
Vicente José de Carvalho	Pennas d' aço - caixas	1
José Pinto da Fonseca Guimarães & C.	Pennas d' aço - caixas	24
Vicente José de Carvalho	Pennas de pedra	50
Agente de compras	Pennas de pedra	150
Paulino Calazans	Pistons com voltas	3
Vicente José de Carvalho	Parnasos juvenis	7
Agente de compras	Parafusos sortidos	1523
Antonio dos Santos Rocha	Parafusos fortidos	60
Manoel Balthazar	Parafusos sortidos	1270
Agente de compras	Pás de ferro	18
Joaquim da Rocha Ramos	Pás de ferro	80
Antonio dos Santos Rocha	Perfumadores	2
Antonio dos Santos Rocha	Panellas de ferro	2
Vicente José de Carvalho	Pastas para papeis	6
José Becker & Irmão	Polys de ferro fundido e torneados	6
Vicente José de Carvalho	Reguas de jacarandá	3
Agente de compras	Raspadeiras	11
Agente de compras	Ripas	24
Silva Bastos & C.	Roxo-terra - libras	128
Agente de compras	Roxo-terra - libras	136
Francisco José da Costa	Retroz - oitavas	52

Agente de compras	Retroz - oitavas	12
Antonio dos Santos Rocha	Rebollos	2
Agente de compras	Rebollos	2
Chaves & Almeida	Riscado trançado - varas	1044
Agente de compras	Rebites	1000
Agente de compras	Rebites - libras	2
Agente de compras	Remos	4
Agente de compras	Rebotes	4
Agente de compras	Roldainas - pares	2
Emilio Wiedmann	Sóla - meios	121
Antonio dos Santos Rocha	Solda de prata - libras	10
Agente de compras	Solda de prata - oitavas	64
José Pinto da Fonseca Guimarães & C.	Secante - arrobas	2
Agente de compras	Secante - arrobas	1
Agente de compras	Sal commum - quartas	1
Agente de compras	Sebo - libras	26
Antonio dos Santos Rocha	Sebo - libras	384
Bormann Barbosa & C.	Silhas mestras	1000
Bormann Barbosa & C.	Schaibraks	2000
Antonio Caetano Ferraz Sobrinho	Schaibraks	1000
Estacio da Cunha Bittencourt	Schaibraks	2000
Vicente José de Carvalho	Simão de Nantua	1
Agente de compras	Serrotos	3
Agente de compras	Sovellas sortidas	200
Agente de compras	Suspensorios - pares	50
Agente de compras	Sabão - libras	8
Emilio Wiedmann	Sobresinchas	300
Estacio da Cunha Bittencourt	Serigotes com caronas, barrigueiras, travessões, sobresinchas, pares de loros e rabichos	800
Emilio Wiedmann	Travessões	50

Agente de compras	Terrinas de louça	8
Agente de compras	Torneiras de metal	3
Agente de compras	Tamancos - pares	6
Antonio dos Santos Rocha	Taixas sortidas - libras	32
Antonio dos Santos Rocha	Taixas sortidas - maços	25
José Pinto da Fonseca Guimarães	Taixas sortidas - maços	25
Agente de compras	Taixas sortidas - maços	2
Silva Bastos & C.	Taixas sortidas	40000
Agente de compras	Taixas sortidas	10000
Agente de compras	Trancelim azul - peça	1
Agente de compras	Terebenthina - varas	1/2
José Francisco dos Santos Pinto	Telhas	500
Agente de compras	Telhas	250
José Francisco dos Santos Pinto	Tijollos	1500
Agente de compras	Tijollos	400
Pinto & Paes	Tijollos	100
Bernardo J. Dias Pereira	Taboas de cedro - duzias	9
José Francisco dos Santos Pinto	Taboas de cedro - duzias	6
Agente de compras	Taboas de cedro - duzias	2 1/2
José Francisco dos Santos Pinto	Taboas de louro - duzias	3
Agente de compras	Taboas de louro - duzias	2
Manoel Candido de Campos	Taboas de forro - duzias	37 1/2
José Francisco dos Santos Pinto	Taboas de forro - duzias	102 1/2
Antonio da Silva Santos Paranhos	Taboas de forro - duzias	12 1/2
Manoel Pinto da Costa Guimarães	Taboas de forro - duzias	44
Agente de compras	Taboas de forro - duzias	8 e 1
Agente de compras	Trincos de latão	6
Paulino Calazans	Trombones	2
Paulino Calazans	Trompas	2
Agente de compras	Thesouras	3

Agente de compras	Tinta de escrever - quartas	48
Vicente José de Carvalho	Tinta de escrever - quartas	2
Antonio dos Santos Rocha	Tinta de escrever - quartas	12
Agente de compras	Tarraxas	1
Antonio dos Santos Rocha	Tarraxas	2
José Pinto da Fonseca Guimarães & C.	Tarraxas	2
Agente de compras	Tinta - vidros	3
Agente de compras	Tinteiros de chumbo - pares	1
Vicente José de Carvalho	Tinteiros de estanho - pares	12
Antonio dos Santos Rocha	Talhas de barro	7
Antonio dos Santos Rocha	Tornos de mão	2
Agente de compras	Tornos de mão	3
Francisco José da Costa	Talins	2
Agente de compras	Torcidas	144
Agente de compras	Travesseiros	5
José Joaquim de Faria Nascimento	Travesseiros	189
Estacio da Cunha Bittencourt	Travesseiros	200
Agente de compras	Vidros sortidos	1966
Agente de compras	Vidros sortidos - caixas	9
Emilio Wiedmann	Vaquetas inteiras	21
Estacio da Cunha Bittencourt	Vaquetas inteiras	120
Bormann Barboza & C.	Vaquetas inteiras	120
Emilio Wiedmann	Vaquetas - meios	225
Agente de compras	Vassouras	128
Agente de compras	Vasadores	50
Agente de compras	Verrumas sortidas	6
Agente de compras	Vermelhão - libras	17 1/4
José P. da Fonseca Guimarães & C.	Vermelhão - libras	8
Agente de compras	Verniz - libras	40
Antonio dos Santos Rocha	Verde composto - arrobas	2

José P. da Fonseca Guimarães & C.	Verde composto - arrobas	4
José P. da Fonseca Guimarães & C.	Verde paris - arrobas	2
Antonio Joaquim da Silva Mariante	Varas para hastes de lanças	2295
Agente de compras	Vellas de composição	98 1/2
Agente de compras	Vellas de sebo	277
Joaquim da Rocha Ramos	Zinco - libras	1600
Antonio dos Santos Rocha	Zinco - libras	3221
José P. da Fonseca Guimarães & C.	Zinco - libras	1024
Agente de compras	Zarcão - arrobas	3
José P. da Fonseca Guimarães & C.	Zarcão - arrobas	12